



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 395

Segunda-feira - 28 de dezembro de 2009

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antônio Carlos.....	1
Braço do Trombudo.....	1
Campo Alegre.....	1
Catanduvas.....	18
Chapadão do Lageado.....	45
Corupá.....	50
Forquilha.....	99
Garopaba.....	114
Herval D' Oeste.....	116
Luzerna.....	116
Massaranduba.....	118
Meleiro.....	118
Monte Carlo.....	119
Nova Trento.....	119
Paial.....	120
Paulo Lopes.....	121
Pinheiro Preto.....	124
Porto Belo.....	125
Porto União.....	125
Rio do Sul.....	131
Salto Veloso.....	132
São Lourenço do Oeste.....	136
São Pedro de Alcântara.....	139
Schroeder.....	140
Turvo.....	140
Videira.....	141

## Antônio Carlos

### Prefeitura Municipal

#### Extrato de Termo Aditivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 001/2008

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Antônio Carlos.

Contratada: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12(doze) meses, iniciando-se em 01/01/2010 e encerrando-se em 31/12/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e a aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

ZULEIDE BESEN

Diretora-Executiva do Ipreancarlos

## Braço do Trombudo

### Prefeitura Municipal

#### Pregão Presencial 1/2010

EDITAL DE LIC. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 1/2010

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 horas do dia 12.01.2010, estará selecionando a melhor proposta para Pintura e Serviços de Mão de Obra para pintura da Escola Nucleada Braço do Trombudo KM 15 e Escola Básica Adriano Mosimann. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 23 de dezembro de 2009.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

## Campo Alegre

### Prefeitura Municipal

#### Lei Complementar Nº 071

LEI COMPLEMENTAR Nº 071 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CRIA CARGO DE INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ALTERA ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 006/02.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado na "Estrutura de Cargos Efetivos", prevista no Estatuto do Servidor Público Municipal, o cargo de INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Parágrafo único – A nomenclatura, requisitos, funções, atribuições e responsabilidades do cargo de Instrutor de Educação Física, são definidos nos Anexos I e I-A e IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

Art. 2º) Fica incluído o cargo de Instrutor de Educação Física (cód. 36) no quadro ANEXO I – ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS da Lei Municipal n. 006/02, com a seguinte redação:

**CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

**Antoninho Tiburcio Gonçalves** - Presidente • **Edinando Brustolin** - Diretor Executivo

**Emerson Souto** - Gerente de Tecnologias da Informação • **Lucas Rossi** - Diagramador • **Tales Tombini** - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**ANEXO I**  
**ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS**

Cód	Categoria Funcional	Nível	Nomenclatura do Cargo	Carga Horária Semanal	Nº de Vagas Anterior	Nº de Vagas Preenchidas	Nº de Vagas Propostas
01	ANS	6	Advogado	40 horas	00	00	01
02	ANS	6	Assistente Social	40 horas	01	00	01
03	ANS	6	Bibliotecário	40 horas	00	00	01
04	ANS	6	Contador	40 horas	00	00	01
05	ANS	6	Enfermeiro	40 horas	01	00	03
06	ANS	6	Engenheiro	40 horas	02	01	03
07	ANS	6	Farmacêutico	40 horas	01	01	01
08	ANS	6	Fisioterapeuta	30 horas	01	01	01
09	ANS	6	Fonoaudiólogo	30 horas	01	00	01
10	ANS	6	Médico I	20 horas	07	03	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas	00	00	02
12	ANS	6	Médico Veterinário	40 horas	01	01	02
13	ANS	6	Nutricionista	30 horas	01	00	01
14	ANS	6	Odontólogo I	20 horas	08	06	06
15	ANS	6	Odontólogo II	40 horas	03	03	03
16	ANS	6	Psicólogo	40 horas	01	01	01
17	ANS	6	Terapeuta Ocupacional	30 horas	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas	04	04	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas	10	04	10
20	ANI	4	Agente Administrativo II	40 horas	14	10	15
21	ANI	4	Auxiliar de Enfermagem	40 horas	09	05	Em extinção
22	ANI	4	Instrutor de Música	Por hora Aula	03	03	06
23	ANB	3	Agente Administrativo I	40 horas	00	05	Em extinção
24	ANB	3	Agente Operacional III	40 horas	17	12	18
25	ANB	3	Motorista	40 horas	09	08	12
26	ANB	2	Auxiliar de Educador	40 horas	10	08	10
27	ANB	2	Agente Operacional II	40 horas	07	04	05
28	ANB	2	Auxiliar de Odontologia	40 horas	02	00	04
29	ANB	1	Agente Operacional I	40 horas	81	66	81
30	ANS	6	Médico III	10 horas	00	00	04
31	ANIS	5A	Agente Administrativo III	40 horas	00	00	04
32	ANIS	6	Médico IV (Médico Plantonista)	Até 60 horas Plantão	00	00	10
33	ANI	4	Agente Operacional IV	40 horas	02	02	02

34	ANB	2	Agente Comunitário de Saúde	40 horas	00	00	04
35	ANI	4	Instrutor de Informática	40 horas	00	00	02
36	ANS	6	Instrutor de Educação Física	40 horas	00	00	01

Art. 3º) Fica incluído o cargo de Instrutor de Educação Física (cód. 36) no quadro ANEXO I - A – TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE da Lei Municipal n. 006/02, com a seguinte redação:

**ANEXO I - A**
**TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE**

Código	Categoria Funcional	Nomenclatura do Cargo	Escolaridade
01	ANS	Advogado	Formação Superior em Direito
02	ANS	Assistente Social	Formação Superior em Assistência Social
03	ANS	Bibliotecário	Formação Superior em Biblioteconomia
04	ANS	Contador	Formação Superior em Contabilidade
05	ANS	Enfermeiro	Formação Superior em Enfermagem
06	ANS	Engenheiro	Formação Superior em Engenharia
07	ANS	Farmacêutico	Formação Superior em Farmácia
08	ANS	Fisioterapeuta	Formação Superior em Fisioterapia
09	ANS	Fonoaudiólogo	Formação Superior em Fonoaudiologia
10	ANS	Médico I	Formação Superior em Medicina
11	ANS	Médico II	Formação Superior em Medicina
12	ANS	Médico Veterinário	Formação Superior em Medicina Veterinária
13	ANS	Nutricionista	Formação Superior em Nutrição
14	ANS	Odontólogo I	Formação Superior em Odontologia
15	ANS	Odontólogo II	Formação Superior em Odontologia
16	ANS	Psicólogo	Formação Superior em Psicologia
17	ANS	Terapeuta Ocupacional	Formação Superior em Terapia Ocupacional
18	ANI	Técnico em Nível Médio	Ensino Médio e Curso Técnico na área de atuação
19	ANI	Fiscal	Ensino Médio e Curso Técnico Contábil
20	ANI	Agente Administrativo II	Ensino Médio
21	ANI	Auxiliar de Enfermagem	Ensino Médio e Curso de Auxiliar de Enfermagem
22	ANI	Instrutor de Música	Ensino Médio e curso na área de atuação
23	ANB	Agente Administrativo I	Ensino Fundamental e/ou Curso de Auxiliar
24	ANB	Agente Operacional III	Ensino Fundamental
25	ANB	Auxiliar de Educador	Ensino Fundamental
26	ANB	Auxiliar de Odontologia	Ensino Fundamental
27	ANB	Motorista	4º série do Ensino Fundamental



28	ANB	Agente Operacional II	Alfabetizado
29	ANB	Agente Operacional I	Alfabetizado
30	ANS	Médico III	Formação Superior em Medicina
31	ANIS	Agente Administrativo III	Formação Superior
32	ANIS	Médico IV Plantonista	Formação Superior em Medicina/Especialidade
33	ANB	Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental
34	ANI	Agente Operacional IV	Ensino Médio
35	ANI	Instrutor de Informática	Ensino Médio
36	ANS	Instrutor de Educação Física	Formação Superior/Educação Física

Art. 4º - Fica incluído o cargo de Instrutor de Educação Física no quadro ANEXO IV – PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES da Lei Municipal n. 006/02, com a seguinte redação:

**ANEXO IV – PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**

Categoria Funcional: ANS – Atividades de Nível Superior  
Nível: 6

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Instrutor de Educação Física	Planejar, elaborar, executar e avaliar projetos relacionados a educação física, esporte, saúde e lazer com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos nas mais diversas modalidades, em atividades fora da Rede Municipal de Ensino. Atender as necessidades e expectativas da comunidade, no que tange as atividades ligadas às práticas ligadas à educação física, nas suas mais variadas modalidades. Ministrar aulas nos dias e locais estabelecidos pela Coordenação de Esporte e Lazer do Município, em atividades extra curriculares da Rede Municipal de Ensino. Colaborar com ações voltadas à prática esportiva com ênfase na prevenção de doenças, cuidando sempre da preservação da qualidade de vida da comunidade. Manter as atividades das escolinhas de esporte, oferecendo novas oportunidades para inserir o atleta que se destaca no esporte praticado. Identificar e encaminhar atletas que se destacam pelo talento esportivo, às escolas de rendimento desportivo, preferencialmente de nossa região.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Formação em Curso Superior de Educação Física (Bacharelado)

INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Instrutor de Educação Física	Proferir palestras sobre a prática desportiva e qualidade de vida. Organizar, dirigir e promover o desenvolvimento bio-psico-fisiológico, que tem por finalidade o desenvolvimento corporal e mental harmonioso do ser humano. Planejar, elaborar e executar outras atividades correlatas.	b) Para promoção a Referência "F" do Subnível 63: Possuir Pós-graduação na área de Educação Física
Número de Vagas: 01			

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Lei Nº 3.541**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 3.541 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder Contribuição de até R\$ 6.720,00 (seis mil e setecentos e vinte reais), para a Federação Catarinense de Municípios – FECAM.

Art.2º) A Contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) referente aos meses de janeiro à dezembro do exercício de 2010, o repasse das contribuições mensais deverá ser efetuado até o dia vinte de cada mês.

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de participação do Município de Campo Alegre/SC, para que se dê continuidade aos Projetos da "FECAM".

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 02.01.04.122.0003.2010 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335041.00 – Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Lei Nº 3.542

LEI Nº 3.542 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESA COM AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS COMO FORMA DE AUXÍLIO/PATROCÍNIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesa de até R\$ 600,00 (seiscentos reais), com aquisição de passagens aéreas de ida e volta para a atleta Campoalegrense LUCIANA RAQUEL FERNANDES FOITTE, portadora do RG 2.372.254-1, inscrita no CPF/MF n. 015.095.099/33.

Parágrafo único – As passagens aéreas de que trata a presente lei serão fornecidas como forma de auxílio/patrocínio de sua participação na “85ª CORRIDA INTERNACIONAL DE SÃO SILVESTRE”, que acontecerá na cidade de São Paulo/SP, no dia 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A atleta Campo-alegrense contemplada com o patrocínio já representou o Município em quatro edições da “85ª CORRIDA INTERNACIONAL DE SÃO SILVESTRE”

Art. 3º) As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – Unidade: Coordenadoria de Esporte e Lazer – Projeto Atividade: Realização e Participação de Campeonatos Esportivos – Dotação: 11.03.2019.339039.00.136 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.009

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.009 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – MARGARIDA DO ROCIO DOS SANTOS, matrícula nº 0270, referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2009 á 08 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.010

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.010 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Chefe do Serviço de Ensino Fundamental – MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY, matrícula nº 000082, referente ao período aquisitivo de 15 de janeiro de 2009 á 14 de janeiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:





22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.011 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – MARINÊS WOYESKOVISKY UHLIG, matrícula nº 0229, referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2009 à 08 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.012**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.012 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – MARLI TEREZINHA DE SOUZA, matrícula nº 000130, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2009 à 01 de maio de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.013**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.013 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ, matrícula nº 000059, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2008 à 31 de outubro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.014 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – NOELI TEREZINHA DE FARIAS, matrícula nº 000059, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2008 à 31 de outubro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.



Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.015

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.015 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – OLÍVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ, matrícula nº 000105, referente ao período aquisitivo de 12 de março de 2009 á 11 de março de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.016

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.016 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – ORIANE LINZMEYER STELZNER, matrícula nº 000168, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2009 á 15 de março de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.017

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.017 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias ao Professor – PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, matrícula nº 000499, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.018**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.018 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias ao Professor – PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, matrícula nº 000571, referente ao período aquisitivo de 06 de fevereiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.019**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.019 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias ao Professor – RENATO CAMPOS QUERINO FILHO, matrícula nº 000467, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.020**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.020 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – ROSANY MARIA DA ROZA BASTOS, matrícula nº 000160, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2008 à 28 de fevereiro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.021**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.021 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – SILVANIRA TELMA, matrícula nº 000226, referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2009 à 08 de fevereiro de 2010,

pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.022

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.022 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – SILVIA PASDA UHLIG, matrícula nº 000173, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2009 á 15 de março de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.023

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.023 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – SOLANGE REGINA DOS PASSOS, matrícula nº 000195, referente ao período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2009 á 14 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.024

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.024 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – SONIA BOETTGER, matrícula nº 000446, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009



JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria N° 7.025**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.025 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – SUELI DO ROCIU WOLLNER DA CRUZ, matrícula n° 000175, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2009 á 15 de março de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria N° 7.026**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.026 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ MOREIRA, matrícula n° 000523, referente ao período aquisitivo de 25 de fevereiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria N° 7.027**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.027 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – ADELAI-DE DOLORES LIEBL, matrícula n° 000519, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria N° 7.028**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 7.028 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – ALINE CRISTIANE FRIEDRICH, matrícula n° 000445, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.



Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.030**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.030 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – ANA LUIZA DA CRUZ KMIECIK, matrícula nº 000451, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.031**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.031 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Professora – ANGELA MARIA GSCHWENDTNER, matrícula nº 000557, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 10 de Janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.032**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.032 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – ARLETE SCHIESSL, matrícula nº 0232, referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2009 á 08 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de Janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.033**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.033 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Auxiliar de Educador – BARBARA BRUSKE, matrícula nº 000008, referente ao período aquisitivo de 11 de abril de 2009 a 10 de abril de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 a 26 de Janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.034**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.034 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – BERNADETE TERESINHA SCHUTA ODIA, matrícula nº 000421, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 a 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.035**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.035 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – CLAUDIA INÊS CARDOSO, matrícula nº 000508, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 a 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.036**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.036 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – CRISTIANE MARIA OLESCOWITZ, matrícula nº 000517, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 a 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.037

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.037 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – ELIANE REGINA NENEVÊ SLOMINSKY, matrícula nº 000514, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.038

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.038 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – ELISABET SCHINDLER, matrícula nº 000129, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2009 à 01 de maio de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.039

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.039 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – GABRIELE QUOST, matrícula nº 000520, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.040

GABINETE DO PREFEITO



**PORTARIA Nº 7.040 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – JANETE DRANCKA, matrícula nº 000234, referente ao período aquisitivo de 21 de fevereiro de 2009 à 20 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.041**

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.041 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS, matrícula nº 000470, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.042**

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.042 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – LEILA DE CASSIA MUNHOZ LARGURA, matrícula nº 0169, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2009 à 15 de março de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.043**

**GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.043 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Auxiliar Educador – LOURDES GALLAS MARCZACK, matrícula nº 000120, referente ao período aquisitivo de 03 de abril de 2009 à 02 de abril de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.044**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.044 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Professora – LUIZANA BRUNA RODRIGUES, matrícula nº 000525, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.045**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.045 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – LUCEMAR SCHMANSKY PASDA, matrícula nº 000200, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2009 à 28 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.046**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.046 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Auxiliar de Educador – LUCIA APARECIDA SMENCOSKI LINZMEYER, matrícula nº 000090, referente ao período aquisitivo de 09 de junho de 2009 à 08 de junho de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.047**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.047 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,



no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Professora – LUCIANA FUECKNER WALTSMANN, matrícula nº 000516, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.048**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.048 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – LUZIA KOBUS LEAL, matrícula nº 000397, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.049**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.049 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – MARIA ANGÉLICA FOITTE, matrícula nº 000086, referente ao período aquisitivo de 15 de janeiro de 2008 à 14 de janeiro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **Portaria Nº 7.050**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.050 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – MARIA DE LOURDES PISKE, matrícula nº 000119, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2009 à 01 de abril de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.051**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.051 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – MARILDA SCHADECK, matrícula nº 000140, referente ao período aquisitivo de 15 de julho de 2009 à 14 de julho de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.052**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.052 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Auxiliar de Educador – MARILUCI DOS SANTOS NUNES BUCHMANN, matrícula nº 000077, referente ao período aquisitivo de 26 de novembro de 2009 à 25 de novembro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.053**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.053 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Professora – MERI TEREZINHA MACHADO HUBNER, matrícula nº 000107, referente ao período aquisitivo de 13 de março de 2009 à 12 de março de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Portaria Nº 7.054**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.054 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – ROSANE VIEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 000066, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2008 à 30 de junho de 2009,





pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.055**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.055 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLÊZ, matrícula nº 000143, referente ao período aquisitivo de 16 de setembro de 2009 á 15 de setembro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.056**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.056 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – SANDRA APARECIDA ANDRADE DE LIMA, matrícula nº 277, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2009 á 31 de agosto de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

### **Portaria Nº 7.057**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.057 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, matrícula nº 000261, referente ao período aquisitivo de 06 de fevereiro de 2008 á 05 de fevereiro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.058

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.058 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora Auxiliar – SANDRA SCHWARZ, matrícula nº 000522, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.059

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.059 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, matrícula nº 000542, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### Portaria Nº 7.060

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – SILVIA SCHMANSKI, matrícula nº 000513, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**Catanduvas**

**Prefeitura Municipal**

### Lei 2.238

LEI 2.238, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.

“INSTITUI O ÓRGÃO CATANDUVENSE DE TRÂNSITO - ORCA-TRAN, A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO – JARI, NOS TERMOS DA LEI Nº. 9.503 DE 23.09.2007 – CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de



Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído o ÓRGÃO CATANDUVENSE DE TRÂNSITO – ORCATRAN, nos termos da Lei nº 9.503 de 23.09.97 – CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, tendo por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

Art. 2º - O Órgão Executivo de Trânsito dará prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio ambiente.

## SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

Art. 3º - O ÓRGÃO CATANDUVENSE DE TRÂNSITO - ORCATRAN, ficará vinculado a Secretaria de Infra Estrutura, exercendo sua ação em todo o Município de Catanduvas, competindo-lhe com exclusividade:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito no âmbito de suas atribuições;

II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III – implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V – estabelecer em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VII – aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada prevista no Código de Trânsito Brasileiro, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VIII – fiscalizar, autuar e aplicar penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas às infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX – fiscalizar o cumprimento da norma contida no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro, aplicando as penalidades e arrecadando as multas previstas;

X – implantar, manter e operar sistemas de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI – arrecadar valores provenientes da estada e remoção de veículos e objetos e, escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII – credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XIII – integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências

de veículos e de prontuários dos condutores e de uma para outra unidade da Federação;

XIV – implantar as medidas da Polícia Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV – promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XVI – planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XVIII – conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;

XIX – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

XX – fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzido pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XXI – vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

Parágrafo Único - O Órgão Catanduvense de Trânsito – ORCATRAN do Município de Catanduvas, poderá celebrar convênios, delegando suas atribuições, com vistas à maior eficiência e à segurança para os usuários da via, conforme previsto no art. 25 do Código de Trânsito Brasileiro.

## SEÇÃO III DA ESTRUTURA

Art. 4º - A estrutura organizacional do ÓRGÃO CATANDUVENSE DE TRÂNSITO - ORCATRAN, será a seguinte:

I – Órgão Superior, formado pelas seguintes autoridades:

- a) – Assessor Jurídico Municipal;
- b) – Representante da Câmara dos Dirigentes Logistas - CDL;
- c) – Secretário Municipal de Infra Estrutura;
- d) – Secretário Municipal de Administração e Finanças;
- e) – Representante da Câmara Municipal;
- f) – Sindicato dos Transportadores;
- g) – Sindicato do Mate;
- h) – Representante da Indústria e do Comércio;
- i) – Representante da Polícia Civil;
- j) – Representante da Polícia Militar;
- k) – Secretário Municipal de Educação.
- l) – Representante de entidade ligada à preservação do meio ambiente.

II – Órgão Executor, composto por:

- a) – um diretor administrativo;
- b) – um diretor técnico.

Art. 5º. O Órgão Superior será dirigido pela autoridade indicada pelo Chefe do Poder Executivo, sendo que o pessoal do Órgão Executor, será indicado pelo Órgão Superior, entre servidores pertencentes ao quadro, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, sendo vedada qualquer remuneração adicional, em virtude do caráter relevante de seus serviços.

§ 1º. O Órgão Superior reunir-se-á uma vez por mês ordinariamente, ou extraordinariamente por convocação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º. No caso de impedimento de qualquer dos membros titulares, passam a integrar o Órgão Superior do ORCATRAN, os seus substitutos designados por ato do Chefe do Poder Executivo, quando pertencentes ao quadro de servidores municipais, e ou indicados quando for o caso pela respectiva entidade.

Art. 6º. O mandato dos membros da ORCATRAN será de 02 (dois) anos.

#### SEÇÃO IV DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 7º. A Administração Municipal colocará à disposição do ORCATRAN, os recursos humanos necessários para funcionamento do órgão.

Art. 8º. O Gabinete do Prefeito dará todo o suporte necessário, no que diz respeito a bens materiais e recursos financeiros para o perfeito funcionamento do órgão.

### CAPÍTULO II DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

#### SEÇÃO I DO JULGAMENTO DAS AUTUAÇÕES E PENALIDADES

Art. 9º. A autoridade de trânsito, na esfera da competência estabelecida no Código de Trânsito Brasileiro e dentro da sua circunscrição, julgará a consistência do auto de infração e aplicará a penalidade cabível.

Parágrafo único. Esta autoridade será nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os membros da ORCATRAN.

Art. 10. Fica criada a Junta Administrativa de Recursos e Infrações – JARI, no Município de Catanduvas, órgão colegiado, responsável pelo julgamento dos recursos interpostos de infrações de trânsito no território municipal.

#### SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

Art. 11. Compete à JARI:

I – julgar os recursos interpostos pelos infratores;

II – solicitar aos órgãos e entidades executivas de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação ocorrida;

III – encaminhar aos órgãos e entidades executivas de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas situações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente;

IV – formular seu Regimento Interno, segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito, mediante homologação do Chefe do Poder Executivo.

#### SEÇÃO III

#### DA ESTRUTURA

Art. 12. A JARI de Catanduvas, será composta de 03 (três) membros titulares e por 03 (três) suplentes, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, na seguinte forma:

I – um representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

II – um representante da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

III – um representante do Sindicato dos Transportadores Rodoviários de Cargas de Catanduvas e Região.

§ 1º - Presidirá a JARI o representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º - Os demais membros serão indicados pelos respectivos órgãos.

§ 3º - Os membros suplentes serão indicados e nomeados obedecendo-se as mesmas regras de indicação dos membros titulares.

Art. 13. A JARI de Catanduvas, deverá credenciar-se junto ao Conselho Estadual de Trânsito, segundo disposição estabelecida por este Conselho.

Art. 14. O mandato dos membros da JARI será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período de igual prazo.

Art. 15. A JARI somente poderá deliberar com sua composição completa.

Art. 16. Os recursos apresentados à JARI, serão distribuídos alternadamente, aos seus três membros, como relatores, e, salvo motivo justo, julgado na ordem cronológica de sua interposição.

Art. 17. A Administração Municipal prestará apoio administrativo à JARI.

Art. 18. Os membros da JARI, não receberão remuneração pelo desempenho de seus mandatos.

Art. 19. O funcionamento da JARI obedecerá ao seu regimento interno, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e a legislação em vigor.

Art. 20. As dúvidas sobre casos omissos dos regimentos ou na efetivação, deverão ser resolvidos pela JARI, com recurso para os órgãos superiores do trânsito municipal e, se for o caso, estadual.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 21. As despesas para a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), em 11 de dezembro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Secretaria da Administração e Finanças  
Registrado por esta Secretaria nesta data.

### Lei 2.239

LEI Nº 2.239/09 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

“AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL





UNID. ORÇ. 1101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
2048 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social  
02 00 DESPESAS DE CAPITAL – Recursos Próprios R\$ 20.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNID. ORÇ. 1101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
2048 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social  
01 00 OUT. DESPESAS CORRENTES – Recursos Próprios R\$ 7.000,00  
02 24/04 DESPESAS DE CAPITAL – Recursos do PAC R\$ 13.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 16 de Dezembro de 2009.  
GISA APARECIDA GIACOMIN CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 16/12/2009.

## Lei 2.240

LEI 2.240, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

"AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA VISANDO A COOPERAÇÃO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E AUTORIZA A EXECUÇÃO DE TAIS SERVIÇOS PELA CASAN – COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO, ATRAVÉS DE CONTRATO DE PROGRAMA"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, com fundamento no artigo 241 da Constituição Federal, Lei Federal nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, Lei Federal nº. 11.445 de 05 de janeiro 2007, Lei Estadual nº. 4.547/1970, Lei Estadual nº. 13.517/2005 e Lei Estadual nº. 381 de 07 de maio de 2007, visando à execução na prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário com o ESTADO DE SANTA CATARINA, para a prestação desses serviços pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo, com fundamento no artigo 24 inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93 e na legislação referida no artigo anterior autorizado a celebrar CONTRATO DE PROGRAMA com a CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, visando a prestação dos serviços municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 3º. As autorizações de que tratam os Artigo 1º e 2º desta lei visam à integração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao serviço estadual de saneamento básico e abrangerá, no todo ou em parte, as seguintes atividades integradas e suas respectivas infra-estruturas e instalações operacionais:

I - a captação, adução e tratamento de água bruta;

II - a adução, reservação e distribuição de água tratada;

III - a coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Art. 4º. O Convênio de Cooperação estabelecerá:

I - os meios e instrumentos para o exercício das competências de fiscalização e regulação, delegados ao ÓRGÃO REGULADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA;

II - o planejamento dos serviços de saneamento básico;

III - as atribuições do MUNICÍPIO;

IV - as atribuições do Estado, através da CASAN.

Art. 5º. O Convênio de Cooperação poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito, da seguinte forma:

I - pelo MUNICÍPIO, unilateralmente, através de denúncia fundamentada e motivada, sempre que o relevante interesse público o autorize em caso de risco na descontinuidade da prestação dos serviços;

II - advento do Termo Final do prazo do CONVÊNIO, sem que haja prorrogação pactuada entre as partes;

III - pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

Art. 6º. A denúncia total ou parcial do CONVÊNIO pelos CONVENIENTES, não afeta a vigência do CONTRATO DE PROGRAMA firmado entre o MUNICÍPIO e a CASAN para a prestação dos serviços de saneamento básico, ficando assegurado o cumprimento das obrigações previstas.

Art. 7º. Em qualquer hipótese, a reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas, 23 de dezembro de 2009.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

## Lei 2.242

LEI 2.242, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A FECAM – FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a FECAM – Federação Catarinense de Municípios – inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.303.982/0001-90, com sede administrativa na Praça XV de Novembro, nº 270, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com o objetivo de efetuar-se o repasse mensal da importância de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), reajustáveis de acordo com as Assembléias dos Municípios a serem realizadas ordinariamente pela FECAM.



Parágrafo único. O Município já se encontra devidamente filiado à FECAM, e o repasse tem por finalidade dotar a mesma de recursos financeiros para a prestação dos serviços previstos em seus Estatutos Sociais.

Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente medida, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas, 23 de dezembro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

### Lei 2.243

LEI 2.243, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

"AUTORIZA REALIZAR DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE FRANGOS PARA OS FUNCIONÁRIOS DA MUNICIPALIDADE"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas, até a importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com a aquisição de frangos tipo chester, para distribuição à todos os Servidores Públicos Municipais, ativos e inativos do Poder Executivo e Legislativo Municipal, e servidores de outros órgãos que estejam prestando serviços à municipalidade, por força legal ou contratual.

Art. 2º. Tal medida é do interesse público municipal, vez que visa valorizar e promover a congratulação dos servidores, sendo já de praxe no período natalino, festas de final de ano e reveillon.

Art. 3º. A aquisição será efetuada na forma do disposto no art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente medida, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas, 23 de dezembro de 2009.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Claudinei Antônio Sella

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

### Decreto 1.640/09

DECRETO 1.640, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

"NOMEIA COMISSÃO PARA PROMOÇÃO HORIZONTAL DE DESEMPENHO, EFICIÊNCIA E POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal, e art. 7º da Lei Municipal nº 2.173, de 10 de junho de 2008,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para formar a COMISSÃO PARA PROMOÇÃO HORIZONTAL DE DESEMPENHO, EFICIÊNCIA E POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL do Magistério Público Municipal, composta de forma paritária, da seguinte forma:

I – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:

- a) Leda Maria de Almeida
- b) Maristela Borella Baraúna
- c) Jancarla Rodrigues
- d) Solange Mayer Secco

II – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO:

- a) Clóvis José De Lucca
- b) Alda Marmentini Nora
- c) Tassiana Cláudia Felipe
- d) Marta Menegat

Art. 2º. A Comissão será presidida pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, e terá atribuição de efetuar a promoção horizontal por desempenho e eficiência, e por qualificação profissional adotando critérios objetivos e demais requisitos previstos na Lei supracitada.

Art. 3º. Pela participação na Comissão os membros não serão remunerados, sendo considerado trabalho de relevância para o Município, cabendo somente a restituição de despesas previamente autorizadas pelo Poder Público Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 02 de dezembro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração

Registrado e publicado nesta data.

### Decreto 1.641/09

DECRETO 1.641, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ATUALIZA O ÍNDICE UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2010, ESTABELECE PRAZOS PARA PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II, VIII e XI do art. 103 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto no art. 160, e art. 309 da Lei Complementar Municipal 17/2002, e Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010,

CONSIDERANDO, que o índice de correção do IGP-M relativo ao exercício de 2008 não foi aplicado pela Administração anterior, e não pode ser ignorado pela atual Administração Municipal, pena de incorrer em crimes, mormente os prescritos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO, que para o Exercício Fiscal de 2010, não que ser aplicados os índices do IGP-M de 2008 e 2009; e

CONSIDERANDO, a necessidade de se estabelecer um calendário para o pagamento de tributos para o próximo Exercício, conforme previsto na Legislação Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. O valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal -, para o Exercício de 2010, fica estabelecida em R\$ 2,045 (dois reais zero quarenta e cinco centavos), atualizada pelos índices do IGP-M/FGV do Exercício de 2008, em +9,8054% (nove vírgula oito zero cinco quatro pontos percentuais) referente a inflação; e do Exercício de 2009, em -1,5842% (um vírgula cinco oito quatro pontos percentuais) referente a deflação apurada, totalizando assim, um reajuste de 8,22% (oito vírgula vinte e dois por cento), em atendimento ao estabelecido no art. 309 do Código Tributário Municipal.

Art. 2º. Fica estabelecido, como vencimento final para pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano de 2010, em cota única com desconto de 15% (quinze por cento), o dia 12 de março de 2010.

Art. 3º. Fica estabelecido, para pagamento parcelado do IPTU/2009, sem desconto, os seguintes vencimentos:

- a) 1ª PARCELA – 12/03/2010;
- b) 2ª PARCELA – 12/04/2010; e
- c) 3ª PARCELA – 12/05/2010.

Art. 4º. Fica estabelecido como vencimento final para pagamento da Taxa de Fiscalização e Funcionamento – TFF e Taxa de Vigilância Sanitária – TVS para o Exercício de 2010, em cota única e sem desconto, o dia 26 de fevereiro de 2010.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 03 de dezembro de 2009.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Secretário de Administração

Registrado e publicado nesta data.

### **Decreto 1.643/09**

DECRETO 1.643, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II, VIII e XII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que neste ano de 2009, o dia 25 de dezembro - Natal, bem assim, o dia 1º de janeiro de 2010, feriados nacionais acontecem ambos em sexta-feira;

CONSIDERANDO, que a semana entre o Natal e o dia 1º de janeiro (Confraternização Universal) do ano vindouro, tem demonstrado a pouca procura pelos cidadãos, dos serviços públicos prestados pela Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO, que neste ano já é anunciada a paralisação em diversos órgãos da administração direta e indireta, situação esta que automaticamente se estende aos órgãos públicos ligados à Administração de Catanduvas-SC;

CONSIDERANDO, que, também há a necessidade criar fator para

economia dos gastos públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal, os dias 24, 28, 29, 30 e 31 de dezembro de 2009, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais, retornando às atividades normais, no 4 de janeiro de 2010 - segunda-feira -, no horário normal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 11 de dezembro de 2009.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

### **Decreto 1.645/09**

DECRETO Nº 1.645/09 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

“AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.239/09 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNID. ORÇ. 1101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
2048 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social  
02 00 DESPESAS DE CAPITAL – Recursos Próprios R\$ 20.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNID. ORÇ. 1101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
2048 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social  
01 00 OUT. DESPESAS CORRENTES – Recursos Próprios R\$ 7.000,00  
02 24/04 DESPESAS DE CAPITAL – Recursos do PAC R\$ 13.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 16 de Dezembro de 2009.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 16/12/2009.



**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 0049/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 0049/2009

Processo Licitatório nº 0023/2009 - Carta Convite nº0016/2009.

Objeto: Aquisição de materiais e mão-de-obra para execução de pavimentação em paralelepípedos (calçamento), drenagem pluvial e sinalização viária de parte da Rua Ângelo Guerra, totalizando 2.568,17m².

Contratante: Município de Catanduvás – SC.

Contratado (a): EMOPLAN CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

PRIMEIRA – Face aos acentuados dias de chuva e períodos de mal tempo ocorridos no período há necessidade de prorrogar o prazo para a execução da obra em sessenta (60) dias, iniciando em 28 de dezembro de 2009.

SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Data e assinatura do contrato: 21 de dezembro de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal.

**Câmara de Vereadores****Resolução N° 006**

RESOLUÇÃO N° 006, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS/SC

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvás – SC faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

## TÍTULO I

## DA CÂMARA MUNICIPAL

## CAPÍTULO I

## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal, através das funções legislativas, fiscalizadoras, julgadoras, administrativa e de assessoramento, bem como sua constituição, estrutura, atribuições, competência e funcionamento, obedecerão ao disposto neste Regimento Interno.

## CAPÍTULO II

## DA SEDE

Art. 2º. A Câmara Municipal de Catanduvás/SC tem sua sede no edifício onde lhe é destinada, onde serão realizadas as sessões, sendo reputadas nulas as realizadas em outro local, sem a previa autorização do Plenário.

§ 1º Na sua sede não se realizarão atos estranhos à função da Câmara Municipal sem previa autorização da Mesa

§ 2º Exceto em casos de calamidade pública ou de qualquer outra ocorrência que impossibilite o seu funcionamento na sede, somente uma sessão mensal poderá ser realizada em outro local.

§ 3º A mesa da Câmara tomará as providências para a publicidade da mudança de local.

## CAPÍTULO III

## SESSÃO LEGISLATIVA

Art. 3º. A Câmara Municipal de Catanduvás é composta de Vereadores, eleitos para cada legislatura, como representantes do povo, com mandato de quatro anos, compreendendo cada ano

uma sessão legislativa, e reunir-se-á:

I - ordinariamente, 11 de fevereiro à 31 de dezembro independente de convocação.

II - extraordinariamente, quando for convocada na forma da Lei Orgânica do Município e deste Regimento Interno.

Parágrafo Único: A Câmara deliberará, quando convocada extraordinariamente, somente sobre a matéria objeto da convocação.

Art. 4º. A Câmara reunir-se-á, além de outros casos previstos neste Regimento, para:

I - inaugurar a sessão legislativa;

II - dar posse aos Vereadores, Prefeito e ao Vice-Prefeito, em 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição e ouvir-lhes individualmente o compromisso estabelecido na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

## CAPÍTULO IV

## DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA CÂMARA

Art. 5º. A Câmara Municipal instalar-se-á no dia 1º de janeiro de cada legislatura, as 10hs00min, em sessão solene, independente de numero, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos.

## SEÇÃO I

## DA POSSE DOS ELEITOS

Art. 6º. O Prefeito, Vice Prefeito e os Vereadores eleitos deverão apresentar seus diplomas, declaração pública de seus bens, documento comprobatório de desincompatibilização, sob pena de extinção do mandato à secretaria Administrativa da Câmara, antes da Sessão de Instalação.

§ 1º Os Vereadores presentes, regularmente diplomados, serão empossados após prestarem o compromisso, lido pelo Presidente, nos seguintes termos:

PROMETO EXERCER, COM DEDICAÇÃO E LEALDADE O MEU MANDATO, RESPEITANDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E A LEI ORGÂNICA DO MEU MUNICÍPIO, DEFENDENDO OS INTERESSES DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO MEU POVO.

§ 2º. Após a leitura do compromisso os vereadores, em pé, dirão: ASSIM PROMETO.

§ 3º. Não haverá posse por procuração.

§ 4º. O Vereador empossado posteriormente prestará compromisso na primeira sessão da Câmara realizada após sua posse.

§ 5º. O Suplente de Vereador, tendo prestado compromisso uma vez, será dispensado de fazê-lo em convocações posteriores.

Art.7º. Instalada a Legislatura e prestado o compromisso pelos Vereadores, será interrompida a solenidade por 00h30min (trinta minutos) e far-se-á a eleição da Mesa Diretora, nos termos do artigo 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Havendo algum impasse, quanto à eleição da mesa, ao término do tempo estipulado no caput deste artigo, será retomado a Sessão Solene e o Presidente em Exercício dará continuidade aos trabalhos, e após o encerramento da Sessão será realizada a eleição da mesa em tantas convocações quantas necessárias.

Art. 8º. O presidente eleito, nos termos do artigo anterior, dará posse ao Prefeito e Vice-Prefeito, observado, no que couber, o disposto no artigo 6º deste Regimento Interno.

Art. 9º. Poderão fazer uso da palavra, pelo máximo de 00h05min (cinco minutos), um representante de cada bancada, o Prefeito,



o Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara e um representante das autoridades presentes.

Art. 10. Na hipótese de a posse não se verificar na data prevista no art. 5º, deverá ocorrer:

§ 1º Dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da referida data, quando se trata de Vereador, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 2º Dentro do prazo de dez (10) dias da data fixada para a posse, quando se tratar de Prefeito e Vice-Prefeito, salvo motivo aceito pela Câmara.

§ 3º Na falta de sessão ordinária ou extraordinária nos prazos indicados neste artigo, a posse poderá ocorrer na Secretaria da Câmara, perante o Presidente ou seu substituto legal, observados todos os demais requisitos, devendo ser prestado o compromisso na primeira sessão subsequente.

§ 4º Prevalecerão para os casos de posse superveniente ao início da legislatura seja de Prefeito, Vice-Prefeito ou Suplente de Vereador, os critérios e os prazos estabelecidos neste artigo.

Art. 11. A recusa do Vereador eleito em tomar posse importa em renúncia tácita do mandato, devendo o Presidente, após o decurso do prazo estipulado no artigo anterior, declarar extinto o mandato e convocar o respectivo Suplente.

Art. 12. Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

Art. 13. A recusa do Prefeito eleito a tomar posse importa em renúncia tácita de mandato, devendo o Presidente, após o decurso do prazo previsto no art. 10 e seus parágrafos deste regimento, declarar vago o cargo.

§ 1º Ocorrendo a recusa do Vice-Prefeito a tomar posse, observar-se-á o procedimento previsto neste artigo.

§ 2º Em caso de recusa do Prefeito e do Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara deverá assumir o cargo de Prefeito, até a posse dos novos mandatários do Executivo.

## SEÇÃO II DA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 14. Na data da Sessão de Instalação da Legislatura, após a posse dos Vereadores, será realizada Sessão Plenária Especial com o objetivo exclusivo de realizar a eleição da Mesa, sob a presidência da Mesa Provisória, em votação secreta observada as seguintes normas:

- I – presença da maioria absoluta dos Vereadores;
- II – emprego de cédulas impressas;
- III – colocação de cédula em urna, à vista do Plenário;
- IV – escrutínio dos votos e proclamação do resultado;
- V – obtenção de maioria absoluta dos votos;
- VI – escolha do candidato mais idoso em caso de empate.

§ 1º Para eleição da mesa poderá ser apresentado chapa, mas a eleição será procedida de forma individual para cada cargo, nos seguintes termos:

- I – eleição para o cargo de Presidente
- II – eleição para o cargo de Vice-Presidente
- III – eleição para o cargo de Primeiro Secretário
- IV – eleição para o cargo de Segundo Secretário.

§ 2º O Presidente convidará um Vereador de cada Bancada para procederem a apuração.

§ 3º Será nulo o voto que indicar mais de uma chapa, ou cuja cédula contenha sinais que permitam a identificação do voto.

§ 4º Conhecido o resultado, o Presidente proclamará eleitos os que obtiverem maioria simples dos votos.

§ 5º Os eleitos são considerados automaticamente empossados.

§ 6º Mesa Diretora da Câmara será composta de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, com mandato 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

## SEÇÃO III DA RENOVAÇÃO DA MESA

Art. 15. A eleição para renovação da Mesa Diretora, realizar-se-á, obrigatoriamente na última sessão ordinária do segundo ano da sessão legislativa, considerando-se automaticamente empossados os eleitos, no dia 01 de janeiro do ano subsequente.

Art. 16. O mandato da Mesa Diretora será de 02 (dois) anos, vedado a recondução para o mesmo cargo na legislatura imediatamente subsequente.

Art. 17. Será considerado vago qualquer cargo da Mesa, quando:

I - extinguir-se o mandato do respectivo ocupante, ou se este o perder;

II - licenciar-se o membro por prazo superior a 90 (noventa) dias, no mandato, podendo essa licença ser fracionada, ou pelo prazo de 120 dias por motivo de doença devidamente comprovado por exame médico.

III - houver renúncia do cargo;

IV - for o ocupante destituído, por decisão do Plenário, pela deliberação da maioria absoluta, quando ocorrer fato grave que justifique;

V - deixar de exercer as funções do cargo por três reuniões consecutivas, sem motivo justificado e aceito pela maioria absoluta do Plenário.

Art. 18. Na vacância de cargos da mesa, por motivo de renúncia (art. 17, III), deverá ser realizada a eleição na mesma sessão que ocorrer a renúncia.

Art. 19. Havendo a vacância de cargos da Mesa, nos termos do disposto no art. 17, I, II, IV e V, a eleição suplementar será realizada na primeira sessão ordinária que for constatada a vacância.

## CAPÍTULO V DOS LIDERES

Art. 20. Líder é o porta-voz autorizado da bancada do partido que participa da Câmara.

Art. 21. Os Líderes serão indicado à Mesa pelas respectivas bancadas partidárias, mediante ofício e enquanto não for feita a indicação, os líderes serão os vereadores mais votados da bancada, respectivamente.

Parágrafo Único. Sempre que houver alterações nas indicações, deverá ser feita nova comunicação Mesa.

Art. 22. Compete ao Líder:

- I – indicar os membros da bancada partidária nas Comissões Permanentes, bem como os seus substitutos;
- II – encaminhar a votação, nos termos previstos neste Regimento;
- III – em qualquer momento da sessão, usar da palavra para tratar de assunto que, por sua relevância e urgência, interesse ao conhecimento da Câmara, salvo quando se estiver procedendo à votação ou houver Orador na Tribuna.
- IV – nos assuntos deste artigo não poderá falar por prazo superior a dez (10) minutos.

Art. 23. A reunião de Líderes, para tratar de assuntos de interesse geral, realizar-se-á por proposta de qualquer deles.

Art. 24. A reunião de Líderes com a Mesa, para tratar de assuntos de interesse geral, far-se-á por iniciativa do Presidente da Câmara.

## TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

### CAPÍTULO I MESA DIRETORA

#### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. A mesa deliberará sempre por maioria de seus membros, e em caso de empate, prevalecerá a decisão do Presidente.

Art. 26. A Mesa é a Comissão Diretora da Câmara Municipal, cabendo-lhe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa e é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, com mandato de 02 (dois) anos, não podendo serem reconduzidos ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 1º Os membros da Mesa integrarão, com exceção do Presidente da Câmara, as Comissões Legislativas Permanentes, com direito a voto, ficando-lhes impedida a ocupação de cargos nas mesmas.

§ 2º Na ausência ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, compete ao 1º e 2º Secretários, sucessivamente, a direção dos trabalhos.

§ 3º Ausentes ou impedidos os Secretários, convidará o Presidente, qualquer Vereador, com exceção das lideranças, para assumir os cargos da Secretaria, durante a reunião.

§ 4º Verificando-se a ausência ou o impedimento da Mesa, para a direção dos trabalhos legislativos e administrativos, presente, no entanto, o número legal de Vereadores, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso, que escolherá entre seus pares, um Membro para secretariar os trabalhos da reunião.

§ 5º Mantendo-se a situação de ausência da Mesa por três reuniões consecutivas, sem motivo justificado e aceito pelo Plenário, ficam vagos os cargos, devendo o Vereador mais idoso assumir a presidência da Casa e convocar eleição da Mesa na forma regimental.

#### SEÇÃO II COMPETÊNCIA DA MESA DIRETORA

Art. 27. Compete à Mesa:

I – propor projetos de lei:

- a) que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos.
- b) que disponha sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da câmara.
- c) fixar nos termos na Constituição Federal o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.

II – propor decretos legislativos, dispondo sobre:

- a) licença ao prefeito para afastamento do cargo;
- b) autorização ao Prefeito para, por necessidade de serviço, ausentar-se do Município por mais de 10 (dez) dias.

III – propor projetos de resolução dispondo sobre:

- a) disciplinamento dos serviços da Câmara;
- b) assuntos de economia da Câmara;
- c) organização e regulamentação de atos da Câmara;

IV – elaborar e expedir atos sobre:

- a) a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como sua alteração, quando necessária;
- b) a suplementação das dotações do orçamento da Câmara, observando os limites de autorização constante da lei orçamentária,

desde que os recursos para sua cobertura seja provenientes da anulação, total ou parcial, de suas dotações orçamentárias;

c) abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidades;

d) atualização da remuneração dos Vereadores, nas épocas e condições previstas em lei;

V – devolver à Tesouraria da Prefeitura o saldo existente na Câmara ao final do exercício;

VI – enviar ao Prefeito até o último dia do mês de fevereiro de cada ano, as contas do exercício anterior, para fins de encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado.

VII – assinar os autógrafos dos projetos de lei destinados à sanção e promulgação pelo Chefe do Executivo;

VIII – promulgar a Lei Orgânica e suas alterações

IX - elaborar e encaminhar ao Prefeito, após parecer da Comissão de Orçamento e Finanças, a proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município;

X - declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal e neste Regimento Interno, assegurada ampla defesa;

XI - representar, junto aos Poderes da União, do Estado, dos Municípios e do Distrito Federal, em nome da Câmara Municipal;

XII - providenciar o Relatório do exercício anterior sobre as atividades do Poder Legislativo

XIII - adotar providências adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar o seu conceito perante o Município;

XIV - estabelecer os limites de competência para as autorizações de despesa;

XV – apresentar projeto de lei, estabelecendo valores das diárias;

XVI - aprovar o orçamento analítico da Câmara Municipal;

XVII - determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;

XVIII - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado a Prestação de Contas da Câmara, em cada exercício financeiro, na forma da Lei Orgânica do Município;

XIX - requisitar reforço policial em situações necessárias à segurança

XX - receber as proposições do Vereador, das Lideranças das Bancadas, das Comissões, da Secretaria de Administração, da Comunidade e dos Poderes Constituídos e recusá-las se estiverem em desacordo aos princípios regimentais, da Lei Orgânica, legais e constitucionais;

XXI - Propor Ação Direta de Inconstitucionalidade

XXII - providenciar medidas cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador contra a ameaça ou a prática do ato atentatório do livre exercício e das prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar;

XXIII - declarar a perda de mandato de Vereadores na forma deste Regimento;

XXIV - aplicar penalidades a Vereador, na forma deste Regimento;

XXV - designar Vereadores para missões de representação.

§ 1º A recusa injustificada aos atos da Mesa ensejará o processo de destituição do membro faltoso.

§ 2º O membro da Mesa não poderá, sob pena de sujeição a processo de destituição, recusar-se a assinar os autógrafos destinados a sanção.

#### SEÇÃO III DA PRESIDÊNCIA

Art. 28. O Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas das atividades internas, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal.

Art. 29. São atribuições do Presidente da Câmara Municipal

I - representar a Câmara Municipal em juízo, prestando, inclusive, informações em mandado de segurança contra ato da Mesa Diretora ou do Plenário;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - receber o compromisso e empossar Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito que não tiverem sido empossados no primeiro dia da Legislatura, bem como os Suplentes de Vereadores;

IV - presidir as eleições da renovação da Mesa Diretora e dar posse aos Membros que a compõe;

V - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

VI - presidir a Mesa Diretora;

VII - manter a ordem, com poderes de suspender a sessão.

VIII - promulgar as Resoluções, as Emendas à Lei Orgânica do Município, bem como as leis com sanção tácita ou que, vetadas e sendo rejeitado o veto, não tenham sido promulgadas pelo Prefeito, no prazo legal;

IX - fazer publicar os atos da Mesa, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;

X - declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores nos casos previstos em lei;

XI - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

XII - convocar os suplentes, nos casos previstos na legislação pertinente;

XIII - exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal, nos casos previstos em lei;

XIV - designar Comissões Especiais nos termos deste Regimento Interno, ouvida a Mesa Diretora e observadas as indicações partidárias com representação na Câmara Municipal;

XV - mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

XVI - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros das comunidades;

XVII - prover quanto ao funcionamento da Câmara e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos Servidores da Casa, na forma da lei;

XVIII - representar sobre a inconstitucionalidade de Lei ou Ato Municipal;

XIX - conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nas reuniões;

XX - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias, na forma deste Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal;

XXI - convocar os Vereadores para suas atividades ordinárias e extraordinárias na forma do Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal;

XXII - representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais, estaduais e distritais e perante as entidades privadas e públicas em geral;

XXIII - substituir o Prefeito, em caso de ausência ou impedimento do Vice-Prefeito;

XXIV - zelar pelo prestígio da Câmara Municipal, pela dignidade e consideração de seus Membros;

XXV - credenciar agente de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

XXVI - propor Projetos, indicações ou requerimentos na qualidade de Presidente da Mesa e votar nos seguintes casos:

a) eleição da Mesa Diretora;

b) quando a matéria exigir quorum de dois terços;

c) nas votações secretas;

d) quando ocorrer empate.

XXVII - declarar destituído membro da Mesa Diretora, ou de Comissão Legislativa Permanente, nos casos previstos neste Regimento;

XXVIII - designar os membros das Comissões Legislativas Temporárias e os seus substitutos e preencher vagas nas Comissões Legislativas Permanentes;

XXIX - comunicar ao Tribunal de Contas do Estado, o resultado do julgamento das Contas do Prefeito;

XXX - passar a presidência ao seu substituto para, em se tratando

de matéria que se propôs discutir, tomar parte das discussões;

XXXI - cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara;

XXXII - comunicar à Justiça Eleitoral:

a) a vacância dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, e de Vereador; neste último caso, quando não houver mais suplentes;

b) o resultado de processos de cassação de mandatos.

XXXIII - assinar Atas e demais documentos da Câmara Municipal sob seu exercício;

XXXIV - encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos em lei;

XXXV - ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos em ordem de pagamento, juntamente com o servidor encarregado do movimento financeiro;

XXXVI - praticar atos de intercomunicação com o Executivo;

XXXVII - administrar o pessoal da Câmara, fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licenças, atribuindo aos servidores do Legislativo, vantagens legalmente autorizadas; determinar a apuração de responsabilidades administrativas, civil e criminal de servidores faltosos e aplicando-lhes penalidades; julgando os recursos hierárquicos de servidores da Câmara; praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão;

XXXVIII - exercer atos de Poder de Polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal dentro ou fora do seu recinto;

XXXIX - mandar expedir certidões requeridas para a defesa de direito e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

§ 1º. Quanto às reuniões da Câmara Municipal, compete ao Presidente:

- a) presidi-las;
- b) manter a ordem;
- c) conceder a palavra aos Vereadores;
- d) advertir o orador ou o aparteante quanto ao tempo de que dispõe, não permitindo que ultrapasse o tempo regimental;
- e) convidar o orador a declarar, quando for o caso, se irá falar a favor da posição ou contra ela;
- f) interromper o orador que se desviar da questão, falar sobre o vencido ou, em qualquer momento, incorrer nas infrações atentatórias do decoro parlamentar, ou seja, usar em discurso ou proposição, de expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes, e, em caso de insistência, retirar-lhe a palavra;
- g) convidar o Vereador a retirar-se do Plenário, quando perturbar a ordem;
- h) suspender ou levantar a reunião, quando necessário;
- i) autorizar a publicação de informações ou documentos em inteiro teor, em resumo ou apenas mediante referência em Ata;
- j) determinar o não-apanhamento de discurso ou aparte, pela Assessoria de Imprensa ou técnico-legislativa;
- l) decidir as questões de ordem e as reclamações;
- m) organizar a Ordem do Dia das reuniões;
- n) anunciar os projetos e demais proposições, despachando-os e esclarecendo sobre os prazos;
- o) submeter à discussão e à votação, a matéria destinada à deliberação, bem como estabelecer o ponto da questão de que será objeto de votação;
- p) convocar as reuniões da Câmara;
- q) aplicar censura verbal ao Vereador.

§ 2º Quanto às Comissões, além de outras atribuições:

- a) assegurar os meios e condições necessárias ao seu pleno funcionamento;
- b) convidar o Relator ou outro membro da Comissão para esclarecimentos;
- c) convocar as Comissões Permanentes para a eleição dos respectivos Presidentes, Vice-Presidentes e Relatores;
- d) julgar recurso contra decisão de Presidente de Comissão ou questão de ordem.

§ 3º Quanto à Mesa, cabem, entre outras atribuições, ao



Presidente:

- a) presidir suas reuniões;
- b) tomar parte nas discussões e deliberações, com direito a voto;
- c) distribuir a matéria que dependa de parecer;
- d) executar as suas decisões, quando tal atribuição não seja de outro membro da Mesa.

Art. 30. O Presidente da Câmara afastar-se-á da Presidência, quando:

- I - esta deliberar sobre matéria de seu interesse ou de parente seu, consanguíneo ou afim, até terceiro grau;
- II - for denunciante ou denunciado em processo de cassação de mandato.

Art. 31. O Presidente da Câmara será destituído, automaticamente, independente de deliberação, quando:

- a) não se der por impedido, nos casos previstos em lei;
- b) se omitir em providenciar a convocação extraordinária, solicitada pelo Prefeito;
- c) tendo-se omitido na declaração de extinção de mandato, esta seja obtida por via judicial.

Art. 32. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito, nos casos previstos em lei ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 33. O Presidente da Câmara, em qualquer momento, da sua cadeira, poderá fazer ao Plenário, comunicação de interesse da Câmara ou do Município,

Art. 34. O Presidente poderá delegar ao Vice-Presidente, competência que lhe seja própria.

#### SEÇÃO IV DO VICE-PRESIDENTE

Art. 35. Ao Vice-presidente compete:

- I - substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;
- II - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;
- III - Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis, quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de perda do mandato de membro da Mesa.

Parágrafo Único. À hora do início dos trabalhos da reunião, não se achando o Presidente no recinto, será ele substituído, sucessivamente, pelo Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º secretário ou Vereador mais idoso, procedendo-se da mesma forma quando tiver necessidade de deixar a sua cadeira.

#### SEÇÃO V DAS ATRIBUIÇÕES DOS SECRETÁRIOS

Art. 36. Compete ao 1º Secretário:

- I – constatar a presença dos Vereadores ao se abrir a sessão, confrontando-a com o livro de presença, anotando os que compareceram e os que faltaram, com causa justificada ou não, e consignar outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o referido livro, ao final da sessão;
- II – fazer a chamada dos Vereadores, nas ocasiões determinadas pelo Presidente;
- III – ler a ata e a matéria do expediente, bem como as proposições e demais papeis que devam se do conhecimento do Plenário;
- IV – fazer a inscrição de oradores;
- V – redigir ou superintender a redação da ata, resumindo os

- trabalhos da sessão, assinando-a juntamente com o Presidente;
- VI – redigir as atas das sessões secretas e efetuar as transcrições necessárias;
- VII – assinar, com o Presidente e o 2º Secretário, os Atos da Mesa e os autógrafos destinados à sanção;
- VIII – auxiliar a Presidência na inspeção dos serviços da secretaria e na observância do Regimento Interno;
- IX – fiscalizar a organização do Livro de frequência dos Vereadores e assiná-lo;
- X – colaborar na execução do Regimento Interno.

Art. 37. Compete ao 2º Secretário:

- I – substituir o 1º Secretário nas suas ausências, licenças e impedimentos;
- II – auxiliar o 1º Secretário no desempenho de suas atribuições, quando da realização das sessões plenárias;
- III – anotar o tempo que o orador ocupar a Tribuna, quando for o caso bem como às vezes que desejar utilizá-la;
- IV – colaborar na execução do Regimento Interno.

#### CAPÍTULO II DA EXTINÇÃO DO MANDATO DA MESA

Art. 38. As funções dos membros da mesa cessarão:

- I - pela posse da Mesa eleita para o mandato subsequente;
- II – pela renúncia, apresentada por escrito;
- III – pela destituição
- IV – pela cassação do mandato de Vereador;
- V – pelo não retorno às funções decorrido o prazo de licença

Art. 39. Vagando-se qualquer cargo da Mesa, será realizada eleição no expediente da primeira sessão ordinária seguinte, para completar o biênio do mandato, salvo na hipótese dos arts. 17, II e 38, V, quando a eleição se dará na mesma sessão em que se verificar o decurso do prazo.

Parágrafo Único: Em caso de renúncia ou destituição total da Mesa, proceder-se-á à nova eleição, para se completar o período do mandato, na sessão imediatamente aquela em que ocorreu a renúncia ou destituição, sob a presidência do vereador mais idoso.

#### SEÇÃO I - DA DESTITUIÇÃO DA MESA

Art. 40. Sempre que qualquer vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação deliberará preliminarmente em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante sobre o processamento da matéria.

Art. 41. Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, a mesma será atuada pelo 1º Secretário, Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, e determinará a notificação do acusado para oferecer no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 03 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

Art. 42. Havendo defesa, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 43. Não havendo defesa, ou se havendo e o representante conformar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação até o máximo de 03 (três) para cada parte;

Art. 44. Não poderá funcionar como relator membro da Mesa, o denunciado ou denunciante.



Art. 45. Na sessão o relator, que se servirá de assessor jurídico da Câmara para coadjuvã-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer vereador formular-lhes perguntas do que se lavrarã assentada;

Art. 46. Finda a inquirição, o presidente da câmara concederã 30 (trinta) minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo plenário;

Art. 47. O Plenário decidirá por 2/3 de votos dos vereadores e, se decido pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação e Justiça e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.

### TÍTULO III DAS COMISSÕES

#### CAPÍTULO I DA NATUREZA E DA ORGANIZAÇÃO

Art. 48. As comissões são órgãos técnicos, de caráter permanente, temporário ou externo, composto pelos membros da Câmara Municipal, com finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir pareceres sobre a mesma, ou de proceder ao estudo sobre assuntos de natureza essencial ou ainda de investigar determinados fatos de interesse da administração.

§ 1º As comissões permanentes são os órgãos normais de estudos da matéria submetida à apreciação da Câmara.

§ 2º As comissões temporárias são os órgãos constituídos para estudos especializados e serão:

I – especiais

II – processantes;

III – parlamentar de inquérito;

§ 3º As comissões externas são os órgãos de representação da Câmara em atos e solenidades a que deva comparecer e se extinguem com o cumprimento da missão.

Art. 49. As comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos presidentes, secretários e relatores, e prefixar os dias de sessões ordinárias ou extraordinárias e a ordem dos trabalhos, sendo tudo transcrito em livro próprio.

§ 1º Na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 2º. O vereador suplente poderá participar das comissões permanentes na função de Membro ou Relator, estando impedido de ocupar cargos de Presidente ou Vice-Presidente, lhe sendo assegurado, em qualquer caso, o direito de voto.

#### SEÇÃO I DAS COMISSÕES PERMANENTES

##### SUBSEÇÃO I DO NÚMERO E DA CONSTITUIÇÃO

Art. 50. As Comissões Permanentes são em número de três:

I – Comissão de Constituição e Justiça

II – Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Indústria, Comércio, Saúde Social, Assistência Social e Desporto, Segurança e Agricultura, e,

III – Comissão de Orçamento e Finanças.

Art. 51 As Comissões Permanentes compõem-se de três membros cada uma.

§ 1º. O período de exercício dos membros das Comissões permanentes é de uma Sessão Legislativa Anual.

§ 2º. Na licença ou impedimento de um membro de Comissão Permanente, seu lugar será preenchido pelo substituto indicado pelo Líder da Bancada a que pertence o titular.

Art.52. O Presidente da Mesa Diretora, não poderá fazer parte das Comissões.

##### SUBSEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

Art. 53. É da competência das Comissões Permanentes:

I – da Comissão de Constituição e Justiça:

a) opinar sobre:

1 – constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das proposições que lhe forem distribuídas;

2 – matérias relacionadas com servidor público;

b) sugerir medidas:

1 – para responsabilizar o Prefeito, no caso de não aprovação de suas contas;

2 – para responsabilizar o Prefeito, Vice-Prefeito, os Vereadores e os Secretários Municipais, no caso de prática de ato que configure hipótese de infração político-administrativa, de crime de responsabilidade ou de improbidade administrativa.

II – Comissão de Orçamento e Finanças:

a) opinar sobre:

1 – o Projeto de Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;

2 – abertura de créditos adicionais;

3 – matéria tributária, dívidas públicas e empréstimos;

4 – prestação de contas do Prefeito Municipal;

5 – sistema viário do Município e estradas vicinais;

6 – denominação de bens públicos;

7 – plano diretor, loteamento urbano e uso e ocupação do solo;

8 – meio-ambiente;

9 – obras públicas;

10 – posturas municipais.

11 – avaliação das Metas Fiscais, conforme disposto na LC 101/2004

b) realizar os atos de fiscalização inerentes ao exercício do controle externo;

III – Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Indústria, Comércio, Saúde Social, Assistência Social e Desporto, Segurança, Agricultura e Meio Ambiente:

a) opinar sobre:

1 – matéria que necessite parecer especial quanto ao mérito especialmente no que se refere à assistência social, educação, saúde, cultura, turismo, indústria, comércio, desporto, agricultura e meio ambiente, bem como os demais assuntos relacionados com a área social;

Parágrafo único. A competência originária de uma Comissão Permanente exclui a outra, salvo se a Comissão Permanente requerer ao Presidente da Câmara a sua apreciação, hipótese em que o parecer deverá ser dado no prazo previsto para a Comissão Permanente originária.

Art. 54. No exercício de suas atribuições, as Comissões Permanentes podem:

I – receber proposições ou matérias de qualquer natureza, enviadas pela Mesa;

II – propor a sua adição ou rejeição, total ou parcial, ou seu arquivamento;

III – formular Projetos de Lei delas decorrentes;

IV – apresentar substitutivos, emendas e subemendas;

V – sugerir ao Plenário a separação de partes de proposições para constituírem Projetos, em separado, ou requerer ao Presidente da Câmara a fusão de duas ou mais proposições versando sobre a mesma matéria;

VI – mandar arquivar papéis de sua exclusiva apreciação;

VII – solicitar, por intermédio da Mesa, a audiência de qualquer

chefe de serviço do Município;  
VIII – requisitar informações sobre matérias em exame;  
IX – solicitar o auxílio dos órgãos técnicos da Prefeitura Municipal no estudo de assuntos sob sua apreciação.

### SUBSEÇÃO III DAS REUNIÕES

Art. 55. A Comissão Permanente reunir-se-á ordinariamente às 09h00min. (nove horas) das segundas-feiras em que será realizada Sessão Plenária Ordinária, salvo não havendo proposição em tramitação.

§ 1º Sempre que for necessário, as Comissões Permanentes reunir-se-ão extraordinariamente por convocação escrita ou verbal do Presidente da Comissão.

§ 2º Duas ou mais Comissões Permanentes, poderão dar parecer conjunto, sobre matéria sob sua análise, havendo acordo entre seus Presidentes.

Art. 56. As reuniões das Comissões são públicas.

Art. 57. Qualquer que seja a natureza das reuniões, delas poderá participar qualquer Vereador, porém somente seus membros terão direito a voto.

Art. 58. Os pareceres das Comissões serão redigidos de forma sucinta e acompanharão a matéria sobre os quais versarem.

Art. 59. Nas deliberações das Comissões Permanentes, o Presidente será sempre o último a votar.

Parágrafo único. Na hipótese de haver empate na votação, prevalecerá a decisão que contar com o voto do Presidente.

### SUBSEÇÃO IV DOS TRABALHOS

Art. 60. As Comissões funcionam e deliberam com a presença da maioria de seus membros, com duração de uma hora, podendo ser prorrogado.

Parágrafo único. A Mesa da Câmara, para todos os efeitos, é equiparada às Comissões Permanentes.

Art. 61. Os trabalhos das Comissões obedecem à seguinte ordem:  
II – leitura sumária do expediente;  
III – distribuição da matéria, ao Relator, pela Presidência.

§ 1º. Esta ordem de trabalho poderá ser alterada pela Comissão, em se tratando de matéria urgente ou, a requerimento de um de seus membros, solicitando preferência para determinada matéria.

§ 2º. O Presidente da Comissão poderá funcionar também como Relator, observada a ordem de distribuição de matéria.

Art. 62. Os pareceres serão apresentados dentro do prazo máximo de 21(vinte e um) dias a contar do recebimento da proposição na Comissão Permanente, salvo pedidos de prorrogação.

Parágrafo Único: O pedido de prorrogação, quando requerido, será de 05 (cinco) dias

Art. 63. Os pareceres devem decorrer, obrigatoriamente, de debate da matéria em reunião da Comissão, sendo vedada a coleta de votos no Plenário da Câmara, salvo se o parecer da Comissão for pela rejeição ou arquivamento da proposição.

§ 1º Quando se tratar de matéria urgente e para cujo estudo não tenha sido possível reunir a Comissão, o Presidente da Câmara suspenderá os trabalhos de Plenário, por prazo não superior a 30 (trinta) minutos, a fim de que a Comissão se pronuncie.

§ 2º Reaberta a Sessão, o Relator designado anunciará a decisão da Comissão, ressaltando as razões que a fundamentaram.

Art. 64. Se os pareceres das duas Comissões concluírem por substitutivo, far-se-á uma reunião em conjunto para o fim de fundir, se possível, os substitutivos num só e, na impossibilidade, será discutido e votado, preferencialmente, o que tiver data anterior.

Parágrafo único. Entende-se por substitutivo a modificação de, pelo menos, metade da proposição.

Art. 65. Na apreciação dos pareceres, terão preferência os relativos a processos que se encontre em regime de urgência e os mais antigos.

§ 1º Os pareceres, depois de expressamente elaborados, serão lidos, discutidos e aprovados nas Comissões, mediante a assinatura de seus membros.

§ 2º No cômputo dos votos, nas Comissões, consideram-se:  
I – a favor, os votos emitidos “pelas conclusões”, “com restrições” e “com fundamento em separado”;  
II – contra, os votos vencidos.

§ 4º Em qualquer hipótese de voto, o Vereador poderá apresentar a justificativa em separado.

Art. 66. A nenhum Vereador é lícito reter, em seu poder, matéria das Comissões.

Art. 67. É vedado a qualquer servidor da Câmara Municipal prestar informações, a não ser a Vereadores, sobre matéria em andamento nas Comissões, exceto quando tiver ordem expressa do Presidente da Comissão.

Art. 68. O Presidente da Comissão resolverá as questões de ordem levantadas na Comissão, cabendo recurso de sua decisão, por escrito, ao Presidente da Câmara Municipal e, em última instância, ao Plenário, cuja decisão será final.

### SEÇÃO II COMISSÕES LEGISLATIVAS TEMPORÁRIAS

Art. 69. As Comissões Temporárias poderão ser:

- I – Comissões Especiais;
- II – Comissões de Inquérito;
- III – Comissões de Representação;
- IV – Comissão Processante.

§ 1º. As Comissões Temporárias, com atribuições definidas neste Regimento, deverão indicar necessariamente:

- a) sua finalidade, devidamente fundamentada;
- b) número de membros;
- c) prazo de funcionamento.

§ 2º O primeiro signatário do pedido de abertura de Comissão fará parte, obrigatoriamente, da mesma.

§ 3º Concluídos os trabalhos da Comissão, será apresentado um Parecer Geral, ou, quando for o caso, um Relatório que deverá ser encaminhado à Mesa Diretora, a fim de que o Plenário delibere a respeito.

§ 4º A constituição das Comissões será feita através de Projeto de Resolução.

§ 5º A constituição de Comissões Temporárias poderá ser requerida por qualquer Vereador, devendo o requerimento ser previamente aprovado para que a Mesa Diretora faça tramitar o respectivo Projeto de Resolução, que será deliberado na forma e nos prazos normais dos demais projetos.

§ 6º Se a Comissão Temporária for requerida por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, a Mesa determinará a elaboração de Resolução da Mesa Diretora, com os termos do requerimento, sendo considerada aprovada ao ser apresentada ao Plenário, após parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

§ 7º Havendo parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, por inconstitucionalidade ou por ilegalidade da Comissão

Temporária, mesmo que venha o requerimento assinado por 2/3 (dois terços), será a Resolução considerada rejeitada e despachada ao arquivo.

§ 8º As Comissões Legislativas Permanentes serão ouvidas para deliberação, em primeiro turno, sobre os projetos de resoluções de constituição de Comissões Temporárias, na medida de suas competências, salvo no caso de ser requerida a constituição da Comissão Temporária por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, caso este que seguirá o trâmite dos § 6.º e § 7.º deste artigo.

#### SUBSEÇÃO I COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 70. As Comissões Especiais serão criadas mediante resolução, aprovada em Plenário, para estudo de matéria de relevância.

§ 1º Aplicam-se às Comissões Especiais as normas estabelecidas para as Comissões Permanentes.

§ 2º O Projeto de Resolução para a criação de Comissão Especial deve ser subscrito, no mínimo, por 1/3 (um terço) dos Vereadores, devendo indicar desde logo a matéria a ser estudada e o tempo de duração.

#### SUBSEÇÃO II COMISSÕES DE INQUÉRITO

Art. 71. As Comissões de Inquérito serão constituídas a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara para apurar fato determinado e por prazo certo, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º As denúncias sobre irregularidades administrativas do Executivo, da Administração Indireta e da própria Câmara deverão constar do requerimento que solicitar a constituição de Comissão de Inquérito.

§ 2º As conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 3º Em se tratando de Vereador infrator, a Comissão de Inquérito terá poder processante quando for configurada infração político-administrativa de Vereador, observado o disposto na Lei Orgânica do Município e Decreto-Lei 201/67.

§ 4º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 5º Recebido o requerimento, o Presidente da Câmara mandará elaborar a respectiva Resolução e a publicará, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário devolverá o requerimento ao autor, cabendo desta decisão recurso ao Plenário, no prazo de 05 (cinco) reuniões ordinárias, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 6º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de 90 (noventa) dias prorrogável até metade mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 7º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando pelo menos três na Câmara, salvo mediante Projeto de Resolução com o mesmo quorum de apresentação previsto no caput deste artigo e aprovado pelo Plenário.

§ 8º A Comissão de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de criação.

§ 9º Do ato de criação constarão à provisão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessário ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à Administração da Casa o atendimento preferencial das

providências solicitadas.

Art. 72. A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I – requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, necessários aos seus trabalhos;

II – determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Vereadores e Secretários do Município, tomar depoimentos de autoridades e requisitar os serviços de autoridades municipais, inclusive policiais;

III – incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços da Câmara, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV – deslocar-se a qualquer ponto do Município ou fora dele para a realização de investigações e audiências públicas;

V – estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VI – se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo único. As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

#### SUBSEÇÃO III DAS COMISSÕES PROCESSANTES

Art. 73. A Câmara constituirá comissão processante no caso de processo de cassação pela prática de informação político-administrativa do prefeito ou de vereador, observando o disposto no art. 72 deste Regimento Interno e os procedimentos e as disposições previstas na Lei Federal e no Decreto-Lei 201/67.

#### TÍTULO IV DAS SESSÕES PLENÁRIAS

##### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 74. As sessões da Câmara serão públicas, podendo ser assistidas por qualquer cidadão, desde que:

I - apresente-se convenientemente trajado;

II - não porte armas;

III - conserve-se em silêncio durante os trabalhos da Câmara.

§ 1º Não se achando presente o Presidente, à hora do início dos trabalhos da sessão, será ele substituído na ordem estabelecida pela composição da Mesa,

§ 2º Poderá o Presidente requisitar às autoridades competentes o destacamento de elementos para o serviço de policiamento preventivo nas dependências da Câmara.

§ 3º O Presidente determinará a retirada do cidadão que se conduzir inconvenientemente nas dependências da Câmara, podendo determinar seja evacuado o recinto, sempre que julgar necessário.

Art. 75. As Sessões Plenárias serão:

I - Ordinárias;

II - Extraordinárias,

III – Solenes,

§ 1º Sessões Ordinárias são as realizadas em datas e horários previstos neste Regimento Interno, independentemente de convocação.

§ 2º Sessões Extraordinárias são as realizadas em hora ou dia diversos dos fixados para as sessões ordinárias, mediante convocação, para apreciação de matérias em ordem do dia prefixadas.

§ 3º Sessões Solenes, as realizadas para dar posse ao Prefeito, Vice Prefeito e Vereadores e marcar comemorações, ou prestar homenagens.

§ 4º Por deliberação do Plenário poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara as Sessões Solenes, Ordinárias e Extraordinárias.

## CAPITULO II

### DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Art. 76. As sessões ordinárias serão semanais, às segundas-feiras, com duração máxima de três horas, com início marcado para as 19h00min horas;

§ 1º As Sessões Ordinárias poderão ter caráter Itinerante, realizando-se em pontos diversos do Município.

§ 2º Os locais e datas de realização das Sessões Itinerantes serão definidos com base em requerimento subscrito pela maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 77 – As sessões ordinárias compõe-se de quatro partes:

I – Abertura;

II – Expedientes;

IV – Ordem do Dia;

V – Explicação Pessoal

Art. 78. A abertura da Sessão destina-se à assinatura do Livro de Presenças, inscrição para uso da Tribuna para as Explicações Pessoais e à verificação de quorum.

Art. 79. O Presidente declarará aberta a sessão, à hora do início dos trabalhos após verificado pelo Primeiro Secretário no Livro de Presença o comparecimento de 1/3 (um terço) dos Vereadores da Câmara.

§ 1º Não havendo número legal para a instalação, o Presidente aguardará quinze (15) minutos, após o que declarará prejudicada a sessão, lavrando-se ata resumida do ocorrido, que independerá de aprovação.

§ 2º Instalada a sessão, mas não constatada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, não poderá haver qualquer deliberação na fase do Expediente, passando-se imediatamente, após leitura da Ata e do Expediente, à chamada para a Ordem do Dia.

§ 3º Persistindo a falta da maioria absoluta dos Vereadores na fase da Ordem do Dia, e observado o prazo de tolerância de quinze (15) minutos, o Presidente declarará prejudicada a Ordem do Dia e passará, imediatamente, à fase das Explicações Pessoais, lavrando-se Ata do ocorrido que independerá de aprovação.

§ 4º As matérias constantes do Expediente e/ou da Ordem do Dia, inclusive a Ata da Sessão Anterior, que não forem votadas em virtude da maioria falta de quorum passarão para o Expediente e para a Ordem do Dia da sessão ordinária seguinte.

§ 5º A verificação da presença poderá ocorrer em qualquer fase da sessão, a requerimento de Vereador ou por iniciativa do Presidente, e sempre será feita nominalmente constando em ata os nomes dos ausentes.

Art. 80. O Expediente se destina à votação da Ata da Sessão anterior, definição da Ordem do Dia, leitura de correspondências e documentos em geral recebidos pela Câmara e terá a duração máxima de 00h30min (trinta minutos).

§ 1º O vereador poderá apresentar retificação à Ata, logo após sua leitura e a retificação se aceita, constará na Ata da Sessão em curso.

§ 2º Para que sejam incluídas no Expediente é necessário que sejam protocoladas até às 16 horas do dia da Sessão Ordinária, salvo acordo de Líderes.

§ 3º As correspondências recebidas serão apenas anunciadas a origem e o resumo do conteúdo, sendo que se algum vereador estiver interessado que alguma seja lida na íntegra deverá requerer à Mesa e, nos demais casos ficará à disposição dos vereadores na Secretaria da Câmara de Vereadores.

§ 4º Durante o Expediente os assuntos serão tratados na seguinte ordem:

I – leitura e votação da Ata da Sessão Ordinária e havendo, Ata de Sessão Extraordinária;

II - leitura de correspondências e documentos em geral recebidos;

III – leitura dos Requerimentos Escritos dos Vereadores

IV – abertura e espaço aos Vereadores que queiram apresentar Requerimentos verbais

§ 5º Os projetos do Executivo deverão ser protocolados até às 17hs00min (dezessete horas) da quinta-feira antes da Sessão Ordinária para serem incluídos no Expediente, salvo acordo de Líderes.

Art. 81. A Ordem do Dia será aberta com nova verificação de quorum e terá a duração de máxima de 01h00min (uma hora) ou até esgotarem-se as matérias.

Art. 82. As Explicações Pessoais terão a duração máxima de 00h45min (quarenta e cinco minutos)

## SEÇÃO I

### DO EXPEDIENTE

Art. 83. O Expediente, parte da Sessão com duração improrrogável de trinta minutos, é destinada à votação da Ata da Sessão anterior, à leitura das correspondências e documentos em geral recebidos, leitura dos Requerimentos Escritos, apresentação dos Requerimentos Verbais pelos Vereadores e anúncio da Ordem do Dia da Sessão.

Art. 84. A Ordem do Dia será anunciada pelo Presidente, após os Requerimentos Verbais e obedecerá a seguinte sequência:

I – matéria em regime de urgência;

II – vetos;

III – projetos de Emenda à Lei Orgânica;

IV – projetos de lei;

V – projetos de resolução;

VI – requerimento de Vereador ou Comissão;

VII – outras matérias.

§ 1º As matérias que tratam os incisos I, III, IV para serem incluídas na Ordem do Dia deverão ser encaminhadas ao setor de protocolo, até as 17hs00min da quinta-feira que antecede a Sessão Ordinária.

§ 2º As demais matérias para serem incluídas na ordem do dia deverão ser encaminhadas ao setor de protocolo até as 16hs00min horas do dia da Sessão Ordinária.

§ 3º Nenhuma matéria poderá ser incluída na Ordem do Dia fora dos prazos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo, ressalvado o acordo de Lideranças.

Art. 85. O Vereador poderá apresentar requerimentos verbais, no espaço do expediente.

I – se a matéria requerida, for de deliberação do Plenário, será incluída na Ordem do Dia.

II – sendo a matéria requerida, de competência do Presidente, será imediatamente deliberada.

## SEÇÃO II

### DA ORDEM DO DIA

Art. 86. Ordem do Dia e a fase de sessão onde serão discutidas e deliberadas as matérias previamente organizadas em pauta, pelo Presidente, observados os prazos deste Regimento.



§ 1º Será realizada a verificação de quorum e a Sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º Verificada a falta de quorum, o Presidente aguardará quinze minutos antes de declarar encerrada esta fase e passará, imediatamente, à fase das Explicações Pessoais.

Art. 87. Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia.

Art. 88. A Ordem do Dia obedecerá a prioridade estabelecida no artigo 84 deste Regimento Interno e só poderá ser alterada para:  
I – dar posse a vereador;  
II – votar requerimento do Vereador, aceito pela maioria absoluta da Casa.

Art. 89. Não havendo mais matéria sujeita a deliberação do Plenário, na Ordem do Dia, o Presidente declarará aberta a fase das Explicações Pessoais e Tribuna Livre.

### SEÇÃO III DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

Art. 90. Explicação Pessoal é a fase destinada a manifestação dos Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato.

§ 1º A inscrição para a Explicação Pessoal será realizada em livro próprio até o início da Ordem do Dia.

§ 2º O orador inscrito para Explicação Pessoal terá 00h05min (cinco minutos) para proferir o seu discurso.

§ 3º A cedência de espaço na Explicação Pessoal somente poderá ocorrer entre Vereadores do mesmo partido.

§ 4º A Explicação Pessoal terá duração máxima e improrrogável de 00h45min (quarenta e cinco minutos).

§ 5º A sessão não poderá ser prorrogada para uso da palavra em Explicação Pessoal

§ 6º O Vereador inscrito, que não se achar presente na hora que lhe for dado a palavra, perderá a vez, e só poderá ser de novo inscrito em último lugar, na lista.

Art. 91. Para efeito de ordem de pronunciamento nas Explicações Pessoais, será feito sorteio entre as bancadas que compõe esta Casa, e o rodízio, sendo que, a bancada que usou o espaço por último, será a primeira a manifestar-se na sessão imediatamente subsequente.

Art. 92. Havendo inscritos para uso da Tribuna Livre, após as Explicações Pessoais, o Presidente, abrirá o espaço nos termos do art. 197 deste Regimento.

Art. 93. Não havendo mais Vereador inscrito no espaço reservado para a Explicação Pessoal, e não havendo inscritos para uso da Tribuna Livre, o Presidente encerrará a Sessão Ordinária e convocará os Vereadores para a próxima Sessão.

### SEÇÃO IV DOS PRAZOS DAS INTERVENÇÕES

Art. 94. Os prazos para as intervenções são os seguintes:  
I – dois minutos para a manifestação durante o Expediente;  
II – um minuto para a questão de ordem;  
III – dois minutos para aparte;  
IV – Cinco minutos para Explicação Pessoal.

Parágrafo único. Os Vereadores não poderão ceder seu tempo a nenhum colega, ressalvado o disposto no artigo 90, § 3º deste Regimento.

### CAPÍTULO III DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 95. As Sessões Extraordinárias, convocadas de ofício, pelo Presidente, ou a requerimento de, no mínimo, um terço dos Vereadores, destinam-se à apreciação de matéria relevante ou acumulada.

§ 1º A sessão extraordinárias serão convocados pelo Presidente com antecedência de 02 (dois) dias.

§ 2º A convocação da Sessão Extraordinária será realizada aos Vereadores, oralmente ou por escrito, quando não for possível fazê-la diretamente em Sessão.

§ 3º Em Sessão Extraordinária não será tratado outro assunto a não ser aquele para a qual ela foi convocada, sendo seus trabalhos realizados da mesma forma que a Ordinária, devendo, no entanto, a matéria para a qual foi convocada, ser deliberada e votada na mesma Sessão.

### CAPÍTULO IV DAS SESSÕES SOLENES

Art. 96. As sessões solenes são convocadas pelo Presidente ou por deliberação da Câmara, mediante, neste ultimo caso, requerimento aprovado por maioria simples, destinando-se as solenidades cívicas, oficiais, ou homenagens.

Art. 97. As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora para fim específico, a saber:

I – dar posse ao prefeito, vice-prefeito e vereadores;

II – comemorar fatos históricos, dentre os quais, o aniversário do município.

III – instalar a legislatura;

IV – proceder entrega de honrarias e outras homenagens que a Câmara entender relevantes;

§ 1º As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

§ 2º Será elaborado previamente e com ampla divulgação, o programa a ser cumprido na sessão solene, quando poderão usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classes ou de clubes de serviços sempre a critério do Presidente da Câmara.

§ 3º Nas sessões solenes não haverá tempo determinado para o seu encerramento.

§ 4º Independe de convocação a sessão solene de posse e instalação da legislatura.

Art. 98. As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara por escrito, com 07 (sete) dias de antecedência no mínimo, indicando a finalidade da reunião.

Parágrafo único – Nas sessões solenes, não haverá Expediente nem Ordem do Dia formal, dispensando a leitura da ata e a verificação de presença.

### SEÇÃO V DAS ATAS E DOS ANAIS

Art. 99. De cada sessão da Câmara lavrar-se ata dos trabalhos, contendo resumidamente os assuntos tratados.

§ 1º os documentos apresentados em sessão e as proposições serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se referir,

§ 2º A transcrição de declaração de voto, feita resumidamente por escrito,

§ 3º A ata da Sessão anterior, será lida e votada, na sessão subsequente.

§ 4º A ata poderá ser impugnada, quando for totalmente inválida,

por não descrever os fatos e situações realmente ocorridos, mediante requerimento de invalidação.

§ 5º Poderá ser requerida a ratificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco parcial.

§ 6º Feita a impugnação ou solicitada a retificação da ata, o Plenário deliberará a respeito. Aceita a impugnação será lavrada a nova ata; aprovada a retificação a mesma será incluída na ata da sessão em que ocorre a sua votação.

§ 7º Votada e aprovada a ata será assinada pelo Presidente e o Primeiro Secretário

Art. 100. A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida a aprovação do Plenário com qualquer número, antes de encerrada a sessão

Art. 101. Os anais é o retrato dos trabalhos legislativos e devem ser organizados e arquivados pela Secretaria da Câmara Municipal.

Parágrafo Único: Serão considerados os anais da Câmara Municipal de Catanduvas, a gravação na íntegra, em CD, ou outro meio eletrônico, das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes, bem como as demais gravações realizadas pela secretaria da Casa e serão mantidos em arquivo pelo prazo de 05 (cinco) anos.

## TÍTULO V DO PROCESSO LEGISLATIVO

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 102. Toda a matéria sujeita à apreciação da Câmara Municipal, de suas Comissões, da Mesa e da Presidência, tomará forma de proposição, que comporta as seguintes espécies:

- a) emendas a Lei Orgânica do Município;
- b) projetos de leis complementares;
- c) projetos de leis ordinárias;
- d) projeto de resolução;
- e) projetos de decretos legislativos;
- f) emendas
- g) vetos;
- h) pareceres;
- i) requerimentos;
- j) indicações;
- l) moções.

Art. 103. Somente serão recebidas pela Mesa proposições redigidas com clareza, observadas as normas da técnica legislativa e que não contrariem normas constitucionais, legais e regimentais.

§ 1º As proposições em que se exigem forma escrita deverão estar acompanhadas de justificativa escrita e estarem assinadas pelo autor e nos casos previstos neste Regimento, pelos Vereadores que o apoiarem.

§ 2º Havendo apoio, considera-se autor da proposição o primeiro signatário, cujo nome e assinatura deverá figurar com destaque.

§ 3º As proposições que fizerem referência a leis ou tiverem sido precedidas de estudo, pareceres ou despachos, deverão vir acompanhadas dos respectivos textos.

Art. 104. Apresentada a proposição com matéria idêntica ou semelhante a outra em tramitação prevalecerá a primeira.

§ 1º Idêntica é a matéria de igual teor ou que, ainda que redigida de forma diferente, dela resultem iguais conseqüências.

§ 2º Semelhante é a matéria que, embora diversa a forma e diversas as conseqüências, aborde assunto especificamente tratado em outra.

§ 3º No caso de identidade, considera-se prejudicada a proposição apresentada depois da primeira, determinando, a Presidência ou a Comissão de Constituição e Justiça, o seu arquivamento.

§ 4º No caso de semelhança, a proposição posterior tramitará anexa à proposição original, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes.

Art. 105. A Mesa manterá sistema de controle de apresentação das proposições, fornecendo ao autor comprovante de entrega em que se ateste o dia e a hora de protocolo.

Parágrafo único. Não se receberá proposição sobre matéria vencida, assim entendida:

I – aquela que seja idêntica à outra, já aprovada ou rejeitada na mesma sessão legislativa;

II – aquela cujo teor tenha sentido oposto ao de outra, já aprovada.

Art. 106. Ressalvadas as exceções previstas neste Regimento Interno e na Lei Orgânica, nenhuma proposição será objeto de deliberação do Plenário sem Parecer das Comissões competentes.

Art. 107. A proposição poderá ser retirada pelo autor mediante requerimento verbal à Mesa, antes do início da votação.

Parágrafo único. Em se tratando de proposição de autoria do Prefeito Municipal, o requerimento verbal de retirada poderá ser feito pelo Líder de Governo, antes do início da votação.

Art. 108. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento da proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa fará reconstituir o processo respectivo, pelos meios ao seu alcance e providenciará sua posterior tramitação.

Art. 109. Ao encerrar a Sessão Legislativa Anual, todas as proposições sobre as quais a Câmara não tenha deliberado definitivamente, serão arquivadas.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as proposições de iniciativa do Prefeito, que são consideradas automaticamente reapresentadas, retornando ao exame das Comissões Permanentes.

### CAPÍTULO II DO REGIME DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 110. As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:

I – Urgência Especial;

II- Urgência;

III- Ordinária.

Art. 111. A Urgência Especial é dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e de parecer, para que determinado projeto seja imediatamente considerado, a fim de evitar grave prejuízo ou perda de sua oportunidade.

Art. 112. Para a concessão deste regime de tramitação serão, obrigatoriamente, observadas as seguintes normas e condições:

I – A concessão de Urgência Especial dependerá da apresentação de requerimento escrito, que será submetido à apreciação do Plenário, com a necessária justificativa, e nos seguintes casos:

a) pela Mesa, em proposição de sua autoria;

b) por 1/3 (um terço), no mínimo, dos vereadores;

II – o requerimento de Urgência Especial poderá ser apresentado em qualquer fase da sessão, mas somente será submetido ao Plenário durante o tempo destinado à Ordem do Dia;

III – O requerimento de Urgência Especial não sofrerá discussão, mas sua votação poderá ser encaminhada pelos Líderes das bancadas partidárias, pelo prazo improrrogável de cinco minutos;

IV – Não poderá ser concedida Urgência Especial para qualquer

projeto, com prejuízo de outra Urgência Especial já votada, salvo nos casos de segurança e calamidade pública.

V – O requerimento de Urgência Especial depende, para sua aprovação, de quorum da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 113. Concedida a Urgência Especial para projeto que não conte com pareceres, o Presidente designará Relator Especial, devendo a sessão ser suspensa pelo prazo de 30 (trinta) minutos, para a elaboração do parecer escrito ou oral.

Parágrafo Único: A matéria submetida ao regime de Urgência Especial, devidamente instruída com os pareceres das Comissões ou o parecer do Relator Especial, entrará imediatamente em discussão e votação, com preferência sobre todas as demais matérias da Ordem do Dia.

Art. 114. O Regime de Urgência implica redução dos prazo regimentais e se aplica somente aos projetos de autoria do Poder Executivo submetidos ao prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para apreciação.

§ 1º Os projetos submetidos ao Regime de Urgência serão enviados às Comissões Permanentes pelo Presidente, dentro de 03 (três) dias da entrada na Secretaria da Câmara, independente de leitura no Expediente da Sessão.

§ 2º O Presidente da Comissão Permanente terá o prazo de 24 horas para designar relator, a contar da data do seu recebimento.

§ 3º O relator designado terá o prazo de 03 (três) dias para apresentar parecer, findo o qual, sem que o mesmo tenha sido apresentado, o Presidente da Comissão Permanente avocará o processo e emitirá o parecer.

§ 4º A Comissão Permanente terá o prazo total de 06 (seis) dias para exarar parecer, a contar do recebimento da matéria.

§ 5º Findo o prazo para a Comissão competente emitir o seu parecer, o processo será enviado à outra Comissão Permanente ou incluído na Ordem do Dia, sem o parecer da Comissão faltosa.

Art. 115. A tramitação ordinária aplica-se às proposições que não estejam submetidas ao Regime de Urgência Especial ou ao Regime de Urgência.

### CAPITULO III DAS PROPOSIÇÕES

#### SEÇÃO I DOS PROJETOS

Art. 116 Os projetos, com ementa elucidativa de seu objeto, serão articulados segundo as normas da técnica legislativa, redigidos de forma clara e precisa, não podendo conter artigos com matéria em antagonismo ou sem relação entre si.

#### SEÇÃO II DA EMENDA A LEI ORGÂNICA

Art. 117. A emenda a Lei Orgânica é a proposta de alteração, visando a adaptação as necessidades do interesse publico local e sua tramitação reger-se-á nos termos do art. 155

#### SEÇÃO III DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 118. O Projeto de Lei Complementar é a proposta que tem por fim regular matéria que necessite de um detalhamento, e que foi reservada pela Lei Orgânica do Município e serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara.

#### SEÇÃO IV DOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Art. 119. Projeto de Resoluções é a proposição destinada a regular assuntos da economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa, e versará sobre a sua Secretaria Administrativa, a Mesa e os Vereadores

§ 1º A iniciativa dos projetos de resolução poderá ser da Mesa, das Comissões ou dos Vereadores,

§ 2º Os projetos de resolução serão apreciados na sessão subsequente a de sua apresentação.

§ 3º Constituirá Resolução, a ser expedida pelo Presidente da Câmara independentemente de projeto anterior, o ato relativo à cassação do mandato do Vereador.

#### SEÇÃO V DAS EMENDAS

Art. 120. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser:

I – supressiva, a que manda erradicar o artigo, inciso, parágrafo ou alínea;

II – substitutiva, a que é apresentada como sucedânea de outra ou de proposição, em parte ou no todo, neste último caso denominando-se Substitutivo Geral;

III – aditiva, a que acrescenta novas disposições à principal.

IV – modificativa, a que altera a proposição principal, sem modificá-la substancialmente.

Parágrafo único. Denomina-se subemenda a emenda apresentada à outra.

Art. 121. As emendas poderão ser apresentadas por qualquer Vereador enquanto a matéria estiver na Comissão Permanente, salvo se de autoria do Líder de Bancada que deverá ser apresentada antes do término da discussão,

#### SEÇÃO VI DOS REQUERIMENTOS

Art. 122 Requerimento é a proposição dirigida à Mesa ou ao Presidente, por qualquer Vereador ou Comissão, sobre matéria de competência da Câmara Municipal.

§ 1º. Os requerimentos, quanto à competência decisória, estão sujeitos à decisão do Presidente ou sujeitos à deliberação do Plenário.

§ 2º. Quanto à forma, os requerimentos são verbais ou escritos.

#### SUBSEÇÃO I DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS À DECISÃO DO PRESIDENTE

Art.123 Será decidido imediatamente pelo Presidente o requerimento verbal que solicitar:

I – a palavra, ou sua desistência;

II – permissão para falar sentado;

III – retificação de ata;

IV – verificação de quorum;

V – verificação de votação pelo processo simbólico;

VI – a posse de Vereador;

VII – a retirada, pelo autor, ou Líder de Governo, de proposição antes de iniciada a votação;

VIII – esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos;

IX – a inclusão, na Ordem do Dia, de proposições em condições de nela figurar;

X – esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos;

XI – a requisição de documentos, livros ou explicações existentes na Câmara Municipal, sobre proposição em discussão;

XII – a anexação de proposições semelhantes;

XIII – desarquivamento de proposições;

XIV – a suspensão da Sessão;

XV – a inserção em ata de voto de pesar ou de regozijo.

Art. 124. Será despachado imediatamente, pelo Presidente, requerimento escrito que solicitar:

- I – a juntada de documentos à proposição em tramitação;
- II – a inserção em ata de voto de pesar ou de regozijo;
- III – as licenças a Vereadores, nos casos previstos neste Regimento Interno.
- VI – autorização de liberação de diárias e adiantamento para participar de cursos, reuniões e/ou audiências.

Art. 125. Será despachado pelo Presidente, que o fará publicar, com seu despacho, no Mural da Câmara Municipal, o requerimento escrito que solicitar a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, observado o disposto nos arts. 70 e 71 deste Regimento Interno.

## SUBSEÇÃO II

### DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Art.126. Dependerá de deliberação do Plenário, será verbal e não sofrerá discussão o requerimento que solicitar:

- I – a prorrogação da Sessão Plenária;
- II – a audiência de Comissão não ouvida sobre matéria em discussão;
- III – a inversão da Ordem do Dia;
- IV – o adiamento da discussão ou da votação;
- V – a votação da proposição por título, capítulo ou seções;
- VI – a votação em destaque;
- VII – a preferência nos casos previstos neste Regimento;
- VIII – o encerramento da Sessão;

Art.127. Dependerá de deliberação do Plenário, sujeito à discussão, o requerimento escrito apresentado que solicitar:

- I – a realização de Sessão Extraordinária ou Solene;
- II – a constituição de Comissão Especial;
- III – moção de congratulação por ato ou acontecimento de alta significação;
- IV – regime de urgência para determinada proposição;
- VI – a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto não especificado neste Regimento;

## SEÇÃO VII

### DAS INDICAÇÕES

Art.128. Indicação é a proposição em que o Vereador solicita a manifestação da Câmara Municipal, acerca de determinado assunto, visando a elaboração de Projeto sobre matéria de competência do Legislativo.

Parágrafo único. A indicação, após ser recebida, protocolada e numerada, será lida em Plenário, no Expediente da Sessão.

## SEÇÃO VIII

### PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Art. 129. Pedido de Providências destina-se a propor ao Poder Executivo medidas de ordem político-administrativa, bem como a execução de obras e serviços de interesse da coletividade.

Parágrafo único. O Pedido de Providências, após ser recebido, protocolado e numerado, será lido em Plenário, no Expediente da Sessão, e será remetido ao órgão a que se destina.

## SEÇÃO IX

### DAS MOÇÕES

Art. 130. Moções são proposições da Câmara a favor ou contra determinado assunto.

§ 1º As moções podem ser de:

- I – Protesto
- II – Repúdio

III – Apoio

IV – Pesar por falecimento;

V – Congratulações ou louvor

§ 2º As moções serão lidas, discutidas e votadas na fase do Expediente da mesma sessão de sua apresentação.

## CAPÍTULO IV

### DA DISCUSSÃO

Art. 131. Discussão é o debate da matéria sujeita à apreciação do Plenário.

Art. 132. A discussão pode ser:

- I – única, sobre a matéria da Ordem do Dia;
- II – prévia;
- III – especial, sobre parecer da Comissão competente que tenha opinado pelo arquivamento ou rejeição da proposição;
- IV – suplementar.

§ 1º Discussão única é a que versa sobre a matéria da Ordem do Dia;

§ 2º Discussão prévia é a que se processa sobre a matéria de Pauta no decorrer da Sessão que nela permanece e durante a qual são recebidas Emendas de Plenário.

§ 3º Discussão especial é a que se verifica sobre parecer da Comissão competente que conclua por inconstitucionalidade de proposição ou seu arquivamento.

§ 4º Discussão suplementar é a que se realiza sobre substitutivos em projetos ou matérias complexas.

Art. 133. Toda discussão encerra-se com o esgotamento dos prazos regimentais.

Parágrafo único. Esgotada a discussão, se houver emendas, serão elas submetidas à apreciação da Comissão competente, pelo prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias, salvo se tratando de matéria urgente, quando será suspensa a Sessão para que a Comissão competente exare o parecer.

Art.134. A discussão será feita sobre a proposição em globo, exceto quando, pela sua origem e importância, exigir sua fragmentação.

§ 1º O Presidente, de ofício ou por deliberação do Plenário, poderá anunciar o debate por título, capítulo, seção ou grupo de artigos.

§ 2º Fragmentada a proposição, para efeito de discussão, é lícito ao Vereador discursar em cada uma das partes fragmentadas em discussão.

Art. 135. Tem preferência na discussão:

- I – o autor da proposição;
- II – o relator da Comissão que opinou sobre o mérito;
- III – o relator da outra Comissão;
- IV – o autor do voto em separado;
- V – o autor da emenda.

§ 1º Na discussão, o orador não poderá:

- I – desviar-se da matéria em debate;
- II – falar sobre matéria vencida;
- III – usar linguagem não parlamentar;
- IV – ultrapassar o prazo regimental.

§ 2º O orador, durante a discussão, não poderá ser interrompido, salvo pela Presidência e para:

- I – leitura e votação de requerimento de urgência relativo à segurança ou calamidade pública;
- II – comunicação urgente;
- III – recepção de autoridade pública, em visita à Câmara Municipal;
- IV – encaminhar requerimento de prorrogação da Sessão Plenária;



V – providências sobre acontecimentos que reclamam a suspensão dos trabalhos.

Art. 136. Nenhum Vereador poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para:

I – requerimento de prorrogação da Sessão Plenária;

II – questão de ordem;

III – aparte;

IV – comunicação de Líder.

Art.137. O encerramento da discussão ocorrerá pela ausência de oradores ou pelo decurso dos prazos regimentais.

Parágrafo único. Não havendo orador a se manifestar, nem sendo solicitada a palavra, a discussão dar-se-á por encerrada.

#### CAPÍTULO V DO APARTE

Art. 138. Aparte é a interrupção do orador, breve e oportuna, para uma indagação, contestação ou esclarecimentos relativos à matéria em debate, com a duração máxima de dois minutos.

Parágrafo único. O aparte só será permitido mediante licença do orador, descontado o tempo do orador.

Art.139. É vedado o aparte:

I – a qualquer pronunciamento do Presidente;

II – em questão de ordem e comunicação de Líder;

III – na Explicação Pessoal.

#### CAPÍTULO VI DA VOTAÇÃO

Art. 140. Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa e soberana.

§ 1º. Durante o tempo destinado à votação, nenhum Vereador deixará o Plenário e, se o fizer, a ocorrência constará da ata da Sessão Plenária.

§ 2º O Vereador que tiver presidindo a Sessão Plenária só terá direito a voto:

I – na eleição da Mesa;

II – quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;

III – quando houver empate na votação;

§ 3º Estará impedido de votar o Vereador que tiver, sobre a matéria, interesse particular seu, de seu cônjuge e de parente até terceiro grau, consanguíneo ou afim.

§ 4º O Vereador presente na Sessão Plenária não poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se na forma do § 3º deste artigo.

§ 5º O voto será secreto na eleição da Mesa;

§ 6º Será nula a votação que não for processada nos termos deste Regimento Interno.

§ 7º Quando no curso de uma votação esgotar-se o tempo destinado à Sessão Plenária, este será dado como prorrogado até que se conclua a votação da matéria, ressalvada a hipótese de falta de número para deliberação, caso em que a Sessão Plenária será encerrada.

Art. 141. A votação será global, ressalvados os destaques e as emendas.

§ 1º As emendas serão votadas uma a uma e anterior ao projeto de lei

§ 2º Parte da proposição principal, ou partes da emenda, assim entendido texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, poderão ter votação em destaque, a requerimento de qualquer Vereador.

§ 3º A parte destacada será votada separadamente, depois da votação da proposição principal, ou antes dela, quando a parte destacada for de Substitutivo Geral.

§ 4º O requerimento de destaque deverá ser formulado antes de iniciada a votação da proposição, ou da emenda a que se referir.

#### CAPÍTULO VII DO PEDIDO DE VISTA

Art. 142. O pedido de vista será formulado pelo vereador, durante a tramitação do projeto nas Comissões Permanentes e independará de aprovação.

Parágrafo Único: O prazo máximo de pedido de vista será de cinco dias e o projeto retornará a tramitação independentemente de apresentação de parecer, após esgotado o prazo

#### CAPÍTULO VIII DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

Art. 143. São três os processos de votação: simbólico, nominal e por escrutínio secreto.

I – O voto será Secreto, nas eleições da Mesa Diretora;

II – O voto será Nominal, quando da renovação da Votação; nos termos do § 3º desse artigo.

III – O voto será Simbólico nas demais votações, nos termos do § 2º desse artigo e artigo 144 deste Regimento.

§ 1º O início da votação e a verificação de quorum serão sempre precedidos de aviso.

§ 2º O Presidente, ao anunciar a votação, determinará aos Vereadores que ocupem seus lugares no Plenário, convidando-os a permanecer sentados os que estiverem favoráveis à matéria, procedendo-se, em seguida, à contagem e à proclamação dos resultados.

§ 3º Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado proclamado pelo Presidente, imediatamente requererá verificação de votação.

Art. 144. O processo nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis ou contrários, estes manifestados pela expressão “sim” e aqueles pela expressão “não”, obtida com a chamada dos Vereadores.

§ 1º A retificação de voto só será admitida imediatamente após a repetição da resposta de cada Vereador.

§ 2º O Presidente anunciará o encerramento da votação e proclamará o resultado.

§ 3º Depois de proclamado o resultado, nenhum Vereador poderá votar.

§ 4º A relação dos Vereadores que votarem a favor ou contra, constará da ata da Sessão Plenária.

§ 5º Dependerá de requerimento aprovado pelo Plenário a votação nominal de matéria para a qual este Regimento não a exige.

§ 6º O requerimento verbal não admite votação nominal.

Art. 145. O voto de desempate do Presidente só é exercitável nas votações simbólicas e nas nominais somente quando se tratar de matéria em que não vote.

Art. 146. O processo de votação por escrutínio secreto consiste na contagem de votos depositados em urna exposta no recinto do Plenário, observado o que segue:

I – presença da maioria absoluta dos Vereadores;

II – cédula impressa;

III – colocação, pelo votante, da cédula de votação na urna, contendo o seu voto;

IV – repetição da chamada dos Vereadores ausentes;

V – designação de Vereadores para servirem de escrutinadores.  
VI – abertura da urna, retirada das cédulas, conferência de seu número com o de votantes, pelos escrutinadores.

Parágrafo único. A matéria que exige votação por escrutínio secreto não admite outro processo.

Art. 147. Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favorável à matéria votada.

§ 1º Após a votação, o Vereador poderá fazer declaração de voto, verbalmente ou por escrito, sendo, neste caso, anexado ao processo que capeia a proposição.

§ 2º Não se admite declaração de voto dado em votação secreta.

## CAPÍTULO IX DA RENOVAÇÃO DA VOTAÇÃO

Art. 148. Os processos de votação só serão renovados uma vez, a requerimento verbal do Vereador, imediatamente após a proclamação do resultado, aprovado pela maioria absoluta, vedada a apresentação de emenda e adiamento, sendo efetuada a renovação imediatamente.

Parágrafo Único: A renovação da votação será realizada por voto nominal, nos termos do artigo 144 deste Regimento.

## CAPÍTULO X DO QUORUM

Art. 149. Quorum é o número mínimo de Vereadores presentes para a realização de Sessão Plenária, de Reunião de Comissão ou de Deliberação.

§ 1º O quorum para deliberação e votação em Sessão Plenária será:

- I – por maioria simples de votos;
- II – por maioria absoluta de votos;
- III – por 2/3 (dois terços) dos votos da Câmara.

§ 2º As deliberações, salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos vereadores;

§ 3º A maioria simples corresponde a mais da metade apenas dos Vereadores presentes à Sessão.

§ 4º A maioria absoluta corresponde ao primeiro número inteiro acima da metade de todos os membros da Câmara;

§ 5º No cálculo de quorum qualificado de 2/3 dos votos da Câmara, serão considerados todos os vereadores, presentes e ausentes, devendo as frações serem desprezadas, adotando-se como resultado o primeiro número inteiro superior.

Art. 150. As deliberações serão tomadas pela maioria dos votantes.

§ 1º Serão objeto de deliberação da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal:

- I – o Código Tributário do Município;
- II – o Código de Obras;
- III – o Plano Diretor;
- IV – o Código de Posturas;
- V – a lei instituidora do Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
- VI – veto;
- VII – o Código do Meio Ambiente;
- VIII – a lei da técnica legislativa;
- IX – concessão de títulos;
- X – Lei complementar.

§ 2º São exigidos dois terços de votos para:

- I – deliberação de projeto de Emenda à Lei Orgânica;
- II – deliberação do parecer prévio do Tribunal de Contas do

Estado;

III – deliberação do recebimento de denúncia contra o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito, pela prática de infração político-administrativa;

IV – cassação de mandato do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito, pela prática de infração político-administrativa;

V – cassação de mandato de Vereador.

Art. 151. A declaração do quorum, questionada ou não, será feita pelo Presidente antes do processo de votação.

Parágrafo único. Verificada a falta de quorum para a votação da Ordem do Dia, a Sessão Plenária será encerrada, devendo ser descontado do Vereador faltoso parcela correspondente a Sessão Plenária, nos termos da lei.

## CAPÍTULO XI DA PREFERÊNCIA

Art. 152. Terão preferência as proposições relativas às seguintes matérias:

- I – Projetos de Lei em regime de urgência;
- II – vetos;
- III – propostas de Emenda à Lei Orgânica;
- IV – orçamento.

§ 1º As emendas terão preferência na seguinte ordem:

- I – substitutivo de comissão;
- II – substitutivo de Vereador;
- III – substitutivo sobre emenda;
- IV – emenda de comissão;
- V – emenda de Vereador.

§ 2º Sem prejuízo das regras regimentais, poderá o Plenário conceder preferência para o exame de qualquer proposição.

§ 3º No caso de apresentação de mais de um requerimento de preferência, o Presidente decidirá sumariamente qual deles deverá ser submetido à consideração do Plenário.

## CAPÍTULO XII DOS ATOS PREJUDICADOS

Art. 153. Consideram-se atos prejudicados:

- I – discussão ou votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido rejeitado na mesma sessão legislativa, salvo autorização da maioria absoluta dos membros da Câmara;
- II – a proposição e as Emendas, quando houver substitutivo aprovado;
- III – a Emenda de conteúdo igual ou contrário ao de outra já aprovada;
- IV – a proposição com a mesma finalidade de outra já aprovada na mesma Sessão Legislativa Anual;
- V – a proposição idêntica a outra em tramitação.

Parágrafo único. A prejudicialidade será declarada pela Mesa ou a requerimento de Vereador.

## CAPÍTULO XIII DA REDAÇÃO FINAL

Art. 154. O Projeto, incorporadas as Emendas aprovadas, se houver, terá redação final elaborada pela Comissão Permanente competente, observado o seguinte:

- I – elaboração conforme aprovação em Plenário, podendo a Mesa determinar, sem alteração de conteúdo, correção de erros de linguagem e de técnica legislativa;
- II – publicação no Mural da Câmara Municipal.

§ 1º. A Comissão terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para elaborar a redação final, salvo projetos de lei complementar.

§ 2º. A aprovação da redação final será declarada pela Mesa Diretora, sem votação.

## TÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

### CAPÍTULO I DA EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 155. Aplica-se ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica as normas que regem as proposições em geral, no que não contrariem o disposto neste Capítulo.

§ 1º As Emendas à Lei Orgânica poderão ser propostas:

I – pela Mesa Diretora

II – pelos Vereadores, subscritas por 1/3 (um terço) dos vereadores.

III – pelo Executivo Municipal

§ 2º Publicado o projeto de Emenda à Lei Orgânica, no Mural da Câmara Municipal será encaminhada para análise da Comissão de Constituição e Justiça que no máximo em 30 (trinta) dias, emitirá parecer.

§ 3º Incumbe à Comissão o exame de admissibilidade do projeto quanto aos aspectos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade e, se houver, o exame das emendas apresentadas.

§ 4º Dado o parecer, a Comissão encaminhará o projeto para o Plenário.

Art. 156. O projeto de Emenda à Lei Orgânica terá dois turnos de discussão e será votada por duas vezes, com interstício de dez dias entre a primeira e a segunda votação, mediante o quorum de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º Na discussão em primeiro turno, representante dos signatários do projeto de Emenda à Lei Orgânica terá preferência no uso da palavra.

§ 2º No caso do projeto de Emenda à Lei Orgânica proposto pelo Prefeito Municipal, falará com preferência regimental, nos termos do parágrafo anterior, o seu Líder.

### CAPÍTULO II DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

Art. 157. O projeto de lei será enviado ao Prefeito após a elaboração da redação final para sanção, promulgação ou veto.

§ 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, à Câmara os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 4º O veto será apreciado dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 5º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 6º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Prefeito.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito Municipal, nos casos dos § 3º e § 5º, o Presidente a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do fazê-lo.

§ 8º Na promulgação de emendas à Lei Orgânica, leis, resoluções e decretos legislativos pela Câmara, serão utilizadas as seguintes cláusulas promulgatórias:

I – Leis (sanção tácita):

O Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE, NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

II – Leis (veto total rejeitado):

O Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL MANTEVE E ELE, NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

III – Leis (veto parcial rejeitado):

O Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL MANTEVE E ELE, NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO OS SEGUINTE DISPOSITIVOS DA LEI Nº ..... DE ..... DE .....

IV- Resoluções e Decretos Legislativos:

O Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE, NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A PRESENTE RESOLUÇÃO OU O PRESENTE DECRETO LEGISLATIVO:

V – Emendas à Lei Orgânica:

A Mesa da Câmara Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E A MESA, NOS TERMOS DO ART. 29 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, PROMULGA A SEGUINTE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

### CAPÍTULO III DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 158. Aplicam-se aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, naquilo que não contrariar o disposto neste Capítulo, as regras deste Regimento Interno que regulam a tramitação das proposições em geral.

Art. 159. Recebido o projeto, nos prazos determinados pela Lei Orgânica será distribuído para a Comissão de Orçamento e Finanças para estudo.

§ 1º Após o procedimento de que trata o caput deste artigo, a Comissão de Finanças e Orçamento, terá o prazo de 30 (trinta) dias para realização de audiência pública, nos termos estabelecidos pelo artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e recebimento de emendas pelos Vereadores.

§ 2º Realizada a Audiência Pública a Comissão que trata o § 1º emitirá parecer e o projeto será incluído na Ordem do Dia da Sessão Plenária.

### CAPÍTULO IV DA REFORMA OU ALTERAÇÃO REGIMENTAL

Art. 160. Este Regimento somente poderá ser reformado ou alterado mediante proposta:

I – da Mesa Diretora;

II – de um terço dos Vereadores;

III – da Comissão de Constituição e Justiça

§ 1º A proposição de reforma ou alteração regimental, após ter sido publicada, permanecerá por vinte dias na Comissão de Constituição e Justiça para recebimento de emendas.

§ 2º Vencido o prazo do § 1º, a Comissão de Constituição e Justiça deverá emitir parecer sobre a proposição e as emendas, no prazo improrrogável de trinta dias.

### CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO

#### SEÇÃO I

**DO JULGAMENTO DAS CONTAS DE EXERCÍCIO**

Art. 161. Recebida as contas prestadas pelo Prefeito, acompanhadas do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente adotará as seguintes providências:

I – determinará a publicação do Parecer Prévio, no Mural da Câmara Municipal;

II – encaminhará o processo à Comissão de Orçamento e Finanças onde permanecerá por setenta e cinco dias, à disposição de qualquer contribuinte, que poderá lhes questionar a legitimidade e legalidade.

Art. 162. Cabe a Comissão de Orçamento e Finanças, no prazo referido no inciso II do artigo anterior, notificar o interessado do recebimento do parecer prévio na Câmara Municipal para, querendo, no prazo de quinze dias apresenta defesa às conclusões contidas no referido parecer, apresentando as provas que julgar necessárias.

§ 1º Havendo prova testemunhal a ser produzida, as testemunhas arroladas na defesa, no máximo três, serão ouvidas pela Comissão, em dia, hora e local previamente designados, em prazo não superior a três dias a contar do recebimento da defesa.

§ 2º Havendo necessidade de esclarecer fatos apontados, a Comissão de Finanças e Orçamento poderá requer diligências.

Art. 163. Decorrido o prazo referido no inciso II do artigo 161 sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a Comissão de Orçamento e Finanças emitirá parecer.

§ 1º Em seu parecer, a Comissão apreciará as contas e as questões suscitadas.

§ 2º Concluirá a Comissão pela apresentação de projeto de Resolução de Plenário, cuja redação acolherá o entendimento sobre a aprovação ou rejeição das contas prestadas.

§ 3º Se o projeto de Resolução de Plenário acolher o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado:

I - considerar-se-á rejeitado se receber o voto contrário de dois terços, ou mais, dos Vereadores, caso em que a Mesa, acolhendo a posição majoritária indicada pelo resultado da votação, elaborará a nova redação final;

II - considerar-se-á aprovado se a votação apresentar qualquer outro resultado.

§ 4º Se o projeto de Resolução de Plenário não acolher o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado:

I - considerar-se-á aprovado o seu conteúdo se receber o voto favorável de dois terços ou mais dos Vereadores;

II - considerar-se-á rejeitado o seu conteúdo, se a votação apresentar qualquer outro resultado, caso em que a Mesa deverá acolher as conclusões do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, na elaboração da nova redação final.

Art. 164. Findado o prazo de que trata o artigo 161, as contas serão incluídas na Ordem do Dia da Sessão Plenária Ordinária subsequente para a sua votação, devendo o Presidente da Câmara notificar o interessado ou seu procurador constituído para fins de sustentação oral pelo período de, no mínimo, vinte minutos.

Parágrafo único. O interessado poderá, independentemente da constituição de procurador, sustentar pessoalmente a sua defesa.

**SEÇÃO II****DO JULGAMENTO DO PREFEITO POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO**

Art. 165. O processo de perda do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas na legislação federal e local, obedecerá ao presente rito:

I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas;

II - se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação;

III - se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos de processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento; será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão Processante;

IV - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento em votação;

V - decidido o recebimento, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, na mesma Sessão será constituída a Comissão Processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;

VI - recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez;

VII - se estiver ausente no Município, a notificação far-se-á por edital publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação;

VIII - decorrido o prazo de defesa, a Comissão Processante emitirá parecer dentro de cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário;

IX - se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará, desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas;

X - o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência mínima de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

XI - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco dias, e após, a Comissão Processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de Sessão para julgamento;

XII - na Sessão de julgamento, o processo será lido, integralmente, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas horas, para produzir sua defesa oral;

XIII - concluída a defesa, proceder-se-á tantas votações, quantas forem às infrações articuladas na denúncia;

XIV - considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo o denunciado que for declarado, pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia;

XV - concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente Decreto Legislativo de perda do mandato de Prefeito;

XVI - se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo, comunicando, em qualquer dos casos, à Justiça Eleitoral, o resultado;

XVII - o processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante requerimento acompanhado de justificativa ao Presidente da Câmara;

XVIII - transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.



**SEÇÃO III****DO JULGAMENTO DE VEREADOR POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

Art. 166. O processo de perda de mandato de Vereador por prática de infrações político-administrativas seguirá o rito estabelecido no artigo 165, observado o quorum de dois terços.

**SEÇÃO IV****DA SUSTAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO**

Art. 167. Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou delegação legislativa concedida poderão ser sustados por Decreto Legislativo que será requerido:

I – por qualquer Vereador;

II – por Comissão Permanente ou Especial, de ofício, ou à vista de representação de qualquer cidadão, partido político ou entidade da sociedade civil.

Parágrafo único. Recebido o requerimento, a Mesa oficiará ao Executivo solicitando que preste os esclarecimentos que julgar necessário, no prazo de cinco dias úteis.

**CAPÍTULO VI****DA LICENÇA DO PREFEITO**

Art. 168. O Prefeito Municipal encaminhará ofício à Câmara de Vereadores comunicando seu licenciamento ou férias e esse ofício será lido em Plenário para conhecimento de todos os Vereadores.

Art. 169. A solicitação de licença do Prefeito, recebida como requerimento, será submetida imediatamente à deliberação plenária, na forma regimental, independente de parecer.

Parágrafo único. Aprovado o requerimento, considerar-se-á automaticamente autorizada a licença, devendo haver o registro em ata.

Art. 170. Durante o recesso parlamentar, a licença será encaminha à Mesa Diretora, que comunicará os Vereadores.

**CAPÍTULO VII****DO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS**

Art. 171. A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais ocorrerá exclusivamente sob a forma de subsídio e será fixada, por lei, de iniciativa privativa da Mesa Diretora, obedecidos aos princípios e preceitos que regem os art. 29, V; 37 X e XI e art. 39, § 4º da Constituição Federal e o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 172. A remuneração dos Vereadores será fixada na forma de subsídio, por lei de iniciativa da Mesa Diretora, observado o disposto no art. 29, VI, alíneas e parágrafos, art. 37, X e art. 39, § 4º da Constituição Federal e o disposto na Lei Orgânica Municipal.

**TÍTULO VII****DA FISCALIZAÇÃO****CAPÍTULO I****DA CONVOCAÇÃO DE TITULARES DE ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 173. A Mesa da Câmara Municipal, ou suas Comissões, podem convocar o Prefeito, Secretários ou titulares de diretoria equivalente, diretamente subordinado ao Prefeito, para comparecerem perante elas, a fim de prestarem informações sobre assuntos previamente designados e constantes da convocação.

Parágrafo único. O Prefeito, Secretário Municipal ou Diretor equivalente, independentemente de convocação, poderá comparecer

à Câmara para prestar esclarecimentos ou solicitar providências ao Legislativo ou às suas Comissões, nos termos do art. 197 deste Regimento.

Art. 174. O Prefeito, Secretário do Município ou Diretor equivalente convocado enviará à Câmara, dois dias úteis antes de seu comparecimento, exposição em torno das informações pretendidas.

Parágrafo único. O convocado terá o prazo de, no mínimo, vinte minutos para fazer a sua exposição, atendendo exclusivamente ao assunto da convocação.

**CAPÍTULO II****DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO**

Art. 175. O pedido de informação escrito será formulado por vereador e terá como objetivo obter esclarecimento sobre fato determinado ocorrido na jurisdição da Administração Pública Municipal.

§ 1º O pedido será encaminhado à Mesa Diretora que, após dar conhecimento ao Plenário, no expediente da Sessão Plenária, o encaminhará ao Executivo que deverá respondê-lo no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

§ 2º O não atendimento do pedido de informação, ou o atendimento fora do prazo prescrito no parágrafo anterior ou a prestação de esclarecimentos falsos sujeitará o Prefeito a processo de responsabilização político-administrativo, nos termos prescritos no art. 165 e seus incisos deste Regimento, observado ainda o que dispõe o Decreto-lei 201/64.

§ 3º A Mesa Diretora, mediante justificativa expressa, indeferirá pedido de informação considerado anti-regimental e que desatenda ao que determina este artigo, cabendo, desta decisão, recurso ao Plenário.

**CAPÍTULO III****DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO A ÓRGÃOS ESTADUAIS**

Art. 176. A Câmara Municipal, mediante requerimento aprovado em Plenário, poderá requerer informações aos órgãos estaduais da administração pública direta e indireta situados no Município, no prazo de dez dias úteis, a contar da solicitação, nos termos do artigo 12 da Constituição do Estado.

Parágrafo único. O pedido de informação previsto no caput deste artigo deve ser sobre fato determinado.

**CAPÍTULO IV****DO COMPARECIMENTO DO PREFEITO**

Art. 177. A Câmara Municipal receberá até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças, observado o disposto em lei.

Art. 178. O Prefeito poderá comparecer, espontaneamente, à Câmara para prestar quaisquer esclarecimentos, após entendimentos com o Presidente, que designará dia e hora para recebê-lo em Plenário.

§ 1º. Na reunião a que comparecer, o Prefeito não será interrompido, nem aparteado, durante a exposição que apresentar.

§ 2º Concluída a exposição do Prefeito, os Vereadores que desejarem, poderão interpellá-lo.

§ 3º A cada interpelação, é reservado ao Prefeito o direito de prestar esclarecimentos complementares, se assim o entender.

§ 4º O Prefeito poderá fazer-se acompanhar de assessores.

**TÍTULO VIII****DOS VEREADORES**

Art. 179. Os vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

## CAPITULO I DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 180. Os direitos dos Vereadores estão compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos legais e as normas estabelecidas neste Regimento.

Art. 181. São deveres do vereador, além de outros previstos na Lei Orgânica do Município:

I - comparecer, à hora regimental, nos dias designados às sessões da Câmara Municipal, apresentando, por escrito, justificativa, pelo não comparecimento;

II - não se eximir de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;

III - dar, nos prazos regimentais, pareceres ou votos, comparecendo e tomando parte nas reuniões das Comissões a que pertencer;

IV - propor, ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal, medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e de sua população;

V - impugnar medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público;

VI - comunicar à mesa sua ausência do Município, por período superior a 15 (quinze) dias, especificando o destino com dados que permitam sua localização;

VII - apresentar-se nas sessões da Câmara Municipal em trajés adequados à dignidade e importância do Poder que representam.  
Parágrafo Único: A justificativa prevista no inc. I deste artigo deverá ser submetida à apreciação do Plenário.

## CAPITULO II DAS FALTAS E DAS LICENÇAS

Art. 182. Salvo motivo justo, será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às Sessões ou às Reuniões das Comissões.

§ 1º Considera-se, para efeito de justificação de faltas, como motivo justo: doença, luto, gala e desempenho de missões oficiais do Poder Legislativo e Executivo.

§ 2º O comparecimento do Vereador nas Sessões Plenárias Ordinárias ou Extraordinárias far-se-á mediante assinatura no Livro de Presenças até o início da Ordem do Dia e participação da votação da matéria constante na Ordem do Dia.

Art. 183. O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença, devidamente comprovada;

II - para tratar de assuntos de interesse particular, sem remuneração, por prazo superior a trinta (30) dias e inferior a 90 (noventa) dias, por mandato;

III - para desempenho de missão oficial da Câmara Municipal, ou do Município.

§ 1º. Não perderá o mandato o Vereador, considerando-se automaticamente licenciado, se investido no cargo de Secretário Municipal, ou diretor equivalente, na estrutura administrativa do Município.

§ 2º. O Vereador licenciado nos termos do Inciso I, deste artigo, a partir do 16º (décimo sexto) dia, persistindo a licença, será convocado o suplente para assumir a vaga, nos termos do art. 191 deste Regimento.

§ 3º. O Vereador que estiver em missão oficial, nos termos do Inciso III, deste artigo, terá direito a diária a ser estabelecida pela Mesa Diretora e não será computado para efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.

§ 4º. Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões de Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de

processo criminal em curso, desde que não ultrapasse o período estabelecido no § 2º.

Art. 184. Os pedidos de licença serão encaminhados pelo Vereador para deliberação da Mesa Diretora mediante requerimento escrito.

§ 1º. Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever o requerimento, poderá fazê-lo através da Secretaria da Câmara, instruindo-o com atestado médico.

§ 2º. Durante o recesso parlamentar, a licença será concedida pela Mesa Diretora.

## CAPITULO III DA VACÂNCIA

Art. 185. As vagas, na Câmara Municipal, verificar-se-ão em virtude de:

I - perda do mandato;

II - renúncia;

III - falecimento.

Art. 186. A perda do mandato de Vereador, por decisão da Câmara Municipal dar-se-á, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal, mediante iniciativa da Mesa, ou de Partido Político com representação na Casa, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos vereadores que compõem a Câmara Municipal.

Parágrafo único - É assegurada ampla defesa ao disposto neste artigo, aplicando-se, no que couber, o procedimento previsto neste Regimento Interno.

Art. 187. Perderá o mandato o vereador:

I - que infringir quaisquer das proibições estabelecidas no art. 181 deste Regimento Interno;

II - que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença, ou de missão oficial autorizada por este Regimento Interno;

IV - que deixar de comparecer, sem justificativa, a 03 (três) sessões extraordinárias convocadas para apreciação de matéria urgente, salvo se a convocação das extraordinárias ocorrerem durante o recesso da Câmara Municipal;

V - que fixar residência fora do Município;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII - que tiver conduta considerada como procedimento incompatível com o decoro parlamentar.

§ 1º. Além dos outros casos definidos neste Regimento Interno considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas de Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º. Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara de 2/3 (dois terços), mediante provocação da Mesa e o devido processo legal.

Art. 188. Considerar-se-á procedimento incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas asseguradas aos membros da Câmara, ou à percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;

II - a transgressão reiterada aos preceitos deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;

III - perturbação da ordem nas sessões da Câmara ou nas reuniões das Comissões;

IV - uso, em discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Legislativo Municipal;

V - desrespeito à Mesa e atos atentatórios à dignidade de seus membros;

VI - comportamento vexatório ou indigno, capaz de comprometer a dignidade do Poder Legislativo Municipal.

Art. 189. A Mesa Diretora, de ofício ou a requerimento de Vereador, ao tomar conhecimento de qualquer fato que possa configurar as hipóteses previstas nos artigos anteriores, remeterá a questão para ser investigada e apreciada pela Comissão de Ética, nos termos do Art. 192 e seguintes, deste Regimento Interno.

I - a Mesa dará ciência, por escrito, ao vereador, do fato ou ato que possa implicar na perda do mandato;

II - no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da ciência, o vereador poderá apresentar defesa;

III - apresentada ou não a defesa, a Mesa decidirá a respeito, no prazo de 48hs00min (quarenta e oito horas);

IV - a Mesa tornará pública as razões que fundamentam sua decisão.

Art. 190. A declaração de renúncia do Vereador ao mandato será dirigida, por escrito, à Mesa e independerá de aprovação do Plenário.

§ 1º. Considera-se, ainda, como renúncia tácita:

I - a não prestação de compromisso no prazo estabelecido neste Regimento;

II - o suplente que, convocado, não se apresentar para assumir no prazo regimental;

III - deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa Anual, a terça parte das sessões plenárias ordinárias, salvo licença concedida ou falta justificada.

§ 2º. A vacância, nos casos de renúncia tácita, será declarada em Sessão Plenária.

#### CAPÍTULO IV

##### DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE

Art. 191. A Mesa convocará, no prazo de quarenta e oito horas, o suplente de Vereador nos casos de:

I - ocorrência de vaga;

II - licenças.

§ 1º Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência, por escrito, à Mesa que convocará o suplente imediato, nos termos do § 2º.

§ 2º Ressalvada a hipótese de doença, comprovada na forma legal, de estar investido em cargo público, ou ter requerimento deferido pela Mesa baseado em outro motivo, o suplente que, convocado, não assumir o mandato, no prazo de quinze dias, perde o direito à suplência, sendo convocado o suplente imediato.

§ 3º O suplente tomará posse perante o Plenário, em Sessão Ordinária ou Extraordinária, exceto em períodos de recesso quando ela se dará perante a Mesa Diretora

§ 4º O suplente disporá de todas as prerrogativas parlamentares previstas ao titular, exceto quanto à ocupação de cargos na Mesa Diretora, e nas Comissões participará como membro.

§ 5º Se o suplente que estiver assumindo a vaga do titular licenciado, necessitar de licença-saúde por mais de 15 dias, será chamado o segundo suplente, não tendo o primeiro direito a reassumir a vaga quando cessar a licença, salvo se o titular licenciado reassumir a vaga.

#### CAPÍTULO V

##### DA COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR

Art. 192. Fica criada a Comissão de Ética Parlamentar, que se reunirá sempre que for necessário, por convocação de seu Presidente, aplicando-lhe, quando cabíveis, os preceitos regimentais referentes às Comissões Permanentes.

Parágrafo único. A comissão de que trata o caput deste artigo

será formada por três membros, observada a proporcionalidade partidária se possível.

Art. 193. Compete à Comissão de Ética Parlamentar:

I - zelar pelo funcionamento harmônico e pela imagem do Poder Legislativo, na forma deste Regimento Interno e da legislação pertinente;

II - propor projetos de lei, projetos de resolução e outras proposições atinentes à matéria de sua competência, bem como, consolidações, visando manter a unidade do presente Regimento;

III - instruir processos contra Vereadores e elaborar projetos de resolução que importem em sanções éticas que devam ser submetidas ao Plenário;

IV - dar parecer sobre a adequação das proposições que tenham por objeto matéria de sua competência;

V - responder às consultas da Mesa, Comissões e Vereadores sobre matéria de sua competência;

VI - manter contato com os órgãos legislativos estaduais e federais, visando trocar experiências sobre ética parlamentar;

VII - assessorar a Câmara de Vereadores no estímulo à implantação e prática dos preceitos da ética parlamentar;

Art. 194. Os Vereadores designados para a Comissão de Ética Parlamentar deverão:

I - apresentar declaração assinada pelo Presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais da Câmara, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades previstas neste Regimento, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido;

II - manter discrição e sigilo inerentes à natureza de sua função;

III - estar presentes a mais de 2/3 (dois terços) das reuniões.

Art. 195. O Vereador que transgredir qualquer dos preceitos acima será automaticamente desligado da Comissão e substituído.

Art. 196. O Presidente da Comissão de Ética Parlamentar submeterá aos demais membros a indicação de um Ouvidor, com as seguintes atribuições;

I - receber denúncias contra Vereador;

II - proceder a instrução de processos disciplinares;

III - dar pareceres sobre questões éticas suscitadas no âmbito da Comissão;

#### TÍTULO IX

##### DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

#### CAPÍTULO I

##### DA TRIBUNA POPULAR

Art. 197. Durante a Sessão Plenária Ordinária de cada mês, será destinado, no final das Explicações Pessoais, o Espaço reservado para a Tribuna Popular.

§ 1º Na Tribuna Popular, poderão usar da palavra, por dez minutos improrrogáveis, Entidades, que requererem por inscrito com antecedência de quarenta e oito horas.

§ 2º No requerimento deverá constar na íntegra o tema abordado pelo representante de entidade inscrita, que será arquivado na Secretaria da Câmara.

§ 3º Não se admitirá o uso da Tribuna Popular por representantes de partidos políticos.

§ 4º O orador, ao dispor da Tribuna Popular, deverá observar rigorosamente a linguagem parlamentar e as normas previstas neste Regimento.

#### CAPÍTULO II

##### DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 198. Cada Comissão poderá requerer à Mesa a realização de

audiência pública com as entidades da sociedade civil e qualquer cidadão para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, apresentar propostas e discutir matérias relevantes.

Parágrafo único. A audiência pública poderá ser realizada em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pelo Presidente da Comissão, que comunicará os interessados com antecedência mínima de dois dias.

Art. 199. Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes.

§ 1º Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§ 2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de cinco minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apertado.

§ 3º Caso o expositor se desvie do assunto, ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

§ 4º A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§ 5º Os Vereadores inscritos para interperlar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interperlar qualquer dos presentes.

Art. 200. Da reunião de audiência pública lavrar-se-á ata, arquivando-se os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

## TÍTULO X

### DA INTERPRETAÇÃO, OBSERVÂNCIA E REFORMA DO REGIMENTO

#### CAPÍTULO I

##### DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art. 201. Questão de ordem é toda a dúvida suscitada sobre a interpretação ou aplicação deste Regimento, onde qualquer Vereador poderá solicitar o uso da palavra, durante as reuniões do Plenário ou de Comissão para exigir a observância de dispositivo regimental, o que fará utilizando a expressão "questão de ordem".

§ 1º A questão de ordem deve ser objetiva, claramente formulada, com a indicação precisa das disposições regimentais cuja observância se pretenda elucidar, e referir-se à matéria tratada na ocasião.

§ 2º Se o suscitante não indicar, inicialmente, as disposições em que se assenta a questão de ordem, o Presidente cassará sua palavra.

§ 3º O prazo para formulação ou contestação da questão de ordem não poderá exceder a três minutos.

§ 4º Formulada a questão de ordem e facultada a sua contestação a um Vereador, será ela resolvida pelo Presidente, não sendo permitido ao suscitante opor-se à decisão ou criticá-la na Sessão Plenária em que for proferida.

§ 5º Inconformado com a decisão, poderá o Vereador requerer, por escrito, reconsideração ao Presidente ou para o Plenário, sem feito suspensivo, ouvindo-se, em ambas as hipóteses, a Comissão de Constituição e Justiça, que terá prazo máximo de três Sessões Plenárias para apresentar seu parecer.

Art. 202. Durante a Ordem do Dia, não poderá ser suscitada

questão de ordem que não seja pertinente à matéria em discussão e votação.

Art. 203. As decisões sobre questões de ordem serão registradas em livro específico, e a Mesa elaborará projeto de resolução propondo, se for o caso, as alterações regimentais delas decorrentes.

Art. 204. Qualquer projeto de resolução modificando o regimento Interno, será depois de lido em plenário, encaminhado à Mesa para opinar, que encaminhará à Comissão de Constituição e Justiça, para análise e parecer.

§ 1º - A Mesa tem o prazo de 30 dias para opinar sobre o Projeto

§ 2º - Dispensa-se dessa tramitação os projetos oriundos da própria Mesa.

Art. 205. O regimento Interno somente poderá ser modificado ou alterado com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos Vereadores.

## CAPÍTULO II

### DOS RECURSOS

Art. 206. Cabe recurso ao Plenário de decisão do Presidente da Mesa ou das Comissões, nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo único. Não serão conhecidos os recursos que não satisfizerem as exigências regimentais, quanto ao prazo de interposição e ao número de signatários e que não contenham justificativa adequada.

## TÍTULO XI

### DA SEGURANÇA INTERNA DA CÂMARA

Art. 207. A segurança do edifício da Câmara Municipal compete à Mesa, sob a direção do Presidente.

Parágrafo único. A segurança poderá ser feita por servidores do serviço próprio da Câmara ou por entidade contratada, habilitada à prestação de tal serviço.

Art. 208. Qualquer cidadão poderá assistir às Sessões desde que guarde silêncio e respeito, sendo compelido a sair imediatamente do edifício, caso perturbe os trabalhos com aplausos ou manifestações de reprovação e não atenda à advertência do Presidente.

Art. 209. Quando o Presidente não conseguir manter a ordem por simples advertências, deverá suspender a Sessão, adotando as providências cabíveis.

Art. 210. Revelando-se ineficazes as providências adotadas pela Presidência, aquele que perturbar a ordem dos trabalhos, desacomodar a Mesa, ou os Vereadores em serviço, será detido e encaminhado para a autoridade competente.

Art. 211. No recinto do Plenário, durante as Sessões, só serão admitidos os Vereadores, servidores em serviço e convidados.

Art. 212. É proibido o porte de arma no recinto do plenário.

§ 1º Compete à Mesa fazer cumprir as determinações deste artigo, mandando desarmar e prender quem as transgredir.

§ 2º Relativamente a Vereador, a constatação do fato será considerada conduta incompatível com o decoro parlamentar.

## TÍTULO XII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 213. Os prazos previstos neste Regimento não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo os prazos relativos às matérias objeto de convocação extraordinária da Câmara e os prazos estabelecidos às Comissões Processantes



§ 2º Quando não se mencionarem expressamente dias úteis, o prazo será contado em dias corridos.

§ 3º Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil.

Art. 214. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2010, revogando as disposições em contrário em especial o regimento interno datado de 24 de novembro 1.994 e alterações posteriores.

#### TÍTULO XIII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 215. A fixação dos subsídios dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, nas alterações que lhe couber, somente serão aplicadas para a próxima legislatura.

Art. 216. A Mesa Diretora, dentro de 180 (cento e oitenta dias) da aprovação deste Regimento Interno, providenciará a elaboração do Código de Ética dos Vereadores.

Catanduvas, 17 de dezembro de 2009.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI  
Presidente

VALDECIR KRAVICE  
Vice-Presidente

ARLINDO TÚLIO REATO  
Primeiro Secretário

MARCIO JUCÉLIO DE LUCCA  
Segundo Secretário

Registrado e publicado nesta Secretaria em 17/12/2009

Odair José Gabrielli  
Presidente da Câmara

Arlindo Túlio Reato  
1º Secretário

## Chapadão do Lageado

### Prefeitura Municipal

#### Lei Nº 0459/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI N.º 0459 DE 23.12.2009

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O CENTRO DE RECUPERAÇÃO À VIDA - CERVIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Centro de Recuperação à Vida – CERVIDA, sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 07.568.597/0001-14, com sede no Bairro Salseiro, cidade de Vidal Ramos/SC, cujo objeto é o tratamento de dependentes químicos do Município, devidamente triados e encaminhados pela CONVENIENTE ou por solicitação do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Parágrafo único. O Convênio a ser firmado, visará o pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em parcela única na assinatura do Convênio, para adequar o Centro às exigências legais, melhorar a infra-estrutura e aumentar o número de vagas, bem como, pagar mensalmente à quantia de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por paciente comprovadamente carente.

Art. 2º Faz parte integrante da presente Lei o modelo de convênio a ser firmado entre as partes.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas quaisquer disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E O CENTRO DE RECUPERAÇÃO À VIDA – CERVIDA, VISANDO AO TRATAMENTO DE DEPENDENTES DE TÓXICOS E ÁLCOOL.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.120/0001-27, doravante denominado “CONVENIENTE”, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Bráulio Inácio, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Geremias Pedro de Medeiros, nº 59, Centro, no Município de Chapadão do Lageado/SC, portador do CPF nº 379.181.849-04 e CI nº 868.103, emitida pela Secretaria de Segurança Pública/SC, doravante denominado CONVENIENTE e de outro lado o CENTRO DE RECUPERAÇÃO À VIDA – CERVIDA, sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, com sede no Bairro Salseiro, no Município de Vidal Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob nº 07.568.597/0001-14, neste ato representada por seu Presidente, o Sr. IEDON MAIOCHI, brasileiro, solteiro, agricultor, residente e domiciliado no Bairro Salseiro, Município de Vidal Ramos/SC, portador do CPF nº 004.607.509-76, doravante denominada CONVENIADA, resolvem firmar o presente CONVÊNIO que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:



**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Tendo em conta que a saúde é direito de todos e dever do Estado, o presente convênio visa ao oferecimento de tratamento adequado aos dependentes químicos da nossa cidade, devidamente triados e encaminhados pela CONVENIENTE ou por solicitação do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Parágrafo 1º - Não há reserva de vagas, sendo as mesmas liberadas de acordo com a capacidade disponível no centro de recuperação da CONVENIADA.

Parágrafo 2º - O período de internação proposto de cada paciente será de até 6 (seis) meses. O reingresso ou prorrogação deste período será determinado de acordo com a avaliação final realizada entre a CONVENIENTE, a CONVENIADA e o usuário, no final do tratamento.

Parágrafo 3º - Em caso de adolescentes menores, o encaminhamento ao centro de recuperação se dará através de solicitação dos pais ou representantes legais ou de encaminhamento das autoridades competentes.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS CUSTOS**

A CONVENIENTE pagará à CONVENIADA no ato da assinatura do presente convênio o valor de R\$ 3.000,00, em parcela única, para adequar o Centro às exigências legais e para melhorar a infraestrutura, aumentando, assim, o número de vagas.

A CONVENIENTE pagará mensalmente à CONVENIADA a quantia de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais por paciente comprovadamente carente. Em caso de ocupação fracionada de mês, o custo será calculado dividindo-se a quantia mensal pelo número de dias ocupados.

Parágrafo 1º - Os valores mencionados acima deverão ser pagos sempre até o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao de sua competência, mediante apresentação da respectiva Nota de Serviço emitida pela CONVENIADA, através de depósito em conta corrente de titularidade da CONVENIADA, cujos dados serão por esta fornecidos.

Parágrafo 2º - Anualmente, por ocasião da renovação do presente convênio, haverá revisão dos valores aqui estipulados, cuja atualização se dará pela variação acumulada do IGPM, da FGV.

Parágrafo 3º - Para efeito de pagamento dos valores aqui estipulados, considerar-se-á o mês de competência aquele no qual se iniciou o tratamento do paciente.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE.**

São obrigações da CONVENIENTE:

I – Proceder à triagem dos pacientes que pretende internar e encaminhá-los para uma entrevista prévia no centro de recuperação da CONVENIADA.

II – Encaminhar os necessitados de reinternação.

III – Conscientizar o paciente encaminhado da voluntariedade da internação.

IV - Acompanhar os pacientes internados por ela enviados, em horários previamente combinados entre as partes.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA.**

A CONVENIADA assume as seguintes obrigações:

I - Comunicar à CONVENIENTE sobre internações de pacientes que residam no Município de Chapadão do Lageado, cujas solicitações tenham sido feitas pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, observando a cláusula quinta deste termo.

II – Contatar com a CONVENIENTE sobre o estado geral dos pacientes cujo custeio seja de sua responsabilidade, informando ocorrências relevantes, previsão de alta a pedido ou evasão antes

do término do prazo previsto para internação (6 meses).

III – Apresentar relação mensal dos internados à CONVENIENTE, juntamente com a respectiva Nota de Serviço.

IV – Dar alojamento, refeições e todo tratamento necessário à recuperação dos internados.

V – Permitir à CONVENIENTE a visitação dos internos, após a 1ª fase, ou seja, após os 60 (sessenta) dias iniciais, em horários previamente combinados entre as partes, de forma a não prejudicar o normal andamento das atividades do centro de recuperação.

**CLÁUSULA QUINTA: DA AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA.**

Antes do internamento, a CONVENIENTE, através de seu Departamento de Assistência Social, promoverá a avaliação sócio-econômica dos pacientes a fim de avaliar o grau de carência. Comprovada a carência, a CONVENIENTE assumirá o encargo financeiro estabelecido na Cláusula Segunda do presente convênio.

Parágrafo Único – Em caso de ser o paciente segurado da Previdência Social e estar recebendo benefício previdenciário, arcará este com os custos da própria internação.

**CLÁUSULA SEXTA: DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL.**

A utilização do pessoal necessário à execução do objeto deste convênio não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária para a CONVENIENTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO E DA VIGÊNCIA.**

O prazo de vigência do presente Convênio é de 1 (um) ano, vigorando a partir de sua assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, se não denunciado por qualquer das partes 30 (trinta) dias antes de seu término.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.**

Este Convênio poderá ser modificado por meio de Termo Aditivo firmado de comum acordo entre as partes Convenientes, mediante solicitação de qualquer uma delas, desde que não haja mudança do objeto.

**CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO.**

As partes Convenientes poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, caso ocorrer inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pelas superveniências legais que o tornem material e financeiramente inexecutável, ou por mútuo consenso, não podendo ser prejudicados os pacientes que já tiverem iniciado o tratamento, ficando os mesmos internados até completarem o respectivo programa, ficando a CONVENIENTE responsável pelo repasse dos recursos estabelecidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DOS RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários à execução deste Convênio serão por conta do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO CONTRATUAL.**

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga/SC para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo.

E, por assim estarem as partes Convenientes de pleno acordo, rubricam e assinam o presente Termo, em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Município de Chapadão do Lageado, .....de .....2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

IEDON MAIOCHI

PRESIDENTE DO CERVIDA

## TESTEMUNHAS:

1) -----

Nome:

CPF:

2) -----

Nome:

CPF:

**Lei N° 0460/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI N.º 0460 DE 23.12.2009

"CONVALIDA, COM EFICÁCIA DE LEI, DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica convalidado, com eficácia de Lei, o Decreto nº 066/2009 que suplementa o orçamento do município para o exercício de 2009, por conta de anulação de dotações orçamentárias, no montante de R\$ 110.476,11 (cento e dez mil quatrocentos e setenta e seis reais e onze centavos).

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, e seus efeitos a contar da data de publicação do respectivo Decreto, que suplementou por anulação, dotações do orçamento para o exercício de 2009, com fundamento na alínea "f" do art. 5º da Lei Municipal nº 0406 de 17 de dezembro de 2008 (LOA).

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Lei N° 0461/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI N.º 0461 DE 23.12.2009

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 75.747,00 (setenta e cinco mil setecentos e quarenta e sete reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

01- Câmara de Vereadores  
 01- Câmara de Vereadores  
 01 - Legislativa  
 01 - Processo Legislativo  
 31- Ação Legislativa  
 80 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas  
 2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores.....R\$ 14.000,00

01- Câmara de Vereadores  
 01- Câmara de Vereadores  
 01 - Legislativa  
 01 - Processo Legislativo  
 31- Ação Legislativa  
 80 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas  
 2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores.....R\$ 60.000,00

01- Câmara de Vereadores  
 01- Câmara de Vereadores  
 01 - Legislativa  
 01 - Processo Legislativo  
 31- Ação Legislativa  
 80 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas  
 2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores.....R\$ 147,00

01- Câmara de Vereadores  
 01- Câmara de Vereadores  
 01 - Legislativa  
 01 - Processo Legislativo  
 31- Ação Legislativa  
 80 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas  
 1003 - Construção Sede Própria.....R\$ 1.600,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R\$ 75.747,00

Art. 2º Por conta das anulações dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 75.747,00 (setenta e cinco mil setecentos e quarenta e sete reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

07- Secretaria da Agricultura  
 01- Divisão de Agricultura  
 20- Agricultura  
 27- Pequeno Produtor Assistido  
 606- Extensão Rural  
 80 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas  
 2037 - Manutenção/Pessoal da Secretaria.....R\$ 4.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social  
 01- Secretaria do Desenvolvimento Social  
 08- Assistência Social  
 19- Desenvolvimento Social  
 244- Assistência Comunitária  
 80 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas  
 2028 - Manutenção/Pessoal Secr. de Desenvolvimento Social.....R\$ 6.000,00

02- Gabinete do Prefeito e Vice  
 02- Gabinete do Prefeito e Vice  
 04- Administração  
 03- Gestão Administrativa Superior  
 122- Administração Geral  
 80 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas  
 2002- Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice .....R\$ 5.000,00

04 - Secretaria da Fazenda  
 04 - Secretaria da Fazenda  
 04 - Administração  
 09 - Administração Financeira  
 123 - Administração Financeira  
 80 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 33.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
 2007 - Contribuição A Entidades Municipalistas.....R\$ 6.000,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 04 - Administração  
 05 - Administração Geral  
 122 - Administração Geral  
 80 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas  
 2003- Manutenção da Secr. de Administração e Planejamento...R\$ 4.747,00

04 - Secretaria da Fazenda  
 04 - Secretaria da Fazenda



04 – Administração  
 09 – Administração Financeira  
 123 – Administração Financeira  
 80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
 31.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2005- Manutenção/Pessoal Gerenciamento e Controle da Secr....R\$ 50.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R\$ 75.747,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Decreto N° 079/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N° 079/2009

"HOMOLOGA AS RESOLUÇÕES Nº. 01/2009, 02/2009, 03/2009, 04/2009 E 05/2009 DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

#### D E C R E T A:

Art. 1º Ficam homologadas as Resoluções abaixo descritas, do Conselho Municipal da Educação do Município de Chapadão do Lageado.

I – Resolução nº 01/2009, de 16.12.2009 que "AUTORIZA A CERTIFICAÇÃO DO PROJETO: MESAS REDONDAS – PRINCÍPIOS E INDICADORES NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL";

II – Resolução nº 02/2009, de 16.12.2009 que "AUTORIZA A IMPLANTAR A DISCIPLINA DE INGLÊS NO 5º ANO DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL";

III – Resolução nº 03/2009, de 16.12.2009 que "AUTORIZA A CRIAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DO 1º (PRIMEIRO) ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL";

IV – Resolução nº 04/2009, de 16.12.2009 que "AUTORIZA A JUNTÃO DAS TURMAS QUE NÃO POSSUAM NO MÍNIMO 10 ALUNOS POR SALA";

V – Resolução nº 05/2009, de 16.12.2009 que "EXTINGUE A SEGUNDA ÉPOCA DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 22 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Decreto N° 080/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 080/2009

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei nº 0406 de 17 de dezembro de 2008 e em conformidade com a Lei nº 0461 de 23.12.2009,

#### D E C R E T A:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 75.747,00 (setenta e cinco mil setecentos e quarenta e sete reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

01– Câmara de Vereadores  
 01– Câmara de Vereadores  
 01 – Legislativa  
 01 – Processo Legislativo  
 31– Ação Legislativa  
 80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
 31.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2001 – Manutenção da Câmara de Vereadores.....R\$ 14.000,00

01– Câmara de Vereadores  
 01– Câmara de Vereadores  
 01 – Legislativa  
 01 – Processo Legislativo  
 31– Ação Legislativa  
 80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2001 – Manutenção da Câmara de Vereadores.....R\$ 60.000,00

01– Câmara de Vereadores  
 01– Câmara de Vereadores  
 01 – Legislativa  
 01 – Processo Legislativo  
 31– Ação Legislativa  
 80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2001 – Manutenção da Câmara de Vereadores.....R\$ 147,00

01– Câmara de Vereadores  
 01– Câmara de Vereadores  
 01 – Legislativa  
 01 – Processo Legislativo  
 31– Ação Legislativa  
 80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 1003 – Construção Sede Própria.....R\$ 1.600,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R\$ 75.747,00

Art. 2º Por conta das anulações dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 75.747,00 (setenta e cinco mil setecentos e quarenta e sete reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

07- Secretaria da Agricultura  
 01- Divisão de Agricultura  
 20- Agricultura  
 27- Pequeno Produtor Assistido  
 606- Extensão Rural  
 80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2037 – Manutenção/Pessoal da Secretaria.....R\$ 4.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social  
 01- Secretaria do Desenvolvimento Social  
 08- Assistência Social  
 19- Desenvolvimento Social  
 244- Assistência Comunitária  
 80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
 2028 – Manutenção/Pessoal Secr. de Desenvolvimento Social.....R\$ 6.000,00

02- Gabinete do Prefeito e Vice  
 02- Gabinete do Prefeito e Vice  
 04- Administração  
 03- Gestão Administrativa Superior  
 122- Administração Geral



80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
2002- Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice .....R\$ 5.000,00

04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Administração  
09 – Administração Financeira  
123 – Administração Financeira  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
33.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
2007 – Contribuição A Entidades Municipalistas.....R\$ 6.000,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
04 – Administração  
05 - Administração Geral  
122 - Administração Geral  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
2003- Manutenção da Secr. de Administração e Planejamento...R\$ 4.747,00

04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Secretaria da Fazenda  
04 – Administração  
09 – Administração Financeira  
123 – Administração Financeira  
80 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
31.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Direitas  
2005- Manutenção/Pessoal Gerenciamento e Controle da Secr....R\$ 50.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R\$ 75.747,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### **Decreto N° 081/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 081/2009

"CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL/REGIONAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe confere o art. 70, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Municipal/Regional de Defesa Civil do Município de Chapadão do Lageado, a realizar-se no município de Rio do Sul/SC no dia 28 de janeiro de 2010.

§ 1º O Secretário Municipal de Administração e Planejamento, Senhor Orli Carlos Paul, chefiará a delegação do município para a 1ª Conferência Municipal/Regional de Defesa Civil e em sua ausência ou impedimento, a chefia da Conferência caberá ao senhor Guilherme Bilk, Presidente da Comissão Municipal de Defesa Civil do Município de Chapadão do Lageado.

§ 2º A realização da 1ª Conferência Municipal/Regional de Defesa Civil será coordenada por uma Comissão Organizadora Regional, a ser instituída por ato do Prefeito Presidente da AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí.

§ 3º A 1ª Conferência Municipal/Regional de Defesa Civil atenderá

ao estabelecido em regimento interno, aprovado pela Comissão Organizadora Estadual ou pela Comissão Organizadora Nacional, em consonância com o regimento interno da Conferência Nacional de Defesa Civil, dispondo sobre organização, funcionamento e processo de escolha dos delegados.

Art. 2º A 1ª Conferência Municipal/Regional de Defesa Civil terá como objetivo:

I - realizar a análise das ações de Defesa Civil no nível municipal e demais organismos do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, previstos no Decreto Presidencial nº 5376 de 17 de fevereiro de 2005;

II - definir diretrizes para a reorganização do SINDEC a nível municipal, estadual e nacional, e das ações de Defesa Civil com ênfase nos princípios da Prevenção e Assistência Humanitária, como política de Estado para a garantia de desenvolvimento social; e

III - definir diretrizes que possibilitem o fortalecimento da participação social no planejamento, gestão e operacionalização do SINDEC.

Parágrafo único. O tema da 1ª Conferência Municipal/Regional de Defesa Civil será "Defesa Civil: Prevenção e Assistência Humanitária – Por uma ação integral e contínua".

Art. 3º A delegação do município, convocada para a 1ª Conferência Municipal/Regional de Defesa Civil, se integrará a delegação dos 28 municípios do Alto Vale do Itajaí para a realização da Conferência a ser realizada no dia 28 de janeiro de 2010, no auditório da Secretaria de Educação do Município de Rio do Sul.

Art. 4º As despesas com a realização da 1ª Conferência Municipal/Regional de Defesa Civil correrão à conta de recursos orçamentários deste município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

### **Portaria 410/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A N° 410/2009

CONSIDERANDO o que dispõe o parágrafo único, do art. 20, da Lei Complementar nº 006 de 23.12.1999;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, resolve:

**REVOGAR**

a portaria 234/2009 de 30 de abril de 2009, a qual concedeu Progressão Funcional por Desempenho a servidora SOLANGE DA SILVEIRA MARQUEZ, ocupante do cargo efetivo de Professora de História – 15 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 22 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria nº 411/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 411/2009

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 011 de 30.04.2002, resolve:

**E X O N E R A R**

IVALDO MOHR, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, nomeado pela Portaria Nº 035/2009 de 12.01.2009, a partir de 01.01.2010.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 22 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria nº 412/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 412/2009

ALTERA LOCAL DE TRABALHO

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos – 40 horas aprovado no Concurso Público nº. 02/2008;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos de rotina da Secretaria Municipal de Saúde;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 50, Inciso VII e pelo Art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor, ADÉLCIO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Saúde, retroagindo seus efeitos a partir de 04.03.2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato nº 089/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 089/2009

Número do contrato: 089/2009

Vigência: 22/12/2009 à 22/12/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: TIM CELULAR S.A.,

Objeto: É objeto do presente contrato a Permissão de uso não oneroso de parte do imóvel, compreendendo uma área de 120,00

m² (cento e vinte metros quadrados) localizada na Rua projetada SD /34, s/n(junto a caixa d'água), Centro , CEP: 88407-000, no Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, pertencente a uma área maior, imóvel de domínio da PERMITENTE, nomeado e acima qualificado, conforme Termo de Doação, datado de 22 de agosto de 2005, Conforme Lei Municipal Nº. 0275 de 15 de setembro de 2005, sendo que tal área está descrita e caracterizada na forma do croqui que consta do anexo I ao presente instrumento.

Data da assinatura: 22 de dezembro de 2009

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Câmara de Vereadores****Adendo de Contrato**

ADENDO CONTRATUAL

OBJETO: Prestação de serviço de Radio Difusão.

Valor Total: R\$18.000,00

Valor Mensal:R\$1.500,00

Contratada: Radio Ituporanga LTDA

Data da vigência: 02/01/2010.

Data do vencimento: 31/12/2010.

**Corupá****Prefeitura Municipal****Decreto Nº. 061/2009**

DECRETO Nº 061/2009

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 67.000,00 (Sessenta e Sete Mil Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. Divisão de Agricultura	
3.1.90.16.00.00.00	0.1.00.00	Outras Despesas Variáveis	5.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manut. Da Divisão de Saúde	
3.3.90.32.00.00.00	3.23.55	Material de Distribuição Gratuita	52.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manut. Da Educação Infantil	



3.1.90.04.00.00.00	0.1.18.00	Outras Despesas Variáveis	10.000,00
		TOTAL	67.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. Divisão de Agricultura	
3.3.90.32.00.00.00	0.1.00.00	Material de Distribuição Gratuita	5.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manut. Da Divisão de Saúde	
3.3.90.32.00.00.00	3.14.13	Material de Distribuição Gratuita	52.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manut. Da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00.00	0.1.18.00	Vencimentos E Vantagens Fixas	10.000,00
		TOTAL	67.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 16 de Junho de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto N°. 062/2009

DECRETO Nº 062/2009

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Saúde Bem Estar Social	
08.001		Fundo Municipal de Saúde	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.04.00.00.00	0.1.18.00	Contratações por Tempo Determinado	10.000,00
		TOTAL	10.000,00

Art. 2º Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação parcial das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Saúde Bem Estar Social	
08.001		Fundo Municipal de Saúde	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00.00	0.1.18.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	10.000,00
		TOTAL	10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de Junho de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto N°. 063/2009

DECRETO Nº 063/2009

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº 1.923 de 30 de junho de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção Atividades Divisão Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
3.3.90.39.00.00.00	0.1.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	115.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.39.00.00.00	0.1.02.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.000,00
		TOTAL	130.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
03.001		Divisão de Administração	



004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Div. Pessoal, Adm. E Compras	
3.3.90.35.00.00.00	0.1.00.00	Serviços de Consultoria	115.000,00
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manutenção Atividades Divisão Pessoal, Administração e Compras	
3.3.90.39.00.00.00	0.1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	15.000,00
		TOTAL	130.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 30 de Junho de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 064/2009

DECRETO Nº 064/2009

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº 1.925 de 30 de junho de 2009:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do Município de Corupá, para exercício de 2009, um Crédito Suplementar, até o valor de R\$ 376.000,00 (trezentos e setenta e seis mil reais), para a seguinte dotação:

08000 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
08001 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
012.361.0047.2019 – Manutenção do Transporte Escolar	
4.4.90.52.00.00.00 - DR - 0.1.90 Equipamento e Material Permanente	R\$ 376.000,00

Art. 2º - Como recursos para abertura de crédito suplementar de que trata o artigo anterior, a ser operada mediante Decretos específicos, serão utilizadas as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei nº 1898/09, na proporção do excesso de arrecadação sobre o valor estimado no orçamento.

Parágrafo Único - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 30 de Junho de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 065/2009

DECRETO Nº 065/2009

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº 1.926 de 30 de junho de 2009:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, através da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e as condições específicas aprovadas pelo BNDES para a operação.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos no âmbito do Programa PROVIAS, tratado pelo art. 9º-K na Resolução CMN nº. 2.827, de 30 de março de 2001, artigo incluído pela Resolução CMN nº. 3.560, de 14.04.2008.

Art. 2º - Para garantia do principal e encargos da operação de crédito fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

§ 1º - Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e esta, à conta do BNDES, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º - Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuarem as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 3º - Para a garantia acessória da operação de crédito, o Município de Corupá, dá, a título de alienação fiduciária, o(s) bem (ns) adquiridos com os recursos do financiamento concedido.

Art. 4º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 5º - O orçamento do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 6º - Para fins de consecução da presente Lei, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do Município de Corupá, para exercício de 2009, um Crédito Suplementar, no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais), para o seguinte programa:

07000 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVS. PÚBLICOS



07001 – DIVISÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM

026.782.0039.2015 – Manutenção do DMER e Conservação de Rodovias

4.4.90.52.00.00.00 - DR - 0.1.90 Equipamento e Material Permanente	R\$ 1.250.000,00
--	------------------

Art. 7º - Como recursos para abertura de crédito suplementar de que trata o artigo anterior, a ser operada mediante Decretos específicos, serão utilizadas as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela presente Lei, na proporção do excesso de arrecadação sobre o valor estimado no orçamento.

Parágrafo Único - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 30 de Junho de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 066/2009**

DECRETO Nº 066/2009  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas funções, e de acordo com do Art.66 , VII, da lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Tendo em vista o feriado de ANIVERSÁRIO DE 112 ANOS DE FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO, fica instituído PONTO FACULTATIVO, nas Repartições Públicas Municipais no dia 06 de Julho de 2009.

Art. 2º - Excetuam-se do Ponto Facultativo, os serviços considerados de essencial importância.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 30 de Junho de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 067/2009**

DECRETO N.º 67/09  
DISPÕE SOBRE A I CONFERENCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Instituir Conferência Municipal de Educação, com instalação pública solene no dia 14 de julho de 2009.

Art. 2º - O Tema central da Conferência Municipal de Educação é Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação.

Art. 3º - Delegar ao Secretário Municipal de Educação no uso de suas atribuições para:

§ 1º – Estabelecer a estrutura organizacional da Conferência;  
§ 2º – Indicar pessoal técnico e administrativo para coordenar e executar os trabalhos, que dizem respeito ao êxito da Conferência.  
§ 3º – Firmar instrumentos de parcerias com entidades públicas e privadas no sentido de apoiar e patrocinar a realização da Conferência.

Art. 4º - Os recursos necessários para a realização da Conferência correrão a contas da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Corupá, 30 de junho de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 69/2009**

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais)), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2019		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.39.00.00.00	1.22.55	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	80.000,00
04.000		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut Divisão de Agricultura.	
3.3.90.36.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	2.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Mnutenção do DMER e Conservação da Rodovia	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	20.000,00
		TOTAL	102.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação da fonte 1.22.55 no valor de R\$ 80.0000,00 (Oitenta Mil Reais) da anulação das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	

04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut Divisão de Agricultura.	
4.4.90.52.00.00.00	1.00.00	Equipamento e Material Permanente	2.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Mnutenção do DMER e Conservação da Rodovia	
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	20.000,00
		TOTAL	22.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 08 de Julho de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 070/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manut. Estrutura do Gabinete do Prefeito e Vice	
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	10.000,00
04.000		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.002		Divisão de Meio Ambiente	
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	7.000,00
05.000		Secretaria de Turismo, Desenv. Mun. Planej.	
05.001		Divisão de Turismo	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	5.000,00
05.002		Divisão de Desenv. Mun. E Planejamento	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	3.000,00
06.000		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saude	

010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.30.00.00.00	1.14.11	Material de Consumo	20.000,00
		TOTAL	50.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações:

02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manut. Estrutura do Gabinete do Prefeito e Vice	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	1.00.00	Equipamento e Material Permanente	5.000,00
04.000		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.002		Divisão de Meio Ambiente	
3.3.90.32.00.00.00	1.00.00	Material de Distribuição Gratuita	7.000,00
05.000		Secretaria de Turismo, Desenv. Mun. Planej.	
05.001		Divisão de Turismo	
3.1.90.13.00.00.00	1.00.00	Obrigações Patronais	10.000,00
05.002		Divisão de Desenv. Mun. E Planejamento	
3.3.90.36.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Fisica	3.000,00
06.000		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saude	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.32.00.00.00	1.14.11	Material de Distribuição Gratuita	20.000,00
		TOTAL	50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 13 de Julho de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 071/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
--------	----	---------------	-----------



08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.04.00.00.00	1.18.00	Contratações por Tempo Determinado	20.000,00
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.13.00.00.00	1.18.00	Obrigações Patronais	10.000,00
		TOTAL	30.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00.00	1.18.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	30.000,00
		TOTAL	30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 13 de Julho de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 072/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.1.90.04.00.00.00	1.00.00	Contratações por Tempo Determinado	5.000,00
		TOTAL	5.000,00

Art. 2º - Para atender as Necessidades Financeiras contidas no

artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.31.00.00.00	1.00.00	Premiações Culturais, Art. Cient., Esp. E Outras	5.000,00
		TOTAL	5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 13 de Julho de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 073/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 14.440,00 (Quatorze Mil, quatrocentos e quarenta reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

1

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.39.00.00.00	1.14.17	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	4.950,00
08.000		Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.04.00.00.00	0.1.18	Contratações por tempo determinado	9.490,00
		TOTAL	14.440,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações:

06.000		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.30.00.00.00	1.14.17	Material de Consumo	4.950,00

08.000		Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.16.00.00.00	0.1.18	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	4.950,00
3.1.90.92.00.00.00	0.1.18	Despesas de Exercício Anteriores	4.540,00
		TOTAL	14.440,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de Julho de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 074/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 11.700,00 (onze mil, e setecentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.305.0081.2011		Epidemiologia e Controle de Doenças	
4.4.90.52.00.00.00	1.14.16	Equipamentos e Material Permanente	8.000,00
4.4.90.52.00.00.00	3.14.15	Equipamentos e Material Permanente	3.700,00
		TOTAL	11.700,00

Art. 2º - Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.305.0081.2011		Epidemiologia e Controle de Doenças	
3.3.90.32.00.00.00	1.14.16	Material de Distribuição Gratuita	8.000,00
3.3.90.39.00.00.00	3.14.15	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.700,00
		TOTAL	11.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de Julho de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 075/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.1012		Construção de Mini Hospital e Posto de Saúde	
4.4.90.51.00.00.00	1.23.55	Obras e Instalações	650.000,00
		TOTAL	650.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte 1.23.55 no valor de R\$ 650.0000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 03 de Agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 076/2009

#### DECRETO Nº 076/09

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR N.123/06 NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CORUPÁ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica de Corupá;

#### DECRETA:

Art.1º - Este Decreto regulamenta a Lei Complementar n.123/06 no âmbito da Administração Municipal de Corupá/SC garantindo, nos termos desta e da alínea "d" do artigo 146 da Constituição da República, que foi acrescentada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, "tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte".

Parágrafo único - Para os fins deste Decreto, considerar-se-á:

I – Micro Empresa - o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II – Empresa de Pequeno Porte - o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).





Art.2º - Para todos os fins, a comprovação da condição de micro-empresa ou empresa de pequeno porte se fará mediante a apresentação, pela empresa licitante, de certidão simplificada expedida pela respectiva Junta de Comércio do Estado onde se encontre estabelecida, dando conta de sua condição, à luz das disposições da Lei Complementar n.123/06, como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte.

§1º - Desejando fazer uso das prerrogativas da Lei Complementar n.123/06, será facultado à toda a empresa licitante, acostar o documento a que se refere o caput deste artigo, conjuntamente com a documentação relativa a habilitação jurídica, ou CRC no caso das Tomadas de Preço, bem como declaração consignando expressamente que deseja participar na condição jurídica privilegiada de microempresa ou empresa de pequeno porte, e utilizá-lo, sendo o caso, das vantagens consignadas na LC n.123/06.

§2º - A ausência de apresentação da documentação mencionada no caput deste artigo bem como da respectiva declaração, ou sua apresentação intempestiva, constituirá, para todos os fins, renúncia da empresa aos benefícios previstos na LC n.123/06 e preclusão do direito.

#### PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES

Direito de Preferência

Concorrência, Tomada de Preços, Convite e Pregão Presencial

Art.3º - As regras estabelecidas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº.123, de 14 de dezembro de 2006, que tratam dos critérios de desempate das propostas dos licitantes, quando há participação de microempresas e empresas de pequeno porte em certames licitatórios, têm aplicação imediata e obrigatória desde a entrada em vigência dessa lei, observadas, para comprovação de sua condição, o disposto no artigo anterior, independentemente de previsão editalícia.

§1º - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§2º - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§3º - Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no §2º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

§4º - Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar n.123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma: I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos parágrafos 1º. e 2º. do art. 44 da Lei Complementar n.123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos parágrafo 1º. e 2º. do art. 44 da Lei Complementar n.123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§5º - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da Lei Complementar n.123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. Não havendo redução da(s) proposta(s) por parte da(s) empresa(s) de pequeno porte ou microempresa(s), será mantida a organização das propostas em ordem crescente, iniciando-se pela licitante que originariamente ofereceu a proposta de menor

preço.

§6º - O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§7º - No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Art.4º - Se o vencedor da etapa de lances(pregão) ou na sessão de julgamento das propostas (concorrência, tomada de preços e convite) for microempresa ou empresa de pequeno porte, o pregoeiro ou a Comissão de Licitação deve dar continuidade à sessão normalmente.

§1º - Se o vencedor não for microempresa ou empresa de pequeno porte, a Comissão de Licitação ou Pregoeiro deverá atentar para o fato de ter havido empate, observadas as definições de "empate" constantes da Lei Complementar n.123/06.

§2º - Na situação do parágrafo anterior, verificada a presença de microempresas e empresas de pequeno porte participando do certame licitatório, caracterizado o empate, será assegurada a primeira microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada exerça o direito de preferência, propondo preço que seja inferior à menor proposta ou ao menor apurado na etapa de lances. §3º - Na situação dos parágrafos anteriores, se a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, não exercer o direito de preferência, o pregoeiro ou a Comissão de Licitação deve dar oportunidade a outras microempresas ou empresas de pequeno porte cujos preços também estejam enquadrados na definição legal de "empate" dada pela Lei Complementar n.123/06, para também exerçam o direito de preferência, de acordo com a ordem de classificação.

§4º - Não oportunizado o exercício de preferência pelo Pregoeiro ou pela Comissão de Licitação no ato de julgamento de propostas, nada impede que o mesmo venha a ser assegurado a microempresa ou a empresa de pequeno porte, observadas as disposições anteriores, na fase de julgamento de recursos das propostas, considerando-se, para todos os fins, o primeiro julgamento como julgamento provisório.

§5º - Para fins de desempate, será designada nova sessão de julgamento, da qual deverão ser previamente convocados todos os licitantes, ocasião em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte licitante melhor classificada deverá declinar o valor pelo qual irá suprir o lance ou a proposta efetuada.

§6º - Havendo mais de uma microempresa ou a empresa de pequeno porte, apresentada a documentação e declaração a que se refere este Decreto (art.2º), tempestivamente, e ocorrendo a situação vertida no parágrafo anterior, todas as interessadas deverão protocolar recurso contra o julgamento das propostas (art.109 da Lei 8.666/93), observando as normas deste Decreto, assegurando-se de acordo com a classificação das mesmas, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor colocada seu direito de preferência nesta ocasião.

§7º - Não será admitida a utilização do expediente da impugnação ao recurso para exercício, pelas microempresas ou empresas de pequeno porte, de tal direito de preferência, situação em que será considerada a renúncia tácita da licitante e preclusão do direito.

§8º - Não exercido o direito de preferência na sessão de julgamento ou suscitado no prazo de recurso do julgamento das propostas a que se refere o art.109 da Lei 8.666/93 (em caso de falta de oportunização do mesmo), considerar-se-á, para todos os efeitos, a renúncia tácita das empresas licitantes ao respectivo direito de preferência e a preclusão do direito.

§9º - Se o direito de preferência for exercido por alguma das microempresas ou empresas de pequeno porte, então o Pregoeiro, a Comissão de Licitação ou a Autoridade Julgadora, deve dar

seqüência à sessão.

#### REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

Regularidade Fiscal

Para Concorrência, Tomada de Preços ou Convite

Art.5º - Quando da análise e apreciação da documentação de acordo com as exigências do edital, observadas as disposições deste Decreto, caso constatada por meio da análise da documentação relativa à habilitação jurídica (art. 28, da Lei n.º 8.666, de 1993) que uma ou algumas das participantes é empresa de pequeno porte ou microempresa, desde que feita a juntada temporística do documento e declaração a que se refere o art.2º deste Decreto, e verificado que há restrições no que diz respeito à regularidade fiscal exigida no ato convocatório, esta ou estas serão admitas a prosseguir no certame em igualdade de condições com as demais participantes.

Art.6º - Quando todas as licitantes forem inabilitadas, poderá ser fixado o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos, com eliminação das causas apontadas no ato de inabilitação. No caso de convite, é facultada a redução para três dias. Parágrafo único - No caso de inabilitação de todas as licitantes, deverão ser exigidos para reapresentação apenas os documentos desqualificados e não-aceitos.

Art.7º - Caso todas as licitantes estejam na sessão, devidamente representadas, poderão declarar expressamente que não possuem intenção de recorrer, fato que será registrado em ata. Parágrafo único - Transcorrido o prazo sem interposição de recurso relativo a habilitação ou inabilitação de licitante, ou desde que tenha havido desistência expressa a respeito ou após decisão dos recursos, a sessão prosseguirá com a abertura dos envelopes contendo as propostas.

Art.8º - Ao final do certame, verificado que a licitante vencedora é empresa de pequeno porte ou microempresa, observadas as disposições do art.2º deste Decreto, com restrições na regularidade fiscal apuradas na fase de habilitação, a partir da data da divulgação do ato administrativo que a declara vencedora inicia o prazo de 2 (dois) dias úteis para regularização da situação, podendo ser prorrogado por igual período, sob pena de decadência do direito de contratar.

§1º - Comprovada a regularidade fiscal, segue-se com a deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto licitado, com posterior assinatura do termo de contrato, ou aceite ou retirada do instrumento equivalente, no prazo estipulado no edital.

§2º - Não comprovada a regularidade fiscal da empresa de pequeno porte ou microempresa, no prazo legal, será facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do termo de contrato, ou aceite/ retirada do instrumento equivalente, no prazo fixado no edital.

#### REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

Pregão Presencial

Art.9º - Após o credenciamento, o Pregoeiro perguntará aos representantes presentes à sessão se alguma das licitantes enquadra-se na categoria empresa de pequeno porte ou microempresa, fato que será registrado em ata, para os efeitos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

Art.10 - Admitir que a entidade empresarial licitante é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado, quando não o é, constitui-se em fraude à realização

de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas no art. 93 da Lei n.º 8.666, de 1993.

Art.11 - Se a licitante vencedora for empresa de pequeno porte ou microempresa, com restrições na regularidade fiscal apuradas na fase de habilitação, a partir da data divulgação do ato administrativo que a declara vencedora inicia o prazo de 2 (dois) dias úteis para regularização da situação, podendo ser prorrogado por igual período, sob pena de decadência do direito de contratar.

Art.12 - Não comprovada a regularidade fiscal da empresa de pequeno porte ou microempresa, no prazo legal, será facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, analisando-se os documentos relativos à habilitação, conforme exigido no edital, e emissão de ato administrativo que declara a licitante vencedora.

#### REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA E DIREITO DE PREFERÊNCIA

Pregão Eletrônico

Art.13 - A identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na sessão pública do pregão eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a dificultar a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento licitatório.

Art.14 - Encerrada a fase da proposta e da documentação e constatado, pelo Pregoeiro, o atendimento às exigências fixadas no edital, será declarada a licitante que ofertou a melhor proposta, sendo que, ato, contínuo, por meio do sistema eletrônico, o pregoeiro indagará às licitantes classificadas se alguma delas enquadra-se na categoria empresa de pequeno porte ou microempresa.

Art.15 - Admitir que a entidade empresarial licitante é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado, quando não o é, constitui-se em fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas no art. 93 da Lei n.º 8.666, de 1993.

Art.16 - Encerrada a fase a que alude o art.14 deste Decreto e existindo uma ou mais entidades empresariais nas categorias de pequeno porte ou microempresa, o procedimento é o que segue:

I - se o menor lance foi ofertado por entidade empresarial que não se enquadra na categoria empresa de pequeno porte ou microempresa e existir proposta de uma destas últimas categorias em valor igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta vencedora, a mesma será convidada a apresentar proposta de preço inferior ao lance vencedor, no prazo de 5 (cinco) minutos;

II - Caso haja redução a preço inferior ao menor lance originariamente apresentado, seguir-se-á para a fase de habilitação com a verificação do cumprimento dos requisitos de habilitação desta, entre eles a comprovação de que é empresa de pequeno porte ou microempresa, exigido no edital, caso contrário a contratação efetivar-se-á com a licitante que originariamente ofereceu a proposta de menor preço;

III - Se o menor lance foi ofertado por entidade empresarial que não se enquadra na categoria empresa de pequeno porte ou microempresa e existir propostas de duas ou mais destas últimas categorias com valores que se enquadrem no intervalo igual ou até 5% (cinco por cento) superior ao lance vencedor, será realizado sorteio;

IV - Será suspensa a sessão para realização do sorteio para identificação daquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta, mediante notificação por meio do sistema eletrônico, do dia, hora e local em que se realizará;

V - Efetuado o sorteio, será comunicada por meio do sistema eletrônico a reabertura da sessão;

VI - A licitante sorteada em primeiro lugar terá o prazo de 5 (cinco) minutos para apresentar proposta de preço inferior ao lance

originariamente proposto;

VII - Em havendo redução a preço inferior seguir-se-á para a fase de habilitação com a verificação do cumprimento dos requisitos de habilitação, entre eles a comprovação de que se enquadra na categoria empresa de pequeno porte ou microempresa, exigida no edital;

VIII - Não havendo redução seguir-se-á com a convocação das licitantes remanescentes que se enquadrem na hipótese do § 2.º, do art. 44, da LC, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo de cinco minutos, seguindo-se com a verificação do cumprimento dos requisitos de habilitação, entre eles a comprovação de que se enquadra na categoria empresa de pequeno porte ou microempresa, exigida no edital.

IX - Caso não haja redução a preço inferior à proposta original por nenhuma delas, será efetivada a contratação com a licitante declarada vencedora que originariamente ofereceu a proposta de menor preço;

X - Na análise da documentação referente à habilitação, se apurado que a empresa não se enquadra na categoria empresa de pequeno porte ou microempresa, a mesma será inabilitada, seguindo-se na análise dos documentos referentes à habilitação das demais licitantes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista no art. 93 da Lei n.º 8.666, de 1993;

XI - Se na análise do cumprimento dos requisitos de habilitação da empresa de pequeno porte ou microempresa for constatada que há restrições quanto à regularidade fiscal exigida no edital, tal fato não a impedirá de prosseguir no certame, a mesma será habilitada, segundo o art. 43, caput, da Lei Complementar n.º 123, de 2006;

XII - A partir do ato administrativo de habilitação ser-lhe-á concedido o prazo de 2 (dois) dias úteis para regularização da situação, podendo ser prorrogado por igual período, sob pena de decadência do direito de contratar;

XIII - Comprovada a regularidade fiscal, segue o procedimento licitatório na forma dos itens seguintes, se não comprovada segue-se com a análise dos requisitos de habilitação das demais licitantes, na ordem de classificação;

XIV - Declarada a vencedora, qualquer licitante pode, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer;

XV - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito;

XVI - O pregoeiro somente pode efetuar a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, caso nenhuma licitante declare a intenção de interpor recurso;

XVII - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XVIII - Em caso de recurso, após decidido e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente pode adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório;

XIX - Caso alguma licitante manifeste a intenção de interpor recurso, devem ser aguardados os seguintes prazos:

a) 3(três) dias para juntada das razões do recurso;

b) 3(três) dias para as demais licitantes que quiserem impugnar o recurso porventura interposto, que começa a contar do término do prazo da recorrente;

XX - Encerrada a sessão pública, a ata respectiva será disponibilizada imediatamente na

Internet para acesso livre de todas as licitantes e da sociedade;

XXI - Divulgação do resultado do pregão na imprensa oficial ou por comunicação direta a todos as licitantes;

XXII - Encaminhamento do processo licitatório para homologação pela autoridade competente;

XXIII - Homologado o processo licitatório, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato, aceitar/retirar o instrumento equivalente ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.17 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 03 de Agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

## Decreto Nº. 077/2009

### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
4.4.90.51.00.00.00	1.22.00	Obras e Instalações	122.500,00
		TOTAL	122.500,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte 1.22.00 no valor de R\$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 03 de Agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

## Decreto Nº. 078/2009

### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.20026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.31.00.00.00	1.24.00	Premiações Culturais, Artís., Científ. e Esportivas	15.000,00
3.3.90.30.00.00.00	1.24.00	Material de Consumo	5.000,00



3.3.90.36.00.00.00	1.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	12.500,00
3.3.90.39.00.00.00	1.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00
		TOTAL	37.500,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte 1.24.00 no valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 03 de Agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 79/2009

#### AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º)- Em razão da comprovada quitação, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, fica autorizada a transferência do imóvel, casa nº 100809, em nome de Osmar de Barros Franco, inscrito sob contrato de financiamento do fundo rotativo habitacional nº 04/99, de 10 de março de 1999.

Art. 2º)- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 12 de agosto de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 080/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 5.920,00 (cinco mil e novecentos e vinte reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.1035		Reforma Ginásio de Esportes Willy G. Gessner	
4.4.90.52.00.00.00	1.00.00	Equipamento e Material Permanente	5.920,00
		TOTAL	5.920,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento

do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.1035		Reforma Ginásio de Esportes Willy G. Gessner	
4.4.90.92.00.00.00	1.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	5.920,00
		TOTAL	5.920,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 12 de Agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 081/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
05.000		Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Municipal e Planejamento	
05.002		Divisão de Desenv. Municipal e Planejamento	
022.121.0071.2009		Manut. da Div. Desenv. Munic. E Planejamento	
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.500,00
3.3.90.39.00.00.00	1.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	23.500,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manut. da Divisão de Esportes	
3.3.90.39.00.00.00	1.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00
		TOTAL	35.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, são oriundos do Excesso de Arrecadação da Fonte 1.24.00 – Transferências de Convênios – Outros, no valor de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais), e da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
05.000		Secretaria Mun. de Turismo, Desenvolvimento Municipal e Planejamento	



05.002		Divisão de Desenv. Municipal e Planejamento	
022.121.0071.2009		Manut. da Div. Desenv. Munic. e Planejamento	
4.4.90.52.00.00.00	1.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.500,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manut. da Divisão de Esportes	
3.3.90.36.00.00.00	1.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	10.000,00
		TOTAL	35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 12 de Agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 82/2009**

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º)- Em razão da comprovada quitação, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, fica autorizada a transferência do imóvel, casa nº 395, lote 49, quadra D, em nome de Carin Krüger Gessner, inscrito sob contrato de financiamento do fundo rotativo habitacional nº 01/99, de 28 de janeiro de 1999.

Art. 2º)- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 21 de agosto de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 083/2009**

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00.00	1.01.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.500,00

08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.04.00.00.00	1.18.00	Contratações por Tempo Determinado	3.500,00
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.1.90.04.00.00.00	1.00.00	Contratações por Tempo Determinado	5.500,00
		TOTAL	11.500,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.32.00.00.00	1.01.00	Material de Distribuição Gratuita	2.500,00
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00.00	1.18.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.500,00
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.31.00.00.00	1.00.00	Premiações Culturais, Art., Cient., Esport. E Outras	5.500,00
		TOTAL	11.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 21 de Agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 084/2009**

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado



de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manut. Ativ.Div. Tesouraria, Contab. E Tributação	
3.3.50.41.00.00.00	1.00.00	Contribuições	3.600,00
07.000		Secretaria Municipal de Obras e Serv. Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. Do DMER e Cons. De Rodovias	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	15.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manut. do Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00.00	1.15.50	Material de Consumo	1.000,00
		TOTAL	19.600,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manut. Ativ.Div. Tesouraria, Contab. E Tributação	
3.3.90.35.00.00.00	1.00.00	Serviços de Consultoria	3.600,00
07.000		Secretaria Municipal de Obras e Serv. Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. Do DMER e Conserv. De Rodovias	
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	15.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manut. do Ensino Fundamental	

3.3.90.39.00.00.00	1.15.50	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.000,00
		TOTAL	19.600,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 25 de Agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 85/2009**

CRIA O NEMAT (NÚCLEO ESPECIAL DO TRABALHO PARA MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E GESTÃO DE SETORES SOCIAIS BÁSICOS)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º)- Criar o Nemat (Núcleo Especial do Trabalho para Modernização Tributária e Gestão de Setores Sociais Básicos), da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º)- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 28 de agosto de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 086/2009**

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 20.156,00 (vinte mil e cento e cinquenta e seis reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. da Divisão de Agricultura	
3.3.90.30.00.00.00	1.24.00	Material de Consumo	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	1.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.156,00
		TOTAL	20.156,00

Art. 2º Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação da Fonte 1.24.00 – Transferências de Convênios – Outros, no valor de R\$ 20.156,00 (vinte mil e cento e cinquenta e seis reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 28 de Agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal



**Decreto Nº. 087/2009****ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal da Saúde	
010.301.0080.2010		Manut. Da Divisão de Saúde	
3.3.90.39.00.00.00	3.14.08	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	15.000,00
		<b>TOTAL</b>	<b>15.000,00</b>

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal da Saúde	
010.301.0080.2010		Manut. Da Divisão de Saúde	
3.3.90.36.00.00.00	3.14.08	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	15.000,00
		<b>TOTAL</b>	<b>15.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 28 de Agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 088/2009****ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com as Leis Municipais, nº 1873 e 1872/2008, DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 210.200,00 (Duzentos e Dez mil, e duzentos reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.01		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Divisão Pessoal, Adm e Compras	
3.3.90.46.00.00	0.1.00	Auxílio Alimentação	30.000,00
03.02		Divisão de Finanças	
004.122.009.2004		Manut. Ativ. Tesouraria, Contab. E Tributação	

3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	20.000,00
04.00		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.01		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. Divisão de Agricultura	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	10.000,00
3.1.90.16.00.00	0.1.00	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	2.000,00
05.00		Secretaria de Turismo, Desenv. Munic. Planej.	
05.01		Divisão de Turismo	
023.695.0070.2008		Manutenção da Divisão de Turismo	
3.3.90.30.00.00	0.1.00	Material de Consumo	3.000,00
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	5.000,00
05.002		Divisão Desenvolvimento Mun. e Planejamento	
022.121.0071.2009		Manut. Divisão de Desenv. Munic. e Planej.	
3.1.90.13.00.00		Obrigações Patronais	7.000,00
3.1.90.16.00.00		Outras despesas Variáveis Pessoal Civil	1.000,00
06.00		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.01		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.04.00.00	0.1.02	Contratações por tempo Determinado	15.000,00
3.1.90.16.00.00	0.1.02	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	10.000,00
3.3.71.39.00.00	0.1.02	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	22.000,00
3.3.90.46.00.00	0.1.02	Auxílio Alimentação	28.000,00
06.04		Fundo Municipal da Criança e Adolescente	
008.243.0064.2014		Assist. e Proteção a Criança e Adolescente	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	4.000,00
07.00		Secret. Mun. De Obras e Serv. Urbanos	
07.01		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. Do DMER E Conserv. De Rodovias	
3.3.90.30.00.00	0.1.00	Material de Consumo	40.000,00
07.02		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0040.1021		Pavimentação e Conservação da Área Urbana	

3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	10.700,00
08.00		Secret. Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.01		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manut. Da Educação Infantil	
3.3.90.46.00.00	0.1.01	Auxílio Alimentação	2.500,00
		TOTAL	210.200,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial/e ou total de R\$ 210.200,00 das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.01		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Divisão Pessoal, Adm e Compras	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	30.000,00
03.02		Divisão de Finanças	
004.122.009.2004		Manut. Ativ. Tesouraria, Contab. E Tributação	
3.3.90.35.00.00	0.1.00	Serviços de Consultoria	5.000,00
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	15.000,00
04.00		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.01		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. Divisão de Agricultura	
3.3.50.43.00.00	0.1.00	Subvenções Social	1.000,00
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.000,00
4.4.90.52.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permante	10.000,00
05.00		Secretaria de Turismo, Desenv. Munic. Planej.	
05.01		Divisão de Turismo	
023.695.0070.2008		Manutenção da Divisão de Turismo	
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	8.000,00
05.002		Divisão Desenvolvimento Mun. E Planejamento	
022.121.0071.2009		Manut. Divisão de Desenv. Munic. e Planej.	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	8.000,00
06.00		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.01		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.30.00.00	0.1.02	Material de Consumo	40.000,00

3.3.90.32.00.00	0.1.02	Material de Distribuição Gratuita	10.000,00
3.3.90.36.00.00	0.1.02	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	25.000,00
06.04		Fundo Municipal da Criança e Adolescente	
008.243.0064.2014		Assist. e Proteção a Criança e Adolescente	
3.3.90.36.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	4.000,00
07.00		Secret. Mun. De Obras e Serv. Urbanos	
07.01		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. do DMER e Conservação de Rodovias	
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	20.000,00
3.1.90.16.00.00	0.1.00	Outras despesas Variáveis Pessoal Civil	10.000,00
4.4.90.51.00.00	0.1.00	Obras e Instalações	10.000,00
07.02		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0040.1021		Pavimentação e Conservação da Área Urbana	
4.4.90.52.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	5.000,00
4.4.90.61.00.00	0.1.00	Aquisição de Imóveis	5.000,00
4.4.90.92.00.00	0.1.00	Despesas de Exercícios Anteriores	700,00
08.00		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.01		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manut. Da Educação Infantil	
3.3.90.31.00.00	0.1.01	Premiações Culturais e Artísticas	2.500,00
		TOTAL	210.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 31 de Agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 89/2009**

DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 11 da Lei 1872 de 04 de Dezembro de 2008 – LDO.

CONSIDERANDO o disposto no art. 9º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade da manutenção do equilíbrio fiscal no Município;





CONSIDERANDO a escassez de receita no último bimestre do presente exercício;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento das obrigações pactuadas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica limitado em 75% da meta de arrecadação prevista para o 5º e 6º bimestres para o empenhamento de despesa de qualquer natureza na Administração do Município.

§ 1º - Não será objeto do caput deste artigo as obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º - Excetuam-se da situação exposta no caput, às contratações provenientes de recursos vinculados, desde que haja a demonstração de saldo positivo em caixa no ato da contratação juntamente com comprovação de disponibilidade orçamentária.

Art. 2º - Caso haja imperiosa necessidade da realização da despesa com recursos próprios do Município, os responsáveis pelas unidades orçamentárias deverão formalizar autorização junto ao Prefeito Municipal, indicando os recursos orçamentários e financeiros que suportarão a despesa.

Art. 3º - O descumprimento das normas acima expostas pelas unidades orçamentárias importará em sanções previstas na legislação, além de comunicação aos órgãos oficiais de controle.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Corupá, 03 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 090/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.930/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 205.000,00 (Duzentos e Cinco Mil Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2019		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.39.00.00.00	1.15.49	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	70.000,00
012.306.0047.2021		Alimentação e Nutrição Alunos do Ensino Infantil	
3.3.90.30.00.00.00	0.1.00	Material de Consumo	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	1.15.51	Material de Consumo	5.000,00
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.04.00.00.00	0.1.01	Contratações por tempo determinado	20.000,00

3.1.90.04.00.00.00	0.1.18	Contratações por tempo determinado	20.000,00
3.1.90.11.00.00.00	0.1.18	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	80.000,00
		TOTAL	205.000,00

Art. 2º - Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.306.0047.1019		Alimentação e nutrição Alunos do Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00.00	1.15.51	Material de Consumo	5.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.39.00.00.00	1.15.49	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00	0.1.19	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	80.000,00
4.4.90.51.00.00.00	1.15.49	Obras e Instalações	40.000,00
4.4.90.52.00.00.00	0.1.19	Equipamento e Material Permanente	20.000,00
09.00		Encargos Gerais do Município	
09.01		Encargos Gerais do Município	
028.846.1000.0001		Despesas e Serviços Gerais do Município	
3.3.90.39.00.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	30.000,00
		TOTAL	205.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 03 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Expedientes aos três dias do mês de Setembro de 2009.

### Decreto Nº. 091/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Obras e Serv. Públicos	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0040.1021		Pavimentação e Conservação de Área Urbana	
3.3.90.39.00.00.00	01.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	12.000,00
		TOTAL	12.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Obras e Serv. Públicos	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0040.1021		Pavimentação e Conservação de Área Urbana	
4.4.90.51.00.00.00	01.00.00	Obras e Instalações	12.000,00
		TOTAL	12.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 03 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto N° 92/2009

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR VENDEVAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, e com base no item VII, do Art.66 da Lei Orgânica Municipal, e pelo Art.17 do Decreto Federal n° 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual n° 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual n° 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução n° 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

CONSIDERANDO que o Vendaval ocorrido no dia 8 de setembro de 2009, por volta das 2 horas, atingindo parte do município, conforme Mapa e croqui das áreas afetadas, anexos a este Decreto;

CONSIDERANDO que como consequências deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constante do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO que a recomendação da Comissão de Defesa Civil Municipal, que avaliou e quantificou os efeitos do desastre, em acordo com a Resolução n° 3 do Conselho Municipal de Defesa Civil (Comdec);

CONSIDERANDO que Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado a existência de Situação Anormal, provo-

cada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência. Parágrafo Único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexo a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil (Comdec) e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria da Comdec.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998 autorizam-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos o particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos a mesma.

Parágrafo Único: Será responsabilizado o agente de Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único: O prazo de validade deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias

Corupá, 8 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto N°. 093/2009

REGULAMENTA O PROGRAMA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Art. 8º da Lei Complementar 010/09.

D E C R E T A:

Art. 1º - Este Regulamento tem por objetivo disciplinar o Programa de Pavimentação Comunitária em razão de estar o Município de Corupá autorizado a firmar parceria em sistema de mutirão.

Art. 2º - A parceria constante no art. 1º refere-se à divisão dos custos da obra, da seguinte maneira:

I – Ficará a cargo dos lindeiros que aderirem ao programa o pagamento da área equivalente à testada do imóvel, multiplicada por 50% da área carroçável da via, multiplicado pelo valor de R\$ 27,00/m² (vinte e sete reais por metro quadrado) de asfalto;



II – Ficará a cargo dos lindeiros que não aderirem ao programa o pagamento da área equivalente à testada do imóvel, multiplicada por 50% da área carroçável da via, multiplicado pelo valor de R\$ 40,00/m<sup>2</sup> (quarenta reais por metro quadrado) de asfalto;  
 III – Os valores restantes decorrentes do custo da obra ficara sob responsabilidade do Município, podendo ainda ser custeado através de recursos oriundos da União e do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - As obrigações do Município de Corupá com relação à obra serão as seguintes:

I – Realização de procedimento licitatório nos ditames da Lei Federal nº8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Públicos);

II – Promover a Ordem de Serviço para início dos trabalhos da empresa contratada;

III – Acompanhamento e fiscalização da obra, por meio dos profissionais de engenharia de seu quadro funcional;

IV – Pagamento da parcela que lhe caiba, conforme distribuição de despesas constante do Art. 2º do presente Decreto.

§ 1º A Ordem de Serviço a que se refere o Inciso II deste artigo somente será assinada após a adesão dos lindeiros que, somados, sejam proprietários/responsáveis por, no mínimo, 70% (setenta por cento) da área a ser pavimentada.

§ 2º Gozarão de prioridade no atendimento as solicitações de parceria com intuito de pavimentação comunitária as vias que, pela ordem:

I – por justificado interesse público devam ser pavimentadas;

II - tiverem maior percentual de adesão, obedecidos os critérios estabelecidos no anterior.

Art. 4º - Antes do início da execução da obra, os interessados serão convocados por edital, para examinarem o memorial descritivo, o projeto, o orçamento do custo da obra, o plano do rateio e os valores correspondentes.

Art. 5º - Faculta aos proprietários de imóveis urbanos de utilização predominantemente rural encaminhar a Divisão de Planejamento, requerimento de pagamento de 25% do valor previsto no Programa de Pavimentação Comunitária.

Parágrafo único – O requerimento de que trata este artigo será submetido a “Comissão de Avaliação de Imóveis para efeito de Programa de Pavimentação”, incumbida da análise das características do imóvel e sua utilização, a qual proferirá decisão em relação ao pedido.

Art. 6º - Faculta aos proprietários de imóveis que não podem ser explorados economicamente, por se localizarem em Área de Preservação Permanente (APP) ou em Área de Proteção Ambiental (APA), nos termos da legislação ambiental, encaminhar a Divisão de Planejamento, requerimento de isenção dos valores previstos para pavimentação.

Parágrafo único – O requerimento de que trata este artigo será submetido a “Comissão de Avaliação de Imóveis para efeito de Programa de Pavimentação”, incumbida da análise das características do imóvel e sua utilização, a qual proferirá decisão em relação ao pedido.

Art. 7º - Faculta aos proprietários lindeiros que possuem um único imóvel e o utilize para sua moradia, e cuja renda familiar seja igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos mensais encaminhar a Divisão de Planejamento, requerimento de isenção dos valores previstos para pavimentação.

Parágrafo único – O requerimento de que trata este artigo será submetido a “Comissão de Avaliação Sócio-econômica”, incumbida da análise das características do imóvel e sua utilização, a qual proferirá decisão em relação ao pedido.

Art. 8º - Faculta aos interessados encaminhar, ao Prefeito Municipal, pedido de reconsideração das decisões proferidas em razão dos requerimentos previstos nos artigos 5º, 6º e 7º.

Parágrafo único – A decisão do Prefeito Municipal deverá ser dada no prazo de 30 dias, tendo caráter irrecorrível.

Art. 9º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 14 de setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

## Decreto Nº. 094/2009

### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Munic. de Educ., Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00.00	01.01.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	24.000,00
08.000		Secretaria Munic. de Educ., Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.1.90.04.00.00.00	01.00.00	Contratações por Tempo Determinado	2.000,00
08.000		Secretaria Munic. de Educ., Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.36.00.00.00	01.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.500,00
		TOTAL	28.500,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Munic. de Educ., Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.39.00.00.00	01.01.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	24.000,00
08.000		Secretaria Munic. de Educ., Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	



027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.31.00.00.00	01.00.00	Premiações Cult., Art., Cient., Esport. E Outras	2.000,00
08.000		Secretaria Munic. de Educ., Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.39.00.00.00	01.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.500,00
		TOTAL	28.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 14 de Setembro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 095/2009

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal 775/91, de 28/08/91,

CONSIDERANDO a decisão da Comissão de Estímulos e Incentivos Fiscais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica doado em definitivo à empresa MENEGOTTI FORMAS METÁLICAS LTDA o imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o nº 49.945.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 15 de Setembro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 096/2009

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal 775/91, de 28/08/91,

CONSIDERANDO a decisão da Comissão de Estímulos e Incentivos Fiscais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica doado em definitivo à empresa PAMAX INDÚSTRIA DE FORMAS LTDA o imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o nº 49.946.

Art. 2º - Na averbação deverá constar expressamente a observação de que o não implemento das metas traçadas redundará na reversão do imóvel ao patrimônio do Município, inclusive com as benfeitorias nele existentes, nos termos do artigo 8º do Decreto 016/95

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 15 de Setembro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 097/2009

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manutenção Divisão de Agricultura	
3.3.90.39.00.00.00	01.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.000,00
		TOTAL	2.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manutenção Divisão de Agricultura	
3.3.90.30.00.00.00	01.24.00	Material de Consumo	2.000,00
		TOTAL	2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 15 de Setembro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 098/2009

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	



010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.30.00.00.00	3.23.55	Material de Consumo	8.000,00
		TOTAL	8.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações:

06.000		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.32.00.00.00	3.23.55	Material de Distribuição Gratuita	8.000,00
		TOTAL	8.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 16 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto N° 099/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
4.4.90.52.00.00.00	01.01.00	Equipamento e Material Permanente	1.000,00
		TOTAL	1.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.3.90.31.00.00.00	01.01.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Esportivas e Outras	1.000,00
		TOTAL	1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 16 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto N° 100/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 13.350,00 (Treze Mil Trezentos e Cinquenta Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal Administração E Finanças	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut.Divisão Pessoal, Administr. E Compras	
3.1.90.04.00.00.00	01.00.00	Contratações por Tempo Determinado	2.000,00
06.000		Secretaria Municipal Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
4.4.90.52.00.00.00	01.23.55	Equipamento e Material Permanente	1.850,00
06.000		Secretaria Municipal Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.39.00.00.00	01.02.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.500,00
08.000		Secretaria Municipal Educ.,Cult. E Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.04.00.00.00	01.18.00	Contratações por Tempo Determinado	8.000,00
		TOTAL	13.350,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal Administração E Finanças	
03.001		Divisão de Administração	



004.122.0009.2003		Manut.Divisão Pessoal, Administr. E Compras	
3.1.90.16.00.00.00	01.00.00	Outras Despesas Variáveis	2.000,00
06.000		Secretaria Municipal Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.32.00.00.00	01.23.55	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	350,00
06.000		Secretaria Municipal Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.39.00.00.00	01.23.55	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.500,00
06.000		Secretaria Municipal Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.14.00.00.00	01.02.00	Diárias - Civil	1.500,00
08.000		Secretaria Municipal Educ.,Cult. E Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00.00	01.18.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	8.000,00
		TOTAL	13.350,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 16 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 101/2009

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 1934/09 de 21 de Setembro de 2009,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Suplementares até o valor de R\$ 450.500,00 (Quatrocentos e cinquenta mil e quinhentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
		Gabinete do Prefeito	
02.01		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manut. Estrutura Gabinete Prefeito e Vice Prefeito	

3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	30.000,00
06.00		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.01		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.13.00.00	0.1.02	Obrigações Patronais	20.000,00
3.3.90.46.00.00	0.1.02	Auxílio Alimentação	12.000,00
07.00		Secret. Mun. De Obras e Serv. Urbanos	
07.01		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. Do DMER E Conserv. De Rodovias	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	65.000,00
07.02		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0040.1021		Pavimentação e Conservação da Área Urbana	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	25.000,00
08.00		Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.01		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00	0.1.01	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	140.000,00
3.3.90.46.00.00	0.1.01	Auxílio Alimentação	50.000,00
08.00		Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.01		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.04.00.00	0.1.01	Contratações por tempo Determinado	20.000,00
3.3.90.30.00.00	0.1.01	Material de Consumo	10.000,00
3.3.90.46.00.00	0.1.01	Auxílio Alimentação	41.000,00
08.03		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.1.90.04.00.00	0.1.00	Contratações por tempo Determinado	15.000,00
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	20.000,00
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	2.500,00
		TOTAL	450.500,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior são oriundos a anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:



Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.01		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Divisão Pessoal, Adm e Compras	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	80.000,00
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	30.000,00
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	55.500,00
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.02		Divisão de Finanças	
004.122.009.2004		Manut. Ativ. Tesouraria, Contab. E Tributação	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	40.000,00
3.1.90.16.00.00	0.1.00	Outras despesas Variáveis Pessoal Civil	2.000,00
04.00		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.01		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. Divisão de Agricultura	
3.1.90.04.00.00	0.1.00	Contratações por tempo Determinado	5.000,00
04.00		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.02		Divisão de Meio Ambiente	
018.541.0073.2007		Manut. Divisão de Meio Ambiente	
3.1.90.16.00.00	0.1.00	Outras despesas Variáveis Pessoal Civil	1.000,00
3.3.90.32.00.00	0.1.00	Material de Distribuição Gratuita	5.000,00
05.00		Secretaria de Turismo, Desenv. Munic. Planej.	
05.01		Divisão de Turismo	
022.695.0070.1006		Desenvolvimento do Turismo Municipal	
4.4.90.51.00.00	0.1.00	Obras e Instalações	5.000,00
4.4.90.61.00.00	0.1.00	Aquisição de Imóveis	5.000,00
023.695.0070.2008		Manutenção da Divisão de Turismo	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	30.000,00
05.002		Divisão Desenvolvimento Mun. E Planejamento	
022.661.0071.1007		Aquisição Áreas pra Desenv. Industrial	
4.4.90.52.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	5.000,00
4.4.90.61.00.00	0.1.00	Aquisição de Imóveis	5.000,00

06.00		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.02		Divisão de Bem Estar Social	
008.244.0064.2012		Manut. Do Depto de Assistência Social	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	20.000,00
3.3.90.36.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	10.000,00
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	15.000,00
07.02		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0040.1020		Recuperação e Ampliação da Iluminação Pública	
3.3.90.30.00.00	0.1.00	Material de Consumo	5.000,00
4.4.90.51.00.00	0.1.00	Obras e Instalações	5.000,00
4.4.90.52.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	5.000,00
015.452.0040.1023		Construção de Complexo Rodoviário	
4.4.90.51.00.00	0.1.00	Obras e Instalações	2.000,00
4.4.90.61.00.00	0.1.00	Aquisição de Imóveis	2.000,00
08.01		Divisão de Educação	
012.364.0049.2028		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
3.3.90.18.00.00	0.1.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	15.000,00
09.001		Encargos Gerais do Município	
028.846.1000.0002		Amortização e Encargos da Dívida	
3.2.90.21.00.00	0.1.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	50.000,00
028.131.1000.2030		Publicações Oficiais e Divulgação do Município	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	17.000,00
028.846.1000.0001		Despesas e Serviços Gerais do Município	
3.3.90.47.00.00	0.1.00	Obrigações Tributarias e Contributivas	30.000,00
3.3.90.93.00.00	0.1.00	Indenizações e Restituições	4.000,00
028.845.1000.2031		Auxilio a Diversas Entidades	
3.3.50.41.00.00	0.1.00	Contribuições	1.000,00
3.3.50.43.00.00	0.1.00	Subvenções Sociais	1.000,00
		TOTAL	450.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 21 de Setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal



**Decreto Nº. 102/2009**

AUTORIZA A FAZER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ENTIDADE QUE MENCIONA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº. 1933/09 de 21 de Setembro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado na forma da Lei Municipal nº. 1886/09 de 10/03/2009, de acordo com a disponibilidade financeira do município, no valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), para o LIONS CLUB DE CORUPÁ, relativo a realização e organização da 5ª STAMMTISCH de Corupá.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta de dotação orçamentária, a saber:

0800 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte  
0802 – Divisão de Cultura  
013.392.0051.2024 – Incentivo à Cultura do Município  
33504399 – Subvenções Sociais  
D. R. – 01.00.00

Art. 2º - As entidades atendidas com o repasse de subvenção, deverão atender as normas estabelecidas pela Lei Municipal Nº. 1885/09 de 10 de março de 2009.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Corupá, 21 de Setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 103/2009**

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 1935/09 de 21 de Setembro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
4.4.90.51.00.00.00	0.1.01	Obras e Instalações	30.000,00
4.4.90.51.00.00.00	0.1.01	Obras e Instalações	11.000,00
		TOTAL	41.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.000		Gabinete do Prefeito	
02.001		Gabinete do Prefeito	

004.122.0006.2002		Manut. Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
4.4.90.52.00.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	30.000,00
08.000		Secretaria Mun. De Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.1030		Construção de Escolas de Educação Infantil	
4.4.90.51.00.00.00	0.1.01	Obras e Instalações	11.000,00
		TOTAL	41.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 21 de Setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 104/2009**

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.002		Divisão de Cultura	
013.392.0051.2024		Incentivo à Cultura do Município	
3.3.50.43.00.00.00	01.00.00	Subvenções Sociais	3.000,00
		TOTAL	3.000,00

Art. 2º - Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.002		Divisão de Cultura	
013.392.0051.2024		Incentivo à Cultura do Município	
3.3.90.39.00.00.00	01.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.000,00
		TOTAL	3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 21 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal



**Decreto Nº. 105/2009****ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.000		Gabinete do Prefeito	
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manut. Estrut. Gabinete Prefeito e Vice-Prefeito	
3.1.90.13.00.00.00	01.00.00	Obrigações Patronais	10.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Finanças	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut. Divisão Pessoal, Adm. E Compras	
3.3.90.39.00.00.00	01.00.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	10.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Finanças	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manut. Divisão Tesouraria, Contab.e Tributação	
3.3.50.41.00.00.00	01.00.00	Contribuições	6.000,00
06.000		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manut. Divisão de Saúde	
3.3.90.39.00.00.00	01.14.08	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	20.000,00
07.000		Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. Do DMER e Conserv. De Rodovias	
3.3.90.30.00.00.00	01.00.00	Material de Consumo	12.000,00
08.000		Secretaria de Educação,Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.1.90.13.00.00.00	01.00.00	Obrigações Patronais	4.000,00
		TOTAL	62.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
--------	----	---------------	-----------

02.000		Gabinete do Prefeito	
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manut. Estrut. Gabinete Prefeito e Vice-Prefeito	
3.1.90.11.00.00.00	01.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	10.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Finanças	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut. Divisão Pessoal, Adm. E Compras	
3.3.90.35.00.00.00	01.00.00	Serviços de Consultoria	10.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Finanças	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manut. Divisão Tesouraria, Contab.e Tributação	
3.3.90.14.00.00.00	01.00.00	Diárias - Civil	3.000,00
3.3.90.35.00.00.00	01.00.00	Serviços de Consultoria	3.000,00
06.000		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manut. Divisão de Saúde	
3.3.90.32.00.00.00	01.14.08	Material de Distribuição Gratuita	20.000,00
07.000		Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. Do DMER e Conserv. De Rodovias	
3.1.90.16.00.00.00	01.00.00	Outras Despesas Variáveis	8.000,00
4.4.90.52.00.00.00	01.00.00	Equipamentos e Material Permanente	4.000,00
08.000		Secretaria de Educação,Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.14.00.00.00	01.00.00	Diárias - Civil	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00	01.00.00	Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Física	3.000,00
		TOTAL	62.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 25 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 106/2009****ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado



de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.002		Divisão de Bem Estar Social	
008.244.0064.2012		Manut. do Depart. De Assistência Social	
4.4.90.61.00.00.00	1.24.00	Aquisição de Imóveis	275.000,00
		<b>TOTAL</b>	<b>275.000,00</b>

Art. 2º Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação da Fonte 1.24.00 – Transferências de Convênios – Outros, no valor de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 25 de Setembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto N.º 107/09**

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, de acordo com o Art. 66, item VII, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1903/09 de 15 de abril de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas com a manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde no valor de até R\$ 0,60 (sessenta centavos), por habitante do Município, para atender as necessidades do serviço de saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a contar de 01 de outubro de 2009, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 37 de 22 de abril de 2009,

Corupá, 8 de outubro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 108/2009**

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 28.158,80 (Vinte e Oito Mil Cento e Cinquenta e Oito Reais e Oitenta Centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.305.0081.2011		Epidemiologia e Controle de Doenças	
3.3.90.30.00.00.00	1.14.16	Material de Consumo	4.000,00
07.000		Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.19	Material de Consumo	20.000,00
3.3.90.30.00.00.00	3.00.19	Material de Consumo	4.158,80
		<b>TOTAL</b>	<b>28.158,80</b>

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações:

06.000		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.305.0081.2011		Epidemiologia e Controle de Doenças	
3.3.90.39.00.00.00	1.14.16	Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4.000,00
07.000		Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
3.3.90.39.00.00.00	1.00.19	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	3.00.19	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4.158,80
		<b>TOTAL</b>	<b>28.158,80</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 08 de Outubro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 109/2009**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº 1.926 de 30 de junho de 2009:

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento-programa do Município de Corupá, para exercício de 2009, no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais), para o seguinte programa:

07000 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVS. PÚBLICOS
07001 – DIVISÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM

026.782.0039.2015 – Manutenção do DMER e Conservação de Rodovias

4.4.90.52.00.00.00 - DR - 0.1.90 Equipamento e Material Permanente

R\$ 1.250.000,00

Art. 2º - Como recursos para abertura de crédito suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizadas as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei nº 1926/2009, na proporção do excesso de arrecadação sobre o valor estimado no orçamento.

Parágrafo Único - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº 065/2009.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 08 de Outubro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 110/2009

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº 1.925 de 30 de junho de 2009:

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento-programa do Município de Corupá, para exercício de 2009, no valor de R\$ 324.350,00 (trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta reais), para a seguinte dotação:

08000 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

08001 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

012.361.0047.2019 – Manutenção do Transporte Escolar

4.4.90.52.00.00.00 - DR - 0.1.90 Equipamento e Material Permanente

R\$ 324.350,00

Art. 2º - Como recursos para abertura de crédito suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizadas as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei nº 1898/09, na proporção do excesso de arrecadação sobre o valor estimado no orçamento.

Parágrafo Único - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº 064/2009

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 08 de Outubro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 111/2009

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2019		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.39.00.00.00	1.22.55	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	80.000,00
		TOTAL	80.000,00

Art. 2º- Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação da fonte 1.22.55 - Transferências de Convênios do Estado, no valor de R\$ 80.0000,00 (Oitenta Mil Reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 08 de Outubro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 112/2009

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com as Leis Municipais, Nº. 1873 e 1872/2008 ,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 320.491,19 (Trezentos e vinte mil, quatrocentos e noventa e um reais e dezenove centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.01		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manut. Estrutura Gabinete Prefeito e Vice Prefeito	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	7.000,00
04.00		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.01		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. Divisão de Agricultura	
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	4.000,00
05.00		Secretaria de Turismo, Desenv. Munic. Planej.	
05.002		Divisão Desenvolvimento Mun. E Planejamento	



022.121.0071.2009		Manut. Divisão de Desenv. Munic. E Planejamento	
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	5.000,00
06.00		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.01		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.11.00.00	0.1.02	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	21.000,00
3.1.90.11.00.00	1.14.12	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	60.000,00
3.1.90.13.00.00	1.14.12	Obrigações Patronais	20.000,00
3.1.90.13.00.00	0.1.02	Obrigações Patronais	60.000,00
3.3.90.46.00.00	0.1.02	Auxílio Alimentação	8.200,00
06.02		Divisão de Bem Estar Social	
008.244.0064.2012		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	3.000,00
07.00		Secret. Mun. De Obras e Serv. Urbanos	
07.01		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. Do DMER E Conserv. De Rodovias	
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	13.000,00
3.1.90.16.00.00	0.1.00	Outras despesas Variáveis Pessoal Civil	4.000,00
08.00		Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte	
08.01		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manut. Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00.00	0.1.18	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	22.000,00
3.1.90.13.00.00.00	0.1.18	Obrigações Patronais	53.291,19
3.1.90.13.00.00.00	0.1.01	Obrigações Patronais	3.000,00
08.00		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.01		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manut. Da Educação Infantil	
3.1.90.04.00.00.00	0.1.18	Contratações por tempo determinado	15.000,00
3.1.90.13.00.00.00	0.1.01	Obrigações Patronais	21.000,00
012.366.0049.2023		Manut. Da Educação de jovens e Adultos	
3.1.90.11.00.00.00	0.1.01	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	400,00
3.1.90.13.00.00.00	0.1.01	Obrigações Patronais	600,00
		TOTAL	320.491,19

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte 11412 no valor de R\$ 80.000,00 da anulação parcial/e ou total de R\$ 240.491,19 das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.01		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manut. Estrutura Gabinete Prefeito e Vice Prefeito	
3.3.90.14.00.00.00	0.1.00	Diárias - Civil	4.000,00
3.3.90.46.00.00.00	0.1.00	Auxílio Alimentação	3.000,00
04.00		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.01		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. Divisão de Agricultura	
3.1.90.11.00.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	4.000,00
05.00		Secretaria de Turismo, Desenv. Munic. Planej.	
05.002		Divisão Desenvolvimento Mun. E Planejamento	
022.121.0071.2009		Manut. Divisão de Desenv. Munic. E Planejamento	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	5.000,00
06.00		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.01		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.14.00.00	0.1.02	Diárias Civil	4.000,00
3.3.90.30.00.00	0.1.02	Material de Consumo	25.200,00
3.3.90.32.00.00	0.1.02	Material de Distribuição Gratuita	10.000,00
3.3.90.36.00.00	0.1.02	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	40.000,00
4.4.90.51.00.00	0.1.02	Obras e Instalações	10.000,00
06.02		Divisão de Bem Estar Social	
008.244.0064.2012		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	3.000,00
07.00		Secret. Mun. De Obras e Serv. Urbanos	
07.01		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. Do DMER E Conserv. De Rodovias	
3.1.90.04.00.00.00	0.1.00	Contratações Por Tempo Determinado	17.000,00
08.00		Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte	
08.01		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manut. Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00.00	0.1.19	Material de Consumo	17.000,00
3.1.90.92.00.00.00	0.1.18	Despesas de Exercícios Anteriores	8.291,19



3.1.90.16.00.00.00	0.1.01	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	3.000,00
3.3.90.39.00.00.00	0.1.19	Outros Serviços de Terceiros Pessoal Juridica	45.000,00
4.4.90.52.00.00.00	0.1.19	Equipamento e Material Permanente	5.000,00
08.00		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.01		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manut. Da Educação Infantil	
3.1.90.04.00.00.00	0.1.01	Contratações por tempo determinado	20.000,00
3.1.90.11.00.00.00	0.1.18	Vencimentos e Vantagens Fixas	15.000,00
3.1.90.16.00.00.00	0.1.01	Outras Despesas Variáveis pessoal civil	1.000,00
012.366.0049.2023		Manut. Da Educação de jovens e Adultos	
3.1.90.04.00.00.00	0.1.01	Contratações por tempo determinado	1.000,00
		TOTAL	240.491,19

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de outubro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 113/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conserv. De Rodovias	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	5.000,00
		TOTAL	5.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	

026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conserv. De Rodovias	
4.4.90.52.00.00.00	1.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00	1.00.00	Aquisição de Imóveis	4.000,00
		TOTAL	5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de Outubro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 114/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conserv. De Rodovias	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	6.000,00
		TOTAL	6.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conserv. De Rodovias	
3.3.90.14.00.00.00	1.00.00	Diárias	6.000,00
		TOTAL	6.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 13 de Outubro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 115/2009

#### INSTITUI PONTO FACULTATIVO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas funções, e de acordo com do Art.66 , VII, da lei Orgânica Municipal,



**DECRETA:**

Art. 1º - Tendo em vista o dia 28 de Outubro ser reconhecido como dia do SERVIDOR PÚBLICO, fica instituído PONTO FACULTATIVO, nas Repartições Públicas Municipais no dia 30 de Outubro de 2009.

Art. 2º - Excetuam-se do Ponto Facultativo, os serviços considerados de essencial importância.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 26 de Outubro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 116/2009**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº 1.942 de 27 de Outubro de 2009:

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento-programa do Município de Corupá, para exercício de 2009, no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais), para o seguinte programa:

07000 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVS. PÚBLICOS	
07001 – DIVISÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM	
026.782.0039.2015 – Manutenção do DMER e Conservação de Rodovias	
4.4.90.52.00.00.00 - DR - 0.1.90 Equipamento e Material Permanente	R\$ 1.250.000,00

Art. 2º - Como recursos para abertura de crédito suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizadas as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei nº 1942/2009

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº 109/2009.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 27 de Outubro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 117/2009**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº 1.943 de 27 de Outubro de 2009:

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento-programa do Município de Corupá, para exercício de 2009, no valor de R\$ 324.350,00 (trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta reais), para a seguinte dotação:

08000 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
08001 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
012.361.0047.2019 – Manutenção do Transporte Escolar	
4.4.90.52.00.00.00 - DR - 0.1.90 Equipamento e Material Permanente	R\$ 324.350,00

Art. 2º - Como recursos para abertura de crédito suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizadas as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei nº 1898/09.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº 110/2009.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 27 de Outubro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 118/2009**

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 48.549,00 (quarenta e oito mil e quinhentos e quarenta e nove reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria Munic. Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. da Divisão de Agricultura	
3.3.90.30.00.00.00	1.24.00	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	1.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	1.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	16.949,00
06.000		Secretaria Munic. de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal da Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.30.00.00.00	1.02.00	Material de Consumo	5.000,00
07.000		Secretaria Munic. de Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. Do DMER e Cons. De Rodovias	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	5.000,00

08.000		Secretaria Munic. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manut. Do Ensino Fundamental	
3.1.90.04.00.00.00	1.01.00	Contratações por Tempo Determinado	6.600,00
08.000		Secretaria Munic. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manut. Da Educação Infantil	
3.1.90.04.00.00.00	1.18.00	Contratações por Tempo Determinado	5.000,00
		TOTAL	48.549,00

Art. 2º Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação da Fonte 1.24.00 – Transferências de Convênios – Outros, no valor de R\$ 26.949,00 (vinte e seis mil e novecentos e quarenta e nove reais), e da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Munic. de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal da Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
4.4.90.52.00.00.00	1.02.00	Equipamento e Material Permanente	5.000,00
07.000		Secretaria Munic. de Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. Do DMER e Cons. De Rodovias	
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00
08.000		Secretaria Munic. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manut. Do Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00.00	1.01.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	6.600,00
08.000		Secretaria Munic. de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manut. Da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00.00	1.18.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	5.000,00
		TOTAL	21.600,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 27 de Outubro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 119/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 21.000,00 (Vinte e Um Mil Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conserv. De Rodovias	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	19.000,00
3.3.90.36.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.000,00
		TOTAL	21.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conserv. De Rodovias	
3.3.90.14.00.00.00	1.00.00	Diárias - Civil	2.000,00
3.3.90.32.00.00.00	1.00.00	Material de Distribuição Gratuita	500,00
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de terceiros – Pessoa jurídica	15.000,00
4.4.90.52.00.00.00	1.00.00	Equipamentos e Material Permanente	3.000,00
4.4.90.61.00.00.00	1.00.00	Aquisição de Imóveis	500,00
		TOTAL	21.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 28 de Outubro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 120/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.000,00
		<b>TOTAL</b>	<b>2.000,00</b>

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.36.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.000,00
		<b>TOTAL</b>	<b>2.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 29 de Outubro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 121/2009****ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº. 1.873/2008 e 1.872/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 69.100,00 (Sessenta e Nove Mil e Cem Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manut. Ativ. Div. Tesouraria, Contab. e Tributação	
3.3.50.41.00.00	0.1.00	Contribuições	2.700,00
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serv. De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
05.00		Secretaria de Turismo, Desenv. Munic. Planej.	
05.002		Divisão Desenvolvimento Mun. E Planejamento	

022.121.0071.2009		Manut. Divisão Desenv. Munic. E Planejamento	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	6.400,00
06.00		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.01		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.04.00.00	0.1.02	Contratações Por Tempo Determinado	10.000,00
3.1.90.16.00.00	0.1.02	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	5.000,00
07.00		Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
07.01		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conserv. de Rodovias	
3.3.90.30.00.00	0.1.00	Material de Consumo	8.000,00
08.00		Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
08.01		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.39.00.00	0.1.01	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	20.000,00
012.306.0047.1019		Manut. Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	11551	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
012.306.0047.2021		Manut. Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	11551	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00
		<b>TOTAL</b>	<b>69.100,00</b>

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte 11551 (Transferências ref. ao PNAE), no valor de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais) e da anulação parcial/e ou total de R\$ 57.100,00 (Cinquenta e Sete Mil e Cem Reais), das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.00		Sec. de Administração e Finanças	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manut. Ativ. Div. Tesouraria, Contab. e Tributação	
3.1.90.04.00.00	0.1.00	Contratações por Tempo Determinado	3.000,00
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	4.700,00
05.00		Secretaria de Turismo, Desenv. Munic. Planej.	



05.002		Divisão Desenvolvimento Mun. E Planejamento	
022.121.0071.2009		Manut. Divisão Desenv. Munic. E Planejamento	
3.3.90.14.00.00	0.1.00	Diárias - Civil	1.400,00
3.3.90.36.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000,00
06.00		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.01		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.11.00.00	0.1.02	Vencimentos e Vantagens Fixas – pessoal Civil	15.000,00
07.00		Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
07.01		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conserv. de Rodovias	
3.3.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	8.000,00
08.00		Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
08.01		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
4.4.90.51.00.00	0.1.01	Obras e Instalações	20.000,00
		TOTAL	57.100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 03 de Novembro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 122/2009

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS E SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei municipal Nº. 1940/2009 de 20 de Outubro de 2009,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Especiais e Suplementares até o valor de R\$ 42.455,00 (Quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
		Gabinete do Prefeito	
07.02		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0040.1021		Pavimentação e Conservação da Área Urbana	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	5.000,00

08.00		Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.02		Divisão de Cultura	
013.392.0051.2024		Incentivo à Cultura do Município	
3.3.90.39.00.00.00	0.1.24	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	20,00
4.4.90.52.00.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	7.500,00
4.4.90.52.00.00.00	0.1.24	Equipamento e Material Permanente	29.935,00
		TOTAL	42.455,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do Convênio n.º PTEC 000736/090 no valor de R\$ 29.955,00 e demais recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.01		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Divisão Pessoal, Adm e Compras	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	5.000,00
08.02		Divisão de Cultura	
013.392.0051.2024		Incentivo à Cultura do Município	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	7.500,00
		TOTAL	12.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 03 de Novembro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 126/2009

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria Munic. Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. da Divisão de Agricultura	
3.3.90.30.00.00.00	1.24.00	Material de Consumo	8.000,00
		TOTAL	8.000,00



Art. 2º Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria Munic. Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. da Divisão de Agricultura	
3.3.90.36.00.00.00	1.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	1.24.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.000,00
		TOTAL	8.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 12 de Novembro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 127/2009**

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º)- Altera o artigo 1º do Decreto nº 079/09, o qual passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art 1º). Em razão da comprovada quitação, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, fica autorizada a transferência do imóvel, casa nº 100809, em nome de Osmar de Barros Franco, inscrito sob contrato de financiamento do fundo rotativo habitacional nº 04/99, de 10 de março de 1999, ficando o mesmo livre e desafetado do uso público municipal.”

Art. 2º)- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de novembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 128/2009**

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º)- Altera o artigo 1º do Decreto nº 082/09, o qual passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art 1º). Em razão da comprovada quitação, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, fica autorizada a transferência do imóvel, casa nº 395, lote 49, quadra D, em nome de Carin Krüger Gessner, inscrito sob contrato de financiamento do fundo rotativo habitacional nº 01/99, de 28 de janeiro de 1999, ficando o mesmo livre e desafetado do uso público municipal.”

Art. 2º)- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de novembro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 129/2009**

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei municipal Nº. 1.945/2009 de 17 de Novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 449.335,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
		Gabinete do Prefeito	
02.01		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manut. Estrutura Gabinete Prefeito e Vice Prefeito	
3.1.90.11.00.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	15.000,00
3.1.90.13.00.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	5.000,00
06.02		Divisão de Bem Estar Social	
008.244.0064.2012		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.3.90.30.00.00.00	12903	Material de Consumo	6.000,00
07.00		Secret. Mun. De Obras e Serv. Urbanos	
07.01		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. Do DMER E Conserv. De Rodovias	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	32.335,00
3.3.90.30.00.00	0.1.00	Material de Consumo	70.000,00
08.00		Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte	
08.01		Divisão de Educação	
012.306.0047.1019		Alimentação e Nutrição Alunos Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00.00	0.1.00	Material de Consumo	5.000,00
012.306.0047.2021	0.1.00	Alimentação e Nutrição Alunos do Ensino Infantil	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00		Material de Consumo	
012.361.0047.2017		Manut. Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00.00	0.1.01	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	80.000,00
3.1.90.13.00.00.00	0.1.01	Obrigações Patronais	
3.3.90.39.00.00.00	0.1.01	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00
			10.500,00

3.3.90.46.00.00.00	0.1.01	Auxílio Alimentação	28.500,00
08.01		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manut. Da Educação Infantil	
3.1.90.04.00.00.00	0.1.01	Contratações por Tempo Deter-	
3.1.90.11.00.00.00	0.1.18	minado	20.000,00
		Vencimentos e Vantagens Fixas -	
		Pessoal Civil	20.000,00
3.1.90.11.00.00.00	0.1.01	Vencimentos e Vantagens Fixas -	
3.1.90.13.00.00.00	0.1.01	Pessoal Civil	60.000,00
		Obrigações Patronais	20.000,00
08.03		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de	
3.1.90.04.00.00.00	0.1.00	Esportes	
3.1.90.11.00.00.00	0.1.00	Contratações por tempo Deter-	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	0.1.00	minado	
		Vencimentos e Vantagens Fixas	10.000,00
		Outros Serviços de Terceiros -	
		Pessoa Jurídica	5.000,00
		TOTAL	449.335,00

ART.2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior são oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.01		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Ativ. Divisão Pessoal, Adm. E Compras	
3.1.90.13.00.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	20.000,00
3.1.90.16.00.00.00	0.1.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	3.000,00
3.1.90.91.00.00.00	0.1.00	Sentenças Judiciais	1.000,00
3.1.90.92.00.00.00	0.1.00	Despesas de Exercícios Anteriores	485,00
3.3.90.46.00.00.00	0.1.00	Auxílio Alimentação	5.000,00
004.125.0009.1003		Reequipamento e Modernização Administrativa	
4.4.90.51.00.00.00	0.1.00	Obras e Instalações	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	2.050,00
04.00		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.01		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. Divisão de Agricultura	
3.1.90.11.00.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.000,00

3.3.50.41.00.00.00	0.1.00	Contribuições	1.000,00
3.3.50.43.00.00.00	0.1.00	Subvenções Sociais	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	5.000,00
04.02		Divisão de Meio Ambiente	
018.541.0073.2007		Manutenção da Divisão de Meio	
3.3.50.41.00.00.00	0.1.00	Ambiente	9.000,00
3.3.90.32.00.00.00	0.1.00	Contribuições	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	0.1.00	Material de Distribuição Gratuita	4.000,00
		Material de Consumo	
05.01		Secretaria de Turismo, Desenv. Munic. Planej.	
023.695.0070.2008		Manutenção da Divisão de Turismo	
3.1.90.11.00.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.000,00
3.1.90.16.00.00.00	0.1.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	7.000,00
06.00	0.1.02		180.000,00
06.01		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
010.301.0080.1012		Fundo Municipal de Saúde	
4.4.90.51.00.00.00		Construção de Mini-Hospital e Posto de Saúde	
06.02		Obras e Instalações	
		Divisão de Bem Estar Social	
008.244.0064.2012		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.1.90.11.00.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.000,00
3.1.90.16.00.00.00	0.1.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.000,00
06.04		Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
008.243.0064.2014		Assistência e Proteção à Criança e Adolescente	
3.3.90.39.00.00.00	12904	Outros Serviços de Terceiros - Pessoal Jurídica	6.000,00
07.00		Sec. Mun. De obras e Serv. Públicos	
07.01		Divisão de Estradas e Rodagem	
017.512.0090.2032	0.1.00		6.500,00
3.3.71.11.00.00.00	0.1.00	Consórcio das Águas do Itapocú	5.500,00
3.3.71.13.00.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vant. Fixas Pessoal Civil	400,00
3.3.71.14.00.00.00	0.1.00		800,00
3.3.71.30.00.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	2.700,00
3.3.71.39.00.00.00	0.1.00	Diárias - Civil	1.600,00
3.3.71.47.00.00.00	0.1.00	Material de Consumo	500,00
4.4.71.52.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
08.01		Obrigações Tributárias e Contributivas	
		Equipamento e Material Permanente	
		Divisão de Educação	
012.361.0047.2019		Manut. Do Transporte Escolar	
4.4.90.52.00.00.00	0.1.19	Equipamento e Material Permanente	20.000,00
012.365.0047.1030		Construção de Escolas de Educação Infantil	
4.4.90.51.00.00.00	0.1.01	Obras e Instalações	4.000,00

012.366.0049.2023		Manut. da Educação de Jovens e	
3.3.90.30.00.00.00	0.1.01	Adultos	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00	0.1.01	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	0.1.01	Outros Serviços de Terceiros -	15.000,00
4.4.90.52.00.00.00	0.1.01	Pessoa Física	5.000,00
		Outros Serviços de Terceiros -	
012.367.0047.2029	0.1.01	Pessoa Jurídica	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00	0.1.01	Equipamento e Material Perma-	8.000,00
3.3.90.39.00.00.00	0.1.01	nente	2.500,00
4.4.90.52.00.00.00			
	0.1.00	Manutenção do Centro de Educa-	
08.02	0.1.00	ção - CAECO	10.000,00
013.392.0051.2024	0.1.00	Material de Consumo	9.000,00
3.3.90.31.00.00.00		Outros Serviços de Terceiros -	15.000,00
3.3.90.36.00.00.00	0.1.00	Pessoa Jurídica	
3.3.90.39.00.00.00		Equipamento e Material Perma-	5.300,00
		nente	
08.03		Divisão de Cultura	
027.812.0018.1035		Incentivo a Cultura do Município	
4.4.90.52.00.00.00		Premiações Culturais, Artísticas	
		Outros Serviços de Terceiros	
09.01		Pessoa Física	
		Outros Serviços de Terceiros -	
		Pessoa Jurídica	
		Divisão de Esportes	
		Reforma Ginásio de Esportes Willy	
		G. Gessner	
		Equipamento e Material Perma-	
		nente	
		Encargos Gerais do Município	
028.846.1000.0002		Amortização e Encargos da Dívida	
3.2.90.21.00.00.00	0.1.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	10.000,00
4.6.90.71.00.00.00	0.1.00	Principal da Dívida Contratada	10.000,00
028.131.1000.2030		Publicações Oficiais e Divulgação	
		do Município	
3.3.90.39.00.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros -	5.000,00
		Pessoa Jurídica	
028.846.1000.0001		Despesas e Serviços Gerais do	
		Município	
3.3.90.47.00.00.00	0.1.00	Obrigações Tributárias e Contri-	25.000,00
		butivas	
3.3.90.93.00.00.00	0.1.00	Indenizações e Restituições	1.000,00
		TOTAL	449.335,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de Novembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 130/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 61.700,00 (sessenta e um mil e setecentos Reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal Administra-	
		ção e Finanças	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Div. Pessoal,	
		Adm. E Compras	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	4.000,00
04.000		Secretaria Munic. Agricultura	
		e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manutenção da Divisão de	
		Agricultura	
3.3.50.41.00.00.00	1.00.00	Contribuições	3.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
		e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de	
		Saúde	
3.3.90.30.00.00.00	1.02.00	Material de Consumo	5.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
		e Bem Estar Social	
06.004		Fundo Municipal da Criança e	
		do Adolescente	
008.243.0064.2014		Assistência e Proteção à	
		Criança e Adolescente	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	2.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Obras	
		e Serv. Públicos	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0040.1021		Pavimentação e Conservação	
		da Área Urbana	
4.4.90.51.00.00.00	1.00.00	Obras e Instalações	5.500,00
08.000		Secretaria de Educação,	
		Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação	
		Infantil	
3.1.90.04.00.00.00	1.18.00	Contratações por Tempo	
		Determinado	25.000,00
3.1.90.11.00.00.00	1.18.00	Vencimentos e Vantagens	
		Fixas – Pessoal Civil	15.000,00
08.000		Secretaria de Educação,	
		Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de	
		Esportes	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	600,00
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros	
		– Pessoa Jurídica	1.600,00
		TOTAL	61.700,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no ar-





tigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal Administração e Finanças	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Div. Pessoal, Adm. E Compras	
3.3.90.35.00.00.00	1.00.00	Serviços de Consultoria	4.000,00
04.000		Secretaria Munic. Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manutenção da Divisão de Agricultura	
3.3.90.32.00.00.00	1.00.00	Material de Distribuição Gratuita	3.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.36.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.004		Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
008.243.0064.2014		Assistência e Proteção à Criança e Adolescente	
4.4.90.52.00.00.00	1.00.00	Equipamento e Material Permanente	2.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Obras e Serv. Públicos	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0040.1021		Pavimentação e Conservação da Área Urbana	
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.500,00
08.000		Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00.00	19436	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	25.000,00
3.3.90.30.00.00.00	19437	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	15.000,00
08.000		Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
08.003		Divisão de Esportes	
027.812.0018.2026		Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.14.00.00.00	1.00.00	Diárias - Civil	300,00

3.3.90.31.00.00.00	1.00.00	Premiações Culturais, Artísticas	300,00
3.3.90.36.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.600,00
		TOTAL	61.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de Novembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 131/2009**

#### **ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Obras e Serv. Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. do DMER e Conservação de Rodovias	
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	30.000,00
		TOTAL	30.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Obras e Serv. Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manut. do DMER e Conservação de Rodovias	
3.1.90.11.00.00.00	1.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	30.000,00
		TOTAL	30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de Novembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 132/2009**

#### **ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado



de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Munic. de Saúde e Bem Estar Social	
06.004		Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
008.243.0064.2014		Assistência e Proteção à Criança e Adolescente	
4.4.90.52.00.00.00	1.00.00	Equipamento e Material Permanente	30.000,00
07.000		Secretaria Munic. de Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conserv. de Rodovias	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	20.000,00
		TOTAL	80.000,00

Art. 2º Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação da Fonte 1.00.00 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) :

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 27 de Novembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 133/2009**

**ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria Munic. Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manutenção Divisão de Agricultura	
3.3.50.41.00.00.00	1.00.00	Contribuições	3.000,00
09.000		Encargos Gerais do Município	
09.001		Encargos Gerais do Município	

028.846.1000.0001		Despesas e Serviços Gerais do Município	
3.3.90.47.00.00.00	1.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	15.000,00
		TOTAL	18.000,00

Art. 2º Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação da Fonte 1.00.00 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 30 de Novembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 134/2009**

**AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º)- Altera o artigo 1º do Decreto nº 082/09, o qual passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art 1º). Em razão da comprovada quitação, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, fica autorizada a transferência do imóvel, casa nº 395, lote 49, quadra D, em nome de Carin Krüger Gessner, inscrito sob contrato de financiamento do fundo rotativo habitacional nº 01/99, de 19 de maio de 1999, ficando o mesmo livre e desafetado do uso público municipal.”

Art. 2º)- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Decreto N.º 128/09, de 17 de novembro de 2009.

Corupá, 4 de dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 135/2009**

**PRORROGA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR VENDAVAL.**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, e com base no item VII, do Art.66 da Lei Orgânica Municipal, e pelo Art.17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

CONSIDERANDO que o Vendaval ocorrido no dia 8 de setembro de 2009, por volta das 2 horas, atingindo parte do município, conforme Mapa e croqui das áreas afetadas, anexos a este Decreto;

CONSIDERANDO que como conseqüências deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constante do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO que a recomendação da Comissão de Defesa Civil Municipal, que avaliou e quantificou os efeitos do desastre, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Municipal de Defesa Civil (Comdec);

CONSIDERANDO que Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

CONSIDERANDO que os efeitos do desastre ainda não foram sanados, fazendo-se necessário um maior prazo para que sejam satisfeitas ou minimizadas as necessidades de reparos.

CONSIDERANDO que o Decreto 92/09 previu a possibilidade de prorrogação, até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta), da situação anormal caracterizada pelo estado de emergência.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado/prorrogada a existência de Situação Anormal, provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo Único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexo a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil (Comdec) e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria da Comdec.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998 autorizam-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos o particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos a mesma.

Parágrafo Único: Será responsabilizado o agente de Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Corupá, 6 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### Decreto Nº. 136/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Divisão pessoal, Adm. E Compras	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	1.000,00
04.000		Secretaria Munic. Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manutenção Da Divisão de Agricultura	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	1.000,00
3.3.90.32.00.00.00	1.00.00	Material de Distribuição Gratuita	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.000,00
05.000		Secretaria Munic. Turismo, Desenv. Munic. E Planejamento	
05.001		Divisão de Turismo	
023.695.0070.2008		Manutenção Da Divisão de Turismo	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	500,00
05.000		Secretaria Munic. Turismo, Desenv. Munic. E Planejamento	
05.002		Divisão de Desenv. Municipal e Planejamento	
022.121.0071.2009		Manutenção Da Div. Desenv. Munic. E Planej.	
3.3.90.30.00.00.00	1.00.00	Material de Consumo	500,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal da Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção Da Divisão de Saúde	
3.3.90.30.00.00.00	1.02.00	Material de Consumo	5.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00.00	1.01.00	Material de Consumo	1.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	



012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.3.90.30.00.00.00	1.01.00	Material de Consumo	1.000,00
		TOTAL	14.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Divisão pessoal, Adm. E Compras	
3.1.90.13.00.00.00	1.00.00	Obrigações Patronais	1.000,00
04.000		Secretaria Munic. Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manutenção Da Divisão de Agricultura	
3.1.90.13.00.00.00	1.00.00	Obrigações Patronais	5.000,00
05.000		Secretaria Munic. Turismo, Desenv. Munic. E Planejamento	
05.001		Divisão de Turismo	
023.695.0070.2008		Manutenção Da Divisão de Turismo	
3.1.90.13.00.00.00	1.00.00	Obrigações Patronais	500,00
05.000		Secretaria Munic. Turismo, Desenv. Munic. E Planejamento	
05.002		Divisão de Desenv. Municipal e Planejamento	
022.121.0071.2009		Manutenção Da Div. Desenv. Munic. E Planej.	
3.1.90.13.00.00.00	1.00.00	Obrigações Patronais	500,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal da Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção Da Divisão de Saúde	
3.1.90.13.00.00.00	1.02.00	Obrigações Patronais	5.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00.00.00	1.01.00	Obrigações Patronais	1.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	

012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.13.00.00.00	1.01.00	Obrigações Patronais	1.000,00
		TOTAL	14.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 08 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 137/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº. 1.949/2009 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal da Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção Da Divisão de Saúde	
3.3.50.43.00.00.00	1.02.00	Subvenções Sociais	5.000,00
		TOTAL	5.000,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal da Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção Da Divisão de Saúde	
3.1.90.13.00.00.00	1.02.00	Obrigações Patronais	5.000,00
		TOTAL	5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 09 de dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 138/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, Nº. 1.952/2009 de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares até o valor de





R\$ 172.200,00 (cento e setenta e dois mil e duzentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.02		Secretaria de Finanças	
004.122.0009.2004		Manut. Ativ. Div. Tesouraria, Contab. e Tributação	
3.3.50.41.00.00.00	0.1.00	Contribuições	22.000,00
04.00		Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
04.01		Divisão de Meio Ambiente	
020.606.0063.2005		Manutenção Divisão de Agricultura	
3.3.50.41.00.00.00	0.1.00	Contribuições	2.700,00
07.00		Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	
07.01		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conservação de Rodovias	
3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	30.000,00
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	66.500,00
08.00		Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esportes	
08.01		Divisão de Educação	
012.306.0047.1019		Alimentação e Nutrição Alunos Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	0.1.00	Material de Consumo	11.000,00
012.361.0047.2019		Alimentação e Nutrição Alunos Ensino Fundamental	
3.3.90.39.00.00	11549	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	40.000,00
		TOTAL	172.200,00

Art.2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.01		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manutenção Atividades Divisão Pessoal, Administração e Compras	
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	10.000,00
03.00		Secretaria de Administração e Finanças	
03.02		Divisão de Finanças	
		Manutenção Atividades Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
004.122.009.2004			

3.1.90.11.00.00	0.1.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.000,00
3.1.90.13.00.00	0.1.00	Obrigações Patronais	2.000,00
05.00		Secretaria de Turismo, Desenvolvimento Municipal e Planejamento	
05.01			
023.695.0070.2008		Manutenção da Divisão de Turismo	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
04.01		Divisão de Meio Ambiente	
020.606.0063.2005		Manut. Divisão de Agricultura	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.700,00
06.00		Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	
06.01		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.1012		Construção de Mini-Hospital e Posto de Saúde	
4.4.90.51.00.00	0.1.02	Obras e Instalações	60.000,00
4.4.90.61.00.00	0.1.02	Aquisição de Imóveis	1.000,00
06.02		Divisão de Bem Estar Social	
008.244.0064.2012		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.3.90.14.00.00	0.1.00	Diárias - Civil	3.000,00
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
4.4.90.52.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	2.000,00
4.4.90.61.00.00	0.1.00	Aquisição de Imóveis	1.000,00
06.004		Fundo Municipal da Criança e Adolescente	
008.243.0064.2014		Assistência e Proteção a Criança e Adolescente	
3.3.90.32.00.00	0.1.00	Material de Distribuição Gratuita	5.000,00
4.4.90.52.00.00	0.1.00	Equipamento e Material Permanente	2.500,00
08.01		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	11549	Material de Consumo	40.000,00
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00	0.1.01	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	6.000,00
012.364.0049.2028		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
3.3.90.18.00.00	0.1.01	Auxílio Financeiro a Estudantes	4.000,00

012.361.0047.2019		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.39.00.00	0.1.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
08.002		Divisão de Cultura	
013.392.0051.2024		Incentivo a Cultura do Município	
3.3.90.32.00.00	0.1.00	Material de Distribuição Gratuita	9.000,00
09.001		Encargos Gerais do Município	
028.846.1000.0002		Amortização e Encargos da Dívida	
4.6.90.71.00.00	0.1.00	Principal da Dívida Contratada	5.000,00
		TOTAL	172.200,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 15 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 139/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 104.680,00 (cento e quatro mil e seiscentos e oitenta reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.000		Gabinete do Prefeito	
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manut. Estrut. Gabinete Prefeito e Vice-Prefeito	
3.3.90.39.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00
04.000		Secretaria Munic. de Agricultura e meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. Da Divisão de Agricultura	
3.3.90.36.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.300,00
06.000		Secretaria Munic. de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal da Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção Da Divisão de Saúde	
3.3.50.43.00.00.00	1.02.00	Subvenções Sociais	10.000,00
06.000		Secretaria Munic. de Saúde e Bem Estar Social	

06.002		Divisão de Bem Estar Social	
008.244.0064.2012		Manutenção Do Depart. De Assistência Social	
3.3.90.32.00.00.00	1.00.00	Material de Distribuição Gratuita	2.000,00
07.000		Secretaria Munic. De Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conserv. De Rodovias	
3.1.90.11.00.00.00	1.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	30.000,00
08.000		Secretaria Munic. Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00.00	1.01.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	5.000,00
08.000		Secretaria Munic. Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00.00	1.18.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	40.380,00
08.000		Secretaria Munic. Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00.00	1.01.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	10.000,00
		TOTAL	104.680,00

Art. 2º Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.000		Gabinete do Prefeito	
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manut. Estrut. Gabinete Prefeito e Vice-Prefeito	
3.1.90.13.00.00.00	1.00.00	Obrigações Patronais	5.000,00
04.000		Secretaria Munic. Agricultura e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Agricultura	
020.606.0063.2005		Manut. Da Divisão de Agricultura	
3.1.90.13.00.00.00	1.00.00	Obrigações Patronais	2.300,00
06.000		Secretaria Munic. De Saúde e Bem Estar Social	



06.001		Fundo Municipal da Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção Da Divisão de Saúde	
3.1.90.13.00.00.00	1.02.00	Obrigações Patronais	10.000,00
06.000		Secretaria Munic. de Saúde e Bem Estar Social	
06.002		Divisão de Bem Estar Social	
008.244.0064.2012		Manutenção Do Depart. De Assistência Social	
3.1.90.13.00.00.00	1.00.00	Obrigações Patronais	2.000,00
07.000		Secretaria Munic. De Obras e Serviços Públicos	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
026.782.0039.2015		Manutenção do DMER e Conserv. De Rodovias	
3.1.90.13.00.00.00	1.00.00	Obrigações Patronais	30.000,00
08.000		Secretaria Munic. Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00.00.00	1.01.00	Obrigações Patronais	5.000,00
08.000		Secretaria Munic. Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.04.00.00.00	1.18.00	Contratações por Tempo Determinado	5.000,00
3.1.90.13.00.00.00	1.18.00	Obrigações Patronais	35.380,00
08.000		Secretaria Munic. Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2020		Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.13.00.00.00	1.01.00	Obrigações Patronais	10.000,00
		TOTAL	104.680,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 15 de dezembro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 140/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administr. E Finanças	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Divisão Pessoal, Adm. E Compras	
3.3.90.36.00.00.00	1.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.000,00
06.000		Secretaria Munic. de Saúde e Bem Estar Social	
06.002		Divisão de Bem Estar Social	
008.244.0064.2012		Manutenção Do Depart. De Assistência Social	
3.1.90.11.00.00.00	1.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.000,00
08.000		Secretaria Munic. Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00.00	1.01.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	30.000,00
		TOTAL	35.000,00

Art. 2º - Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administr. E Finanças	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Divisão Pessoal, Adm. E Compras	
3.3.90.14.00.00.00	1.00.00	Diárias - Civil	2.000,00
06.000		Secretaria Munic. de Saúde e Bem Estar Social	
06.002		Divisão de Bem Estar Social	
008.244.0064.2012		Manutenção Do Depart. De Assistência Social	
3.1.90.13.00.00.00	1.00.00	Obrigações Patronais	3.000,00
08.000		Secretaria Munic. Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00.00.00	1.01.00	Obrigações Patronais	30.000,00
		TOTAL	35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Corupá, 15 de dezembro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 141/2009

#### ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal, nº 1.873/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Munic. de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal da Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção Da Divisão de Saúde	
3.1.90.11.00.00.00	1.02.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	60.000,00
08.000		Secretaria Munic. Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.11.00.00.00	1.01.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	30.000,00
		TOTAL	90.000,00

Art. 2º - Para atender as Necessidades Financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Munic. de Saúde e Bem Estar Social	
06.001		Fundo Municipal da Saúde	
010.301.0080.2010		Manutenção Da Divisão de Saúde	
3.1.90.13.00.00.00	1.02.00	Obrigações Patronais	60.000,00
08.000		Secretaria Munic. Educação, Cultura e Esportes	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2017		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00.00.00	1.01.00	Obrigações Patronais	30.000,00
		TOTAL	90.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 15 de dezembro de 2009.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Portaria 301/09

PORTARIA nº 301/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, VII, combinado com a Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de Junho de 1993,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a COMISSÃO DISCIPLINAR DE ATOS DESPORTIVOS, dessa Prefeitura Municipal, integrada pelos servidores:

- Mauri Edgar Padilha de Lima
- Generson Osvaldo Rocha
- Mario Kühl
- Fernando Gean Lunelli

Art. 2º - Esta Comissão terá seu prazo limitado até 31 de dezembro de 2009, de acordo com o disposto no parágrafo 4º do Art. 51 da Lei nº. 8.666/93.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de agosto de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Portaria 302/09

PORTARIA Nº 302/09

EXONERA A PEDIDO, A SRA. VERONICA PARRAY, DO CARGO DE PROFESSOR ACT

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. VERONICA PARRAY, do cargo de Professor ACT, nomeada através da Portaria nº 178/09, de 9 de março de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 20 de agosto de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### Portaria 303/09

PORTARIA Nº 303/09

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1221/99 de 15 de julho de 1999,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da Sra. LUIZA JANTSCH, a partir de 24 de agosto de 2009, enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 18 de dezembro de 2009, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, em razão do pedido de demissão da professora ACT Verônica Parray, lotada na Secretaria Municipal de Educação,



Cultura, Esporte e Lazer, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação referida fica a cargo do Chefe da Divisão de Pessoal.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 24 de agosto de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Portaria 304/09**

PORTARIA Nº 304/09

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e atendendo ao contido no artigo 17, I, da Lei 8.666/93, pela presente.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros que constituirão a comissão para avaliação de bens móveis:

a) Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura – ANTONIO VICENTE TURECK;

b) Diretor de Patrimônio e Suprimentos – ERNESTO FELIPE BLUNK;

c) Chefe da Divisão de Suprimentos – MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA;

Art. 2º - A referida Comissão será encarregada de avaliar os seguintes bens móveis pertencentes ao Município de Corupá:

- 01 Escavadeira Hidráulica, Marca CASE, modelo 9020B, ano 1999, em pleno funcionamento;
- 01 Carregadeira de Rodas, usada, marca FIATALLIS, Modelo FR10M, ano 1984, em pleno funcionamento
- 01 Trator de Esteiras, usado, marca CATERPILLAR, modelo D4E, ano 1986, em pleno funcionamento.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 19 de agosto de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 24 de agosto de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Portaria 305/09**

PORTARIA Nº 305/09

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1221/99 de 15 de julho de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do Sr. JOSIMAR CALDEIRA, a partir de 03 de agosto de 2009, enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 31 de dezembro de 2009, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Fiscal de Tributos, nível 53, com carga horária de 35 horas semanais, em razão de inexistência

de candidato classificado em concurso público e do pedido de licença do servidor Fernando Gean Lunelli, para ocupar cargo comissionado de Assessor Jurídico, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação referida fica a cargo do Chefe da Divisão de Pessoal.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de agosto de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 27 de agosto de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Portaria 306/09**

PORTARIA Nº 306/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, VII, combinado com a Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a equipe do Nemat (Núcleo Especial do Trabalho para Modernização Tributária e Gestão de Setores Sociais Básicos), da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com nomeação dos seguintes servidores:

- Aline Yandara Malinsky
- Darci Rutsatz
- Pétila Karoline Bernardes
- Sandro Rogério Glatz

Art. 2º - O Nemat terá seu prazo limitado de até 24 meses.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 28 de agosto de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Portaria 308/09**

PORTARIA Nº 308/09

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1221/99 de 15 de julho de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da Sra. JÉSSICA JOANA PEREIRA, a partir de 8 de setembro de 2009, enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 18 de dezembro de 2009, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da licença-gestação da professora efetiva Maraíza Thilles Pereira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação referida fica a cargo do Chefe da Divisão de Pessoal.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 14 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 309/09**

PORTARIA Nº 309/09

EXONERA A PEDIDO, A SRA. MARIA APARECIDA ROSA, DO CARGO DE SUPERVISORA ESCOLAR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. MARIA APARECIDA ROSA, do cargo de Supervisora Escolar, admitida sob Concurso Público 001/2000, nomeada através da Portaria nº 062/00, de 01 de agosto de 2000.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de setembro de 2009, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 14 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 310/09**

PORTARIA Nº 310/09

REVOGA A PORTARIA Nº 069/09 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º )- Pela presente fica revogada a Portaria nº 069/09 de 03 de fevereiro de 2009, que nomeia a servidora Sra. MARIA APARECIDA ROSA, para responder interinamente pelo cargo de Chefe de Divisão de Cultura, sem prejuízo da remuneração de seu cargo.

Art. 2º )- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de setembro de 2009, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 14 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 311/09**

PORTARIA Nº 311/09

NOMEIA A SRA. MARIA APARECIDA ROSA, PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETORA DO CEJAC (CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE CORUPÁ)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 011/06 de 27 de abril de 2006,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º)- Fica nomeada para o cargo de Diretora do CEJAC (Centro

de Educação de Jovens e Adultos de Corupá), com nível de vencimento 148 da Tabela de Cargos e Salários ( Lei Complementar nº 011/06 de 27 de abril de 2006 e Lei Complementar nº 028/08 de 26 de março de 2008 ), a Sra. MARIA APARECIDA ROSA.

Art. 3º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 14 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 312/09**

PORTARIA Nº 312/09

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1221/99 de 15 de julho de 1999,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da Sra. MONIQUE ZONTA HENSCHEL, a partir de 14 de setembro de 2009, enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 31 de dezembro de 2009, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Odontóloga, nível 192, com carga horária de 20 horas semanais, em virtude da licença maternidade da funcionária Andréa Gruetzmacher Pamplona, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação referida fica a cargo do Chefe da Divisão de Pessoal.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 14 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 313/09**

PORTARIA Nº 313/09

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora ROSANGELA RANGEL;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei nº 1193/99;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora ROSANGELA RANGEL, e nomeá-la ao cargo de Professora III, alínea de referência F.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 296, de 28 de setembro de 2007 e a Portaria nº 301, de 01 de abril de 2008.

Corupá, 17 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 314/09**

PORTARIA Nº 314/09

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora CAROLINA NEVES DE SOUZA;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

RESOLVE:

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora CAROLINA NEVES DE SOUZA, e nomeá-la ao cargo de Professora II.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 147, de 23 de março de 2006.

Corupá, 17 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 315/09**

PORTARIA Nº 315/09

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora CRISTIANE ERDMANN;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

RESOLVE:

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora CRISTIANE ERDMANN, e nomeá-la ao cargo de Professora III.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 237, de 5 de abril de 2006.

Corupá, 17 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 316/09**

PORTARIA Nº 316/09

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pelo servidor EDUARDO RAMSAUER;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

RESOLVE:

Art. 1º)- Conceder acesso vertical ao servidor EDUARDO RAMSAUER, e nomeá-lo ao cargo de Professor IV.

Parágrafo Único: O beneficiário tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 233, de 3 de abril de 2006.

Corupá, 17 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 317/09**

PORTARIA Nº 317/09

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora TEREZINHA BERENICE DA SILVA;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

RESOLVE:

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora TEREZINHA BERENICE DA SILVA e nomeá-la ao cargo de Professora III.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 482, de 24 de maio de 2006.

Corupá, 17 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Portaria 318/09**

PORTARIA Nº 318/09

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora CARIN KRÜGER GESSNER;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

RESOLVE:

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora CARIN KRÜGER GESSNER, e nomeá-la ao cargo de Professora III, alínea de referência D.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 297, de 28 de setembro de 2007 e a Portaria nº 290, de 01 de abril de 2008.

Corupá, 17 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 319/09**

PORTARIA Nº 319/09  
CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI , Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora LORI LINK DE OLIVEIRA;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora LORI LINK DE OLIVEIRA, e nomeá-la ao cargo de Professora III, alínea de referência G.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 554, de 01 de setembro de 2008 e a Portaria nº 574, de 01 de outubro de 2008.

Corupá, 17 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 320/09**

PORTARIA Nº 320/09  
CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI , Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora ANA LUCIA DA SILVA SIQUEIRA;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora ANA LUCIA DA SILVA SIQUEIRA, e nomeá-la ao cargo de Professora III, alínea de referência C.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 57, de 01 de março de 2002 e a Portaria nº 174, de 02 de abril de 2004.

Corupá, 17 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 321/09**

PORTARIA Nº 321/09  
CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI , Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora ADRIANA MELLINTZ CORREA DE MELLO;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora ADRIANA MELLINTZ CORREA DE MELLO, e nomeá-la ao cargo de Professora III, alínea de referência C.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 518, de 13 de julho de 2006 e a Portaria nº 143, de 23 de março de 2006.

Corupá, 17 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 322/09**

PORTARIA Nº 322/09  
CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI , Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora IVANIA BORBA DE VARGAS SCHIOCHET ;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora IVANIA BORBA DE VARGAS SCHIOCHET, e nomeá-la ao cargo de Professora III, alínea de referência F.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 54, de 01 de março de 2002 e a Portaria nº 286, de 01 de abril de 2008.

Corupá, 17 de setembro de 2009  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

### **Portaria 323/09**

PORTARIA Nº 323/09  
CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI , Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora LILIAN PUCHALSKI TAMANINI KRUGER;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;



**RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora LILIAN PUCHALSKI TAMANINI KRUGER, e nomeá-la ao cargo de Professora III, alínea de referência C.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 521, de 17 de setembro de 2006 e a Portaria nº 142, de 23 de março de 2006.

Corupá, 17 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 324/09**

PORTARIA Nº 324/09

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora ELAINE MARÇAL RIBEIRO LAMEGO

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora ELAINE MARÇAL RIBEIRO LAMEGO

, e nomeá-la ao cargo de Professora III, alínea de referência A.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 557, de 01 de setembro de 2008 e a Portaria nº 299, de 01 de abril de 2008.

Corupá, 21 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 325/09**

PORTARIA Nº 325/09

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora MARILEI SILVEIRA DE ABREU ALMEIDA,

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora MARILEI SIVEIRA DE ABREU ALMEIDA, e nomeá-la ao cargo de Professora III, alínea de referência B.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 299, de 28

de setembro de 2007 e a Portaria nº 298, de 01 de abril de 2008.

Corupá, 21 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 326/09**

PORTARIA Nº 326/09

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora CRISTINA BRUGNAGO CERCAL,

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora CRISTINA BRUGNAGO CERCAL, e nomeá-la ao cargo de Professora III, alínea de referência D.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 188, de 05 de junho de 2001 e a Portaria nº 291, de 01 de abril de 2008.

Corupá, 21 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 327/09**

PORTARIA Nº 327/09

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora MARIA CREONETE R. AUERHANN,

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora MARIA CREONETE R. AUERHANN, e nomeá-la ao cargo de Professora III, alínea de referência F.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 42, de 02 de março de 1999 e a Portaria nº 265, de 01 de abril de 2008.

Corupá, 21 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 328/09**

PORTARIA Nº 328/09

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora TERESINHA PAULI STEIN STELTER;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora TERESINHA PAULI STEIN STELTER, e nomeá-la ao cargo de Professora III, alínea de referência B.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 63, de 09 de fevereiro de 2004, e a Portaria nº 295, de Corupá, 01 de abril de 2008.

Corupá, 21 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 329/09**

PORTARIA Nº 329/09

CONCEDE ACESSO VERTICAL A SERVIDOR

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de acesso formulado pela servidora JOSIANE NUNES DA SILVA TEIXEIRA;

Considerando o disposto no art. 46 da Lei n.º 1193/99;

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Conceder acesso vertical a servidora JOSIANE NUNES DA SILVA TEIXEIRA, e nomeá-la ao cargo de Professora III.

Parágrafo Único: A beneficiária tem 30 (trinta) dias para tomar posse no novo cargo, sob pena de decair do direito à investidura.

Art. 2º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 235, de 03 de abril de 2006

Corupá, 21 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 330/09**

PORTARIA Nº 330/09

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1221/99 de 15 de julho de 1999,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da Sra. AURELIA LOPES PI-CKICIUS, a partir de 23 de setembro de 2009, enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 31 de dezembro de

2009, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitária, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da inexistência de candidato classificado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação referida fica a cargo do Chefe da Divisão de Pessoal.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 23 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 331/09**

PORTARIA Nº 331/09

EXONERA A PEDIDO, O SR. JOSIMAR CALDEIRA, DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. JOSIMAR CALDEIRA, do cargo de Fiscal de Tributos, nomeado através da Portaria nº 305/09, de 27 de agosto de 2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2009, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 25 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 332/09**

PORTARIA Nº 332/09

NOMEIA O SR. JOSIMAR CALDEIRA, PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar no 011/06 de 27 de abril de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º )- Fica nomeado para o cargo de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Econômico, recebendo a remuneração referente ao nível 118, da Tabela de Cargos e Salários (Lei Complementar nº 011/06 de 27 de abril de 2006), o Senhor JOSIMAR CALDEIRA.

Art. 2º )- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 305, de 27 de agosto de 2009.

Corupá, 25 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 333/09**

PORTARIA Nº 333/09

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas funções e, combinado com o Art. 53 Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º - Designar como Leiloeiro, o Assistente Administrativo MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, para o Leilão nº 02/2009, no dia 15 de outubro de 2009, no auditório da Câmara de Vereadores, com início às 9 horas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 28 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 334/09**

PORTARIA Nº 334/09

EXONERA A PEDIDO, O SR. FRANCISMAR DE MIRANDA SCHMIDT, DO CARGO DE MÉDICO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. FRANCISMAR DE MIRANDA SCHMIDT, do cargo de Médico Programa Saúde da Família, admitido sob Concurso Público 001/2003, nomeado através da Portaria nº 004/04, de 22 de janeiro de 2004.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 25 de setembro de 2009, revogando as disposições em contrário.

Corupá, 28 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria 335/09**

PORTARIA Nº 335/09

AUTORIZA A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º)- Fica reintegrada por força de decisão judicial trabalhista nos autos do Processo RO 01102-2008-019-12-00-7, a Servidora Municipal Sra. ELAINE DE CARVALHO OSS-EMER, aprovada no Concurso Público nº 001/06, para o cargo de Professora II, com carga horária de 20 horas semanais, junto a lotação da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º)- A contratação referida fica a cargo do Chefe da Divisão de Pessoal.

Art. 3º)- Pela presente fica revogada a Portaria nº 224/08, de 25 de fevereiro de 2008.

Art. 3º)- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 01 de outubro de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

## Forquilha

### Prefeitura Municipal

**Editais de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 110/PMF/2009

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o primeiro semestre do exercício de 2010 no município de Forquilha/SC, conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 38 de 16/07/2009. Previsão de produtos e quantidades a serem adquiridos nesse período:

Banana – 5.000 kg

Mamão – 900 kg

Aipim sem casca – 400 kg

Alface – 600 pés

Beterraba – 150 kg

Brócolis – 50 maços

Milho verde – 3.000 unidades

Repolho de cabeça (tipo grande) – 300 unidades

Tomate – 900 kg

Carne suína moída – 600 kg

Pão de cachorro quente – 2.700 kg

Pão de Leite (grande sem fatiar) – 400 kg

Pão d'água – 1.500 kg

Doce de frutas – 250 kg

Biscoito doce (maisena / leite / mel) – 800 kg

Melado – 150 kg

Feijão preto (tipo 1, grupo 1) – 600 kg

Feijão vermelho (tipo 1, grupo 1) – 600 kg

Obs. Os itens de hortifrutigranjeiros serão entregues até abril, os demais até junho de 2010.

Os interessados deverão encaminhar projeto de venda desses gêneros alimentícios para a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha cito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, até o dia 08/01/2009 às 13 horas.

Os produtos acima deverão ser entregues nas escolas municipais, semanalmente, de acordo com programação repassada mensalmente pela Secretaria Municipal de Educação.

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 12:00 às 18:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 22 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito

### Edital de Homologação do Resultado Final

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

PODER EXECUTIVO

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº. 001/2009, DE 28 DE OUTUBRO DE 2009.

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Por este edital, o Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições resolve HOMOLOGAR e publicar para que produza seus efeitos legais, os resultados do concurso público convocado pelo Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, apurados para os cargos abaixo com sua respectiva classificação:

#### AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – CENTRO

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	252	CINTIA NOELI BOESING KULKAMP	21	20	41	8,20
2º	1137	MARIA CLAUDETI DA SILVA MICHELS	17	20	37	7,40
3º	208	JANICE STOLS FELISBERTO	13	13	26	5,20

#### AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - MORO COMPRIDO

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	151	ELAINE DAGOSTIM MINATTO TRAMONTIN	13	21	34	6,8
2º	805	DANIELA DANIEL MINATTO	15	15	30	6

#### AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - OURO NEGRO

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	757	JULIANA OLIVEIRA DA SILVA KREMER NUNES	19	24	43	8,6
2º	1033	TATIANI MASIERO ONOFRE FERNANDES	17	20	37	7,4
3º	595	KELLY CRISTIANE WINKLER	17	16	33	6,6
4º	877	FERNANDA MOTA MARCELINO	13	18	31	6,2
5º	634	LILIAN MULLER COSTA PEREIRA	14	17	31	6,2
6º	355	SANIA MOTA MARCELINO TUROSSI	11	16	27	5,4
7º	1132	MISLENE SCHNEIDER FIGUEREDO	12	15	27	5,4
8º	12	MARIA DE FATIMA ALVES KOPITZ	7	19	26	5,2

#### AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - SANTA CRUZ

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	453	RENATA ROMANCINI GRACIANO	13	24	37	7,4
2º	753	JUCILENE DA ROSA GOMES	15	19	34	6,8
3º	886	ELIANE APARECIDA POCAI	11	21	32	6,4
4º	565	LUCIANA SCARPARI	14	16	30	6
5º	182	VALERIA DE SOUZA	11	14	25	5

#### AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – BRAÇAL

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	908	ROSIMERE BECKER	12	17	29	5,8
2º	1016	ROSIMERI LEANDRO	12	16	28	5,6
3º	582	MARCIO SCHUVARTZ	7	18	25	5

#### AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA E MERENDEIRA

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	10	GRAZIELA FELTRIN DA SILVEIRA MROTZKOSKI	16	24	40	8
2º	1101	ELIZABETE FIRMINO DA SILVA RODRIGUES	17	23	40	8
3º	462	VANESSA ROCHA DA COSTA	18	22	40	8
4º	72	MARTA ELISABETE CHAVES	17	22	39	7,8
5º	154	ROSILEY DE SOUZA MOTTA FIGUEREDO	14	24	38	7,6
6º	618	MARIA LEONIR SPILERE MINATTO	16	22	38	7,6
7º	84	ERICA HENRIQUE RODRIGUES	16	22	38	7,6
8º	1066	ANDREIA GOMES	12	25	37	7,4
9º	44	RENATA VIANA VITALI	12	25	37	7,4
10º	129	MARINA BASTOS DE OLIVEIRA	14	23	37	7,4
11º	209	CLAUDIA BERNARDO DE SOUZA	14	23	37	7,4
12º	283	ROSIANI TAVARES DE LIMA	14	22	36	7,2
13º	399	LIZIANE ACORDI ROCHA SALVADEGO	15	21	36	7,2
14º	759	VANESSA DA SILVA	15	21	36	7,2
15º	413	SALETE ROSANE SCHELL DOS SANTOS	13	22	35	7
16º	930	ADRIANA BONGALHARDO SILVEIRA	13	22	35	7
17º	591	MICHELE DE SOUZA FELISBERTO FERNANDES	13	22	35	7
18º	563	SUZANA BORGES	13	22	35	7
19º	18	TICIANE FENALI DIAS DUARTE	14	21	35	7





20º	205	SANDRA DE FATIMA FARIAS	11	23	34	6,8
21º	174	ELAINE RABELO DANDOSSOLA	12	22	34	6,8
22º	445	JUDITE TORETI	13	21	34	6,8
23º	167	VERA MARIA DA ROSA BINATTI	13	21	34	6,8
24º	929	MARLENE PATRICIO MATEUS FERRARI	13	21	34	6,8
25º	433	ROSENETE FERNANDES MORO DE COSTA	13	21	34	6,8
26º	969	MARCIA VITORINO CAMPOS	14	20	34	6,8
27º	434	TATIANE GRIGIO AMERICO	14	20	34	6,8
28º	288	EDNAMAR VIEIRA MEDEIROS	10	23	33	6,6
29º	771	MARI EMILIA MELO DA SILVA	11	22	33	6,6
30º	1020	ROSA MARIA DE SOUZA	12	21	33	6,6
31º	217	MARIA GORETE DIAS FIGUEREDO	16	17	33	6,6
32º	918	MARILVA WARMLING BEZ	10	22	32	6,4
33º	366	MARIA LUCIA RICKEN KAMMER	10	22	32	6,4
34º	214	CRISTINA ARIMA AKAISHI	12	20	32	6,4
35º	827	SOLANGES FERRARI LIMA	12	20	32	6,4
36º	1099	BRUNA ARIGONI CORNEO	12	20	32	6,4
37º	39	ROSELY JUNKES GONÇALVES	14	18	32	6,4
38º	136	MARISETE BLASIUS BEZERRA DIAS	16	16	32	6,4
39º	153	CLAUDIA PASINI RODRIGUES	9	22	31	6,2
40º	396	VANDERLI SAVI FLORENCIO	10	21	31	6,2
41º	292	LUZIA RICKEN LEANDRO	11	20	31	6,2
42º	1015	MARIA CIRLEI DAMAZIO LIBRELATO	10	20	30	6
43º	1071	NOEMIA HOEPERS	10	20	30	6
44º	978	NAIR SILVEIRA MARTINS	11	19	30	6
45º	925	DEISE SILVA DO AMARAL	11	19	30	6
46º	16	JULIANA ZANONI	11	19	30	6
47º	382	ELISABETE PARIS MIRANDA	12	18	30	6
48º	1126	ANDREIA DOS SANTOS	8	21	29	5,8
49º	1027	CLAUDETE SANTIAGO DE ARRUDA	9	20	29	5,8
50º	20	MARIA SALETE SUMARA BRUNELLI	11	18	29	5,8
51º	839	SILVANA TEREZINHA DAL LAGO RAMOS	11	18	29	5,8
52º	1111	SALETE VALDECI NANDI DAMINELLI	12	17	29	5,8
53º	498	MARILEIA COLOMBO ALBANO	12	17	29	5,8
54º	113	MARIA LUCIA LOCH GOULART	13	16	29	5,8
55º	411	PATRICIA JUNKES ROCHA	14	15	29	5,8

56º	65	MARIA DE FATIMA DA SILVA ASSUNCAO	9	19	28	5,6
57º	372	ANA PAULA DA SILVA DEMETRIO	9	19	28	5,6
58º	47	ADRIANA DE CESARO CAVALER SANGALETTI	11	17	28	5,6
59º	1029	MARIZETE SANTIAGO DE ARRUDA	13	15	28	5,6
60º	765	JUCIENE FERMINO DE CARVALHO	10	17	27	5,4
61º	703	FATIMA JOSE LUIZ WESTRUP	12	15	27	5,4
62º	99	MARIA APARECIDA STAIRK	10	16	26	5,2
63º	59	FABIANA LOCH ROSSO	10	16	26	5,2
64º	226	ANA MARIA REUS ARCENIO MINOTTO	11	15	26	5,2
65º	25	ROSANE IZE DE SOUZA PASINI	7	18	25	5
66º	297	FATIMA PEREIRA DELFINO PATRICIO – Portador de Necessidades Especiais	8	17	25	5
67º	525	CAMILA CONCEIÇÃO COSTA	9	16	25	5

## AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	921	FABIO FERNANDES PAES	23	23	46	9,2
2º	1026	DANIELA TISCOSKI	22	23	45	9
3º	29	ANDERSON COELHO PICOLO	21	23	44	8,8
4º	787	SABRINA ROMAGNA BORTOLOTO	23	21	44	8,8
5º	418	FERNANDA MEDEIROS	20	23	43	8,6
6º	1077	FERNANDA DE OLIVEIRA BRAZ	20	23	43	8,6
7º	1076	BARBARA ARNS BACK	22	21	43	8,6
8º	1043	RAQUEL DA SILVA	18	23	41	8,2
9º	73	RITA DE CASSIA MARTINS	19	22	41	8,2
10º	683	GUSTAVO PREIS DE ABREU	19	22	41	8,2
11º	760	CLAUDIO AGUIAR	20	21	41	8,2
12º	490	GIOVANA PEDROSO	20	21	41	8,2
13º	621	DANIELA MIRANDA DO CANTO	21	20	41	8,2
14º	3	FLAVIA ANGELINA PREIS HERR	16	24	40	8
15º	1113	WAGNER FONSECA	21	19	40	8
16º	500	ANDREZA BURIN MEDEIROS	16	23	39	7,8
17º	864	ANGELA RABELLO	17	22	39	7,8
18º	430	HOMERO BIAZOTO DOS SANTOS	18	21	39	7,8
19º	1078	VANDERLEI DE JESUS SERAFIM	19	20	39	7,8
20º	339	TAYRINI VITALI FELISBERTO	19	20	39	7,8
21º	1085	FERNANDA LOCH LOCATELLI	19	20	39	7,8



22º	746	FABIA DE LUCA TISCOSKI	20	19	39	7,8
23º	213	GERSON AKIO YONEYAMA	16	22	38	7,6
24º	1087	BRUNA AURELIO FORTUNATO	16	22	38	7,6
25º	1050	JUNIOR SCANDOLARA BOSA	16	22	38	7,6
26º	1072	ENY CRISTINY MARCON TESA MATIOLA	17	21	38	7,6
27º	170	EMANUELA COLOMBO DAL MOLIN	18	20	38	7,6
28º	273	VALMIRIA VASSOLER	19	19	38	7,6
29º	221	MARILENE PEREIRA	20	18	38	7,6
30º	1031	VANESSA RUTE FRAGA	20	18	38	7,6
31º	338	NILZA TUZI MONTEIRO FONSECA	21	17	38	7,6
32º	965	MIRELI WARMLING FORMIGONI	22	16	38	7,6
33º	40	NILMA BRANDAO KEJELIN	15	22	37	7,4
34º	1080	GESSICA BATISTA DOS ANJOS	16	21	37	7,4
35º	695	MARILDO CACIANO FELIX	16	21	37	7,4
36º	616	JOZIANI FERNANDES DA ROCHA	17	20	37	7,4
37º	602	FERNANDA SARTORI SCHIMITEZ	18	19	37	7,4
38º	104	RAQUEL NERES RAMOS	18	19	37	7,4
39º	556	VANESSA MARTINELLO FRITZEN	18	19	37	7,4
40º	658	TAYSE URBANO DA ROSA	19	18	37	7,4
41º	967	MICHELI WARMLING FORMIGONI	21	16	37	7,4
42º	147	SANDRA DONDOSSOLA MARTINS	15	21	36	7,2
43º	58	GISELE BERRETA	15	21	36	7,2
44º	1070	GIORGI COLOSSI ELIAS	16	20	36	7,2
45º	879	CRISTINA DA ROZA FRANCISCO	16	20	36	7,2
46º	694	ANDERSON DE COSTA	18	18	36	7,2
47º	553	JULIANO VITALI DE MATTIA	13	22	35	7
48º	86	RENATA BROCA CELSO	14	21	35	7
49º	1019	RAFAEL SOARES MACHADO	15	20	35	7
50º	994	JAMILE SCAINI DUTRA	15	20	35	7
51º	825	MARIANE GENEROSO RODRIGUES	15	20	35	7
52º	809	FLAVIA DA ROSA KAMINSKI	15	20	35	7
53º	857	BRUNA CECHINEL DA SILVA	16	19	35	7
54º	713	SABRINA VIEIRA ALVES	17	18	35	7
55º	317	JULIANA DA SILVA BIF	17	18	35	7
56º	304	PRISCILA JUNKES	19	16	35	7
57º	1139	MURILO HOBOLD DAL MAGRO	20	15	35	7
58º	166	DAIANA ELEN DA ROSA	14	20	34	6,8

59º	426	JACQUELINE PINTO SOLARES	15	19	34	6,8
60º	928	AGATA ALINE MOTA DAL PONT	15	19	34	6,8
61º	701	LUCAS COLONETTI	15	19	34	6,8
62º	245	GUSTAVO MOSS	15	19	34	6,8
63º	1003	RENATA FORGIARINI	17	17	34	6,8
64º	696	PAULA LUIZ	17	17	34	6,8
65º	699	FLAVIA MARA WESTRUP	17	17	34	6,8
66º	1062	LUCIANA MANDELLI	11	22	33	6,6
67º	670	IZADORA DAMINELLI	14	19	33	6,6
68º	1173	ROSELAINE SOUZA DA SILVA	15	18	33	6,6
69º	38	KELI DA SILVA PADILHA	15	18	33	6,6
70º	625	MOISES DE SOUZA MICHELS	15	18	33	6,6
71º	624	CESAR HENRIQUE MICHELS	15	18	33	6,6
72º	467	ANA PAULA DA SILVA COLONETTI	15	18	33	6,6
73º	952	SCHIMENE FELISBERTO PACHECO	15	18	33	6,6
74º	530	KELLI GONÇALVES	15	18	33	6,6
75º	1152	JOELMA RODRIGUES ALVES	13	19	32	6,4
76º	1045	TATIANE DA CRUZ PEDRO	14	18	32	6,4
77º	564	RAQUEL VISCARDI MENDES	14	18	32	6,4
78º	981	MARIA AUGUSTA NAZARIO DE SOUZA	14	18	32	6,4
79º	889	BARBARA DAYSE ALMEIDA	17	15	32	6,4
80º	612	CINTIA GABRIELA FERRARI MELLER	11	20	31	6,2
81º	743	MAICON GEAN DE SOUZA	11	20	31	6,2
82º	748	ELIETE ROCHA MINATTO	13	18	31	6,2
83º	394	SIMONE MARINS DA ROSA	14	17	31	6,2
84º	202	CLARICE TISCOSKI	14	17	31	6,2
85º	204	MARIANA CARDOSO RONCHI	14	17	31	6,2
86º	680	MONICA INGRID GRIGIO VIVANCO	14	17	31	6,2
87º	112	SOLIANI MILAK EYNG	14	17	31	6,2
88º	1131	KATIANA APARECIDA WEINERT	15	16	31	6,2
89º	916	GLADINA CARDOSO MATHEOS	16	15	31	6,2
90º	1086	MARILEIA LAURINDO	11	19	30	6
91º	897	MORGANA COSTA GAVA	12	18	30	6
92º	1037	SILMARA BLASIUZ DIAS	12	18	30	6
93º	249	GREISE PASSARELA	13	17	30	6
94º	979	RENATO LOCH	14	16	30	6
95º	156	LEANDRO HERR MINATTO	14	16	30	6
96º	650	CRISLAINE JANUARIO MARTINS	15	15	30	6

97º	512	LUCIMARA DONDOSSOLA	15	15	30	6
98º	566	RENATA MENEGAO	15	15	30	6
99º	883	ALINI GONÇALVES MINATTO	12	17	29	5,8
100º	744	IRACI BUENAVISTA BRAZ	12	17	29	5,8
101º	218	GREICI KELLI FIGUEREDO	15	14	29	5,8
102º	270	TATIANA DUMINELLI	16	13	29	5,8
103º	954	FLORENTINA WILLEMANN SILVEIRA	13	15	28	5,6
104º	1014	ERICA DE SOUZA LAURINDO	9	18	27	5,4
105º	1130	MARLENE FABRIS PREMOLI	10	17	27	5,4
106º	590	RONNIE VASSOLER	11	16	27	5,4
107º	772	FERNANDA ZANETTE ALBANO	12	15	27	5,4
108º	1041	LUANA SCARPARI	13	14	27	5,4
109º	517	LEANDRO DAL PONT	15	13	28	5,6
110º	1075	VALDIRENE DOS SANTOS DE CAMPOS	15	12	27	5,4
111º	1012	EDSON PEDRO DA SILVA	15	12	27	5,4
112º	171	JOSINEIA MANDELLI CAMPANHOLI	10	16	26	5,2
113º	1074	JANDIR CREPALDI	11	15	26	5,2
114º	157	FRANCIELI SCARSI JOAO	12	14	26	5,2
115º	324	GISELE ROCHA	8	17	25	5

## AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	299	ELINEIDE SALETE COLOMBO DALMOLIM	19	23	42	8,4
2º	311	ELAINE GOULART DE JESUS FERRARI	19	23	42	8,4
3º	456	SUSILENE MARTINS ARAUJO DE SOUTO	16	24	40	8
4º	123	HILDA JUNKES KALFELD	14	23	37	7,4
5º	229	MARILEIA RONCHI	13	22	35	7
6º	281	GIANE DE OLIVEIRA CARVALHO	13	21	34	6,8
7º	838	EMANUELLE CRUZ ALVES	14	20	34	6,8
8º	414	ELISANDRA PREIS	13	20	33	6,6
9º	458	AMANDA DA SILVEIRA TEIXEIRA	14	19	33	6,6
10º	714	CARLA DAIENE RIBEIRO MACEDO	14	19	33	6,6
11º	1151	KELLY KARITIANA MORO SCUSSEL	15	18	33	6,6
12º	46	LILIAN PEREIRA DOMINGOS DUARTE	17	16	33	6,6
13º	548	ALESSANDRA ARAUJO MARTINS ALVES	12	20	32	6,4
14º	198	MICHELE MACHADO DA ROSA	13	19	32	6,4
15º	192	RAQUEL FONTANA DELFINO	12	19	31	6,2

16º	139	ROSA MARIA CRISPIM DA CUNHA	13	18	31	6,2
17º	234	ROSANA DE SOUZA COLOMBO	13	18	31	6,2
18º	813	KARINA MARTINS FORTUNA	14	17	31	6,2
19º	903	CLAUDIA FRANCIELLI CORREA	14	17	31	6,2
20º	734	MARILENE MARTINS DE SOUZA BECKER	16	15	31	6,2
21º	745	CRISTIANI LUCIA DANIEL	8	22	30	6
22º	652	VANESSA BAZILIO RAPHAEL	10	20	30	6
23º	941	FABIANE VENSON	13	17	30	6
24º	1109	ALEXANDRA SERAFIM DE SOUZA	13	17	30	6
25º	589	JULIANA SCHAUCOSKI SERAFIM	13	17	30	6
26º	870	ANA PAULA CATALDO AIRES	13	17	30	6
27º	415	EDJANE HEERDT FELISBERTO	11	18	29	5,8
28º	819	ELIS DENISE DA SILVA LEANDRO	11	18	29	5,8
29º	1022	LEONILDA APARECIDA BRAVO	10	18	28	5,6
30º	671	SAMELA MACHADO FRANCISCO	10	18	28	5,6
31º	284	KATTUCIA DE OLIVEIRA	11	17	28	5,6
32º	609	GABRIELA DE BONA NIEHUES	11	17	28	5,6
33º	529	MARISTELA PEDRO INACIO	11	17	28	5,6
34º	354	PATRICIA FRANCISCA MARTINS	12	16	28	5,6
35º	866	PRISCILA SERAFIM LAURENTINO SERAFIM	13	15	28	5,6
36º	77	ANA LUCIA DA SILVA	8	19	27	5,4
37º	872	MARILIA AMANDIO GAVA	11	16	27	5,4
38º	509	SONIA RAQUEL PEREIRA DOS SANTOS	7	18	25	5

## ENGENHEIRO CIVIL

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	93	LEANDRO ARNS BACK	20	16	36	7,2
2º	95	LILIAN BITENCOURT COLOMBI	18	15	33	6,6
3º	476	DIORGES EVANDRO GUESSI	17	13	30	6
4º	911	RAFAEL BASCHIROTTI DORIGON	20	10	30	6
5º	79	LUIZ RENATO STEINER	18	9	27	5,4
6º	443	SORAIA BERTI BRIGIDO	18	9	27	5,4
7º	1055	FABRICIO DUARTE RONCHI	14	12	26	5,2
8º	732	CRISTINA MICHELS GODINHO DAL MOLIN	15	11	26	5,2
9º	909	MAIKON GONÇALVES FELTRIN	15	11	26	5,2



10º	550	GRAZIELA SCARPARI	16	10	26	5,2
11º	1007	FABIANO DO NASCIMENTO	18	7	25	5

## FARMACEUTICO

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	32	JUCELIA PIZZETTI BENINCA	22	18	40	8
2º	973	DAIANI MEZZARI	23	16	39	7,8
3º	54	CARLA ANDREIA DAROS MARAGNO	19	19	38	7,6
4º	912	MARIA HELENA PERUCH	19	19	38	7,6
5º	704	DANIELA DE BONA PINTO	18	19	37	7,4
6º	783	JOSIANE BUDNI	21	16	37	7,4
7º	486	RAFAEL OLIVEIRA DE AGUIAR	18	18	36	7,2
8º	953	FLAVIA LAZZARIN UGGIONI	20	16	36	7,2
9º	186	DIEGO GIUSTI RODOWANSKI	15	20	35	7
10º	980	CAMILA BLANCA RODRIGUEZ GARCIA	17	18	35	7
11º	657	CAROLINE ACORDI RAMOS	19	16	35	7
12º	101	CIBELI PIACENTINI PEREIRA	15	17	32	6,4
13º	1123	GLAUCY WARMLING MONGUILHOTT PUGEN	16	16	32	6,4
14º	440	CINTIA VITTO BONGIOLO	16	16	32	6,4
15º	644	MONIA ELIZA PIETSCH MILIOLI	18	14	32	6,4
16º	31	PRISCILA ELISA NUNES	13	17	30	6
17º	1001	GABRIELA SARTOR CONER	17	13	30	6
18º	285	JOSIANE ANGELONI MONTEIRO	16	13	29	5,8
19º	230	SILVIA BORTOLIN	16	13	29	5,8
20º	797	PATRICIA SILVESTRE	14	14	28	5,6
21º	408	JULIANA MANOEL ANGELICA	14	14	28	5,6
22º	697	PAULA HILÁRIO ZAPELINI	15	13	28	5,6
23º	424	KARINE PEDRINI SOUZA	15	13	28	5,6
24º	274	JANEA MACARINI MAGAGNIN	12	15	27	5,4
25º	955	FRANCELY QUADRO BURIGO	15	12	27	5,4
26º	520	KARINA BRUNEL CASTANHETTI	11	14	25	5
27º	715	GREICE PEPLAU KAULING	12	13	25	5

## FISCAL DE POSTURAS

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	636	GILBER NICOSKI	13	21	34	6,8
2º	724	FABIO VIEIRA LEANDRO	15	19	34	6,8

3º	316	KARINA LOURENÇO DA SILVA	17	15	32	6,4
4º	454	SIDINEI RONCHI	10	21	31	6,2
5º	700	RONALDO SALVADOR DE JESUS	10	21	31	6,2
6º	659	CLEITON MACHADO	13	18	31	6,2
7º	614	VANESSA MANOEL DA SILVA	10	20	30	6
8º	834	CHRISTIAN NUERNBERG	11	18	29	5,8
9º	971	AMARILDO JOSE DA SILVA	9	19	28	5,6

## FISCAL DE TRIBUTOS

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	92	GUILHERME AUGUSTO DE PELEGRINI	22	24	46	9,2
2º	718	NILZETE LOCKS DE SOUZA	15	23	38	7,6
3º	1186	DANIELE BERTI DALMOLIN CALDAS	15	21	36	7,2
4º	662	RODRIGO CAMILO	17	17	34	6,8
5º	833	CATIANE NAZARIO NUERNBERG	17	15	32	6,4
6º	70	SIRLEI FERNANDES SILVEIRA	16	15	31	6,2
7º	1170	NELCA GIORGIANA FIGUEREDO	12	16	28	5,6
8º	306	AMILTON BELETTINI DUARTE	14	14	28	5,6
9º	844	MONICA BENEDET PISSETE ROSA	14	14	28	5,6
10º	5	EDISSON FELISBERTO DA SILVA	11	14	25	5

## FISCAL SANITARIO AUXILIAR

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	137	KASSIO MARTINHAGO	19	18	37	7,4
2º	986	ANDRE LINO FERNANDES	14	20	34	6,8
3º	4	FABRICIO FERREIRA	14	19	33	6,6
4º	731	TAISE ROCHA MACEDO	18	15	33	6,6
5º	1150	ISRAEL SOUZA HORSTMANN	15	17	32	6,4
6º	1047	RAPHAEL PEZZI	16	16	32	6,4
7º	855	JAMILE DA SILVA LAURINDO	17	15	32	6,4
8º	931	JOÃO CARLOS COSTA	13	17	30	6
9º	682	DANIEL PAULO DAMIN FERRO	16	14	30	6
10º	442	EDSON ANTONIO SZYMANSKI	13	16	29	5,8
11º	409	JERUSA MANOEL ANGELICA	14	15	29	5,8
12º	956	JULIANA NOLLA LAZZARIN	18	11	29	5,8
13º	211	CRISTIANO FLORENCIO	12	16	28	5,6





14º	655	MURIEL COLOMBO MARTINS	12	16	28	5,6
15º	788	SAMUEL ROMAGNA BORTOLOTO	13	15	28	5,6
16º	265	JOSE FONTANA NETO	14	14	28	5,6
17º	686	MAURO ELOISIO FERNANDES	16	12	28	5,6
18º	622	FRANCISCO HOBOLD	16	12	28	5,6
19º	890	RODRIGO DA SILVA LEANDRO	17	11	28	5,6
20º	752	AUGUSTINHO SAVI	13	14	27	5,4
21º	1034	THIAGO MICHELS	13	14	27	5,4
22º	554	ADEMAR ARNS BACK	15	12	27	5,4
23º	781	CAMILA COLOMBO SCARPATTO	17	10	27	5,4
24º	1188	RODRIGO AUGUSTO ESPINDOLA	12	14	26	5,2
25º	635	ANDERSON LUIZ WERNKE	13	13	26	5,2
26º	995	JULIANA SILVA DE OLIVEIRA	13	13	26	5,2
27º	374	FERNANDA CARDOSO DUTRA	18	8	26	5,2
28º	206	AGNES PEREIRA FRANCISCO	10	15	25	5
29º	626	SAMUEL TONETTO MARTINS	10	15	25	5
30º	1166	JEOVANE WARMLING	11	14	25	5
31º	643	MICHELE MICHELS MOTTA MACHADO	12	13	25	5
32º	982	NEZIO LUIS DITADI GONCALVES	13	12	25	5
33º	627	ROGERIO HOMEM	13	12	25	5
34º	605	JOSIAS MOTA SOARES	13	12	25	5
35º	727	MARGARETE COELHO FARIAS	14	11	25	5
36º	437	INGRID PREIS DE ABREU	14	11	25	5
37º	1095	ANDRE FELIPE FELICIO BONASSINA	14	11	25	5
38º	115	ANDREA PATRICIO	15	10	25	5
39º	1009	QUEZIA DA COSTA ALBERTINI	15	10	25	5
40º	687	ROBSON FERNANDES MORO	15	10	25	5
41º	1176	SINARA UGGIONI MADEIRA	16	9	25	5
42º	53	EMILY TREVISOL KULKAMP	16	9	25	5

## FISIOTERAPEUTA

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	193	BARBARA ROVARIS DE LUCA	20	16	36	7,2
2º	654	JOSIANE SCHWARTZ PAZETTO	15	19	34	6,8
3º	110	CARLA CRISTINE LEITE	17	16	33	6,6
4º	207	MILTON RICARDO DE MEDEIROS FERNANDES	16	16	32	6,4
5º	262	FRANCIELE FORMIGONI CANEVER	17	14	31	6,2

6º	464	EVANDRO JOSE DOS SANTOS BITENCOURT	16	14	30	6
7º	1142	TAMIREZ ZAPELINI DALPONTE	15	15	30	6
8º	785	MONICA BINATTI BORTOLIN	14	15	29	5,8
9º	1202	FRANCIELLE SILVANO CARDOZO	17	12	29	5,8
10º	88	ELAINE KULKAMP SILVEIRA	18	11	29	5,8
11º	321	ALEX PEPLAU KAULING	12	16	28	5,6
12º	80	LETICIA GUE GIORDANI	16	12	28	5,6
13º	835	JOICE VIVIANE NEVES POERSCHKE VILAR	17	11	28	5,6
14º	661	JOANA MACCARINI TORQUATO	19	8	27	5,4
15º	332	RODRIGO DIAS MEDEIROS	11	14	25	5
16º	1092	MIRELI VENANCIO MENDONCA	13	12	25	5
17º	527	ANE RONCHI BRUNELLI	16	9	25	5

## FONOAUDIOLOGO

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	913	PATRICIA VICENZI DA SILVA	15	17	32	6,4
2º	775	DANIELE DA SILVA GALVAO	20	10	30	6
3º	264	DANIELA BURTET MACHADO	15	10	25	5

## MÉDICO DO PSF

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	1035	ANA PAULA MARTINS NAZARIO	21	15	36	7,2
2º	472	DIEGO BUZANELLO FABRIS	21	15	36	7,2
3º	326	WILLIAM JOUBERT DOS SANTOS	19	17	36	7,2
4º	832	CAMILA MACHADO VIANA	16	18	34	6,8

## MEDICO DO TRABALHO

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	293	JADER MICKAEL SOUZA	22	14	36	7,2

## MEDICO PEDIATRA

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	488	VICENTE ZANINI BONAZZA	22	23	45	9
2º	1096	FERNANDA RODRIGUES DE ALMEIDA LUCCA	15	21	36	7,2
3º	203	JAMILE CASANOVA MADERS	15	20	35	7



4º	196	MARIA CECILIA PINTO MOTA	14	19	33	6,6
----	-----	--------------------------	----	----	----	-----

## MEDICO PLANTONISTA

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	606	JULIANE NUNES VIANNA	20	19	39	7,8
2º	722	JOÃO PAULO SVAISSER CARNEIRO	21	17	38	7,6
3º	247	LUCAS ANTONIO GUSATO	22	11	33	6,6
4º	1103	CONRADO ANTONIO DIAS	17	15	32	6,4
5º	583	CLAUDIA CAROLINE FISCHBORN	18	14	32	6,4
6º	814	CINTIA LINHARES E SOUZA	14	15	29	5,8
7º	335	LUCIA HELENA DAS CHAGAS OLIVEIRA	16	13	29	5,8

## MEDICO VETERINARIO

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	991	JEFFERSON DIAS DA SILVA	17	20	37	7,4
2º	21	VINICIUS NUERNBERG BORGES	18	19	37	7,4
3º	878	GIOVANA BONGIOLO MAGENIS	17	18	35	7
4º	739	ROBERTO RADAMES NETTO	19	16	35	7
5º	296	GILMAR LUIZ MICHELS	19	16	35	7
6º	471	SIMONE CRISSEL DEL MORO	15	18	33	6,6
7º	172	EVERTON BORBA TEIXEIRA	17	16	33	6,6
8º	102	LUANA OLIVEIRA DE SOUZA	18	15	33	6,6
9º	407	EDIANE DACOREGIO ROHLING	15	17	32	6,4
10º	312	MARCELO BITTENCOURT COLLE	16	16	32	6,4
11º	647	JOANA FERREIRA DA SILVA	14	15	29	5,8
12º	807	CLEIMAR MONDARDO SAVIO	12	16	28	5,6

## MOTORISTA

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	132	TIAGO MADALENA DA SILVA	24	19	43	8,6
2º	728	ISALEXON ALEXANDRE FARIAS	21	18	39	7,8
3º	976	LUCIANO SILVEIRA MARTINS	20	16	36	7,2
4º	69	PEDRO SCARPARI MACHADO	18	16	34	6,8
5º	161	ADILSON VENSON	13	20	33	6,6
6º	496	REGINALDO MACHADO	17	16	33	6,6

7º	572	LUCAS KINDERMANN	14	17	31	6,2
8º	310	VALDENIR DONDOSSOLA	13	17	30	6
9º	948	LUIZ SILVEIRA JUNIOR	13	17	30	6
10º	599	BENTO BRAZ URBANO	15	15	30	6
11º	461	EDSON ALAMINI ALBINO	14	16	30	6
12º	584	MATEUS JEZIEL BASTOS DA SILVA	12	17	29	5,8
13º	493	GILSON BONFANTE SALVALAIO	12	16	28	5,6
14º	901	ALAN DANIEL MARTINS	14	14	28	5,6
15º	83	VALMIR NICOLETTI DE COSTA	14	13	27	5,4
16º	597	MARTINHO ROCHA	15	12	27	5,4
17º	149	DANIEL ROSA DOS SANTOS	11	14	25	5
18º	543	ALTAMIR DA SILVA	13	12	25	5

## NUTRICIONISTA

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1º	927	FERNANDA TOMASI BITTENCOURT	18	19	37	7,4
2º	98	ROSANGELE PAVAN SALVARO	15	20	35	7
3º	798	DANIELA HOBOLD	18	17	35	7
4º	473	BRUNA ROHDEN DE LUCCA	18	17	35	7
5º	438	GABRIELLE DA LUZ	20	15	35	7
6º	812	RENATA AMANCIO TEIXEIRA DE JESUS	14	20	34	6,8
7º	117	ESTER ZOCHÉ	14	19	33	6,6
8º	195	GABRIELA REJANE VILAÇA	17	16	33	6,6
9º	183	PAULA CARNEIRO AMERICO	18	15	33	6,6
10º	459	LAIS DELLA VECCHIA	12	20	32	6,4
11º	600	RUBIA ANTERO DANIEL	14	18	32	6,4
12º	460	LARISSA FERNANDA DOS SANTOS	16	16	32	6,4
13º	451	TATIANA AMBONI	16	16	32	6,4
14º	998	ZURENE REGINA NUERNBERG	19	13	32	6,4
15º	188	CLARISSA MILANEZ GOULARTE	19	13	32	6,4
16º	1058	ANDREIA MENDONÇA	13	18	31	6,2
17º	1063	SABRINA TEODOSIO SILVA	14	17	31	6,2
18º	749	ELIANE BRANDAO DA CRUZ	14	16	30	6
19º	777	CAROLINE ARNS DA SILVA	15	15	30	6
20º	484	KELLEN MARIA VILLAN	15	15	30	6
21º	790	DEBORA GREGORIO PULCENIO	15	15	30	6
22º	586	THAYS WIGGERS	16	14	30	6

23º	508	MARIELEN GHEDIN DA SILVA	17	13	30	6
24º	999	CLARICE PERUCCHI LOPES	14	15	29	5,8
25º	852	BEATRIZ DO NASCIMENTO MOTTA	14	15	29	5,8
26º	669	LAURA CASTELLER PESCADOR	15	14	29	5,8
27º	1162	ANDRIELE GONÇALVES MARCON	15	14	29	5,8
28º	28	MARIANA VIEIRA SOARES	13	15	28	5,6
29º	848	ANA CRISTINA FREITAS DA SILVA	13	15	28	5,6
30º	475	MARIA JULIA DEMETRIO PEREGO	14	14	28	5,6
31º	675	GRAZIELA CARDOSO MACHADO	15	13	28	5,6
32º	342	KARINE FRASSON SILVEIRA	14	13	27	5,4
33º	300	EDILENE DAROS DAGOSTIM	14	13	27	5,4
34º	1018	SCHARIANE BRAVO DUTRA	14	13	27	5,4
35º	257	POLIANA GHISI MINATTO	16	11	27	5,4
36º	531	MAIARA SCARDUELLI CANELLA	16	11	27	5,4
37º	767	MARIANA NOLA SCHMOELLER	16	11	27	5,4
38º	854	PATRICIA VIEIRA TEIXEIRA	11	15	26	5,2
39º	1146	EDNARA SAVIO CAETANO	12	14	26	5,2
40º	361	SABRINA DA SILVA UGIONI	14	12	26	5,2
41º	677	KENIA CASTRO MACHADO	14	12	26	5,2
42º	489	CARINA DAGOSTIN PAVEI	15	11	26	5,2
43º	295	JULIANA COSTA MURGUERO	15	11	26	5,2
44º	823	CLAUDIA BEATRIZ DE MEDEIROS	10	15	25	5
45º	359	RENATA SARTORI MAGAGNIN	12	13	25	5
46º	1060	ANGELICA LORENSON ROSSI	12	13	25	5
47º	431	JUANA VILLATORE REUS	13	12	25	5
48º	1091	EDIMAR TORRES ZANONI	13	12	25	5
49º	302	CRISTINA FRASSON DA SILVA	15	10	25	5
50º	150	DANIELA PREIS JUVENCIO	15	10	25	5

## PROFESSOR DE ARTES

Clas-sifi-cação	Nº da Inscri-ção	NOME	Pontuação Prova Títulos				Pontuação Prova Objetiva			Nota FINAL
			Mês-trado	Pós	Curso Aperf.	Total	CG	CE	Total	
1º	309	JOSIANE BOSA DUARTE		0	1	1	14	23	37	6,92
2º	578	CAROLINE BOEING NUERNBERG		0	1	1	17	18	35	6,60
3º	331	DAIANE FERREIRA PEREIRA		0,5	0,2	0,7	17	18	35	6,30

4º	580	ESTER DAGOSTIN		0	1	1	16	17	33	6,28
5º	158	ADRIANE SANT'ELENA GUZE		0	1	1	16	15	31	5,96
6º	142	ALAIDE FATIMA BARCELOS FORGIARINI		0,5	1	1,5	11	16	27	5,82
7º	899	NIDIA MARIA BROVEDAN		0	1	1	10	20	30	5,80
8º	516	POLLYANA PAVEI BEZ BATTI		0	1	1	14	16	30	5,80
9º	501	VALERIA VIVIANE MEDEIROS		0,5	1	1,5	10	16	26	5,66
10º	33	ELIANA GUIMARAES BARTH		0	1	1	15	14	29	5,64
11º	71	ANDRESSA VENSON DAL PONT		0	1	1	15	14	29	5,64
12º	121	MONIQUE MAFFIOLETTI		0	1	1	10	18	28	5,48
13º	386	DANUZIA CORREA MATIOLA		0	1	1	10	17	27	5,32
14º	376	DAIANE ROMANCINI FELTRIN		0	0,4	0,4	12	17	29	5,04
15º	385	CILNEIDA CARDOSO FIORAVANTE		0	1	1	11	14	25	5,00

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Clas-sifi-cação	Nº da Inscri-ção	NOME	Pontuação Prova Títulos			Pontuação Prova Objetiva			Nota FINAL	
			Mês-trado	Pós	Curso Aperf.	Total	CG	CE		Total
1º	379	DARLENE GONÇALVES DA SILVA		0,5	1	1,5	16	22	38	7,58
2º	810	GISLAINE BRESSAN PEREIRA HONORATO		0,5	1	1,5	18	20	38	7,58
3º	392	SILVIA FELTRIN CORREA		0,5	1	1,5	15	22	37	7,42
4º	792	ALEXSANDRA LUIZ BERETTA		0,5	1	1,5	18	19	37	7,42
5º	806	SHEILA ADRIANE JUNGLAUS DE JESUS		0,5	1	1,5	14	21	35	7,10
6º	278	PATRICIA DAL PONT MANDELLI DE ANDRADE		0,5	1	1,5	15	20	35	7,10
7º	346	MICHELA ESMERO MARTINHAGO		0,5	1	1,5	17	18	35	7,10
8º	144	ANDREA SANTOS ARMANDO DAGOSTIN		0,5	1	1,5	12	22	34	6,94

9º	546	CLEDINÉIA CHINAIDER SAVI	0,5	1	1,5	13	21	34	6,94
10º	227	ROSANGELA CARDOSO BONETTI	0,5	1	1,5	13	21	34	6,94
11º	320	ROSELI EUGENIO LOPES	0,5	1	1,5	14	20	34	6,94
12º	232	ELISANGELA DE MEDEIROS DOS SANTOS	0,5	1	1,5	14	20	34	6,94
13º	127	CRISTIANE ALAMINI ZANETTE FERNANDES	0,5	1	1,5	15	19	34	6,94
14º	155	DAIANA CANDIDO DA SILVEIRA MINATTO	0,5	1	1,5	15	19	34	6,94
15º	68	IODETE SARTOR FABRIS	0,5	1	1,5	16	18	34	6,94
16º	325	PATRICIA VIEIRA MONTINI DALLA LANA	0,5	1	1,5	16	18	34	6,94
17º	1005	MARIA ISABEL FERNANDES	0	1	1	17	20	37	6,92
18º	64	ELIZETE NUNES DA ROSA	0,5	1	1,5	11	22	33	6,78
19º	238	PATRICIA REINERT SIQUEIRA	0,5	1	1,5	13	20	33	6,78
20º	126	ROSILEIA DE CARVALHO VACA	0,5	1	1,5	14	19	33	6,78
21º	906	VIVIANE MAFIOLETTI	0,5	1	1,5	14	19	33	6,78
22º	504	JANAINA PREIS DA SILVA MOTTA	0,5	1	1,5	14	19	33	6,78
23º	219	ROSANGELA FERNANDES CABRAL RODRIGUES	0,5	1	1,5	15	18	33	6,78
24º	518	LUCIANE IGNACIA	0	1	1	14	22	36	6,76
25º	384	MARIA APARECIDA ARAUJO CESARIO	0,5	1	1,5	13	19	32	6,62
26º	340	LUCIANA DONDOSSOLA	0,5	1	1,5	13	19	32	6,62
27º	455	MARIA APARECIDA FEIFARICK	0,5	1	1,5	14	18	32	6,62
28º	114	VANDERLEIA IZE MARANGONI	0,5	1	1,5	15	17	32	6,62
29º	94	ALEXANDRA COLOMBO DE SOUZA	0,5	1	1,5	9	22	31	6,46
30º	298	CRISTIANE PASINI MELLER DE BONA	0,5	1	1,5	10	21	31	6,46

31º	492	ROSANEA DA SILVA CAVALER	0,5	1	1,5	11	20	31	6,46
32º	305	SIMONE GARCIA CONCEIÇÃO DE SÁ	0,5	1	1,5	12	19	31	6,46
33º	168	ADRIANA DE ANDRADE DA SILVA	0,5	1	1,5	14	17	31	6,46
34º	570	DIRLEINE PICKLER PINHEIRO	0,5	1	1,5	14	17	31	6,46
35º	1185	ANDREA CANANI AGUIAR	0	1	1	14	20	34	6,44
36º	617	DEJANE MONTEIRO DE RESENDE	0	1	1	14	20	34	6,44
37º	276	CRISTIANE VAZ FRANCO LOPES	0,5	1	1,5	10	20	30	6,30
38º	402	FERNANDA MAZUCHELI GUIDI	0,5	1	1,5	10	20	30	6,30
39º	843	SILVIA MAIHARA TARTARI PEDROSO	0,5	1	1,5	10	20	30	6,30
40º	49	MARILIA SILVEIRA ARNS HOMEN	0,5	1	1,5	10	20	30	6,30
41º	228	GISLAINE MARIA DANIEL STEFENETI	0,5	1	1,5	11	19	30	6,30
42º	523	LUCIANA TRAMONTIN GONÇALVES	0,5	1	1,5	11	19	30	6,30
43º	1069	LUANA HOEPERS	0,5	1	1,5	13	17	30	6,30
44º	393	ERICA FELTRIN	0	0,2	0,2	17	21	38	6,28
45º	371	ALANA BARBOSA FERREIRA CYPRIANO	0	1	1	13	20	33	6,28
46º	11	ELESSANDRA MEDIANEIRA OLIVEIRA DIAS	0	1	1	14	19	33	6,28
47º	540	MAIARA CECHELLA DEMETRIO	0	1	1	15	18	33	6,28
48º	465	RODI FORTUNATO ROSA	0,5	1	1,5	10	19	29	6,14
49º	532	DANIELA FIGUEIREDO DOS SANTOS HENRIQUE	0,5	1	1,5	10	19	29	6,14
50º	789	ROSANIA FERREIRA ALANO	0,5	1	1,5	10	19	29	6,14
51º	641	SANAI MEZARI PREIS	0,5	1	1,5	11	18	29	6,14
52º	106	LADIR CORNEO SARTOR	0,5	1	1,5	12	17	29	6,14
53º	450	ELISANGELA NETO FENALI	0,5	1	1,5	12	17	29	6,14



54º	764	GORETE SAVI		0,5	1	1,5	12	17	29	6,14
55º	964	JANAINA BENINCA MACHADO		0,5	1	1,5	12	17	29	6,14
56º	30	ROSIMARE TEIXEIRA PICOLO		0,5	1	1,5	13	16	29	6,14
57º	66	SIMONE ISIDORO INACIO		0	1	1	11	21	32	6,12
58º	1094	VELANIA DE SOUZA LODETTI		0	1	1	11	21	32	6,12
59º	1192	VIVIANE CARDOSO		0	1	1	11	21	32	6,12
60º	665	MORGANA DE OLIVEIRA		0	1	1	13	19	32	6,12
61º	515	SUZANA ROSSO		0	1	1	13	19	32	6,12
62º	840	ERNESTA SILVEIRA MANENTI		0,5	0	0,5	14	21	35	6,10
63º	786	LUCINARA TRAMONTIN		0,5	1	1,5	7	21	28	5,98
64º	506	ALVANICE TEREZINHA MINATTO AMBONI		0,5	1	1,5	9	19	28	5,98
65º	381	MARILEIA SEHNEM GHISLERI		0,5	1	1,5	9	19	28	5,98
66º	522	JOANA VALERIA ESPINDOLA CUSTODIA		0,5	1	1,5	9	19	28	5,98
67º	387	MARGARETI RODRIGUES SIMON		0,5	1	1,5	10	18	28	5,98
68º	803	TAMARA DIAS VITÓRIO MARTINHO		0,5	1	1,5	11	17	28	5,98
69º	365	ELIZIANE MACHADO		0,5	1	1,5	11	17	28	5,98
70º	336	BEATRIZ EYNG JOCHEN DE OLIVEIRA		0,5	1	1,5	11	17	28	5,98
71º	96	GISELI FELISBERTO MANIQUE BARRETO MARTINS		0,5	1	1,5	11	17	28	5,98
72º	255	DIRLEI APARECIDA GOMES FERREIRA MARTINS		0,5	1	1,5	12	16	28	5,98
73º	535	EDILAINE MACHADO		0,5	1	1,5	12	16	28	5,98
74º	307	CINTHIA PRISCILA RIBEIRO WERDUM		0,5	1	1,5	13	15	28	5,98
75º	841	IZABEL SILVEIRA MARCELLO		0,5	1	1,5	14	14	28	5,98
76º	180	ELIZETE MARIA FERNEDA		0	1	1	12	19	31	5,96

77º	850	JULIANA RECH		0	1	1	12	19	31	5,96
78º	829	VALDETE GONCALVES		0	1	1	13	18	31	5,96
79º	639	TATIANE DE OLIVEIRA DA SILVA		0	1	1	15	16	31	5,96
80º	425	CRISTINA VIEIRA MACHADO DE LIMA		0,5	1	1,5	9	18	27	5,82
81º	983	ALBERTINA RAQUEL DIAS		0,5	1	1,5	10	17	27	5,82
82º	1117	EDINEIA DA ROSA CUNHA		0	1	1	9	21	30	5,80
83º	794	ANDRÉIA GABRIEL DUARTE		0	1	1	10	20	30	5,80
84º	146	ANA PAULA TEIXEIRA ROCHA		0	1	1	13	17	30	5,80
85º	723	JANAINA JUST VIEIRA		0	1	1	13	17	30	5,80
86º	801	ANA CRISTINA CASAGRANDE MARTINS MARIOTI		0	1	1	13	17	30	5,80
87º	1023	ALINE NOGUEIRA MARQUES		0	1	1	13	17	30	5,80
88º	391	JOSIANE MONDARDO MILANESI		0	1	1	15	15	30	5,80
89º	50	RAFAELA FORGIARINI		0	1	1	15	15	30	5,80
90º	243	MARAISA MEDEIROS		0	0	0	15	21	36	5,76
91º	861	JANE KATE RONCHI SPADER DA ROCHA		0,5	0,4	0,9	12	18	30	5,70
92º	502	MARIA APARECIDA MOTA STEINER		0,5	1	1,5	8	18	26	5,66
93º	507	PATRICIA DE OLIVEIRA		0,5	1	1,5	10	16	26	5,66
94º	1154	FABIANA DA SILVA		0,5	1	1,5	10	16	26	5,66
95º	793	NEUSA VALFRIDE SCHIMIDT RABELLO		0,5	1	1,5	11	15	26	5,66
96º	481	SELMA MORAES DE OLIVEIRA BITENCOURT		0	1	1	9	20	29	5,64
97º	116	CARINA MANIQUE FERNANDES		0	1	1	9	20	29	5,64
98º	920	MARICEL ADRIANA SOUZA		0	1	1	10	19	29	5,64
99º	555	ADRIANA APARECIDA CAETANO DE OLIVEIRA		0	1	1	11	18	29	5,64

100º	447	RITA DE CASSIA WURDIG MAXIMO	0	1	1	11	18	29	5,64
101º	796	LUCIANA DE OLIVEIRA LEANDRO	0	1	1	11	18	29	5,64
102º	134	MICHELE MONTEIRO DE MATTIA	0	1	1	11	18	29	5,64
103º	1125	FABIANA CAETANA FELISBERTO	0	1	1	12	17	29	5,64
104º	521	PRISCILA ARTISMO PINTO	0	1	1	12	17	29	5,64
105º	557	CLAUDINEIA FERREIRA RABELO	0	1	1	14	15	29	5,64
106º	1017	ROSANE DIAS DA SILVA	0,5	1	1,5	9	16	25	5,50
107º	784	ROSILETE DA SILVA MARCOLINO CARDOSO	0,5	1	1,5	9	16	25	5,50
108º	74	ROSANE DA ROSA	0,5	1	1,5	9	16	25	5,50
109º	364	TACIANI PERITTO BATISTA	0,5	1	1,5	10	15	25	5,50
110º	951	MICHELE BIF MELLER	0,5	1	1,5	13	12	25	5,50
111º	348	ANGELA MARIA MACHADO SAGRILLO FURTADO	0	1	1	9	19	28	5,48
112º	55	MILENE JUNIOR CRISPIM	0	1	1	9	19	28	5,48
113º	1081	ELIANA DE BITHENCOURT	0	1	1	11	17	28	5,48
114º	199	MAURA LUCIA CHAVEIRO RAMOS	0	1	1	11	17	28	5,48
115º	1179	ROSIMARI ESPINDOLA	0	1	1	11	17	28	5,48
116º	1193	VANUZA MARTINS DA SILVA RAMOS	0	1	1	11	17	28	5,48
117º	1155	ROSANGELA PATRICIO MARCOS	0,5	0,8	1,3	9	17	26	5,46
118º	1006	ADRIANA FIGUEIREDO CONTE	0	0	0	14	20	34	5,44
119º	830	ANA KARINA PERUCHI SEHNEM	0	1	1	7	20	27	5,32
120º	1124	KARINE CAETANA FELISBERTO HEINRICHSON	0	1	1	10	17	27	5,32
121º	526	ROSILEA BITENCOURT MARTINS	0	1	1	11	16	27	5,32
122º	761	MARCIA DA SILVA TOMAZ FELIX	0	1	1	7	19	26	5,16

123º	448	PATRICIA CARDOSO FRAGA	0	1	1	10	16	26	5,16
124º	479	JAQUELINE DA SILVA TEIXEIRA DOS SANTOS	0	1	1	11	15	26	5,16
125º	446	TECLA COLONETTI RIBEIRO	0	1	1	11	15	26	5,16
126º	427	HILDA GUGLIELMI DAROS	0	1	1	12	14	26	5,16
127º	1158	MISLAINE MELO LIMA	0	1	1	12	14	26	5,16
128º	260	CLEIZA MOTTA SPERFELD JOMES	0	1	1	12	14	26	5,16
129º	851	CLAUDIA DOS SANTOS JOSE	0	1	1	12	14	26	5,16
130º	212	ELIETE ROSSO GASPAR	0	0	0	13	19	32	5,12
131º	747	SUSAN CARLA RODRIGUES	0	0	0	14	18	32	5,12
132º	849	MARIANA MONTOVANI MANARIN MONTEIRO	0	0	0	15	17	32	5,12
133º	1002	KARINE BATISTA VICENTE	0	0	0	17	15	32	5,12
134º	811	SANDRA CARLOS BONETTI	0	1	1	9	16	25	5,00
135º	966	JUCIANE CRISTINA DA SILVA NICOSKI	0	1	1	12	13	25	5,00
136º	990	SARA ESTEFANIA RONCHI ZAPELINI	0	0	0	11	20	31	4,96
137º	663	DAIANE DONDOSSOLA	0,5	0	0,5	9	16	25	4,50
138º	178	LISIANE BORTOLIN VALGA MESSAGGI	0	0	0	12	16	28	4,48
139º	1171	RENATA RONCHI ANTERO	0	0	0	12	14	26	4,16
140º	514	LIZANDRA DE LUCCA BONGIOLO DA SILVEIRA	0,5	0	0,5	9	13	22	4,02
141º	836	JAQUELINE NAZARIO PACHECO	0	0	0	10	15	25	4,00
142º	942	DAMIANE TANIA PACHECO	0	0	0	11	14	25	4,00

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

Nº da	NOME	Pontuação Prova Títulos				Pontuação Prova Objetiva			Nota Final
		Mês-trado	Pós	Curso Aperf.	Total	CG	CE	Total	



1º	623	SANDRA REGINA MANOEL		0	1	1	19	22	41	7,56
2º	611	MARIA LUIZA FERRARI MELLER		0,5	1	1,5	14	21	35	7,10
3º	341	MARIA LIBERACI MOTTA BRISTOT		0,5	1	1,5	13	20	33	6,78
4º	258	RITA DE CASSIA DE SOUZA DA ROSA		0,5	1	1,5	14	19	33	6,78
5º	159	TEREZA IGNACIA VITORINO		0,5	1	1,5	12	20	32	6,62
6º	769	SUELEN DA CONCEIÇÃO GOMES		0	1	1	19	16	35	6,60
7º	280	JOSIANE EUGENIO PEREIRA		0	1	1	14	20	34	6,44
8º	895	TAIS AGDA DA ROSA		0	1	1	9	24	33	6,28
9º	776	MARILEIA PREIS DE FAVERI		0,5	1	1,5	13	16	29	6,14
10º	1011	SONIA REGINA ALAMINI		0,5	1	1,5	14	14	28	5,98
11º	259	FATIMA ZENILDA DAL TOE IGNACIO		0,5	1	1,5	12	15	27	5,82
12º	944	MARIANA RONCHI		0	1	1	14	16	30	5,80
13º	800	ZENIR DALPONTE WARMLING		0,5	1	1,5	9	17	26	5,66
14º	631	ENIVANIA RODRIGUES		0,5	1	1,5	9	17	26	5,66
15º	860	ROSIMERE TEREZINHA RAMPINELLI DALEFFE PEREIRA		0	1	1	14	15	29	5,64
16º	894	LUCIANA VIEIRA		0	0	0	19	13	32	5,12
17º	871	MARIA HELENA CASAGRANDE		0	1	1	9	16	25	5,00

5º	1127	MIRIAM STUPP SERAFIM		0,5	1	1,5	14	20	34	6,94
6º	541	ALEXSANDER PERITO		0	1	1	14	23	37	6,92
7º	397	LUCIANA VENSON GONÇALVES		0,5	1	1,5	14	18	32	6,62
8º	105	BIANCA NERES DOS SANTOS RAMOS		0	1	1	12	22	34	6,44
9º	319	JOICE DA SILVA MATTOS		0	1	1	14	20	34	6,44
10º	122	EVERSON SEMLER MATIAS		0	1	1	14	18	32	6,12
11º	1148	DANIELA KARINE DOS SANTOS ACORDI		0	0,6	0,6	14	20	34	6,04
12º	987	DEVAIR SERAFIM BORGES		0	1	1	12	19	31	5,96
13º	707	GESIEL DA SILVEIRA GONCALVES		0	0	0	14	23	37	5,92
14º	549	JEFFERSON LUIS DE AZEREDO		0	0	0	16	21	37	5,92
15º	1144	NADIA SIMONE RAMIRO		0,5	0,7	1,2	11	17	28	5,68
16º	499	MARIA JOSE NANDI FLORENCIO NAZARIO		0	1	1	13	16	29	5,64
17º	120	JOSE MIR ALCIONI CARDOSO		0	0,4	0,4	13	19	32	5,52
18º	377	DAIANE MARTINS		0	1	1	11	16	27	5,32
19º	277	ADELICE CORREA DOS SANTOS		0,5	0	0,5	9	18	27	4,82
20º	559	GIZELIA DE FIGUEREDO DA SILVA		0	0	0	11	16	27	4,32
21º	1051	SAMIRA ROUSSENG DE FARIAS		0	0	0	10	16	26	4,16

## PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO

	Nº da	NOME	Pontuação Prova Títulos				Pontuação Prova Objetiva			Nota FINAL
			Mês-trado	Pós	Curso Aperf.	Total	CG	CE		
1º	538	ROSILENE VIANA		0,5	1	1,5	17	22	39	7,74
2º	537	FABIANA DAGOSTIN STOLK		0,5	1	1,5	13	22	35	7,10
3º	152	JAQUELINE FABRIS COLONETTI		0,5	1	1,5	15	20	35	7,10
4º	524	RODRIGO ANTONIO MATTOS		0	1	1	18	20	38	7,08

## PSICOLOGO

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1	577	EDUARDO JOSE DE SOUZA	22	16	38	7,6
2	882	JADNA DE STEFANI MILIOLI	17	19	36	7,2
3	702	TATIANE GOMES NAZARIO	19	16	35	7
4	881	ANA PAULA D'ALTOÉ GARBELOTTO	19	16	35	7
5	754	THAISE DE OLIVEIRA	21	14	35	7
6	536	JULIO CESAR SILVANO BITTENCOURT	21	14	35	7
7	666	JALILA MUSA RAHMAN	19	15	34	6,8



8	318	JANINE MOREIRA	18	15	33	6,6
9	329	ISMAEL FERREIRA	18	15	33	6,6
10	248	MARIA AUGUSTA BIAVA DOS SANTOS	18	15	33	6,6
11	449	ISABEL CLEMES DA SILVA	13	19	32	6,4
12	815	ANDREIA SHARON SALOMAO NETTO	14	18	32	6,4
13	868	HEMELINI HUGEN COLOMBO	16	16	32	6,4
14	770	HUGO DANIEL DA SILVA	20	12	32	6,4
15	1044	GRAZIELA PAVEI PERUCH ROSSO	20	12	32	6,4
16	357	FABIO COSSA DE SOUZA	15	16	31	6,2
17	356	ANA PAULA FRASSON DOS SANTOS	15	16	31	6,2
18	333	REGIS QUADROS DA SILVA	16	15	31	6,2
19	1147	CAROLINA CAMPOS DOS SANTOS	16	15	31	6,2
20	865	PRISCILA DAROS MELO	19	12	31	6,2
21	140	NADIR KULKAMP TIBES DA SILVA	16	14	30	6
22	328	ALESSANDRA SIMONI	16	14	30	6
23	937	SORAIA MARCOMIN RABELO	18	12	30	6
24	422	ROSANA BROGNI RAMPINELLI	13	16	29	5,8
25	816	MIRIAM FERNANDES	15	14	29	5,8
26	1184	GEISE RECCHIA	15	14	29	5,8
27	804	SIMONARA JULIANA MENSCH	15	14	29	5,8
28	78	GIOVANA APARECIDA MEZZARI	15	14	29	5,8
29	35	PAULA SPILERE MANGILI	15	14	29	5,8
30	210	JOSIANE LUZIA SCUSSEL	16	13	29	5,8
31	420	MARILEI VIEIRA	17	12	29	5,8
32	519	KARINA DA ROSA KAMINSKI	17	12	29	5,8
33	362	MANUELA DA ROCHA CORREA	17	12	29	5,8
34	547	GABRIELA MACIEL ALVES	11	17	28	5,6
35	544	LUCIANA VIEIRA DE OLIVEIRA DE LEO	14	14	28	5,6
36	164	SOLANGELA BORDIGNON MEZZARI	15	13	28	5,6
37	383	CAMILA SPILLERE BUSARELLO	15	13	28	5,6
38	177	GISELI MESSAGGI	10	17	27	5,4
39	539	JOSEANE NAZARIO	11	16	27	5,4
40	169	GISELI PAZINI	12	15	27	5,4
41	135	ALINE MARQUES	12	15	27	5,4
42	693	GIOVANI FURLANETTO	13	14	27	5,4
43	165	KARINA KESTERING FELISBERTO	13	14	27	5,4
44	370	DANIELA ROSA ANDRADE	13	14	27	5,4

45	795	ANALICE GOULART	14	13	27	5,4
46	7	SAMIRA TISCOSKI CORNEO	14	13	27	5,4
47	915	FERNANDA SERAFIM FELISBINO	15	12	27	5,4
48	194	KELEN DESTRO GENUINO	15	12	27	5,4
49	593	CARLA ARNS	16	11	27	5,4
50	985	CARINI CESA DE SOUZA	11	15	26	5,2
51	444	SILVIA BATISTA VON BOROWSKI	11	15	26	5,2
52	632	PATRICIA VIEIRA SIMIANO	12	14	26	5,2
53	8	NOELI SAVI WESTRUP	12	14	26	5,2
54	642	ANA DE SOUZA SOCCAS SAZAN	14	12	26	5,2
55	398	CRISTINA ROSSA PEREIRA	15	11	26	5,2
56	103	EVA ZEFERINO GARLINI	9	16	25	5
57	750	VIVIAN FERNANDES AVILA	12	13	25	5
58	400	ALESSANDRA DE SOUZA MARTINS	12	13	25	5
59	1204	SUZANA PIROLA VASSOLER CAVALER	13	12	25	5
60	934	MICHELE MARIA PACHECO FOGGIATTO	13	12	25	5
61	598	ROSA DE LIMA DUTRA	14	11	25	5
62	1201	MARIA LUIZA ESPINDOLA CAMPOS	14	11	25	5

## TECNICO EM HIGIENE DENTAL

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1	224	PATRICIA AMANDIO FLORIANO	13	19	32	6,4
2	163	MARIA LUIZA CALEGARI DE MEDEIROS	15	17	32	6,4
3	14	ROZANA RONCHI DE ASSIS	12	17	29	5,8
4	56	ANDREZA FERNANDES DAGOSTIM DE SOUZA	10	18	28	5,6
5	179	FERNANDA PERUCHI DA SILVA	11	17	28	5,6
6	162	FRANCIELE DE MEDEIROS CECHINEL	14	14	28	5,6
7	880	GRAZIELE LUMMERTZ DAL MOLIN	10	17	27	5,4
8	491	ROSIMEIRE DE JESUS VICENTE	9	17	26	5,2
9	660	SILVANIA OLIVEIRA PALADINI	9	16	25	5
10	282	SILVIA FERNANDES LANGER JUNKES	10	15	25	5
11	936	SUELEN GOULART MULLER	12	13	25	5

## TÉCNICO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	





1	592	RAFAEL FONTENA AITA	14	15	29	5,8
2	528	MARCIEL COLOMBO MARTINS	12	15	27	5,4
3	353	LUIZ CARLOS MARCOLINO	13	14	27	5,4
4	1153	JOÃO ROBERTO SEVERINO	12	13	25	5

## TELEFONISTA

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1	542	FERNANDA AMBONI COLONETTI	24	22	46	9,2
2	996	PATRICIA SCHARDOSIM SIMAO	22	21	43	8,6
3	1008	NATALIA RITTER	22	16	38	7,6
4	778	KATIA URBANO GONCALVES	19	18	37	7,4
5	1120	EDILANE BORGES DE SOUZA	21	16	37	7,4
6	571	VALERIA PICCOLO DE OLIVEIRA	14	21	35	7
7	1004	PAMELA ROOS HUNTER PEREIRA	16	19	35	7
8	246	FERNANDA PEREIRA	17	18	35	7
9	1172	JAMARA MONTEIRO DA CUNHA	14	20	34	6,8
10	950	JOZIANI TROMBIM	15	19	34	6,8
11	698	LUANA CACIANO FELIX	16	18	34	6,8
12	417	JESSICA DAL TOE	17	17	34	6,8
13	505	ANA PAULA AMBONI	15	18	33	6,6
14	351	KELI GRAZIELA MANOEL VIEIRA MARTINS	16	17	33	6,6
15	1110	MARIANA GUIDARINI MILANEZ	16	17	33	6,6
16	1145	FERNANDA DAMINELLI	17	16	33	6,6
17	853	ROSIMERI MIZEESKI	18	15	33	6,6
18	846	CLEOPATRA ZANETTE MACHADO	12	20	32	6,4
19	689	CAMILA CARDOSO BORGES	13	19	32	6,4
20	279	LIDIANE DE OLIVEIRA	14	18	32	6,4
21	638	MICHELE FELISBERTO	14	18	32	6,4
22	435	JAQUELINE DE CAMPOS OLIVEIRA	15	17	32	6,4
23	1025	ELAINE KAMMER	16	16	32	6,4
24	225	ROSANGELA NAZARIO	17	15	32	6,4
25	958	LUANA SILVEIRA PEREIRA	17	15	32	6,4
26	904	ALINE TEIXEIRA MAFEI	12	19	31	6,2
27	817	FABIANA ROSA	15	16	31	6,2
28	873	ELIZANDRA BERETTA	15	16	31	6,2
29	1116	DANIELA FARACO PERUCHI	15	16	31	6,2
30	831	DEYSE LOCATELLI DA SILVA	15	16	31	6,2

31	301	ALEXSANDRA APARECIDA IZE	16	15	31	6,2
32	267	CLAUCILENE BATISTELA BUSS	16	15	31	6,2
33	119	NILMA FERNANDES	13	17	30	6
34	977	JESSICA MICHELS DA ROCHA	14	16	30	6
35	766	GISELI DA ROSA SERAFIM	10	19	29	5,8
36	185	DIANA TEIXEIRA JUSTINO	12	17	29	5,8
37	128	MARIANE ROCHA NIEHUES	12	17	29	5,8
38	628	SILVANA BUZANELO MILANEZ SPADER	13	16	29	5,8
39	289	DANIELA MASIERO VITALI	13	16	29	5,8
40	681	ADRIANA MARTINS	14	15	29	5,8
41	721	ELEN CRISTINA PARIS MIRANDA	12	16	28	5,6
42	256	MARIA ZELI FABRIS VIEIRA	13	15	28	5,6
43	706	MARINALVA DA SILVA	13	15	28	5,6
44	1199	RAQUEL LUIZ	13	15	28	5,6
45	1061	DAIANE MANDELLI	14	14	28	5,6
46	349	EDILENE LOCH CARDOSO	15	13	28	5,6
47	762	SANTINA DA SILVA GONÇALVES	12	15	27	5,4
48	2	KATIA FLORENTINO JUNKES	12	15	27	5,4
49	367	JULIANA RICKEN KAMMER	9	17	26	5,2
50	360	SARON MAXIMIANO NAZARENO	11	15	26	5,2
51	863	KATIA SILENE UBIALI RICKEN	12	14	26	5,2
52	900	ALINE ROMAO SCUSSEL	11	14	25	5
53	201	ROSALI NEGREIROS DE OLIVEIRA	12	13	25	5
54	294	JUCINEIA SERAFIM	12	13	25	5
55	826	CINTIA MOTA DA BOIT	12	13	25	5
56	962	CINTHIA VIVIANA GRIGIO VIVANCO	12	13	25	5

## VIGIA

Classificação	Nº da Inscrição	NOME	Nº acertos Prova Objetiva			Nota FINAL
			CG	CE	Total	
1	633	PAULO ROBERTO PEREIRA	18	24	42	8,4
2	755	MARINO GONÇALVES	18	23	41	8,2
3	648	HELENA JULIANA SYMONE BORGES	16	23	39	7,8
4	898	CICERO ALEXANDRE ALVES LIMA	16	23	39	7,8
5	261	ANTONIO GONÇALVES DE FREITAS	14	23	37	7,4
6	736	FRANCO CARLOS BECKER	14	23	37	7,4
7	758	ROBERT DUBRAIR TAMIOKA	15	22	37	7,4
8	173	DAIANE MOREIRA LIRA DA SILVA	15	22	37	7,4



9	61	MARIVALDO FELIX	12	24	36	7,2
10	1156	FABIANO DE OLIVEIRA	12	24	36	7,2
11	601	REGINALDO JUNKES	13	23	36	7,2
12	1168	TARCISIO DE SOUZA DA SILVA	14	22	36	7,2
13	1104	JOÃO BATISTA LOPES	11	24	35	7
14	668	DAIANA BORGES	11	24	35	7
15	42	ISAURO ANTONI SANGALETTI	12	23	35	7
16	313	DENILSON MARIA LUIZA	12	23	35	7
17	76	FLAVIO TEIXEIRA	13	22	35	7
18	23	EDEGAR MINATTO SCARSI – Portador de Necessidades Especiais	14	21	35	7
19	6	DIJALMA JOSE DE LIMA LOURENÇO	12	22	34	6,8
20	327	MICHEL DA SILVA BARROS	12	22	34	6,8
21	87	CLEMAR DA SILVA CRISTIANO	11	22	33	6,6
22	330	RICHARDI FERREIRA NAZARIO	11	22	33	6,6
23	352	NEIVA APARECIDA FIDELIS LUCIO – Portador de Necessidades Especiais	12	21	33	6,6
24	685	HENRIQUE GONCALVES	13	20	33	6,6
25	216	EVERALDO ENCK	14	19	33	6,6
26	27	JOSE ROBERTO HOEPERS	9	23	32	6,4
27	959	FERNANDO RABELO	11	21	32	6,4
28	62	ANDERSON CORAL FAGUNDES	13	19	32	6,4
29	463	ADRIANO ROCHA SUKENSKI	11	20	31	6,2
30	569	ALESSANDRO DA SILVA	12	19	31	6,2
31	187	IVONIR CLEMES	11	19	30	6
32	291	JOSE ROBERTO DO NASCIMENTO JULIÃO	14	16	30	6
33	1013	JOSE LUIZ SILVA	7	22	29	5,8
34	667	SUZANA BORGES	8	21	29	5,8
35	81	JOZEMIR SELVINO MACAN	6	22	28	5,6
36	679	IVAN DE SOUZA	8	20	28	5,6
37	610	DEIVIT JANIO COLONETTI	7	20	27	5,4
38	143	JOÃO MATUANI FABRIS	8	19	27	5,4
39	85	VALDIR FIGUEREDO	9	17	26	5,2

Forquilha/SC, 22 de dezembro de 2009.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

## Garopaba

### Prefeitura Municipal

#### Lei N.º 1.371/2009

LEI N.º 1.371, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA O ARTIGO N.º 46, DA LEI MUNICIPAL N.º 255/87, QUE "INSTITUI O PLANO DIRETOR FÍSICO TERRITORIAL URBANO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, ESTADO DE SANTA CATARINA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 46, Lei Municipal n.º 255/87, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 46. Nesta Zona as edificações terão no máximo 2 (dois) pavimentos.

§ 1º. Nos terrenos abaixo do nível da rua o subsolo será computado como pavimento.

§ 2º. Nos terrenos a nível superior a rua, as obras terão 2 (dois) pavimentos contando com o subsolo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 9º, Lei Municipal n.º 729/2001.

Garopaba, 21 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA  
Secretária de Administração em Exercício

#### Decreto N.º 159/2009

DECRETO N.º 159, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 8.719,10 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.274 de 04/12/2008 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 8.719,10 (oito mil setecentos e dezenove reais e dez centavos) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	8.719,10
12361282.018 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	8.719,10
33.50.0.1.15.000050 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	8.719,10

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 8.719,10 (oito mil setecentos e dezenove reais e dez centavos), correrão por conta do Excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Garopaba, 23 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/12/2009, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária de Administração em Exercício

#### **Portaria N.º 655/2009**

PORTARIA N.º 655, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato EDINEI JOSÉ VIEIRA, CPF n.º 868.594.719-72, aprovado e classificado como 1º colocado, no Concurso Público 0001/2009, homologado em 08 de dezembro de 2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO EM CONTABILIDADE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei Municipal n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar tarefas de natureza contábil e financeira, envolvendo cálculos, registros, e outros serviços em setor de contabilidade, tesouraria e tributação, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se e comunique-se

#### **Portaria N.º 656/2009**

PORTARIA N.º 656, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato FABIO DE SOUZA, CPF n.º 042.964.809-01, aprovado e classificado como 1º colocado, no Concurso Público 0001/2009, homologado em 08 de dezembro de 2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de CONTADOR.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de organizar e dirigir os serviços de contabilidade, supervisionando sua execução e participação de acordo com as exigências legais e administrativas, visando obter os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação patrimonial e financeira, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se e comunique-se

#### **Portaria N.º 658/2009**

PORTARIA N.º 658, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato RAFAEL DE SOUZA, CPF n.º 044.230.219-35, aprovado e classificado como 2º colocado, no Concurso Público 0001/2009, homologado em 08 de dezembro de 2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de CONTADOR.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de organizar e dirigir os serviços de contabilidade, supervisionando sua execução e participação de acordo com as exigências legais e administrativas, visando obter os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação patrimonial e financeira, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se e comunique-se

## Herval d'Oeste

### Prefeitura Municipal

**Portaria Nº 918/2009**

PORTARIA Nº 918/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Tornar sem efeito a Portaria Nº 901/2009, a qual prorroga os efeitos da Portaria Nº 269/2009, da Servidora ELIANE BONATTO DEMBINSKI ALVES (Matr. 3000), contratada em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 2/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 919/2009**

PORTARIA Nº 919/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 269/2009, a qual contrata a Servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR (Matr. 3000), em caráter temporário para ocupar o cargo de Professor, Nível – 2/A, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001, até 05 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

## Luzerna

### Prefeitura Municipal

**Decreto 1172**

DECRETO Nº 1172 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 21 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

**DECRETA:**

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurado até 18 de dezembro de 2009, na Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) e na Fonte 22 - Transferências de Convênio Educação, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído as seguintes classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 08.0801.12.361.0031.2028 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica) .....R\$ 8.500,00  
Detalhamento dos Recursos - 000000 - Sem detalhamento de recursos  
Atividade - 08.0801.12.361.0031.2029 - Transporte Escolar  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 22 - Transferências de Convênio Educação .....R\$ 9.100,00  
Detalhamento dos Recursos - 000055 - Transferência de Convênios do Estado

TOTAL SUPLEMENTADO .....R\$ 17.600,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

**Extrato Portaria 189/09**

Portaria nº 189/09 de 18/12/09 - "Prorroga licença sem vencimento de servidora que especifica" (ELMA CECÍLIA ETGES, em licença sem vencimento concedida pelo período de 10/02/09 a 18/12/09, até 17/12/20010).

**Extrato de Contrato Nº: pml.003.09 - Terceiro Termo Aditivo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.003.09 - Terceiro Termo Aditivo  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: TRANSPORTES NITZ LTDA  
OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a dotação e por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, prorrogar a vigência de 31 de dezembro de 2009 para 31 de dezembro de 2010, alterando assim, as Cláusulas Terceira e Nona do Contrato pml.003.09.

**DOTAÇÕES:**

Conta: 08.0801.12.361.0031.2031  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS - Outras Despesas Correntes  
Elemento: 3.3.90.39.26 - Transporte Escolar  
Reduzido: 055  
Fonte 00 - Recursos Ordinários  
Fonte 19 - Transferência do FUNDEB/FUNDEF (aplicação em outras despe-



sas da Educação Básica)  
Fonte 22 - Transferência de Convênio da Educação  
Fonte 58 - Salário Educação  
Fonte 61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE

Luzerna(SC), 21 de dezembro de 2009.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

LAURI NITZ  
TRANSPORTES NITZ LTDA  
CONTRATADA

#### **Extrato de Contrato N°: pml.004.09 - Terceiro Termo Aditivo**

EXTRATO DE CONTRATO N°: pml.004.09 - Terceiro Termo Aditivo  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: EMPRESA JOACABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a dotação e por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, prorrogar a vigência de 31 de dezembro de 2009 para 31 de dezembro de 2010, alterando assim, as Cláusulas Terceira e Nona do Contrato pml.004.09.

##### **DOTAÇÕES:**

Conta: 08.0801.12.361.0031.2031  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS - Outras Despesas Correntes  
Elemento: 3.3.90.39.26 - Transporte Escolar  
Reduzido: 055  
Fonte 00 - Recursos Ordinários  
Fonte 19 - Transferência do FUNDEB/FUNDEF (aplicação em outras despesas da Educação Básica)  
Fonte 22 - Transferência de Convênio da Educação  
Fonte 58 - Salário Educação  
Fonte 61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE  
Luzerna(SC), 21 de dezembro de 2009.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

EITOR HOPPEN  
EMP.JOACABENSE TRANSP.COLETIVOS LTDA  
CONTRATADA

#### **Extrato de Contrato N°: pml.005.09 - Segundo Termo Aditivo**

EXTRATO DE CONTRATO N°: pml.005.09 - Segundo Termo Aditivo  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: AUTO PEÇAS ZECA ME

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a dotação e por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, prorrogar a vigência de 31 de dezembro de 2009 para 31 de dezembro de 2010, alterando assim, as Cláusulas Terceira e Nona do Contrato pml.005.09.

##### **DOTAÇÕES:**

Conta: 08.0801.12.361.0031.2031  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS - Outras Despesas Correntes  
Elemento: 3.3.90.39.26 - Transporte Escolar  
Reduzido: 055

Fonte 00 - Recursos Ordinários  
Fonte 19 - Transferência do FUNDEB/FUNDEF (aplicação em outras despesas da Educação Básica)  
Fonte 22 - Transferência de Convênio da Educação  
Fonte 58 - Salário Educação  
Fonte 61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE

Luzerna(SC), 21 de dezembro de 2009.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SÉRGIO FIORIN  
AUTO PECAS ZECA LTDA-ME  
CONTRATADA

#### **Extrato de Contrato N°: pml.006.09 - Terceiro Termo Aditivo**

Extrato:  
EXTRATO DE CONTRATO N°: pml.006.09 - Terceiro Termo Aditivo  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: TRANSPORTES LUZERNA LTDA ME

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a dotação e por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, prorrogar a vigência de 31 de dezembro de 2009 para 31 de dezembro de 2010, alterando assim, as Cláusulas Terceira e Nona do Contrato pml.006.09.

##### **DOTAÇÕES:**

Conta: 08.0801.12.361.0031.2031  
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
Projeto/Atividade: Transporte Escolar  
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS - Outras Despesas Correntes  
Elemento: 3.3.90.39.26 - Transporte Escolar  
Reduzido: 055  
Fonte 00 - Recursos Ordinários  
Fonte 19 - Transferência do FUNDEB/FUNDEF (aplicação em outras despesas da Educação Básica)  
Fonte 22 - Transferência de Convênio da Educação  
Fonte 58 - Salário Educação  
Fonte 61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE

Luzerna(SC), 21 de dezembro de 2009.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

AUGUSTINHO DE SÁ  
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME  
CONTRATADA

#### **Extrato de Contrato N°: pml.025.09 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DE CONTRATO N°: pml.025.09 - Primeiro Termo Aditivo  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADO: FERNANDO IGNACIO ROSSA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, acrescer em 25% a quantidade de horas de serviços prestados alterando consequentemente em 25% o valor do contrato pml.025.09 oriundo do Processo Licitatório pml. nº 0022/2009, Pregão pml.0012/2009, passando de 1.000 (mil) horas para 1.250 (mil duzentos e cinquenta) horas e o valor total do contrato de R\$ 6.500,00(seis mil e quinhentos reais) para R\$ 8.125,00 (oito mil, cento e vinte e cinco reais) alterando assim, o item 1.1. da Cláusula Primeira e 2.1. da Cláusula Segunda do Contrato pml.025.09.

Luzerna(SC), 10 de novembro de 2009.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

CONTRATANTE

FERNANDO IGNACIO ROSSA

CONTRATADO

### **Extrato de Contrato N°: pml.029.09 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DO CONTRATO N°: pml.029.09 - Primeiro Termo Aditivo  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO LTDA

OBJETO: Alterar o objeto, a dotação e por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, prorrogar a vigência de 31 de dezembro de 2009 para 31 de dezembro de 2010, alterando assim, as Cláusulas Primeira, Terceira e Quarta do Contrato pml.029.09.

DOTAÇÃO: 0601.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador - Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - 3.3.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais - Reduzido: 032 - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Luzerna(SC), 21 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SIDNEI PADILHA

BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO LTDA

CONTRATADA

### **Extrato de Contrato N°: pml.030.09 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DO CONTRATO N°: pml.030.09 - Primeiro Termo Aditivo  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: CLÍNICA VIECELI S/S LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o objeto, a dotação e por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, prorrogar a vigência de 31 de dezembro de 2009 para 31 de dezembro de 2010, alterando assim, as Cláusulas Primeira, Terceira e Quarta do Contrato pml.030.09.

DOTAÇÃO: 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração - Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - 3.3.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais - Reduzido: 019 - Fonte 00 - Recursos Ordinários.  
Luzerna(SC), 21 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

TYRONE VIECELLI

CLÍNICA VIECELI S/S LTDA

CONTRATADA

## Massaranduba

### Prefeitura Municipal

#### **Contrato n° 29/2009**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N°. 29/2009

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba

CONTRATADO: DR MARIO SERGIO DA SILVA MIRANDA - Pessoa Física

OBJETO: Prestação de Serviços de Atendimento Médico de

Urgência por hora no Pronto Atendimento Municipal

VALOR: R\$ 46,50 (Quarenta e seis reais e cinquenta centavos) / Por Hora

DATA DA VIGÊNCIA: 21/12/2009 a 31/12/2009

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

## Meleiro

### Prefeitura Municipal

#### **Decreto n.º 085/2009.**

DECRETO N.º 085/2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.323/2008, de 12 de Dezembro de 2008.

#### **D E C R E T A**

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar crédito adicional suplementar no montante de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), a ser distribuído na seguinte conta:

14 – SAMAE – SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO	
140117512.2060 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO SAMAE	
3.1.90.00.00.00.00.00.02.00.0 – Aplicações Diretas (10) ....	R\$ 2.000,00
Total .....	R\$ 2.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações Orçamentárias.

14 – SAMAE – SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO	
140117512.2060 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO SAMAE	
3.3.90.00.00.00.00.00.02.00.0 – Aplicações Diretas (12) .....	R\$ 2.000,00
Total .....	R\$ 2.000,00

Art. 3.º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data supra.

**Decreto n.º 086/2009.**

DECRETO N.º 086/2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.323/2008, de 12 de Dezembro de 2008.

**D E C R E T A**

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2042 – PROGRAMA PISO ATENÇÃO BASICA AMPLIADA - PABA

3.3.90.00.00.00.00.0.2.06.9 – Aplicações Diretas (25)..... R\$ 7.000,00

130110301.2043 – PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas (26) ..... R\$ 9.000,00

Total ..... R\$ 16.000,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do superávit financeiro apurado no exercício de 2008.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data supra.

**Decreto n.º 087/2009.**

DECRETO N.º 087/2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.323/2008, de 12 de Dezembro de 2008.

**D E C R E T A**

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais), neste termo:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112.361.2006 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.0.1.12.0 – Aplicações Diretas (41) ..... R\$ 1.500,00

040112361.2007 – Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.0.1.13.0 – Aplicações Diretas (46) ..... R\$ 100,00

Total ..... R\$ 1.600,00

Art. 2.º Para atender o crédito que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112.365.2006 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.0.1.12.0 – Aplicações Diretas (42) ..... R\$ 1.600,00

Total ..... R\$ 1.600,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta na data supra.

**Aviso de Licitação -Pregão Presencial N.º 068/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 068/2009

O MUNICIPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 19/01/2010, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 068/2009, objetivando a MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-537-1110. A retirada do Edital poderá ser feita no site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro, 23 de dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

**Monte Carlo****Prefeitura Municipal****Extrato do Contrato 38/2009**

EXTRATO DO CONTRATO 38/2009

Contratante: Fundo de Saúde de Monte Carlo.

Contratada: OPEM MEDICINE S.S Objeto: PLANTÕES MÉDICOS.

Valor Global do Contrato: R\$ 259.259,00 reais.

Da Despesa: ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL.

Código Reduzido 31.

Data da Assinatura: Monte Carlo 22 de dezembro de 2009.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

Gestor do Fundo

**Nova Trento****Prefeitura Municipal****Termo de Alteração CV 014/2009**

PROCESSO Nº 01/2009: TERMO DE ALTERAÇÃO CARTA CONVITE

(CV) Nº 014/09 - PMNT

DATA DE PUBLICAÇÃO: 10/12/2009

MODALIDADE

MENOR PREÇO POR GRUPO

LOCAL DA LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO

TERMO DE ALTERAÇÃO CV Nº 014/09 – PMNT

OBSERVAÇÕES

1º TERMO DE ALTERAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 014/2009 – PMNT

Com base no § 4º - art. 21 da Lei Federal 8666/93, o Edital de licitação acima epigrafoado, publicado neste mesmo diário e no site [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br), que tem por objeto a Aquisição parcelada de MATERIAL DE LIMPEZA, GENEROS ALIMENTICIOS e GÁS DE COZINHA, para a Secretaria Municipal de Educação e Es-



portes, para o ano de 2010, sofrerá alteração na data de abertura conforme abaixo:

Onde se lê: 15:00 horas do dia 28 (vinte e oito) de dezembro de 2009;

Leia-se: 15:00 horas do dia 12 (doze) de janeiro de 2010.

Ficam mantidas as demais condições do edital e seus anexos integrantes.

Nova Trento, 22 de dezembro de 2009.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Diretor de Compras.

### **Carta Convite N° 015/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 130/2009 – Carta Convite nº 015/2009

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de material pedagógico e de escritório, para a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, para o ano de 2010.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 13/01/2010 até as 15 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 – [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br).

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

**Paial**

**Prefeitura Municipal**

### **Lei N° 436/09**

LEI N° 436/09 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

"DISPÕE SOBRE PAGAMENTO DE AUXÍLIO À ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, PROFISSIONALIZANTES E OU DE NÍVEL TÉCNICOS, NOS TERMOS DO ART. 69 VII DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

O Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Município de Paial autorizado a custear despesas de estudantes universitários e cursos técnicos profissionalizantes, fixados nos seguintes percentuais:

a) Para alunos que residem no município e que se deslocam para frequentar o curso superior ou de nível técnicos.

I – 60% (sessenta por cento) do valor das mensalidades no valor de R\$ 0,00 (Zero) até R\$ 500,00 (quinhentos reais) por parcela/mês.

II – 35% (trinta e cinco por cento) do valor das mensalidades de R\$ 501,00 (quinhentos e um real) até R\$ 700,00 (setecentos reais), parcela/mês.

III – 25% (vinte e cinco por cento) do valor das mensalidades acima de R\$ 701,00 (setecentos e um real), parcela/mês.

b) Para estudantes universitários e curso técnico profissionalizante que residem fora do município de Paial para realizarem seus estudos, cujos pais residem no município ficam fixados os seguintes percentuais:

I – 40% (quarenta por cento) do valor das mensalidades no valor de R\$ 0,00 (Zero) até R\$ 500,00 (quinhentos reais) por parcela/

mês.

II – 30% (trinta por cento) do valor das mensalidades de R\$ 501,00 (quinhentos e um real) até R\$ 700,00 (setecentos reais), parcela/mês.

III – 20% (vinte por cento) do valor das mensalidades acima de R\$ 701,00 (setecentos e um real), parcela/mês.

Art. 2º - O estudante somente receberá o auxílio financeiro mediante o atendimento dos seguintes requisitos:

a) Apresentar requerimento devidamente preenchido com o comprovante da matrícula e do valor a ser custeado;

b) Apresentar comprovante de residência e de domicílio residencial e eleitoral no mínimo de 1 (um) ano no município ;

c) O curso deverá se constituir em oportunidade de profissionalização e ou inserção no mercado de trabalho;

d) O requerimento deverá ser entregue até 15 de fevereiro e 15 de julho de cada ano letivo, ou até trinta dias após o início do curso.

e) A mensalidade correspondente ao mês de dezembro de cada ano, deverão ser entregues até dia 20 de dezembro do corrente ano.

f) Apresentar semestralmente o histórico escolar do curso frequentado.

Art. 3º- Não terão direito ao benefício previsto nesta Lei:

a) Os estudantes que já cursaram outro curso de mesmo nível de formação ou graduação com recursos do município;

b) Os estudantes que não cumprirem com os prazos de entrega dos documentos necessários à concessão do auxílio financeiro.

c) Os estudantes que tiverem cursando disciplinas repetidas em virtude da reprovação;

d) Os estudantes beneficiados com auxílio financeiro em forma de bolsa de estudo concedida por outra instituição pública ou privada.

e) Quem residir fora do município e que tiver constituído família;

f) Pagamento acumulado só será aceito até duas parcelas/mensalidade.

g) O estudante desistente e que retornar aos estudos em curso diferente ao que já recebeu auxílio, só terá direito após decorrido o mesmo período que já recebeu o auxílio.

h) O estudante que trancou a sua matrícula e retornar no mesmo curso, e que oficializou por escrito à Diretoria de Educação ou equivalente, não sofrerá perda do auxílio.

Art. 4º - O estudante que tem vínculo empregatício ou bolsa de estágio com remuneração líquida de até R\$ 1.000,00 (Um mil reais) se enquadrarão nos termos do Artigo 1º inciso I

Art. 5º- O estudante que tem vínculo empregatício ou bolsa de estágio com remuneração líquida acima de R\$ 1.001,00 (Um mil e um real), que residam fora do município não terão direito aos benefícios previstos nesta Lei.

Art. 6º - Aos servidores efetivos do Magistério Público Municipal poderá ser custeada até 60% (sessenta por cento) do valor das mensalidades, desde que em área distinta a do ingresso no cargo, e na área de licenciatura para o magistério.

Art. 7º- O solicitante deverá entregar o boleto de pagamento, até o dia 15 do mês subsequente ao vencimento da mensalidade ou matrícula, sem multas e juros ao órgão Municipal de Educação



para ser encaminhado à tesouraria da Administração Municipal para o efetivo reembolso.

Art. 8º- Os estudantes beneficiados com o auxílio, ficam obrigados quando convocados por escrito através da Secretaria de Educação a prestar serviços comunitários de interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO: os estudantes convocados que não comparecerem ao ato, perderão o direito do benefício por 02 (dois) meses consecutivos, e a reiteração do ato omissivo implicará em perda de 01 (um) semestre, salvo os que justificadamente não puderem comparecer, onde deverão indicar um substituto.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Fica revogada Lei Nº 358/2008 de 11 de março de 2008 e as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se

Prefeitura Municipal de Paial/SC, 21 de dezembro de 2009.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 437/2009**

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR BENS MÓVEIS E IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, III e XXIX da Lei Orgânica do Município;

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a alienar através de leilão, bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio público da Prefeitura Municipal de Paial, sendo os seguintes itens:

1- Camionete Ambulância marca Fiat Modelo Ducato Viature A/15 Placas MED 3962 Ano de Fabricação Modelo 2004/2004 cor branca RENAVAL nº 824475992;

2- Veiculo Volkswagen Kombi Placas MJC 4410 ano de fabricação/ modelo 2005/2006 cor branca RENAVAL nº 875705390;

3- Caminhão furgão Marca Agrale modelo 5.000 D RD Carga Fechada com Furgão tipo Baú Placas LYA 2200 ano de fabricação / modelo 1994 / 1995 na cor branca RENAVAL nº 629703000;

4- Camionete Ambulância marca Volkswagen modelo saveiro Ambulância 1.6 Placas MEQ 8718 ano de Fabricação / modelo 2006/2007 na cor branca RENAVAL 899978576.

5- Retro Escavadeira Marca JCB tração 4 x 4 motor a diesel Modelo 2148 ano de fabricação 1998.

6- Escola Isolada Municipal José Albino de Linha Sede Irani sendo o terreno com a área construída no estado em que se encontra.

Art. 2º - Para as alienações de que trata o art. 1º desta lei será Nomeado Comissão de Avaliações com no mínimo 03 (três) membros.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Registra-se e Publica-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial (SC), 21 de Dezembro de 2009.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

## **Paulo Lopes**

### **Prefeitura Municipal**

#### **Portaria Nº 340/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 340/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, Resolve:

DISPENSAR

IVONETE LOCHS, matrícula nº 10412 servidora pública contratada temporariamente, nomeada pela portaria nº153/2009, ocupante do Cargo de MONITORA II.

Município de Paulo Lopes – SC, em 14 de Dezembro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES

Secretário Municipal de Administração.

#### **Portaria Nº 341/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 341/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, Resolve:

DISPENSAR

CINTIA DOS SANTOS NASCIMENTO, matrícula nº 10414 servidora pública contratada temporariamente, nomeada pela portaria nº156B/2009, ocupante do Cargo de MONITORA I.

Município de Paulo Lopes – SC, em 14 de Dezembro de 2009.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES

Secretário Municipal de Administração.

#### **Portaria Nº 342/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 342/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, Resolve:

DISPENSAR

JULIANA DE ASSIS FONSECA QUEIROGA, matrícula nº 10420 servidora pública contratada temporariamente, nomeada pela portaria nº /2009, ocupante do Cargo de MONITORA I.



Município de Paulo Lopes – SC, em 14 de Dezembro de 2009.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES  
Secretário Municipal de Administração.

#### **Portaria N° 343/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
PORTARIA N° 343/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, Resolve:

DISPENSAR  
RAQUEL DAMÁSIO CRESCENCIO, matrícula nº10456 servidora pública contratada temporariamente, nomeada pela portaria nº216/2009, ocupante do Cargo de MONITORA II.

Município de Paulo Lopes – SC, em 14 de Dezembro de 2009.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES  
Secretário Municipal de Administração.

#### **Portaria N° 344/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
PORTARIA N° 344/009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, Resolve:

DISPENSAR  
LUCIMERE ALEXANDRE CORREIA, matrícula nº 10413 servidora pública contratada temporariamente, nomeada pela portaria nº153A/2009, ocupante do Cargo de MONITORA I.

Município de Paulo Lopes – SC, em 14 de Dezembro de 2009.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES  
Secretário Municipal de Administração.

#### **Portaria N° 345/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
PORTARIA N° 345/2009  
(COLETIVA)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 497 Art. 17 inciso

II, Resolve,

DISPENSAR  
OS PROFESSORES, contratados por prazo temporário, devido final do contrato para atuarem na Rede de Ensino Público Municipal até 21/12/2009.conforme a lista abaixo.

Marli Borges Carboni, matrícula nº 10377 nomeada pela portaria nº072/2009,Valdirene Maria da Silva Righo, matrícula nº 10372 nomeada pela portaria nº072/2009, Denize Aparecida da Rosa, matrícula nº10380, nomeada pela portaria nº 096/2009, Edite Fraga Cargnin Vescovi, matrícula nº 10382, nomeada pela portaria nº080/2009, Ediane Jeronimo Del Moro, matrícula nº 10381, nomeada pela portaria nº 079/2009,

Município de Paulo Lopes – SC, em 21 de Dezembro de 2009.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES  
Secretário Municipal de Administração.

#### **Portaria N° 346/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
PORTARIA N° 346/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 497 Art. 17 inciso II, Resolve,

EXONERAR  
MARIANA MARIA CIZINO, matrícula nº 10431 servidora público contratado temporariamente, nomeada pela portaria nº 197/2009, ocupante do Cargo de AUX. DE SERVIÇOS GERAIS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 21 de Dezembro de 2009.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES  
Secretário Municipal de Administração.

#### **Portaria N° 347/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
PORTARIA N° 347/2009  
(COLETIVA)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 497 Art. 17 inciso II, Resolve,

DISPENSAR  
OS PROFESSORES, contratados por prazo temporário, devido final do contrato para atuarem na Rede de Ensino Público Municipal até 21/12/2009.conforme a lista abaixo.

ROSILEI APARECIDA FIQUEREDO PEREIRA, matrícula nº 10394, nomeada pela portaria nº 109/2009, MARIANE FURTADO NASCIMENTO, matrícula nº 10391, nomeada pela portaria nº 105/2009,

JOELMA DE BONA, matrícula nº 10463, nomeada pela portaria nº 256/2009, MARIANE FURTADO NASCIMENTO, matrícula nº 10439, nomeada pela portaria nº196/2009, DAIANE MARIA GONÇALVES, matrícula nº 10392, nomeada pela portaria nº104/2009, APARECIDA MARIA MARCELINO, matrícula nº 10406, nomeada pela portaria nº 141/2009, JULIANA CARDOSO DE SOUZA, matrícula nº 10460, nomeada pela portaria nº247/2009, EDINEIA DILMA BORGES RODRIGUES, matrícula nº 10438, nomeada pela portaria nº200/2009, JACQUELINE LOPES GUTTERREZ, matrícula nº 10404 nomeada pela portaria nº 132/2009, ALESSANDRA ANA FERNANDES, matrícula nº 10444, nomeada pela portaria nº194/2009,

Município de Paulo Lopes – SC, em 21 de Dezembro de 2009.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES  
Secretário Municipal de Administração

### **Portaria Nº 348/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 348/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 497 Art. 17 inciso II, Resolve,

DISPENSAR  
OS PROFESSORES, contratados por prazo temporário, devido final do contrato para atuarem na Rede de Ensino Público Municipal até 21/12/2009.conforme a lista abaixo.

ROSILEI APARECIDA FIGUEREDO PEREIRA, matrícula nº 10429, nomeada pela portaria nº 181/2009, DANIELA NELZA CIZINO, matrícula nº 10403, nomeada pela portaria nº 131/2009, DANIELA RODRIGUES, matrícula nº 10398, nomeada pela portaria nº 106/2009, ELIANE CELINA DA SILVA FERNANDES, matrícula nº 10371, nomeada pela portaria nº072/2009, ROSINEI RODRIGUES PEREIRA LOPES, matrícula nº 10393, nomeada pela portaria nº 108./2009, MARIA DAS GRAÇAS SILVA, matrícula nº 10472, nomeada pela portaria nº 297/2009, ANDREZA DE OLIVEIRA, matrícula nº 10475, nomeada pela portaria Nº 325/2009, JULIANA ALAERTE DE OLIVEIRA, matrícula nº10386, nomeada pela portaria nº 92/2009, EVA MARIA BERNARDO FERNANDES, matrícula nº 10409, nomeada pela portaria nº 148/2009,

Município de Paulo Lopes – SC, em 21 de Dezembro de 2009.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES  
Secretário Municipal de Administração

### **Portaria Nº 349/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 349/2009  
(COLETIVA)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 497 Art. 17 inciso II, Resolve,

DISPENSAR  
OS PROFESSORES, contratados por prazo temporário, devido final do contrato para atuarem na Rede de Ensino Público Municipal até 21/12/2009.conforme a lista abaixo.

JULIANE MARQUES MORAES, matrícula nº10410 nomeada pela portaria 147/2009,MARIA ISABEL DE BONA CORREA, matrícula nº 10407, nomeada pela portaria nº 147/2009, ROSINETE DA SILVA INACIO CARDOSO, matrícula nº 10408, nomeada pela portaria nº 140/2009, SILVANI DE OLIVEIRA MARTINS, matrícula nº 10383 nomeada pela portaria nº 134/2009, STAEL AMORIM DO NASCIMENTO, matrícula nº 10373, nomeada pela portaria nº 135/2009, ZULMAR LOPES AMORIM, matrícula nº 10385, nomeada pela portaria nº 133/2009, VANESSA PEREIRA, matrícula nº 10390, nomeada pela portaria nº 106/2009,

Município de Paulo Lopes – SC, em 21 de Dezembro de 2009.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES  
Secretário Municipal de Administração

### **Portaria Nº 350/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 350/2009  
(COLETIVA)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Legislação vigente resolve.

EXONERAR  
DA FUNÇÃO GRATIFICADA, de CHEFE DE SETOR DE UNIDADE ESCOLAR as Servidoras Públicas efetivas estáveis, GRAZIELA MARLI CORREIA MOISES, matricula nº 688, nomeada pela portaria 236/2009, e DENIZE APARECIDA DA ROSA, matricula nº 703, nomeada pela portaria 081/2009, e VANESSA PEREIRA, matricula nº 697, nomeada pela portaria 083/2009 partir do dia 21/12/2009, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes-SC, em 21 de Dezembro de 2009.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES  
Secretario Municipal de Administração.

# Pinheiro Preto

## Prefeitura Municipal

### Lei Complementar Nº 160

LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.  
CONCEDE ISENÇÃO IPTU PARA APOSENTADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU os aposentados e pensionistas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, que auferam rendimento de até 2 (dois) salários mínimos mensais.

Art. 2º A isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU será concedida mediante requerimento anual do interessado, dirigido ao Departamento Tributário do Município, instruído com os seguintes documentos:

- I. Cadastro do IPTU em nome do requerente;
- II. Cópia do Registro Geral (carteira de Identidade) e do Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.);
- III. Comprovante de residência (água, luz ou telefone);
- IV. Comprovante de renda;
- V. Declaração, com firma reconhecida, de que é proprietário de um único imóvel e que possui uma única fonte de renda, conforme modelo fornecido pelo Órgão Público;
- VI – Comprovante da condição de aposentado.

Art. 3º O direito de isenção cessará quando:

- I - A pessoa isenta obtiver rendimentos que ultrapasse o valor de 2 (dois) salários mínimos mensal;
- II - Ocorrer o falecimento do beneficiário isento;
- III - Acontecer a mudança do titular da posse ou da propriedade do imóvel;
- IV - Ocorrer a mudança do uso do imóvel de exclusividade residencial para misto ou comercial.

Art. 4º O beneficiário que receber indevidamente a isenção disciplinada na presente legislação será imediatamente excluído, sendo obrigado a devolver o valor obtido através da isenção, multado pelo mesmo valor que recebeu de isenção, atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo, e também será enquadrado no artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras sanções penais cabíveis.

Art. 5º Quando ocorrer a transferência do imóvel por venda, doação ou qualquer outro motivo, o requerente deverá informar, imediatamente, o órgão responsável pelo Cadastro Imobiliário do Município.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### Lei Complementar Nº 161

LEI COMPLEMENTAR Nº 161, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.  
ELEVA A CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE PINHEIRO PRETO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica elevado, a partir de 1º de janeiro de 2010, para 17,33 % (dezessete inteiros e trinta e três décimos percentuais) a contribuição do Município para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto, criado pela Lei Complementar nº 081, de 12 de novembro de 1999.

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de dezembro de 2009.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 1.402

LEI Nº 1.402, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BNDES, ATRAVÉS DO AGENTE FINANCEIRO CREDENCIADO PELO BNDES, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, através da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e as condições específicas aprovadas pelo BNDES para a operação.

Parágrafo Único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa CAMINHO DA ESCOLA, do MEC/FNDE e BNDES.

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I, da Constituição Federal.

§ 1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo fica o Agente Financeiro CAIXA ECONÔMICA FEDERAL autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados a conta e ordem do BNDES, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios



financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O orçamento do Município de Pinheiro Preto – SC consignará anualmente os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de dezembro de 2009.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### Processo Seletivo Servente

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EDITAL N.º 009/2009.

Euzebio Calisto Vieceli, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto, as inscrições para prova seletiva referente à contratação de servidor em caráter temporário, para função de telefonista, cujo contrato vigorará pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Data período da inscrição: de 28/12 até 08 de janeiro de 2009.  
Horário: Das 08:00 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas

Local: Setor Recursos Humanos Da Prefeitura Municipal.

Centro Administrativo em 23 de dezembro de 2009.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## Porto Belo

### Câmara de Vereadores

#### Decreto Legislativo Nº 018/09

DECRETO LEGISLATIVO Nº 018/09  
HOMOLOGA O PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADO ENTRE ESTE MUNICÍPIO E O BANCO ITAÚ S.A.

EMERSON LUCIANO STEIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Belo, em conformidade com o Regimento Interno, após deliberação do Plenário, promulga o presente Decreto:

Art. 1º - Homologa o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica firmado entre este Município e o Banco Itaú S.A.

Art. 2º - O Presente Primeiro Termo Aditivo ao Convênio, tem por objetivo visando à operacionalização dos serviços de pagamento de todos os funcionários, dos secretários, dos cargos comissionados, dos servidores ativos, pensionistas, fornecedores e prestadores de serviços e outros da PREFEITURA.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2009.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
Presidente

## Porto União

### Prefeitura Municipal

#### Lei nº 3.694/09

LEI Nº 3.694, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.  
INSTITUI O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar o Programa de captação e armazenamento de água, aumento da fertilidade do solo, melhoria da infraestrutura interna das propriedades, conforme o Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Para participar do programa os produtores interessados devem obedecer os seguintes critérios:

- I- possuir bloco de nota de produtor rural;
- II- residir no imóvel;
- III- possuir a atividade rural como principal meio de subsistência, devidamente comprovada no Município de Porto União;
- IV- proteger e recuperar as áreas de preservação permanente e de reserva legal;
- V- adotar práticas adequadas de manejo dos fatores de produção;
- VI- evitar o desperdício de água, tanto nas instalações quanto no fornecimento ao gado;
- VII- possuir a propriedade planejada através do uso de tecnologia GPS dentro do projeto de pecuária do município conduzido pela Epagri;
- VIII- possuir um plano de integração-lavoura pecuária adequado;
- IX- aplicar corretamente as subvenções recebidas;
- X- respeitar as orientações e receber a assistência técnica e/ou participante de grupo de interesse; e
- XI- permitir o acesso à propriedade dos auditores ou fiscais devidamente identificados.

Art. 3º No programa de captação e armazenamento de água serão apoiadas ações para a captação de água de nascentes/córregos com mangueiras plásticas e armazenamento em reservatórios construídos com vinimanta ou em caixas d'água.

Parágrafo único. Serão contemplados 15 projetos com valor máximo de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada um, pagos pela Prefeitura.

Art. 4º No programa de fertilidade do solo serão fornecidos pó basalto e cinza leve de biomassa.

§ 1º Para o uso do pó basalto serão contemplados 30 projetos com valor máximo de até R\$ 300,00 (trezentos reais) cada um, pagos pela Prefeitura.

§ 2º Para o uso da cinza leve de biomassa serão contemplados 30 projetos com valor máximo de até R\$ 300,00 (trezentos reais) cada um, pagos pela Prefeitura.

Art. 5º No programa de infraestrutura serão apoiadas as obras necessárias para melhorar as condições de exploração da atividade:

- I- construção de reservatórios para armazenamento de água;
- II- lagoas anaeróbicas para armazenamento de dejetos e águas servidas dos estábulos, corredores e estradas internas; e
- III- terraplanagem para construções.

§ 1º Para aquelas operações que exigirem o uso de máquinas, estas serão enquadradas dentro dos programas municipais já existentes, ficando a disposição do programa uma retroescavadeira, quando houver necessidade de outras máquinas as mesmas serão solicitadas com antecedência.

§ 2º Serão contemplados 06 projetos com valor máximo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada um, pagos pela Prefeitura.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 3.694, de 16 de dezembro de 2009.  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS  
PRODUÇÃO ANIMAL COM BASE EM PASTAGENS PERENES

Tecnologia Proposta

As propriedades atendidas dentro deste projeto e que se dediquem a exploração de alguma atividade agropecuária serão planejadas e orientadas para a adoção do sistema de manejo do agroecossistema pastagem com a tecnologia do Pastoreio Racional Voisin.

Esta tecnologia contempla o bem estar humano, animal e a conservação dos recursos naturais utilizados para a produção animal e agrícola, permitindo a produção de alimentos de alto valor nutritivo e biológico para a humanidade. Em resumo, se caracteriza pelo uso intensivo da energia solar para a produção de alimentos nobres para a humanidade e o aporte contínuo de matéria orgânica para o solo, ativando a biocenose e conseqüentemente, a produtividade global do sistema.

Para que isso seja concretizado, algumas condições são essenciais:

1. capacitação e desenvolvimento humano;
2. levantamento georeferenciado da unidade produtiva e caracterização da aptidão de uso do solo;
3. planejamento e dimensionamento da capacidade de suporte do sistema de produção;
4. caracterização das condições de fertilidade física, química e biológica do solo;
5. adoção de medidas de aumento da fertilidade global do solo;
6. adoção de pastagens perenes;
7. planejamento da produção de alimentos, dando ênfase as pastagens, conservação de volumosos e grãos com alta qualidade e em quantidade adequada;
8. armazenamento de milho na forma de grão úmido;
9. estruturação do rebanho e eficiência produtiva;
10. introdução do componente arbóreo nas áreas de pastagens;
11. conservação dos mananciais hídricos e das áreas de refúgio e manutenção da vida selvagem;
12. compreensão e administração do sistema produtivo integrado.

Mecanismo de Avaliação de Resultados

Sendo o consenso de que a sustentabilidade do processo é a prin-

cipal meta a ser alcançada, serão propostos indicadores para avaliar o progresso das ações.

Como a sustentabilidade de um agroecossistema não se caracteriza pela análise de um indicador ou indicadores que se refiram apenas um aspecto do agroecossistema, este índice deverá ser calculado por um conjunto de fatores ou indicadores com pesos assumindo valores a serem propostos.

Para a presente situação, pretende-se avaliar indicadores econômicos, biológicos e sociais.

#### 1. Econômicos

##### 1.1. Exigibilidade de renovação dos fatores de produção:

- benfeitorias;
- máquinas e equipamentos;
- produção de alimentos destinados à produção agropecuária (pastagens perenes).
- 1.2. Renda líquida/há
- 1.3. Relação entre capital investido e lucro
- 1.4. Capital imobilizado para a produção de cada unidade de produto comercial
- 1.5. Associação de atividades produtivas
- 1.6. Produção de leite/ha/ano
- 1.7. Produção de sólidos ha/ano
- 1.8. Índice de perenização
- 1.9. Diversidade de fontes de renda
- 1.10. Produção de concentrado energético.

#### 2. Biológicas e Ambientais

- 2.1. Biomassa e caracterização de anelídeos (Utilizando o índice de mudança de Wandle, Índice de Shanon e de Equitabilidade de Pielon)
- 2.2. Besouros caprífagos
- 2.3. Biomassa fotossintetizante/ha
- 2.4. Área de APP preservada ou recuperada
- 2.5. Qualidade/quantidade da água
- 2.6. Manutenção da fertilidade do solo
- 2.7. Produção de proteína/ha/ano
- 2.8. Áreas com erosão
- 2.9. Quociente metabólico e microbiano (futuro).

#### 3. Sociais

- 3.1. Horas de trabalho/dia
- 3.2. Remuneração/pessoa ocupada
- 3.3. Penosidade do trabalho
- 3.4. Satisfação pessoal
4. Gestão e Administração
  - 4.1. Dedicção e perfil da família
  - 4.2. Condição de comercialização
  - 4.3. Aproveitamento dos resíduos
  - 4.4. Conhecimentos específicos da atividade e manejo geral.

Com o desenvolvimento do projeto os indicadores ou o nível de profundidade de cada um podem ser alterados.

#### Operacionalização e Orçamento

A implementação destas ações acontecerá com a continuidade do Projeto Pecuária desenvolvido e implementado pela EPAGRI e projeto microbacias 2 (Santa Catarina Rural a partir de 2010).

O projeto pecuária já incorpora as dimensões sociais, ecológicas e econômicas da atividade de pecuária e suas correlatas.

Dentro desta proposta, apontamos as seguintes diretrizes para os investimentos, muitas delas já executadas pela prefeitura municipal, porém, agora com a existência de um projeto específico para a unidade produtiva.

Ação	Valor R\$	Agropecuária	Prefeitura	%
Captação e Armazenamento de Água	15.000,00	50%	50%	23

Fertilidade de Solo	36.000,00	50%	50%	58
Infraestrutura Interna	12.000,00	50%	50%	19
Total	63.000,00	50%	50%	100

Os limites de apoio estão estabelecidos nos itens a seguir e o beneficiário poderá participar das três linhas propostas.

#### Decomposição dos Recursos por Área

1. Captação e armazenamento de água: serão apoiadas ações para a captação de água de nascentes/córregos com mangueiras plásticas e armazenamento em reservatórios construídos com vinimanta ou em caixas d'água.

Orçamento Total: R\$ 7.500,00

Limite de apoio por pecuarista até: R\$ 500,00

Número de Projetos: 15

2. Fertilidade do solo: prevista para a aquisição de pó basalto e cinza leve de biomassa, com o seguinte uso dos recursos:

2.1. Pó Basalto: subsidio direto de 50% no valor da tonelada, cotada a R\$ 130,00, até o limite de 10 toneladas por pecuarista, sendo entregue na propriedade.

Orçamento Total: R\$ 9.000,00

Limite de apoio por pecuarista até: R\$ 600,00

Número de Projetos: 30

2.2. Cinza leve de biomassa: fornecimento do transporte até a propriedade, sendo o combustível correspondente ao transporte e a matéria prima custeada pelo pecuarista.

Orçamento Total: R\$ 9.000,00

Limite de apoio por pecuarista até: R\$ 300,00

Número de Projetos: 30

#### 3. Infra Estrutura Interna

Apoio as obras necessárias para melhorar as condições de exploração da atividade. Entre estas, podemos citar: construção de reservatórios para armazenamento de água, lagoas anaeróbicas para armazenamento de dejetos e águas servidas dos estábulos, corredores e estradas internas, terraplanagem para construções, etc.

Para aquelas operações que exigirem o uso de máquinas, estas serão enquadradas dentro dos programas municipais já existentes, com a colocação a disposição do projeto de uma retroescavadeira para a execução dos trabalhos necessários. Quando houver necessidade de outras máquinas as mesmas serão solicitadas com antecedência.

A novidade no projeto é o apoio a construção de caminhos adequados para o manejo dos animais nas pastagens, evitando a formação de lama. Para isso, o projeto apoiará algumas propriedades referência para o início dos trabalhos.

Orçamento Total: R\$ 6.000,00

Limite de apoio por pecuarista até: R\$ 1.000,00

Número de Projetos: 6

#### Contrapartida do Pecuarista

Para ser beneficiado por esta política de incentivo e apoio, além da contrapartida monetária, o pecuarista deverá adotar algumas medidas, tais como:

1. proteger e recuperar as áreas de preservação permanente e de reserva legal;
2. adotar práticas adequadas de manejo dos fatores de produção;
3. evitar o desperdício de água, tanto nas instalações quanto no fornecimento ao gado;
4. possuir a propriedade planejada através do uso de tecnologia GPS dentro do Projeto de Pecuária do município conduzido pela EPAGRI;
5. possuir um plano de integração-lavoura pecuária adequado;
6. vontade manifesta de aplicar corretamente as subvenções

recebidas;

7. receptivo a assistência técnica e/ou participante de grupo de interesse;

8. permitir o acesso à propriedade dos auditores ou fiscais devidamente identificados.

#### Lei nº 3.695/09

LEI Nº 3.695, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral do Município nas dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais):

ORGÃO	02 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	09 – SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
ATIVIDADE	2026 – MANUT. SEC. DE DESENVOLV. SOCIAL		
ELEMENTO	339030-169 – Material de Consumo	novo	9.600,00
ELEMENTO	449052-169 – Equipamentos e Material Permanente	novo	2.400,00
	TOTAL		12.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação na fonte 169 – Recursos de Convênio com o Estado no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Parágrafo único. No presente exercício o crédito será aberto até o valor do recurso recebido, sendo reaberto no exercício de 2010 pelo seu saldo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### Lei nº 3.696/09

LEI Nº 3.696, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O ABRIGO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE PORTO UNIÃO – SAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União – SAN, Sociedade Civil sem fins lucrativos, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 901, de 19 de junho 1975, inscrito no CNPJ sob o nº 77.125.862/0001-75, com sede e foro neste Município.



Art. 2º O presente convênio tem por objeto a execução do Termo de Convênio nº 15689/2009-2, firmado pelo Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, no valor total de R\$ 15.999,50 (quinze mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), assim distribuído:

I- R\$ 12.000,00 (doze mil reais) serão repassados pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS;

II- R\$ 3.999,50 (três mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), referem-se a contrapartida do Município conforme Cláusula 3ª do Convênio nº 15689/2009-2, realizado pelo Município e a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

Art. 3º O Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União – SAN deverá aplicar fielmente os recursos repassados através deste convênio, com a seguinte destinação:

80% do valor para aquisição de materiais diversos;

20% do valor para aquisição de material permanente diversos.

Parágrafo único. O Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União – SAN obriga-se a prestar contas, mediante a apresentação de cópia documental, dos recursos e bens recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data do recebimento e pagamento efetuado pelo Município.

Art. 4º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0210	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE	2884600032034	Encargos Gerais da Administração
DOTAÇÃO	339030-100	Material de Consumo
DOTAÇÃO	339030-169	Material de Consumo
DOTAÇÃO	449052-100	Equipamentos e Material Permanente
DOTAÇÃO	449052-169	Equipamentos e Material Permanente

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### Decreto nº 285/09

DECRETO Nº 285, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE O DESDOBRAMENTO DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.685, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica desdobrado a nível de elemento o Orçamento Geral do Município para o exercício de 2010.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Decreto nº 286/09

DECRETO Nº 286, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.695, de 16 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral do Município nas dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais):

ÓRGÃO	02 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	09 – SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
ATIVIDADE	2026 – MANUT. SEC. DE DESENVOLV. SOCIAL		
ELEMENTO	339030-169 – Material de Consumo	novo	9.600,00
	449052-169 – Equipamentos e Material		
ELEMENTO	Permanente	novo	2.400,00
	TOTAL		12.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação na fonte 169 – Recursos de Convênio com o Estado no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Parágrafo único. No presente exercício o crédito será aberto até o valor do recurso recebido, sendo reaberto no exercício de 2010 pelo seu saldo.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Decreto nº 287/09

DECRETO Nº 287, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO E JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,





**DECRETA:**

Art. 1º O horário e a respectiva jornada de trabalho dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Porto União com carga horária de quarenta (40) horas semanais, será de segundas a sextas-feiras e é determinado na forma disposta a seguir de acordo com o local de trabalho onde cada servidor executa suas atribuições:

I- Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura; Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo:

- das 09:00 h às 12:00 h e
- das 13:15 h às 18:15 h

II- Secretaria Municipal de Educação – Sede Administrativa:

- das 08:00 às 11:30 h e
- das 13:30 às 18:00 h

III- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- das 07:30 h às 11:30 h e
- das 13:00 h às 17:00 h

IV- Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:

- das 07:30 h às 11:30 h e
- das 13:30 h às 17:30 h

V- Secretaria Municipal de Saúde:

a) Sede Administrativa (Anexo a Policlínica Central):

- das 08:00 h às 12:00 h e
- das 13:30h às 17:30 h

b) Unidades de Saúde do Centro, Bairros e Interior:

- das 08:00 h às 12:00 h e
- das 13:00 h as 17:00 h

Parágrafo Único. Excetuam-se do caput deste artigo, os servidores que a carga horária for menor que 40 horas semanais ou que trabalham em regime de escala de revezamento.

Art 2º Os servidores que não se enquadrarem na carga horária definida neste Decreto, compete ao Secretário da Pasta adequar através de Ato individual, o horário a ser cumprido pelo servidor, respeitando a carga horária estabelecida em Lei Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 11 de janeiro de 2010, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 170, de 27 de fevereiro de 1998.

Porto União, 17 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Decreto nº 288/09**

DECRETO Nº 288, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL OU AMIGÁVEL O IMÓVEL URBANO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 6º, inciso XXV; Art. 64, inciso XI; e Art. 84, inciso I, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, combinados com as disposições estabelecidas no Art. 6º, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

CONSIDERANDO que a Vila Santa Inês conta com uma população de 6.800 habitantes e ainda não conta com uma Unidade Básica de Saúde adequada;

CONSIDERANDO que a falta dessa Unidade Básica de Saúde está causando transtornos e dificuldades para os moradores do bairro porque precisam deslocar-se até a região central para obterem a assistência que tanto precisam;

CONSIDERANDO que a saúde constitui um direito social básico para as condições de cidadania da população brasileira;

CONSIDERANDO que é imprescindível que o Município conte com os serviços de saúde cada vez mais acessíveis e mais próximos das pessoas;

CONSIDERANDO que essa Unidade Básica de Saúde tem a finalidade de otimizar a assistência e aproximar a população da oferta dos serviços de saúde;

CONSIDERANDO tratar-se de um imóvel não edificado;

CONSIDERANDO ser um imóvel com débitos tributários desde 1996;

CONSIDERANDO o alcance social do presente ato;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação judicial ou amigável, um imóvel urbano com 864,00 m2 (oitocentos e sessenta e quatro metros quadrados), transcrito no Registro de Imóveis da Comarca sob a Transcrição nº 15.189, correspondente ao lote nº 01 da Quadra nº 06 do Loteamento Vila Santa Inês, Distrito Industrial de Porto União-SC, com 24,00 metros de frente confrontando com a rua Adão Mibach; 24,00 metros aos fundos confrontando com terras do lote nº 06 de Jacob Zweifel; 36,00 metros ao lado direito confrontando com terras do lote nº 08-A de Edson Luiz Dombrowski; e 36,00 metros ao lado esquerdo confrontando com a rua Miguel Kovalchuk.

Parágrafo único. Fica a Secretaria Municipal de Planejamento autorizada a adentrar no imóvel descrito no caput deste artigo para levantar as confrontações limítrofes da área considerada de utilidade pública.

Art. 2º O imóvel descrito no artigo anterior destinar-se-á, exclusivamente, para a construção de uma Unidade Básica de Saúde, na forma do que autoriza art. 5º, alíneas "g" e "m" do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º O imóvel de que trata o artigo 1º, em caso de desapropriação amigável, poderá ser adquirido pelo Poder Executivo Municipal, através de escritura pública de compra e venda.

Art. 4º Os atos de que tratam este Decreto são feitos com dispensa de licitação, com base no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, em razão de que as necessidades de instalação e localização condicionam à escolha dos imóveis.

Art. 5º As despesas com a plena execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias específicas a serem consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Decreto nº 289/09**

DECRETO Nº 289, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.690, de 02 de dezembro de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral do Município nas dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil de reais):

ORGAO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. TRANSP., OBRAS E SERV. PÚBLICOS		
PROJETO	1001 – Aquisição/Desapropriação Imóveis		
ELEMENTO	459061-169 – Aquisição de Imóveis	282	200.000,00
	TOTAL		200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação a ocorrer no exercício à conta da celebração de convênio com o Estado na Fonte 169.

Parágrafo único. Do valor do presente crédito especial serão utilizados recursos até o valor recebido dentro do presente exercício, e o saldo do presente crédito será reaberto no exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Portaria nº 054/09**

PORTARIA Nº 054, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE CONCLUSÃO FINAL DE COMISSÃO SINDICANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão Sindicante nomeada pela Portaria nº 040, de 09 de outubro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º DECLARAR, a inexistência de responsabilidade do Servidor Municipal Sr. Ruy Breyer de Carvalho, com referência ao processo administrativo instaurado pela Portaria nº 040, de 09 de outubro de 2009, qual seja, envolvimento em acidente de trânsito conduzindo veículo da Municipalidade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Convênio nº 037/09**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO – SC.

ABRIGO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE PORTO UNIÃO – SAN

CONVÊNIO Nº 037/09

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e o Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União – SAN, com sede no Município de Porto União -SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Padre Anchieta, 126 – Centro – Porto União – Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RENATO STASIAK, portador do RG nº 581.440-SC e CPF nº 216.709.009-91, residente a rua Sete de Setembro, 570 – Centro – Porto União – Santa Catarina, doravante denominado MUNICÍPIO e o Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União – SAN, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, sediado na rua Coronel Belarmino, 355, na cidade de Porto União - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 77.125.862/0001-75, doravante denominada ENTIDADE CONVENIADA, neste ato representada pela sua Presidente Sra. AIEZA MARTINS, brasileira, residente e domiciliada na Praça Hercílio Luz, Nº 47 - Centro - Porto União-SC, portadora do RG nº 228.655-6 e CPF nº 004.688.519-68, devidamente autorizados pela Lei pela Lei Municipal nº 3.696, de 16 de dezembro de 2009, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto**

Constitui objeto deste convênio, a execução do Termo de Convênio nº 15689/2009-2, firmado pelo Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS e o Município/Fundo Municipal de Assistência Social de Porto União-SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do valor**

O valor total do presente convênio é de R\$ 15.999,50 (quinze mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), os quais serão repassados ao Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União – SAN da seguinte maneira:

I- R\$ 12.000,00 (doze mil reais) serão repassados pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, através de recursos recebidos do Convênio nº 15689/2009-2;

II- R\$ 3.999,50 (três mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) referem-se a contrapartida do Município, conforme cláusula 3ª do Convênio nº 15689/2009-2, realizado pelo Município e a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Da Liberação dos Recursos**

Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2884600032034 Encargos Gerais da Administração

DOTAÇÃO 339030 - 100 Material de consumo



DOTAÇÃO 339030 - 169 Material de consumo  
DOTAÇÃO 449052 - 100 Equipamentos e Material Permanente  
DOTAÇÃO 449052 - 169 Equipamentos e Material Permanente

**CLÁUSULA QUARTA – Da contrapartida**

O MUNICÍPIO repassará a ENTIDADE CONVENIADA o valor de R\$ 3.999,50 (três mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) a título de contrapartida.

**CLÁUSULA QUINTA – Da utilização dos recursos**

A ENTIDADE deverá aplicar fielmente os recursos repassados através deste convênio com a destinação:

I- 80% do valor para aquisição de materiais diversos;

II- 20% do valor para aquisição de material permanente diversos.

**CLÁUSULA SEXTA – Das obrigações****I - Do MUNICÍPIO:**

O MUNICÍPIO obriga-se a repassar o valor de R\$ 15.999,50 (quinze mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) ao Abrigo de Crianças e Adolescentes para aquisição de materiais de custeio (80%) e material permanente (20%). Desse valor R\$ 3.999,50 (três mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) referem-se a contrapartida do Município.

**II - Da ENTIDADE CONVENIADA:**

A ENTIDADE CONVENIADA obriga-se prestar contas mediante a apresentação de cópia documental dos recursos e bens recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data do recebimento e pagamento efetuado pelo MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Da legislação aplicável**

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

**CLÁUSULA OITAVA – Da transmissão de documentos**

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

**CLÁUSULA NONA – Da publicidade**

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Dos casos omissos**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da vigência**

O presente Convênio terá duração da data de sua assinatura condicionada sua validade ao DOM, até 30 de julho de 2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da rescisão**

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do foro**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União-SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o

presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2009.

Prefeito Municipal

Presidente do Abrigo da Criança e do Adolescente – SAN

**TESTEMUNHAS:**

1.Nome: Roberto Bonfleur

CPF nº 406.041.950-87

2.Nome: Ricardo Dragoni

CPF nº 420.445.539-53

## Rio do Sul

### Prefeitura Municipal

**Extrato de edital 72/2009 FMS****E D I T A L**

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 72/2009 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISICAO DE TIRAS RE-AGENTES PARA DOSAGEM DE GLICEMIA, COM FORNECIMENTO DE 200 APARELHOS COMPATÍVEIS COM A TIRA COTADA, EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDER NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À SAÚDE DESTA SECRETARIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até o dia 12/01/2010, às 10:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00horas do dia 12/01/2010.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437 e-mail: sau.compras@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Departamento de Atenção à Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.411.3.3.90

As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Setor de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, nº 154, Centro,, ou fax (47) 3531-1427, informando sua razão social, endereço eletrônico, telefone e fax, solicitando que todas as eventuais alterações do edital lhes sejam enviadas. A Prefeitura Municipal de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá à Prefeitura Municipal de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

**Edital de intimação de decisão proferida em processo administrativo**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL





**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Comércio de Automóveis Rio do Sul SA	85.776.003/0002-55	117555/2009
Luciana Bento	851.072.399-00	117133/2009
Lucineide Cassia da Silva Braatz	628.958.779-04	117262/2009
Aldo Novak	399.698.789-72	111650/2008
Panificadora Fronza Ltda ME	03.520.729/0001-87	116906/2009
Roberto da Silva	619.016.369-68	111968/2008
Eliseu Kopp & Cia Ltda	93.315.190/0005-40	112406/2008
Maria Tereza Rebello	521.126.409-68	117560/2009
Marisa da Rocha Ferrari	863.886.229-68	117794/2009
Empreit Mão de Obra Terrapl J Adriano Ltda	82.177.452/0001-08	117304/2009
Vilson Fronza	379.322.509-78	117219/2009
Lourdes Tereza Passero e outra	180.936.559-72	78550/03
Alana Marquez Capristano	060.066.939-41	118176/2009
Arnaldo Bridi	705.793.009-78	118198/2009
Vilmar Pedro Passero	217.635.349-87	78549/03

Rio do Sul, 22 de dezembro de 2009.

EUGÊNIO VICENZI

Secretário Municipal da Fazenda

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

## Salto Veloso

### Prefeitura Municipal

#### Lei N.º 1.351

LEI N. 1.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

ESTABELECE O PROGRAMA PERMANENTE DE CONCESSÃO DE ESTÍMULOS ECONÔMICOS E INCENTIVOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, a requerimento da parte interessada e mediante análise de viabilidade econômica, estímulos econômicos e incentivos fiscais à pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física, que vier a se estabelecer e/ou iniciar atividades no Município.

§ 1º. Os benefícios do "caput" serão concedidos também, à pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física já estabelecida, que ampliar de forma expressiva sua capacidade de faturamento e/ou absorção de mão-de-obra ou, ainda, introduzir novas tecnologias na região.

§ 2º. Não terá direito aos benefícios desta Lei quem, a qualquer

tempo, foi beneficiado com estímulos econômicos e/ou incentivos fiscais do Município e não atendeu aos propósitos que justificaram a concessão dos mesmos.

Art. 2º Os estímulos e incentivos a que se refere o artigo anterior poderão constituir-se, isolada ou cumulativamente de:

I – execução, no todo ou em parte, dos serviços de terraplanagem e infra-estrutura necessários à implantação ou ampliação pretendida;

II - destinação de áreas de terras necessárias, em locais adequados;

III - permuta de áreas em atendimento à solicitação de pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física que explorar atividade industrial, comercial, turística ou agropecuária, já existentes, desde que enquadradas nas demais exigências desta Lei;

IV - isenção das taxas e demais emolumentos incidentes sobre a construção ou ampliação das instalações;

V – isenção de tributos e impostos municipais, mediante autorização por Lei específica, aprovada pelo Poder Legislativo.

VI - cessão gratuita ou onerosa de espaço para fins industriais, comerciais, turísticos ou agropecuários, por período de até 36 (trinta e seis) meses, em condomínios, incubadoras ou em unidades individuais;

VII - elaboração de projeto e/ou serviços de consultoria;

VIII - outros benefícios quando o empreendimento for considerado de relevante interesse para o Município.

Art. 3º A solicitação do interessado será formulada por escrito, e encaminhada ao Chefe do Poder Executivo, que determinará a abertura de processo administrativo próprio.

§ 1º. O processo será encaminhado para análise de viabilidade técnica e econômica do projeto a profissional habilitado, pertencente ou não aos quadros da municipalidade.

§ 2º. O laudo emitido pelo profissional relacionado no parágrafo anterior, será juntado ao processo administrativo, seguindo este à Secretaria de Finanças, que atestará a possibilidade financeira-orçamentária do incentivo a ser concedido.

§ 3º. Da manifestação da Secretaria de Administração e Finanças, será o pedido encaminhado para parecer jurídico, sobre a viabilidade legal do mesmo e, inclusive, sobre a possibilidade jurídica do objeto da atividade a ser desenvolvida pelo proponente.

§ 4º. Instruído com os documentos referidos nos parágrafos anteriores, seguirá concluso ao Chefe do Executivo, que deliberará sobre sua execução, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 4º Quando o proponente explorar atividade de cunho comercial, industrial ou turístico, os autos, antes de serem encaminhados à Secretaria de Administração e Finanças, receberão parecer da Secretaria de Planejamento e Articulação, que opinará sobre a viabilidade econômica do empreendimento, em face dos já existentes no Município.

Art. 5º O requerimento do proponente para concessão de estímulos econômicos e incentivos fiscais, deverá ser instruído com o respectivo projeto e será encaminhado através da Secretaria de Administração e Finanças.

§ 1º. O projeto de que trata este artigo, constará no mínimo de:

I - propósito do empreendimento;

II - estudo de viabilidade;

III - quadro de usos e fontes;

IV - cronograma de implantação;

V - certidões negativas de impostos municipais, estaduais e federais;

VI - outras informações necessárias à avaliação.

§ 2º. Para efeito de avaliação das solicitações enquadráveis na





presente lei, serão considerados, prioritariamente, projetos em função de:

- I - alcance social;
- II - utilização de matéria prima local;
- III - atividade pioneira;
- IV - aplicação de alta tecnologia;
- V - efeito multiplicador de atividade.

§ 3º. O Chefe do Poder Executivo poderá reduzir as exigências estabelecidas no § 1º, deste artigo quando se tratar de pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física que venham a se instalar em incubadoras ou condomínios.

§ 4º. A Secretaria de Planejamento e Articulação é responsável por:

- I - orientação aos proponentes;
- II - recepção dos requerimentos;
- III - análise técnica prévia;
- IV - encaminhamento das providências necessárias à concretização dos atos de cessão e/ou doação;
- V - outras atividades pertinentes ao assunto.

§ 5º. A Secretária de Planejamento e Articulação poderá contratar técnicos para avaliar e opinar a respeito de projetos complexos e que necessitem de estudos mais detalhados, elaborando laudos nos quais o Chefe do Executivo se baseará para emitir decisão.

Art. 6º À pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física beneficiada com os estímulos econômicos e incentivos fiscais é vedado:

- I - alienar os terrenos recebidos do Poder Público Municipal, antes de decorridos 10 (dez) anos do início das atividades do empreendimento beneficiado pela presente Lei.
- II - dar utilização diversa da prevista no projeto ao empreendimento enquadrado nos benefícios desta Lei, antes de decorridos 05 (cinco) anos do início ou ampliação das atividades.

§ 1º. Compete ao Chefe do Poder Executivo, através de decisão, julgar sobre pedidos justificados de alteração de atividade dos empreendimentos beneficiados pela presente Lei, antes de decorrido o prazo previsto no inciso II deste artigo.

§ 2º. Os beneficiários dos incentivos econômicos de cunho agropecuário ou agroindustrial, ficarão obrigados, pelo prazo de 02 (dois) anos a contar da concessão do benefício, a emitir suas notas de produtor rural em favor do Município de Salto Veloso.

Art. 7º Cessarão os benefícios concedidos pela presente Lei aos beneficiados que deixarem de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no projeto, ou, que venham a praticar qualquer espécie de ilícito, fraude ou sonegação, ou ainda, pelo descumprimento do disposto no artigo 6º, § 2º desta Lei, responsabilizando-se pelo recolhimento aos cofres públicos municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos através desta Lei, devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais.

§ 1º. O valor devido poderá ser recolhido em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente pelo índice de correção monetária oficial do Município.

§ 2º. Comprovada a má-fé na utilização dos benefícios previstos nesta Lei, o Poder Público Municipal exigirá a imediata reposição dos valores correspondentes aos benefícios concedidos, acrescidos de multa não inferior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da reposição, sem prejuízo de outras penalidades legais cabíveis.

Art. 8º Reverterão ao Poder Público Municipal as áreas concedidas, a título de estímulo econômico, bem como as benfeitorias nelas realizadas, quando não utilizadas em suas finalidades, independentemente de qualquer indenização.

Art. 9º Aos projetos relativos à exploração de atividades

agropecuárias, ficará o proponente isento da apresentação do projeto previsto no artigo 5º, seus parágrafos e incisos desta Lei, desde que comprove ser produtor rural do Município de Salto Veloso, devidamente cadastrado perante a Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 10. Constarão do respectivo documento de cessão ou de doação feita nos termos desta Lei, cláusulas que citem expressamente as condições referidas nos incisos I e II do artigo 6º e do artigo 8º.

Art. 11. As despesas para execução da presente Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, em especial a Lei Municipal nº 1.000/2000.

Gabinete do Prefeito.  
Salto Veloso, 22 de dezembro de 2009.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

EDIVAR ANTÔNIO DONADEL  
Secretário de Administração e Finanças

### **Portaria Nº. DP0139/2009**

PORTARIA Nº. DP0139/2009

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. NADIR ZANESCO, pelo período 120 dias a contar de 18/12/2009, conforme atestado médico anexo, que fica fazendo parte integrante da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, vigindo seus efeitos a contar de 18/12/2009.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2009.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº. DP0140/2009**

PORTARIA Nº. DP0140/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) DALMIR ZIMMER, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2008 a 28/02/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº. DP0141/2009**

PORTARIA Nº. DP0141/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) EVANDRO MARCELO SONDA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2009 a 13/02/2010.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº. DP0142/2009**

PORTARIA Nº. DP0142/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) JOÃO LEITE, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2008 a 30/04/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº. DP0143/2009**

PORTARIA Nº. DP0143/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) SILVANO ZAMBONI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/10/2008 a 30/09/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº. DP0144/2009**

PORTARIA Nº. DP0144/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) ADÃO CAMBRUZZI CAMPAGNIN, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2008 a 30/04/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº. DP0145/2009**

PORTARIA Nº. DP0145/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) JAIME JOSÉ DE BASTIANI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2007 a 28/02/2008.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº. DP0146/2009**

PORTARIA Nº. DP0146/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) IDALINO LAZZARI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 04/07/2007 a 03/07/2008.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### **Portaria N°. DP0147/2009**

PORTARIA N°. DP0147/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) ZENI CARDOSO DE OLIVEIRA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2008 a 30/06/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### **Portaria N°. DP0148/2009**

PORTARIA N°. DP0148/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) IVAN ELIAS BRUNETTA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/03/2008 a 13/03/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### **Portaria N°. DP0149/2009**

PORTARIA N°. DP0149/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) OSNI ANTONIO GODINHO, do quadro de Pessoal do Poder

Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/01/2009 a 01/01/2010.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### **Portaria N°. DP0150/2009**

PORTARIA N°. DP0150/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) CLAUDEMIR SARTOREL, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2008 a 31/03/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### **Portaria N°. DP0151/2009**

PORTARIA N°. DP0151/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) ANDERSON FERNANDO VITALI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 03/03/2008 a 02/03/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### **Portaria N°. DP0152/2009**

PORTARIA N°. DP0152/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido

de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) MIGUEL ANTONIO VITORAZZI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/06/2008 a 31/05/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº. DP0153/2009**

PORTARIA Nº. DP0153/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) EDNA VERGINIA GODINHO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2008 a 31/03/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº. DP0154/2009**

PORTARIA Nº. DP0154/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de Dezembro de 2009 a 19 de Janeiro 2010, ao Servidor (a) ANTONIO ANTUNES, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/05/2008 a 01/05/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2.009.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

## **São Lourenço do Oeste**

### **Prefeitura Municipal**

#### **Lei Complementar Nº 112**

LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.  
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 090, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. Aos servidores efetivos lotados na Secretaria Municipal de Educação e designados para o exercício das atribuições de Diretor de Unidade Escolar previstas no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, serão atribuídos os Adicionais de Responsabilidade nível 4 (AR-4)." (NR)

"Art. 28. As Funções Especiais de Confiança na carreira do Magistério Público Municipal são para a função de Diretor de Unidade Escolar, Coordenador de Ensino da Educação Infantil, Coordenador do Ensino Fundamental e Coordenador da Educação Especial conforme número de vagas e valores fixados em Lei Complementar específica." (NR)

Art. 2º O Anexo II, da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007, passa a vigorar acrescido da redação constante do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 3º O Quadro de Vagas constante do Anexo IV da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta dos recursos consignados no orçamento municipal em execução.

Art. 5º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de dezembro de 2009.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

#### **ANEXO I**

(Lei Complementar nº 112, de 22 de dezembro de 2009).

#### **ANEXO II**

#### **DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

.....  
.....

#### **8. COORDENADOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

##### **8.1. Descrição das Atribuições:**

- I - realizar o suporte pedagógico na rede municipal de ensino;
- II - elaborar programas de apoio aos alunos com necessidades de acompanhamento individual;
- III - cooperar com os serviços dos especialistas em assuntos educacionais;





IV - promover experiências de ensino – aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;  
 V - observar e fazer cumprir as diretrizes do ensino, emanadas dos órgãos superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Projeto Político Pedagógico;  
 VI - coordenar, juntamente com as direções, a elaboração de projetos educacionais, bem como de atividades que visam ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional de educação infantil da rede municipal.  
 VII - promover e coordenar o planejamento das ações educativas, com os professores da educação infantil;  
 VIII - Promover a avaliação do processo ensino - aprendizagem da Educação Infantil;  
 IX - realizar demais atividades pertinentes às demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme necessidade.

#### 9. COORDENADOR DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – NAAE

##### 9.1. Descrição das Atribuições:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com dificuldades de aprendizagem, deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede municipal de ensino;  
 II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;  
 III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;  
 IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino;

#### 10. COORDENADOR DO NÚCLEO TECNOLÓGICO MUNICIPAL – NTM

##### 10.1. Descrição das Atribuições:

I - trabalhar com a formação dos professores da Rede Municipal de Ensino a fim de introduzir a informática na sua prática pedagógica;  
 II - acompanhar e incentivar o trabalho com as Tecnologias de Informação e Comunicação Social - TICs, realizado nas escolas;  
 III - prestar suporte pedagógico e técnico às escolas;  
 IV - pesquisar, desenvolver e disseminar experiências educacionais;  
 V - fazer um acompanhamento no planejamento dos professores a fim de que sejam inseridas as Tecnologias de Informação e Comunicação Social - TICs no currículo escolar;  
 VI - ajudar os professores na realização de atividades envolvendo as Tecnologias de Informação e Comunicação Social - TICs;  
 VII - articular projetos visando motivar professores e alunos a trabalharem com as mídias na educação;  
 VIII - publicar em sites específicos, bem como em outras mídias como rádio e jornais locais, os eventos e trabalhos desenvolvidos nas escolas e na Secretaria Municipal de Educação;  
 IX - manter sempre ativa a comunicação entre coordenação, gestores e professores a fim de disseminar as informações e possibilidades.  
 X - oportunizar através de espaço virtual um local de pesquisa, produção e aprendizagem colaborativa.” (NR)

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de dezembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

#### ANEXO II

(Lei Complementar nº 112, de 22 de dezembro de 2009).

#### ANEXO IV QUADRO DE VAGAS

CATEGORIA FUNCIONAL	NÚMERO DE VAGAS				
	10h	20h	30h	40h	TOTAL DE VAGAS
CARGA HORÁRIA SEMANAL					
Professor de Educação Infantil	-	32	-	30	62
Professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental	-	30	-	30	60
Professor dos anos finais do Ensino Fundamental:					
Português	06	05	02	02	15
Matemática	06	04	02	03	15
Ciências	05	05	02	02	14
História	05	03	01	02	11
Geografia	04	03	02	03	12
Educação Física	03	06	05	06	20
Artes	03	06	02	05	16
Língua Estrangeira-Inglês	03	04	03	03	13
Ensino Religioso	03	02	01	01	07
Informática	02	03	01	04	10
Horticultura	01	01	-	-	02
Artesanato	01	01	-	-	02
Suporte Pedagógico:					
Orientador Educacional	-	-	-	04	04
Psicopedagogo	-	-	-	01	01
Psicólogo	-	-	01	02	03
Fonoaudiólogo	01	02	01	01	05
Nutricionista	-	02	01	01	04
Assistente Técnico Pedagógico	-	-	-	08	08
Coordenador da Educação Infantil				01	01
Coordenador do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado – NAAE				01	01
Coordenador do Núcleo Tecnológico Municipal				01	01

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de dezembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

#### Lei Complementar Nº 113

LEI COMPLEMENTAR Nº 113, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA A ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 2º, da Lei Complementar nº 111, de 17 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica concedido o percentual de 10% sobre os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, ativos, inativos, pensionistas e conselheiros tutelares, sendo 9,81% (nove vírgula oitenta e um por cento) a título de recomposição referente ao IGPM acumulado no período de 1º/01/2008 a 31/12/2008, e 0,19% (zero vírgula dezenove por cento) a título de reajuste de vencimentos, a partir de 1º de maio de 2010.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de dezembro de 2009.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 1.849**

LEI Nº 1.849, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER BENS IMÓVEIS EM DOAÇÃO DOS SRS. PRIMO MILAN, DIVINO CARBONI E FRANCISCO PETRYCOVSKI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em doação, dos Senhores: Primo Milan, brasileiro, aposentado, inscrito sob o CPF nº 052.529.039-72; Divino Carboni, brasileiro, aposentado, inscrito sob o CPF nº 052.148.669.68 e Francisco Petrycovski, brasileiro, industrial, inscrito sob o CPF nº 192.651.909-49, residentes e domiciliados neste Município, os seguintes bem imóveis:

I - Área verde com extensão total de 1.594,231 m²; confrontando: ao NORTE com o lote urbano nº 44, na extensão de 13,00 metros, com lote urbano nº 45 na extensão de 13,00 metros, com o lote urbano nº 46 na extensão de 13,409 metros, com o lote urbano nº 47 na extensão de 13,00 metros, com o lote urbano nº 48 na extensão de 13,00 metros, com o lote urbano nº 49 na extensão de 13,750 metros e com o lote urbano nº 50 na extensão de 13,750 metros; ao SUL com um área de preservação permanente na extensão de 93,232 metros; ao LESTE com parte do lote urbano nº 43 na extensão de 17,826 metros; a OESTE com a Rua Aderbal Ramos da Silva na extensão de 13,446 metros;

II - Área de preservação permanente com extensão total de 4.473,28 m²; confrontando: ao NORTE com uma área verde na extensão de 93,232 metros e com o lote urbano nº 43 na extensão de 27,995 metros; ao SUL com uma sanga que o separa do Loteamento Carboni; ao LESTE com a Rua Irineu Bornhausen na extensão de 30,54 metros; a OESTE com a Rua Aderbal Ramos da Silva na extensão de 30,129 metros.

Parágrafo único. As áreas acima descritas estão devidamente registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste sob o nº 13.439, conforme matrícula constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta dos recursos previstos no orçamento em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de dezembro de 2009.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

### **ANEXO ÚNICO**

(Lei nº 1.849, de 22/12/2009).  
Matrícula e Avaliação

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de dezembro de 2009.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 1.850**

LEI Nº 1.850, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

FIXA O VALOR DA BOLSA ESTÁGIO E INSTITUI O AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS ESTUDANTES CONTRATADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E SUAS AUTARQUIAS, PARA PRESTAR ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado o valor da bolsa estágio aos estudantes contratados pelo Município de São Lourenço do Oeste e suas autarquias, para prestar estágio não obrigatório, nos seguintes termos:

I - estagiário cursando o nível médio:

- a) carga horária de 20 (vinte) horas semanais: R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) mensais;
- b) carga horária de 30 (trinta) horas semanais: R\$ 287,50 (duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais;

II - estagiário cursando o nível superior:

- a) carga horária de 20 (vinte) horas semanais: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais;
- b) carga horária de 30 (trinta) horas semanais: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais.

Art. 2º Fica instituído o auxílio-transporte, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais, para os estagiários contratados na modalidade de estágio não obrigatório.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução de cada exercício.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 1.835, de 16 de novembro de 2009.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de dezembro de 2009.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

## **Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul**

### **Resolução Nº 007/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO N 007/2009

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social – 2010 a 2013 do município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de São Lourenço do Oeste, no uso de suas atribuições legais e considerando o desenvolvimento da política municipal de Assistência Social e ao preconizado no Sistema Único de Assistência Social – SUAS em conformidade a NOB/SUAS, em reunião ordinária realizada no dia 10 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social – 2010 a 2013 do município de São Lourenço do Oeste – SC. A aprovação ocorreu em reunião ordinária realizada no dia 10 de dezembro do corrente ano, registrada em ata de Nº011/2009 deste Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 10 de dezembro de 2009.  
ONDINA SAVI MONDO DAL-PONT  
Presidente Conselho Municipal de Assistência Social  
de São Lourenço do Oeste – SC

## São Pedro de Alcântara

### Prefeitura Municipal

#### Decreto Nº506/09

DECRETO Nº506/09

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 513/08:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 20.174,30 (vinte mil cento e setenta e quatro reais e trinta centavos) por conta do Excesso de Arrecadação do FUNDEB na dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.2.006 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental .....

..... R\$ 20.174,30

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0114 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.174,30

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 21 de dezembro de 2009  
ERNEI JOSE STAHELIN  
Prefeito Municipal

#### Decreto Nº507/09

DECRETO Nº507/09

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 513/09.

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.24.122.3.2003 – Func. e Manutenção da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento..... R\$ 2.476,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.476,00

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$2.476,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara , 21 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato de Programa Nº 39/09

CONTRATANTE: Município de São Pedro de Alcântara

CNPJ: 01.613.101/0001-09

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de São Pedro de Alcântara e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de São Pedro de Alcântara no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/ SC), administrado pelo CIGA. PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de São Pedro de Alcântara, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 22 de setembro de 2009.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

#### Extrato de Contrato de Rateio Nº 39/09

CONTRATANTE: Município de São Pedro de Alcântara

CNPJ: 01.613.101/0001-09

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de São Pedro de Alcântara e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 37/09.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2009.

Florianópolis, 27 de setembro de 2009.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

# Schroeder

## Prefeitura Municipal

### Extrato do Contrato N°. 110/2009-FMS

EXTRATO DO CONTRATO N°. 110/2009-FMS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 23/2009-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: IECLB – PARÓQUIA DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº 79.362.299/0001-84, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, Bairro Centro, nº 3339, na cidade de Schroeder-SC, CEP: 89275-000.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na locação de imóvel destinado aos trabalhos do CAE – Centro de Atendimento de Especialidades, no período de 6 meses no ano de 2010 da Secretaria de Saúde a Assistência Social, do Município de Schroeder/SC., que terá sua vigência de 1º. de janeiro de 2010 até 30 de junho de 2010.

Valor total do Contrato: R\$ 5.760,00 (Cinco mil setecentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 22/12/2009

Vigência: 30/06/2010

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Extrato de Aditivo N°. A52/2009 - PMS - Correios

EXTRATO DE ADITIVO N°. A52/2009 - PMS  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 9912228411/2008 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT) – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969., inscrita no CNPJ sob o nº 34.028.316/0028-23, estabelecida na rua Romeu Jose Vieira nº90, na cidade de São José, Estado do Santa Catarina, CEP 83703-440.

Objeto: 1º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços e venda de produtos a órgão público e prorroga do prazo de vigência do contrato originário para até 31/12/2010.

Valor: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Data da Assinatura: 16/12/2009

Data da Vigência : 31/12/2010

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Extrato de Aditivo N°. A55/2009 - PMS

EXTRATO DE ADITIVO N°. A55/2009 - PMS  
Contrato Administrativo nº. 168/2007 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: VIVO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 02.449.993/0001-64 e Inscrição Estadual nº 253/75954-4, estabelecida na Avenida Higienópolis, 1365, Bairro Centro, no Município de Londrina, Estado do Paraná, CEP: 86015-010

Objeto: 4º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços a contratação de empresa prestadora de serviços de Telefonia Móvel Celular pós – pago, prorroga do prazo de vigência do contrato originário para até 31/03/2010.

Valor: R\$ 5.437,50 (Quatro mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 21/12/2009

Data da Vigência : 31/03/2010

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Extrato de Aditivo N°. A19/2009 - FMS

EXTRATO DE ADITIVO N°. A19/2009 - FMS  
Contrato Administrativo nº. 56/2007 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: VIVO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 02.449.993/0001-64 e Inscrição Estadual nº 253/75954-4, estabelecida na Avenida Higienópolis, 1365, Bairro Centro, no Município de Londrina, Estado do Paraná, CEP: 86015-010

Objeto: 4º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços a contratação de empresa prestadora de serviços de Telefonia Móvel Celular pós – pago, prorroga do prazo de vigência do contrato originário para até 31/03/2010.

Valor: R\$ 1.650,00 (Hum mil, seiscentos e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 21/12/2009

Data da Vigência : 31/03/2010

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

# Turvo

## Prefeitura Municipal

### Lei 1981/2009

LEI Nº 1.981/09, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONTRATAR MONITORES, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS A PREPARAÇÃO DE ATLETAS AMADORES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado contratar servidores em caráter temporário, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, para atendimento das atividades relacionadas a preparação de atletas do Município, em diversas modalidades do esporte amador, até o limite das vagas, conforme especificado abaixo:





Nº de Vagas	Categoria Funcional	Grupo	Amplitude de Referência	Carga Horária
05	Monitores	III	18 a 22	40 hs semanais

§ 1º. A preparação de atletas de que trata o caput deste artigo, visa a participação do Município nos jogos Escolares da Região do Vale do Araranguá – JERVA, Moleque Bom de Bola e outros eventos esportivos do calendário Estadual e Regional, em que o Município vier a participar.

§ 2º. A vigência dos contratos para os servidores a serem contratados para os cargos autorizados pela presente Lei limitam-se a 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º. O servidor contratado temporariamente fica sujeito ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para efeito de vínculo empregatício e ao Regimento Geral da Previdência Social, para efeito da legislação previdenciária.

Art. 3º. A contratação poderá se dar para o cumprimento de 20, 30 ou 40 horas semanais, com a remuneração correspondente.

Parágrafo Único. Os servidores a serem contratados deverão obrigatoriamente ter registros atualizados junto ao CREF – Conselho Regional de Educação Física ou órgão equivalente ou serem Acadêmicos de Educação Física.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal do exercício de 2010.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 16 de dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

### Decreto 117/2009

DECRETO Nº 117/09, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 1.915/2008, de 16/11/2008 (LOA),

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado o crédito no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), assim classificados:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

15.361.0035.2.011 – Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0015.49 (30) – Aplicações Diretas .R\$ 7.000,00

Art. 2º - A suplementação de que trata o Art. 1º será executada com recursos do excesso de arrecadação da Fonte do Salário Educação do FNDE referente ao exercício Vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 17 de Dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

## Videira

### Prefeitura Municipal

#### Decreto nº 9.343/09

DECRETO Nº 9.343/09, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO ART. 6º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003, AO SERVIDOR SILVESTRE DA SILVA, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 024/2009,

DECRETA

Art.1º Fica aposentado por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, o servidor SILVESTRE DA SILVA, inscrito no CPF nº 304889079-34 e no PASEP nº 1066011847-2, detentor da matrícula funcional nº 427, ocupante do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 1.016,18 (um mil e dezesseis reais e dezoito centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso III do art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 007/97 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, estabelecendo seus efeitos a partir de 01/01/2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira (SC), em 22 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

#### Portaria nº 1.099/09

PORTARIA Nº 1099/09

AUTORIZA A AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO INSS SOB O Nº 20022080.1.00001/07-6, REFERENTE AO PERÍODO DE 01/06/1985 A 30/03/1988, NOS ASSENTOS FUNCIONAIS DA SERVIDORA ROSALINA FELCHILCHER DEMENECHI, DETENTORA DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº 9056 E DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.452/2009,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora ROSALINA FELCHILCHER DEMENECHI, detentora da matrícula nº 9056 e do cargo de provimento efetivo de Professora,



a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00001/07-6, referente ao período de 01/06/1985 a 30/03/1988, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0987/09.

Videira, 21 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

#### **Portaria nº 1.100/09**

PORTARIA Nº 1100/09

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.401/09,

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 3 (três) meses a DANIELA PAGANINI, Técnico de Nível Superior, nível E-PE-ANS-I-C, a partir de 20 de janeiro de 2010 até 19 de abril de 2010, referente ao quinquênio de 2 de julho de 2004 até 1º de julho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 20 de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.014/09.

Videira, 21 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

#### **Portaria nº 1.101/09**

PORTARIA Nº 1101/09

TORNA SEM EFEITO A PORTARIA Nº 0426/09 QUE DESIGNOU SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE**

Tornar sem efeito, a partir de 20 de janeiro de 2010, a Portaria nº 0426/09, que designou a servidora DANIELA PAGANINI, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível I, símbolo FG-1.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 20 de janeiro de 2010.

Videira, 21 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR  
Secretário de Administração

#### **Portaria nº 1.102/09**

PORTARIA Nº 1102/09

AUTORIZA INTERDIÇÃO DE RUA

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 5.794./2009,

#### **RESOLVE**

Autorizar a Interdição da Rua Ivo Rostirola (trecho que compreende desde a esquina da casa nº 29 até a esquina próxima ao Mercado Sartor), na data de 24 de dezembro de 2009, a partir das 19:00 h às 22:30 h, para a realização do evento "Papai Noel Voluntário" no Bairro Carelli.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 22 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

#### **Portaria nº 1.103/09**

PORTARIA nº 1103/09

PRORROGA PRAZO DA COMISSÃO DE INQUÉRITO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 1.024/09

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 184, parágrafo único, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

#### **RESOLVE**

Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a partir de 28 de dezembro de 2009, o prazo de conclusão do respectivo Processo Disciplinar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 28 de dezembro de 2009.

Videira, 22 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

#### **Portaria nº 1.104/09**

PORTARIA Nº 1104/09

PRORROGA PRAZO DA COMISSÃO DE INQUÉRITO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 1.033/09

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 184, parágrafo único, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

#### **RESOLVE**

Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a partir de 28 de dezembro de 2009, o prazo de conclusão do respectivo Processo Disciplinar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 28 de dezembro de 2009.

Videira, 22 de dezembro de 2009.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR  
Secretário de Administração

#### Anexo IV Gastos com Saúde

DECRETO 8.766/07

ANEXO IV

#### CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE NOVEMBRO DE 2009

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE			
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS		ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS	
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO			
1.1 - IPTU		2.637.839,80	
1.2 - ITBI		971.958,48	
1.3 - ISS		3.990.637,54	
1.4 - IRRF		704.394,75	
1.5 - FPM		10.956.999,33	
1.6 - ITR		13.086,53	
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO		170.486,40	
1.8 - ICMS		23.341.195,02	
1.9 - IPVA		3.785.001,77	
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO		500.624,63	
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS		369.743,40	
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS		347.877,51	
<b>1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS</b>		<b>47.789.845,16</b>	
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		ACUMULADO ATÉ O MÊS	
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)		7.168.476,77	
2.2 - RECURSOS PAB		734.665,56	
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB		24.355,55	
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB		199.576,56	
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE		2.161.697,28	
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE		816.651,84	
<b>TOTAL</b>		<b>11.105.423,56</b>	
3. APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	LIQUIDADADA	DIFERENÇA
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	7.168.476,77	7.113.028,39	-55.448,38
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.3)	3.936.946,79	1.397.501,31	-2.539.445,48
<b>TOTAL</b>	<b>11.105.423,56</b>	<b>8.510.529,70</b>	<b>-2.594.893,86</b>

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 23 de dezembro de 2.009.

Juliane M.C.Wartha  
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Sandro Antonio Caregnato  
Secretária Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli  
Prefeito Municipal



**INPREVID****Quinto Termo Aditivo ao Contrato 004/07 FASM**

FUNDO DE ASSISTENCIA MÉDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DE VIDEIRA – FASM  
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2007  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2007

Objeto: locação de imóvel para sede do FASM

Locador: FASM

Locatário: JACI JOSE FAVERO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2010 e encerrando-se em 31/12/2010, podendo ser prorrogado nos termos da Cláusula Segunda, parágrafo único, mediante a assinatura de aditivos.

Videira, 22 de dezembro de 2009.

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA

Presidente do FASM

**Quinto Termo Aditivo Contrato 003/07 INPREVID**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID  
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2007  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2007

Objeto: locação de imóvel para sede do INPREVID

Locador: INPREVID

Locatário: JACI JOSE FAVERO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2010 e encerrando-se em 31/12/2010, podendo ser prorrogado nos termos da Cláusula Segunda, parágrafo único, mediante a assinatura de aditivos.

Videira, 22 de dezembro de 2009.

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA

Presidente do INPREVID

**Primeiro Aditivo ao Contrato nº 001/2009 INPREVID**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID

Primeiro Aditivo ao Contrato nº 001/2009

Contratante: INPREVID

Contratada: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2010 e encerrando-se em 31/12/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e a aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Valor mensal: R\$ 3.300,00

Valor global: R\$ 39.600,00

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA

Presidente do INPREVID

**Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2009 INPREVID**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2009

Objeto: serviços de advocacia e assessoria jurídica

CONTRATANTE: INPREVID

CONTRATADO: HUMBERTO LUIZ DALPIZZOL

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 03 (três) meses, iniciando-se em 01/01/2010 e encerrando-se em 31/03/2010, podendo ser prorrogado nos termos da Cláusula Segunda, parágrafo único, mediante a assinatura de aditivos.

Valor mensal: R\$ 800,00

Valor global: R\$ 2.400,00

Videira, 22 de dezembro de 2009.

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA

Presidente do INPREVID

**Edital de Homologação do Resultado da eleições INPREVID/2009**

ELEIÇÕES INPREVID 2009

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

DATA DAS ELEIÇÕES: 16/12/2009

A Comissão Eleitoral do INPREVID – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira – SC, responsável pela organização das eleições de conformidade com o Decreto nº 9.286/09 de 28/10/09 e Regimento Interno das Eleições, tornam público o resultado das Eleições do INPREVID, conforme Edital 001/2009, de 20/11/2009, homologando ELEITA a chapa 001, com seus respectivos integrantes, abaixo relacionada:

NOME DA CHAPA: TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

PRESIDENTE: SETOR:

VILSO VANZ AGRICULTURA

CONSELHO ADMINISTRATIVO (NOMES) SETOR

TITULAR INATIVO: Maria Jandira Herdina APOSENTADA

SUPLENTE INATIVO: Ivone Maria C. Lazzari APOSENTADA

TITULAR: Walmir Rosario Grando EDUCAÇÃO

SUPLENTE: Viviane de Fátima e Silva Sporr ASSIST. SOCIAL

TITULAR: Marcelo Perin INFRAESTRUTURA

SUPLENTE: Jussara Regina Lira CEMEIS

CONSELHO FISCAL (NOMES) SETOR

TITULAR: Sandra Baldo PLANEJAMENTO

SUPLENTE: Sonia Maria Cardoso dos Santos TRIBUTAÇÃO

Videira, 21 de dezembro de 2009.

CELSON BRANCHER

Presidente Comissão Eleitoral

Eleições INPREVID 2009